



**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Planejamento
e das Finanças - SEPLAN

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO
DA SEGURANÇA PÚBLICA
NO RIO GRANDE DO NORTE**

Sumário Executivo
Documento de Trabalho



Diagnóstico da Situação da Segurança Pública no Rio Grande do Norte

Sumário Executivo

José Luiz Ratton e Equipe NEPS/UPFE

Este texto sintetiza as informações apresentadas e analisadas no “*Diagnóstico da Situação da Segurança Pública do Rio Grande do Norte*”, oferecendo uma síntese dos principais problemas da área de segurança pública no Rio Grande do Norte, a partir dos dados oficiais, da percepção e opinião dos entrevistados e da visão disseminada pela imprensa. **As interpretações aqui apresentadas não dizem respeito ao ano de 2015.**

Nos últimos anos, a violência e a criminalidade se agravaram no estado sem que o sistema de segurança e justiça, incluindo o sistema penitenciário, se organizasse de forma adequada para enfrentar o novo contexto, o que requer medidas de reestruturação das políticas públicas nessa área. A seguir, apresenta-se os elementos que configuram esse contexto.

Gráfico 1 | Regiões do Brasil - Taxas de Homicídio - 2000-2012 Datasus.

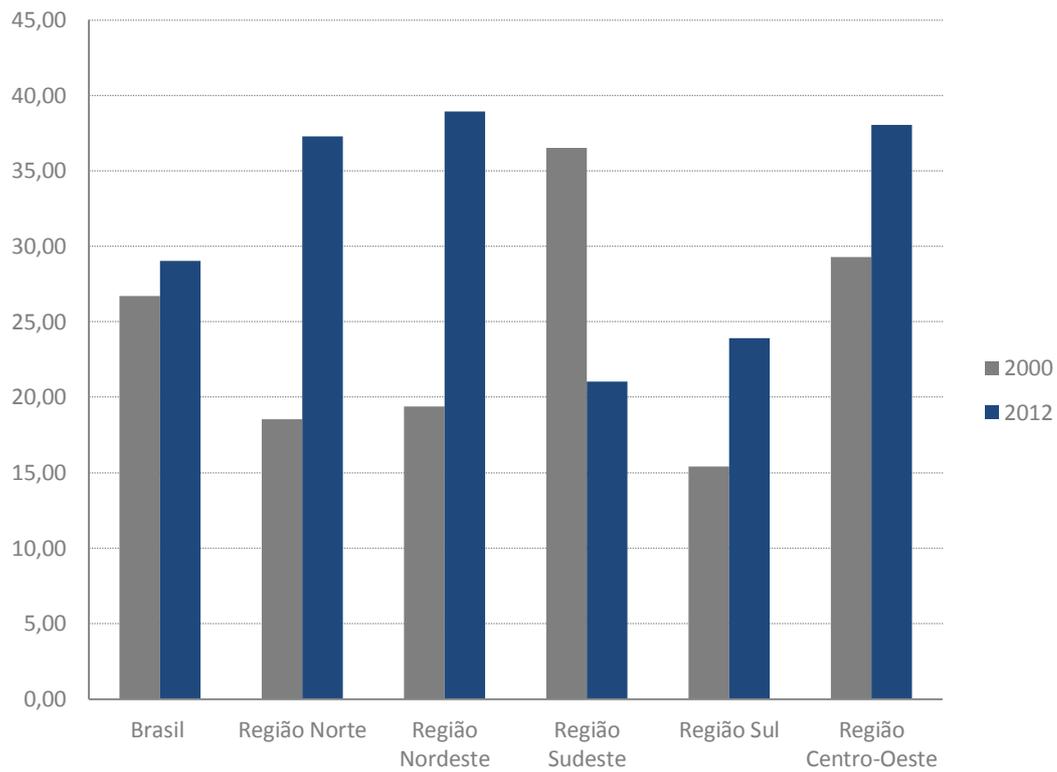


Gráfico 2 | Taxas de Homicídios no Nordeste do Brasil - 2000/2012 (Datasus).

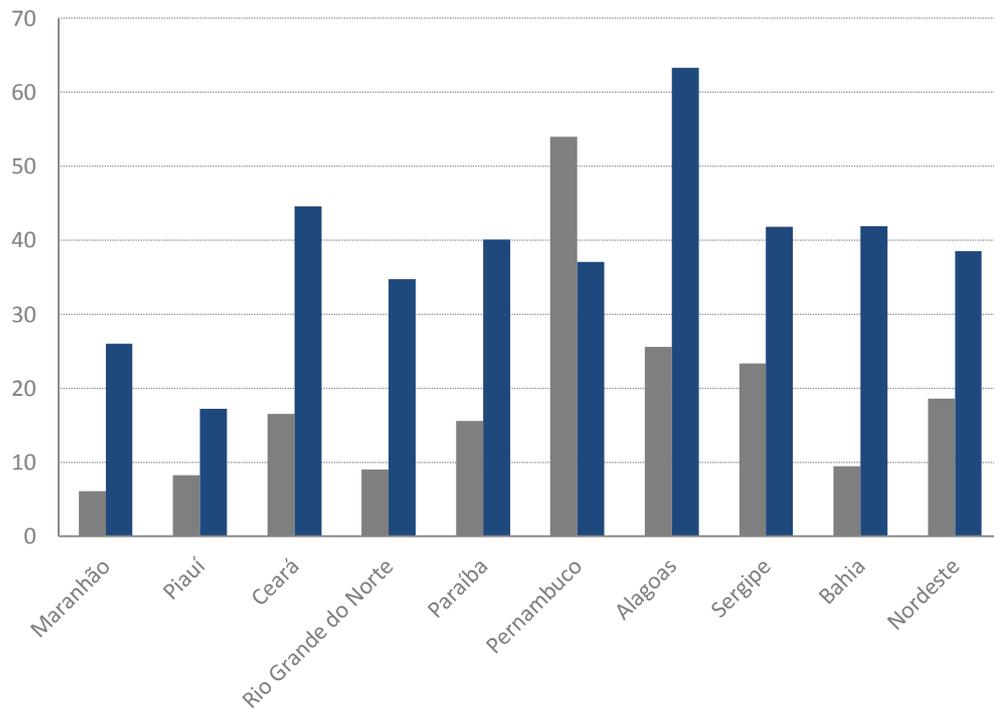


Gráfico 2 | -

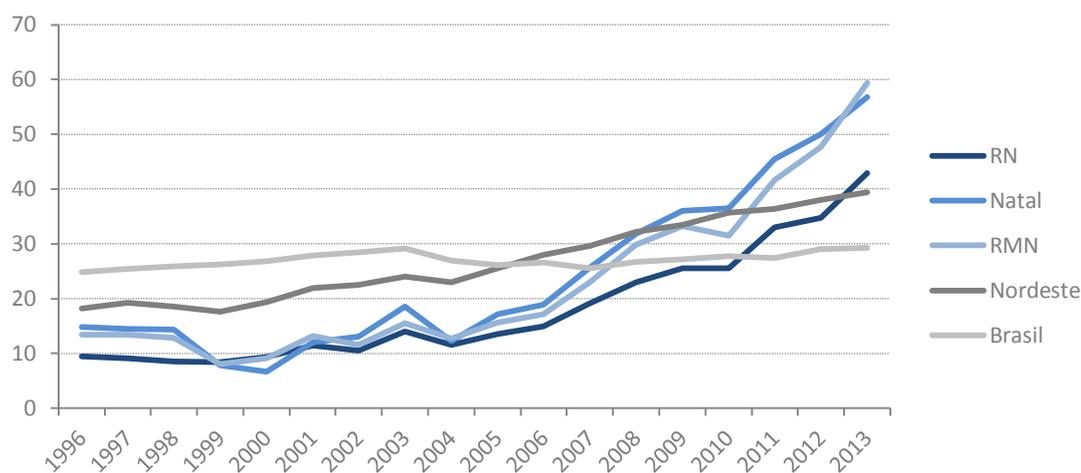


Tabela 1 | -

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
RN	9,4	9,1	8,5	8,4	9,3	11,4	10,5	14	11,6
Natal	14,8	14,5	14,4	7,8	6,7	12	13,1	18,5	12,3
RMN	13,4	13,4	12,8	8,1	9,1	13,2	11,5	15,5	12,7
Nordeste	18,2	19,3	18,5	17,6	19,4	21,9	22,5	24	23
Brasil	24,8	25,4	25,9	26,2	26,8	27,9	28,5	29,1	26,9
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RN	13,5	14,9	19,1	23	25,5	25,6	33	34,79	42,86
Natal	17,2	18,9	25,7	31,8	36	36,5	45,5	50,03	56,8
RMN	15,6	17,2	23	29,8	33,2	31,5	41,6	47,71	59,36
Nordeste	25,6	28	29,6	32,2	33,5	35,7	36,4	38,02	39,46
Brasil	26,1	26,6	25,5	26,7	27,2	27,8	27,4	29,05	29,26

Gráfico 4 | Taxas de Homicídio por capital do Nordeste – 2000/2010.

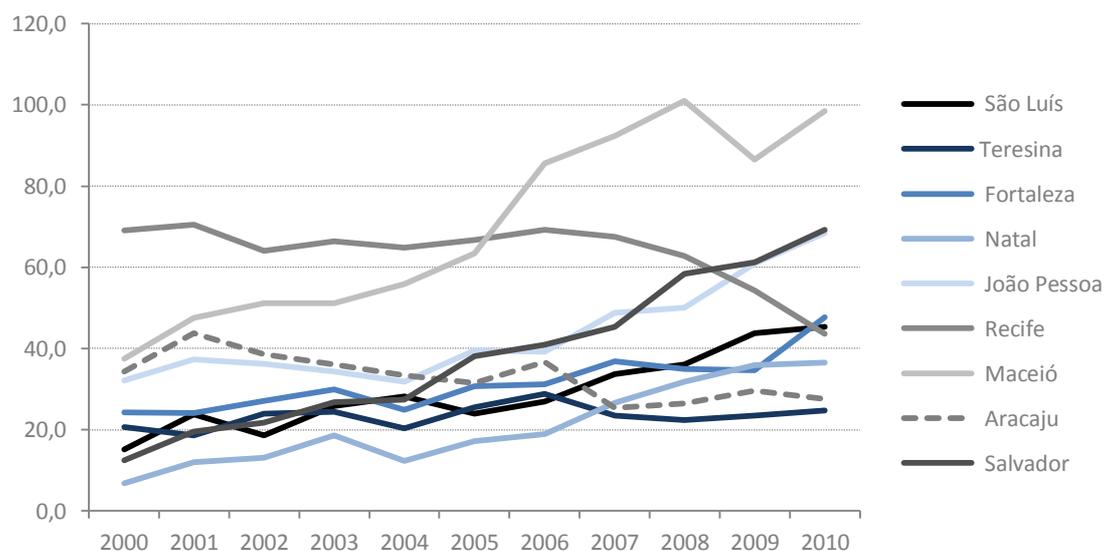
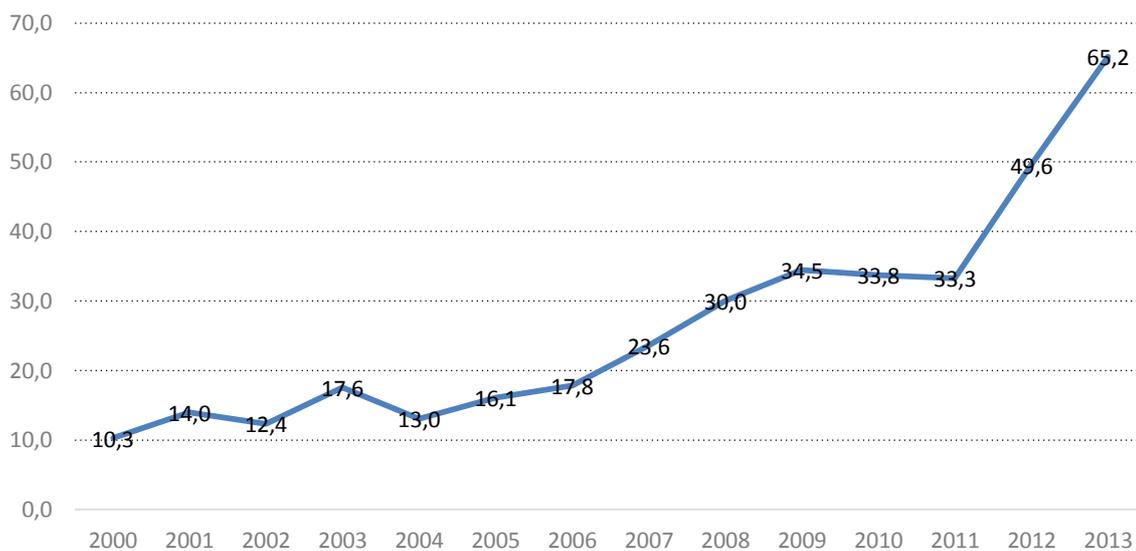
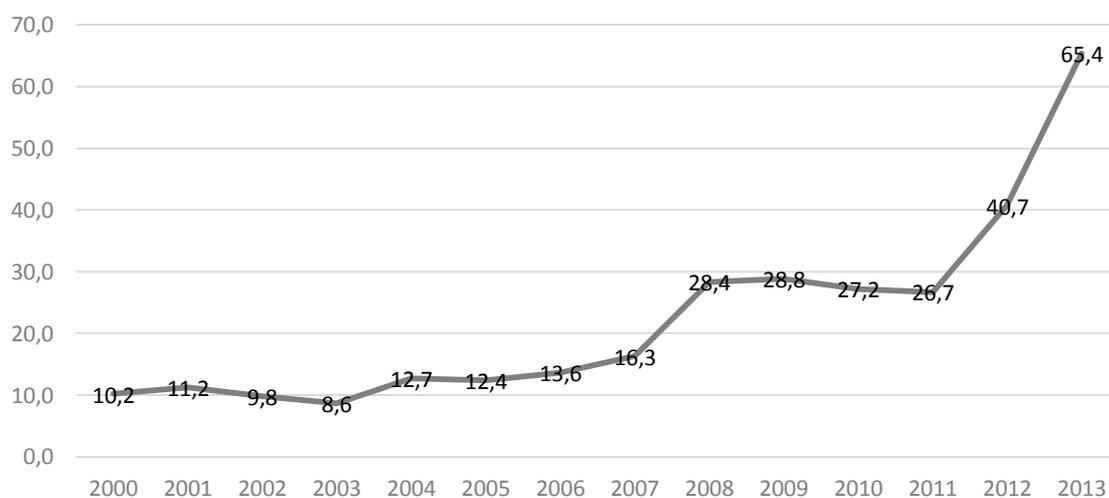


Gráfico 5 | Taxas de Homicídio, entre 2000 e 2013 na Região metropolitana da cidade de Natal.



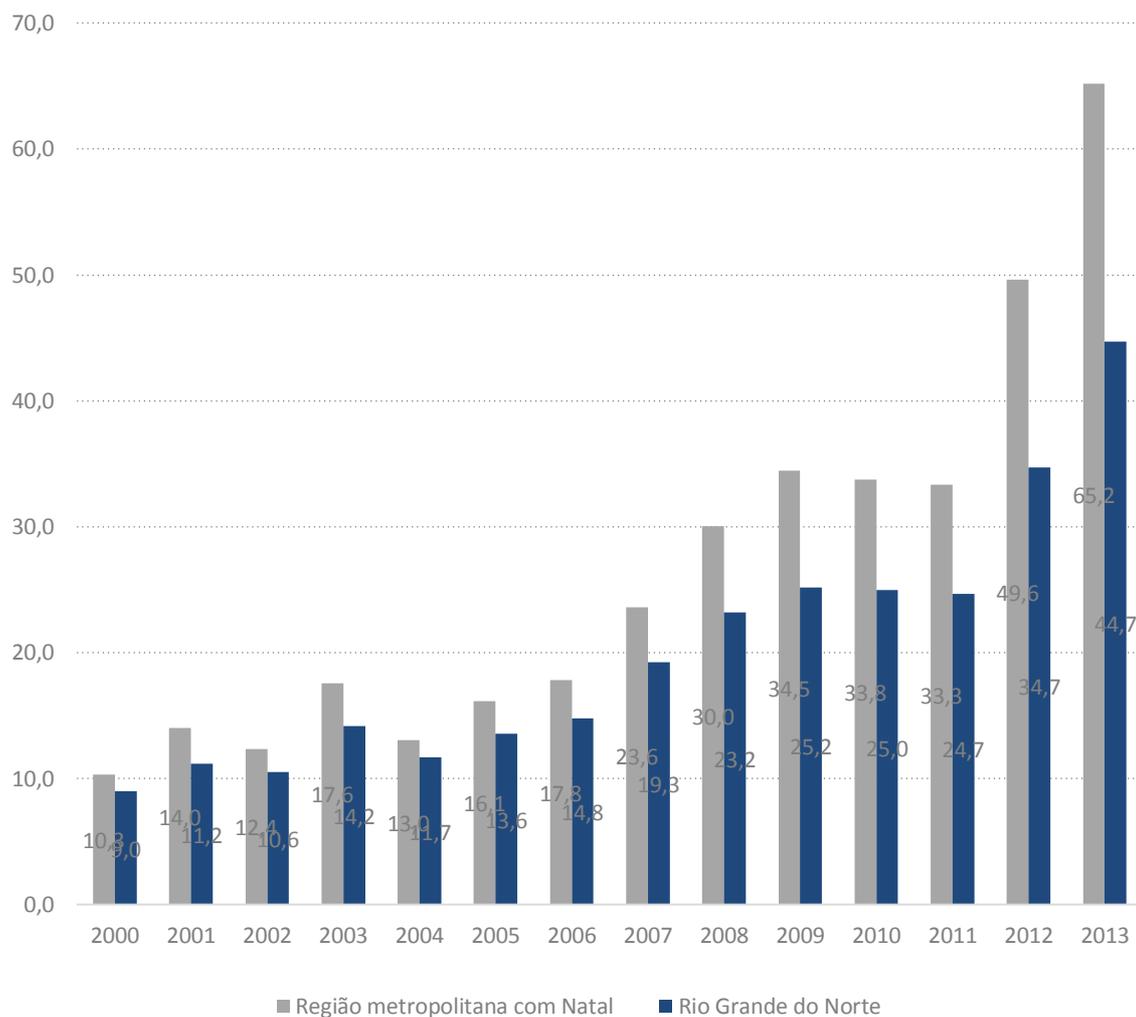
Fonte: DATA/SUS

Gráfico 6 | Distribuição das taxas de homicídio, entre 2000 e 2013 na Região metropolitana sem a cidade de Natal.



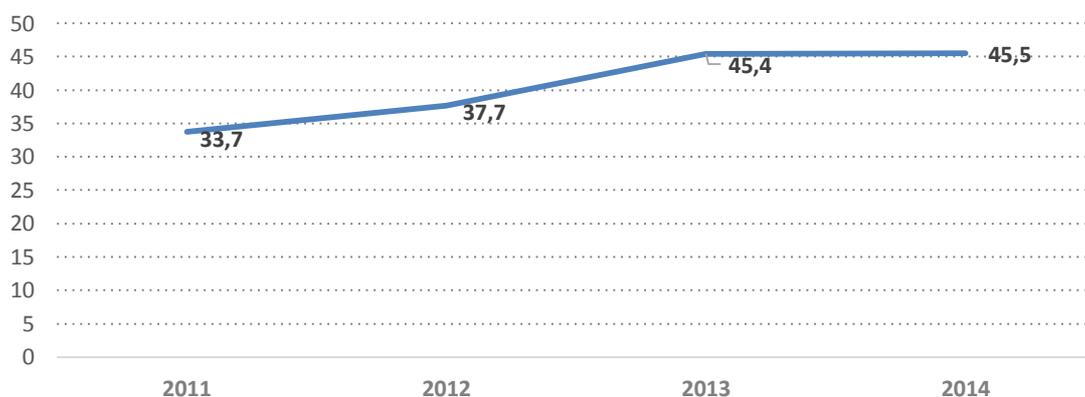
Fonte: DATASUS

Gráfico 7 | Distribuição das taxas de homicídio, entre 2000 e 2013 na Região metropolitana de Natal e o estado do Rio Grande do Norte.



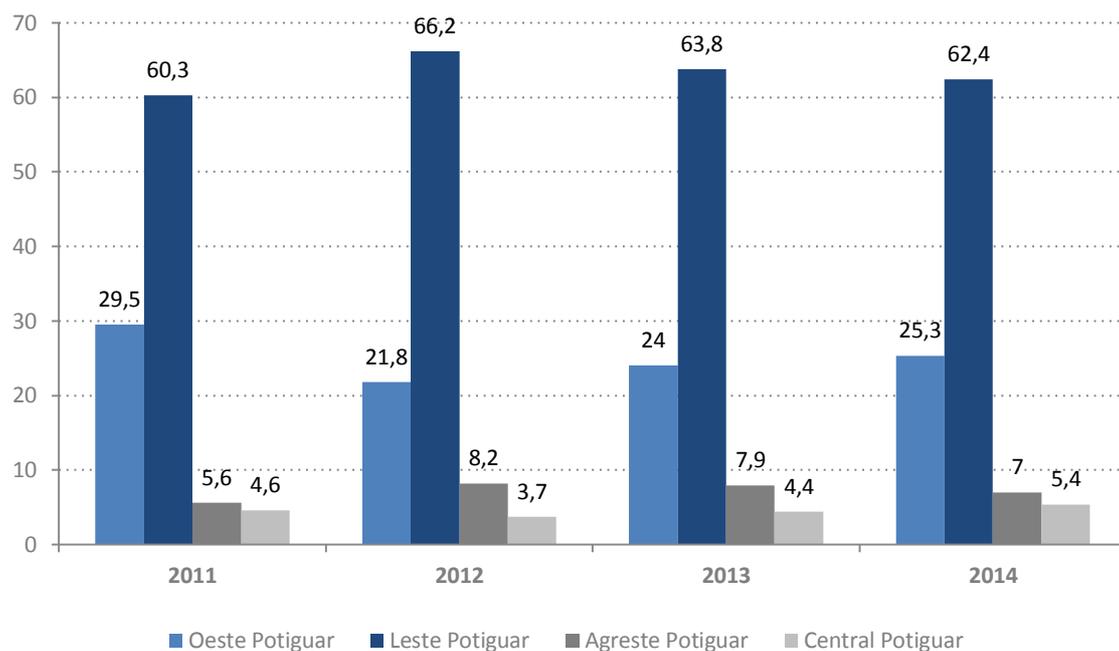
Fonte: DATA/SUS

Gráfico 8 | Taxas anuais de CVLI, 2011 a 2014*, RN.



Fonte: CIOSP/RN.

Gráfico 9 | CVLI, segundo as mesorregiões, 2011 a 2014* RN (%).



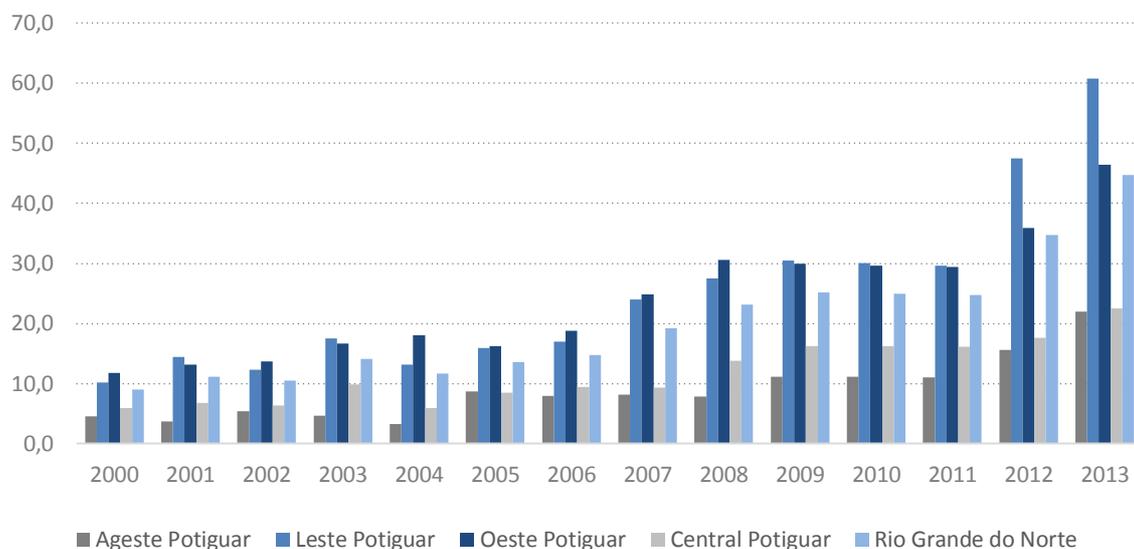
Fonte: ITEP/RN.

Tabela 2 | Ranking dos municípios com as 12 maiores taxas de CVLI, 2011 a 2014*, RN.

Município	Ano				Variação
	2011	2012	2013	2014	%
Extremoz	32,1	142,2	78,7	118,1	267,9
São José do Mipibu	39,9	91,3	101,5	109,9	175,4
Ceará-Mirim	33,5	47,8	64,0	74,6	122,7
Caicó	25,3	11,0	24,2	43,4	71,5
Macaíba	46,8	53,0	131,0	74,2	58,5
Baraúna	65,1	64,1	110,1	97,0	49,0
Parnamarim	38,4	43,0	50,1	52,5	36,7
Natal	46,0	54,7	62,2	58,6	27,4
Açu	37,3	20,4	26,6	45,8	22,8
São Gonçalo do Amarante	64,0	57,5	47,3	71,3	11,4
Mossoró	64,6	48,4	60,3	61,2	-5,3
Santa Cruz	49,8	38,4	60,3	31,1	-37,6

Fonte: ITEP/RN.

Gráfico 10 | Distribuição das taxas de CVLI, entre 2000 e 2013 na entre as Mesorregiões e o estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: DATA/SUS.

Tabela 3 | Variação na ocorrência de delitos, 2011-2014, RN.

Tipo de delito	Ano				Varição
	2011	2012	2013	2014	%
CVLI (taxa)	33,7	37,7	45,4	45,5	35,0
Roubos (taxa)	254,2	383,3	422,3	426,6	67,8
Furtos (taxa)	391,1	469,2	379,8	360,4	-7,8
Estupros (taxa)	24,6	19,2	17,9	16,9	-31,3
Veículos roubados (nº)	626	3106	2151	3333	432,4
Veículos furtados (nº)	255	1256	854	854	234,9

Fonte: Polícia Civil/RN.

Tabela 4 | Participação das despesas com segurança pública no total das despesas realizadas, Região Nordeste, 2007-2013 (%).

Unidades da Federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alagoas	12,8	13,6	14,2	13,4	12,4	12,3	14,1
Bahia	9,4	8,9	9,1	8,5	9,5	10,0	9,1
Ceará	5,8	5,8	6,7	6,0	5,8	8,9	8,3
Maranhão	8,1	7,6	8,6	8,9	7,3	7,6	6,4
Paraíba	9,1	9,1	10,4	9,9	10,6	10,4	10,5
Pernambuco	8,0	8,3	8,4	9,4	10,3	9,0	8,2
Piauí	6,3	4,1	5,0	5,2	4,1	3,8	1,4
Rio Grande do Norte	7,7	8,5	8,6	7,9	8,2	9,6	7,7
Sergipe	8,9	8,2	9,6	11,7	12,2	11,9	10,8
MÉDIA REGIÃO NE	8,5	8,2	9,0	9,0	8,9	9,3	8,5

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

Tabela 5 | Despesa per Capita Segurança Pública, Região Nordeste, 2007-2013 (R\$).

Unidades da Federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alagoas	149,36	188,18	227,68	238,46	227,16	251,91	300,23
Bahia	113,53	122,29	133,43	140,00	182,09	214,98	192,07
Ceará	62,43	74,15	103,88	113,33	113,02	171,56	166,24
Maranhão	67,68	82,59	106,62	119,38	107,49	127,08	132,49
Paraíba	111,26	128,48	149,22	153,09	168,27	195,01	217,76
Pernambuco	107,05	132,21	155,11	181,22	223,01	219,43	215,73
Piauí	77,28	57,30	84,25	93,63	76,35	78,14	29,67
Rio Grande do Norte	128,21	157,99	180,48	164,49	182,68	257,54	209,24
Sergipe	149,39	176,14	235,39	341,07	324,55	369,05	317,98
MÉDIA REGIÃO NE	107,35	124,37	152,89	171,63	178,29	209,41	197,93

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

Conclusões Provisórias

- Os crimes violentos letais intencionais (CVLI) aumentaram de forma significativa no Rio Grande do Norte, no período de 2011 a 2014, deixando a taxa estadual quase **cinco vezes mais alta** do que aquela considerada aceitável pela ONU.

- A mesorregião do **Leste Potiguar** é a que concentra a maior proporção de crimes violentos em todo o estado, seguida pelo Oeste Potiguar.
- A RM de Natal fechou a década passada, em 2010, com um aumento de quase 200% na taxa de CVLI e o biênio 2012-2013 apresentou-se como o mais violento da série histórica.
- No início da década (2000), as taxas de homicídios estavam dentro do padrão aceitável pela ONU, mas ao longo dos anos seguintes e **especialmente a partir de 2008** o estado apresenta uma escalada de violência que eleva as taxas para patamares muito altos.
- Além de Natal, é muito preocupante a situação em Mossoró, Extremoz, São José do Mipibu, Ceará-Mirim, Baraúna, Macaíba e São Gonçalo do Amarante.
- Juntas, as **microrregiões de Natal, Mossoró e Macaíba reuniram cerca de 84% de todas as ocorrências de CVLI do Estado entre 2011 e 2014.**
- A maior parte das vítimas de CVLI é do sexo masculino, tem entre 18 e 30 anos, é solteira, residente no próprio estado e morre em decorrência do uso de arma de fogo.
- Diferentemente de outros estados, no Rio Grande do Norte o uso de armas de fogo aumentou no período estudado, **mesmo na vigência do Estatuto do Desarmamento, o que sugere que o estoque de armas disponíveis do Rio Grande do Norte não diminuiu no período posterior ao Estatuto do Desarmamento.**
- Além dos CVLI, cresceu também o número de crimes contra o patrimônio e os delitos cometidos por crianças e adolescentes.
- Houve uma **grande redução no número de boletins de ocorrência remetidos à Justiça e de mandados de prisão cumpridos.** A elevação nos mandados de prisão, porém, não apresenta correspondência com o número de adultos presos, que caiu, contrastando vivamente com a elevação nas taxas de criminalidade observadas no período.
- O número de adolescentes apreendidos por atos infracionais cresceu quase 150%, assim como mais que duplicou número de crianças e adolescentes apreendidas por ordem judicial, o que aponta para um maior controle sobre esse grupo populacional do que sobre infratores adultos.
- Houve aumento no volume de recursos despendido com Segurança Pública. A despesa per capita teve uma elevação de 63,2% entre 2007 e 2013. Mas a participação destas despesas no total das despesas realizadas pelo estado manteve-se no mesmo patamar de 2007 (7,7%). O aumento do gasto com Segurança Pública não teve impacto na redução dos indicadores de crime e de violência, **o que revela tanto a concentração de gastos com remuneração de pessoal quanto a baixa qualidade do gasto com Segurança Pública.**

- Os efetivos das polícias estão abaixo da média regional (Nordeste) e as remunerações só são mais altas do que as da Paraíba, considerando os dados obtidos.
- Apenas 10,3% dos municípios do Rio Grande do Norte possuíam estruturas próprias de segurança pública, o que corresponde a apenas 17 de um total de 167, sendo a proporção mais baixa do Nordeste.
- A letalidade policial está entre as mais baixas do Nordeste, o que não significa que não seja um problema.
- O estado tem uma das menores taxas de encarceramento do país, mas há concomitância entre as baixas taxas de encarceramento e o crescimento das taxas de homicídio nos últimos anos, alertando para a possibilidade de existência de fragilidades nos processos de investigação criminal e execução penal. Note-se que as taxas de encarceramento são baixas se fizermos comparações com outros estados. Contudo, a situação do sistema prisional é repleta de problemas há anos, o que pode ser evidenciado pelas recentes rebeliões.
- A **proporção de presos nas custódias das polícias é alta** assim como é alta a proporção dos encarcerados que estavam em situação provisória.
- Em 2013, havia um deficit de **aproximadamente 3000 vagas** no sistema penitenciário.
- A maior parte dos presos está no sistema pelos **Crimes contra o patrimônio, Tráfico de entorpecentes e Crimes Violentos Letais Intencionais**, nessa ordem.
- O perfil dos presos repete as características identificadas nas vítimas de CVLI: homens jovens e negros.
- A população jovem encarcerada cresceu de forma significativa nesse período, passando a representar mais de um terço de toda a população carcerária do estado. A população negra encarcerada também cresceu: em 2013 representava 71,3% do total de apenados do estado, mas a grande variação se deu entre os pardos, que registraram um crescimento de quase 20% no período.
- As estatísticas criminais no Rio Grande do Norte ainda não apresentam cobertura e qualidade suficientes para orientarem o trabalho de gestão na Segurança Pública.
- As organizações policiais e a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte não construíram, nos últimos anos, procedimentos de gestão estruturadores, capazes de lidar com a complexidade do problema do crime e da violência no estado.

Percepção dos operadores do sistema e da imprensa

- O cenário de violência, criminalidade e insegurança do Rio Grande do Norte é relativamente recente. Nas últimas décadas, o grande crescimento populacional do

estado não foi acompanhado pelo incremento qualitativo necessário nas instituições de controle social. A consolidação do mercado ilegal de drogas, potencializada com a chegada do *crack*, juntamente com o estabelecimento de outras modalidades criminosas, tais como assassinatos vinculados a grupos de extermínio, assaltos a banco e sequestros, trouxeram mudanças que contribuíram para a elevação dos índices de violência. A interiorização da criminalidade, antes concentrada em Natal e na sua Região Metropolitana, também aparece como um problema sério para os operadores de segurança pública.

- Contudo, uma das principais causas do aumento da criminalidade no Rio Grande do Norte é a ausência de política pública de segurança no estado do Rio Grande do Norte. **As administrações estaduais nos últimos 25 anos foram descritas como ineficazes na construção de políticas públicas de segurança efetivas. A segurança pública nunca foi vista como prioridade no estado, inexistindo a percepção de segurança pública como política pública de gestão integrada.** A situação precária da SESED é apontada como maior indicador desse problema. A instituição se localiza num prédio sem estrutura, onde falta até mesmo telefone. Não possui respaldo político para exercer seu papel de coordenação das corporações policiais, e muitas vezes sofre interferência direta no seu trabalho de outras secretarias ou de políticos ligados ao governo.
- É dito de forma reiterada que os **investimentos na área de segurança são baixos**, especialmente para a área de **prevenção e não há integração entre os diferentes órgãos de segurança**. O papel da **Secretaria de Segurança e de Defesa Social** na articulação entre os diversos setores que atuam no combate à violência **não vem sendo realizado de maneira satisfatória nos últimos anos**.
- As instituições policiais do estado se encontram com diversos problemas de ordem estrutural. Ao longo do tempo, as instituições de segurança se fragilizaram e perderam capacidade de enfrentar as mudanças identificadas no contexto da criminalidade. **A Polícia Militar apresenta Regimento Internos defasado e condições de trabalho descritas como “precárias” e perdeu poder ostensivo. A Polícia Civil, em situação semelhante, não vem cumprindo o seu papel investigativo.**
- O policiamento ostensivo e preventivo, de responsabilidade da PMRN, é descrito como ineficiente, calcado em práticas meramente reativas, voltado apenas para o atendimento de ocorrências. O policiamento em viaturas é destacado em detrimento do policiamento a pé, o que contribuiria para a sensação de insegurança da população. Não existe policiamento comunitário. A corporação sofre com um deficit sério de

efetivo. Falta uma política de recompletamento, que considere a grande quantidade de policiais que se aposentam ano a ano, bem como os afastamentos decorrentes de problemas físicos e psicológicos por excesso de trabalho. A “política de progressão” no interior da corporação estaria repleta de problemas. O desvio de função, com muitos policiais deslocados para serviços administrativos e burocráticos, contribuiria para o atual déficit de policiamento ostensivo. Os salários são apontados como baixos, principalmente para o grosso da tropa e haveria, segundo alguns entrevistados, disparidades salariais entre as polícias estaduais. Falta uma política de cargos e carreiras, que recompense os policiais por produtividade e tempo de serviço. A prática de pagamento das chamadas “diárias operacionais”, que procura remediar os baixos salários, provoca aumento exacerbado da jornada de trabalho na corporação, com consequências sérias para a qualidade de vida dos policiais. Também não há política de formação continuada, nem preocupação com redução da letalidade e da violência policial, segundo parte dos entrevistados.

- O policiamento investigativo e judiciário, de responsabilidade da PCRN, apresenta deficiências ainda mais sérias. Não existe estrutura adequada para as investigações nas delegacias; faltam viaturas descaracterizadas, equipamentos de filmagem e fotografia, sistemas de gestão informatizados, computadores etc. As delegacias são descritas como prédios públicos precários, onde faltam até mesmo banheiros para os policiais e para o público. A atividade investigativa é “dividida” com a PMRN, que parece possuir maior estrutura para sua execução dentro dos batalhões. Não há sistema informatizado de acompanhamento de inquéritos, nem metas territorializadas, ou recompensas para os policiais mais produtivos. Alguns entrevistados apontam disputas crônicas entre grupos de delegados e entre os policiais mais jovens e os mais antigos na PCRN. O déficit do efetivo é enorme; a corporação conta com 30% do previsto em lei para seu pleno funcionamento. As delegacias abrangem áreas territoriais e populações muito maiores do que sua capacidade. Os salários dos agentes e escrivães é tido como inadequado. No ITEP, a situação é ainda mais precária, com 26 integrantes da Polícia Técnico-científica realmente capacitados para a função para todo o Rio Grande do Norte. Segundo todos os entrevistados, essas deficiências são ainda mais graves no âmbito da Polícia Técnico-Científica e da atividade policial investigativa acarretam um grande número de inquéritos concluídos por meio de *flagrantes*. Uma queixa recorrente é que não há política adequada de formação para investigação policial.
- A relação entre as polícias não é tida como problemática. No entanto, a falta de uma definição institucional quanto a protocolos de atuação parece provocar alguns problemas cotidianos. Para alguns, a Polícia Militar, estaria cada vez mais exercendo o papel investigativo que deveria ser da Polícia Civil.

- O Ministério Público sofre com problemas de gestão, planejamento e priorização. Não há metas, nem parcerias claras com o Governo do Estado no sentido de estabelecer prioridades. O controle social da atividade policial apresenta limites inerentes devido a uma atuação difusa. O Poder Judiciário desenvolve poucas parcerias com o Governo do Estado, exercendo seu papel sem integração sistêmica com os demais atores, apresentando, segundo muitos entrevistados, práticas desatualizadas. A Defensoria Pública, apesar de eficiente, sofre com deficit de pessoal, contando com somente 50 defensores para todo o estado.
- Finalmente, as guardas municipais, apesar de estarem presentes em um número maior de municípios nos últimos anos, apresentam pouca clareza quanto ao seu papel institucional na política pública de segurança. São pensadas como instituições auxiliares do policiamento ostensivo e comunitário, mas não apresentam uma padronização clara na estrutura e nas práticas cotidianas. Muitas sofrem com problema de falta de efetivo e equipamentos adequados de trabalho.
- A corregedoria é apontada como instituição burocrática e ineficiente, sem capacidade ou respaldo para exercer controle e repressão das más práticas policiais. É descrita como uma “fábrica da impunidade”, além de se revelar extremamente corporativista. Não há fiscalização do trabalho policial nem cobrança de rendimento de maneira sistematizada para os atores que compõem o quadro da segurança pública. As ações consideradas como positivas são vistas como práticas isoladas e não fruto de uma cultura institucional. Estruturalmente, pode-se considerar que a corregedoria da Polícia Civil não existe, uma vez que não tem orçamento.
- A solução encontrada para o problema dos presos nas custódias das polícias, ao passá-las para o sistema penitenciário, foi ineficaz, pois transformou as delegacias em pequenos presídios, sem produzir qualquer efeito estrutural. As condições dos CDPs foram descritas como “precárias e inaceitáveis”, e “há uma série de violações aos direitos humanos nessas localidades”.
- A Fundac permanece um problema, que alcançou melhoras nos últimos meses, mas ainda assim carece de investimentos continuados para garantir a realização de medidas socioeducativas, tanto em meio fechado, quanto em meio aberto.
- O sistema penitenciário enfrenta muitos problemas, desde a superlotação das unidades, péssimas condições das instalações, quase inexistência de mecanismos de gestão e baixa qualificação dos agentes penitenciários. A entrada de celulares e as revistas abusivas em dias de visita também são comuns nos presídios do estado.

- Não há serviço de assistência social no sistema penitenciário, o que dificulta a instalação de processos de ressocialização, que são praticamente inexistentes.
- Reconhece-se a existência de policiais que se envolveram com a criminalidade de forma mais sistemática. Contudo, parte dos entrevistados não acredita na existência de estruturas organizadas dentro das corporações voltadas para práticas de extermínio, enquanto outros entrevistados percebem a permanência de práticas relativamente estruturadas de vinculação com grupos de extermínio dentro das organizações policiais.
- As precárias condições de trabalho dos defensores públicos, reconhecidamente comprometidos com o seu trabalho, segundo a quase totalidade dos entrevistados, sobrecarregam a atuação da Defensoria.



**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Planejamento
e das Finanças - SEPLAN

**DIAGNÓSTICO E ANÁLISE
DA PERCEPÇÃO DO CRIME
E DA SEGURANÇA PÚBLICA
NO RIO GRANDE DO NORTE**



GRUPO BANCO MUNDIAL



RN SUSTENTÁVEL



Diagnóstico e Análise da Percepção do Crime e da Segurança Pública no Rio Grande do Norte

COORDENAÇÃO:

JOSÉ LUIZ RATTON

Professor e Pesquisador do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança da Universidade Federal de Pernambuco – NEPS/UFPE.

EQUIPE:

Gilson Macedo Antunes | Doutor em Sociologia pela UFPE e Pesquisador do NEPS/UFPE.

Ana Paula Portella | Doutora em Sociologia pela UFPE e Pesquisadora do NEPS/UFPE.

Eduardo de Alencar Abreu Matos | Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Doutorando em Sociologia pela UFPE e Pesquisador do NEPS/UFPE.

Ricardo Caldas | Graduando em Ciências Sociais e Pesquisador do NEPS/UFPE.

Bárbara Duarte | Graduanda em Ciências Sociais e Pesquisadora do NEPS/UFPE.

Luana Rebelo | Graduanda em Ciências Sociais e Pesquisadora do NEPS/UFPE.

Jasmin Guimarães | Graduanda em Ciências Sociais e Pesquisadora do NEPS/UFPE.

Maria Gabriela Silva | Graduanda em Ciências Sociais e Pesquisadora do NEPS/UFPE.

SUMÁRIO

Apresentação	4
I.	
I.1 O Crime Violento No Rio Grande Do Norte: Uma Análise Exploratória	6
I.2 Perfil Das Vítimas Do Crime Violento	24
I. 3 Contexto Geral Da Criminalidade E Da Segurança Pública	26
I. 4 Gastos Com Segurança Pública	30
I. 5 Efetivos Das Polícias	33
I. 6 O Sistema Penitenciário No Rio Grande Do Norte	38
II.	
II. 1 Retrato Da Violência	42
II. 2 Causas E Determinantes Do Aumento Da Violência	45
II. 3 Violência Contra A Mulher	58
II. 4 Mercado Do Crack	58
II. 5 Grupos De Extermínio	62
III.	
III.1 Instituições Policiais - Polícia Militar	67
III.1.1 Padrões de Policiamento	67
III.1.2 Efetivo	70
III.1.3 Carreira E Remuneração Policial	74
III.1.4 Formação, Qualificação E Capacitação Profissional	77
III.1.5 Cultura, Violência E Práticas Policiais	84
III. 2 Instituições Policiais - Polícia Civil	85
III.2.1 Policiamento Investigativo E Judiciário	86
III.2.2 Efetivo	90
III.2.3 Carreira E Remuneração Policial	94
III.2.4 Formação, Qualificação E Capacitação Profissional	95
III.2.5 Existência De Presos Nas Delegacias	99
IV. Relação Entre As Polícias	101
V. Funcionamento Das Corregedorias	104

VI. Instituto Técnico-Científico de Polícia - ITEP	107
VII. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	109
VIII. Ministério Público	112
IX. Poder Judiciário	118
X. Defensoria Pública	120
XI. Sistema Penitenciário	123
XII. Guarda Municipal	128
XIII. Notas conclusivas	133
XIV. Apêndice Analítico: Análise das formas como a mídia representa o crime, a violência e a Segurança Pública no Rio Grande do Norte	140
Referências bibliográficas	170

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta um diagnóstico introdutório da situação da segurança pública no Estado do Rio Grande do Norte na última década, seu foco está direcionado para os últimos quatro anos (2011-2014), com o objetivo de subsidiar o processo de aperfeiçoamento das políticas públicas nessa área.

O diagnóstico está organizado em dois grandes blocos. No primeiro, utilizando dados de várias fontes (SESED, DATASUS, IBGE, Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Plataforma Multifonte) se buscou construir uma visão geral do problema do crime, da violência e da segurança pública no Rio Grande do Norte, a partir de indicadores quantitativos. Este bloco, por sua vez, está dividido em quatro partes: a primeira trata especificamente do crime violento, analisando sua ocorrência e o modo como variou ao longo do tempo. Inclui ainda um perfil das vítimas de homicídio e uma descrição da ocorrência dos principais tipos de delito e dos procedimentos policiais ligados à investigação criminal. A segunda parte analisa os gastos com segurança pública no estado, e a terceira descreve os efetivos das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Municipal. A quarta parte apresenta e analisa as informações relativas ao sistema penitenciário. Até este momento, as informações analisadas são quantitativas, provenientes das fontes oficiais do Ministério da Saúde/SIM/DATASUS, da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, do IBGE, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e da Plataforma Multifonte. Para a análise, utilizou-se de procedimentos estatísticos descritivos, apresentados sob a forma de tabelas e gráficos.

O segundo bloco aborda o problema da segurança pública de forma qualitativa. Aqui são analisadas opiniões e percepções de policiais militares, juízes, promotores, delegados e investigadores da polícia civil, policiais federais, membros de organizações da sociedade civil, jornalistas, pesquisadores e professores universitários sobre os temas da violência, da criminalidade, do Sistema de Justiça Criminal e das políticas públicas voltadas para essa área, totalizando 27 entrevistados que tem algum tipo de atuação e experiência neste campo¹.

Contudo, há um apêndice analítico que traz uma análise das notícias de jornais da capital potiguar, veiculadas em 2014, voltadas para o tema da Segurança Pública, tentando compreender de modo geral, a forma como o crime é percebido e expresso nos meios de comunicação local.

Assim, espera-se ter condensado neste documento informações e análises úteis para a qualificação das políticas e programas voltados para o enfrentamento da criminalidade e

¹ Por questões éticas, os entrevistados não foram identificados.

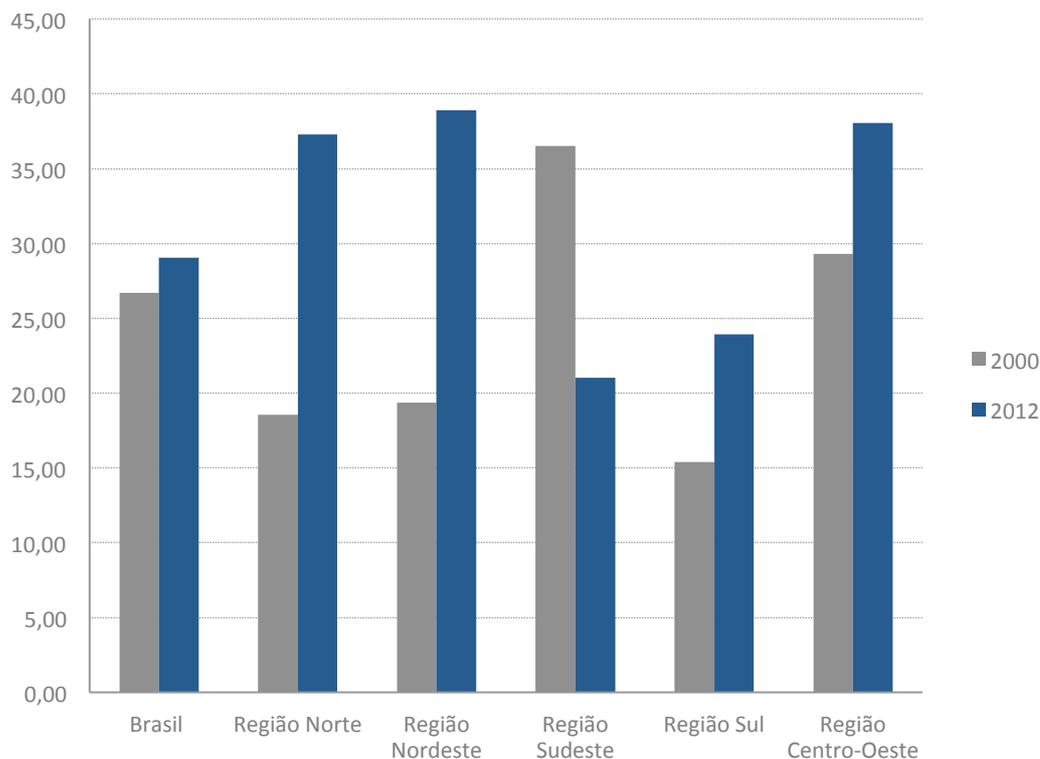
da violência no Rio Grande do Norte, tanto a partir das informações objetivas disponíveis quanto do conhecimento acumulado e das percepções dos diferentes atores que compõem o campo da Segurança Pública no Rio Grande do Norte.

I.

I. 1 – O crime violento no Rio Grande do Norte: uma análise exploratória dos dados²

Ao compararmos a taxas de homicídio no Brasil por região saltará aos olhos a mudança entre o início dos anos 2000 e o início da segunda década do século XXI. O Sudeste tem uma redução notável das taxas de homicídio enquanto o Nordeste brasileiro sofre um incremento impressionante, como é possível ver no gráfico 1.

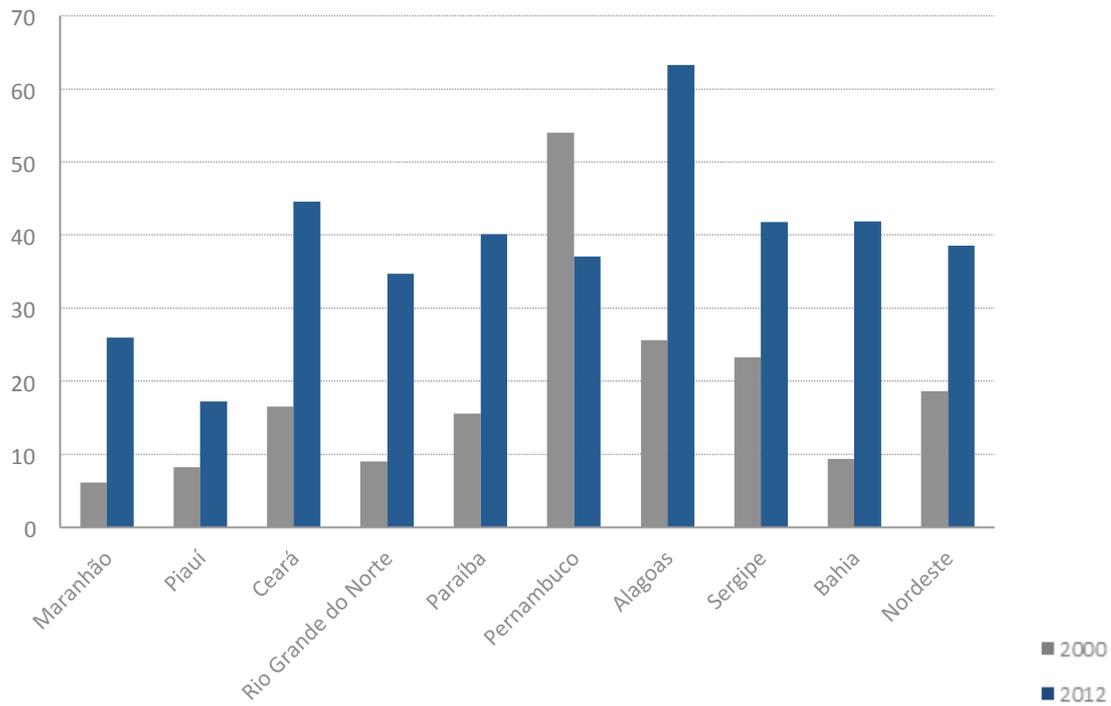
Gráfico 1 | Taxas de Homicídio, por Regiões do Brasil (2000 – 2012).



Fonte: Datasus – 2014.

² Nesta parte do texto foram utilizadas várias fontes de informações sobre mortes violentas: o CIOSP/RN, o ITEP/RN e o Datasus/MS. Quando as fontes forem o CIOSP/RN e o ITEP/RN, estaremos falando de Crimes violentos letais intencionais, que incluem homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Quando utilizarmos os dados do Datasus/MS, estaremos tratando das agressões que resultaram em morte, conforme a Classificação Internacional das Doenças número 10 (CID-10), que desde 1996 vigora no âmbito das informações sobre mortalidade por causas externas no âmbito da Saúde Pública e que eram anteriormente chamadas de homicídios até a CID-9. Vez por outra utilizaremos o vocábulo homicídio de forma intercambiável com o vocábulo agressão quando tratarmos dos dados oriundos do Datasus.

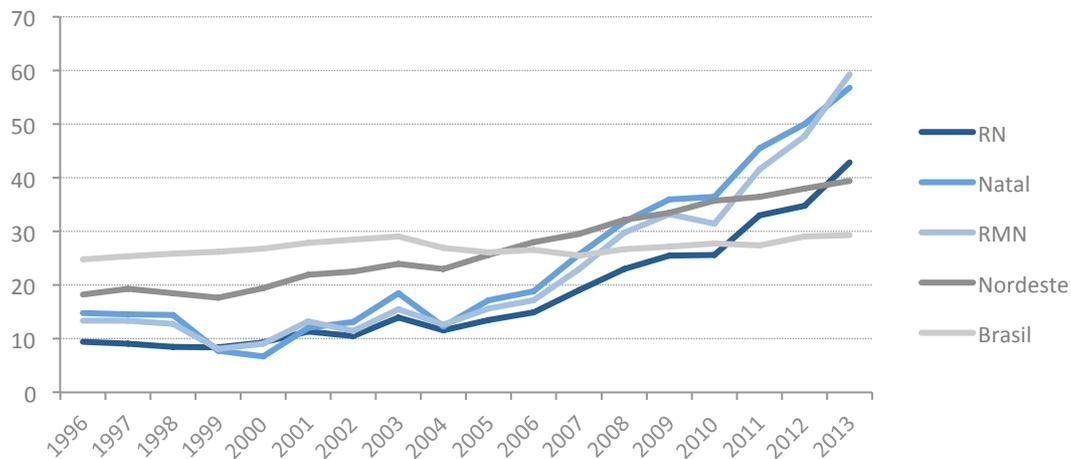
Gráfico 2 – Taxas de Homicídio, região Nordeste do Brasil (2000 – 2012).



Fonte: Datasus – 2014.

Se tomarmos apenas a região Nordeste, é fácil perceber que todos os estados desta região, com exceção de Pernambuco, apresentaram trajetória de elevação das taxas de homicídios (Gráfico 2).

Gráfico 3 | Taxas de Homicídio, comparando Brasil, região Nordeste, Rio Grande do Norte, Região Metropolitana de Natal, e Natal (1996 – 2013).



Fonte: Datasus – 2014.

O Rio Grande do Norte, a Região Metropolitana de Natal e a capital potiguar apresentavam, em meados dos anos 1990, taxas de homicídio inferiores às taxas do Nordeste e do país. Contudo, nos últimos 10 anos, com ênfase para os últimos quatro, tanto o estado, quanto Natal e sua região metropolitana vivenciaram um aumento expressivo da violência homicida e apresentam taxas superiores tanto à taxa de homicídios da Região Nordeste quanto das taxas brasileiras (Gráfico 3).

Tabela 1 | Taxas de Homicídio, comparando Brasil, região Nordeste, Rio Grande do Norte, Região Metropolitana de Natal, e Natal.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
RN	9,4	9,1	8,5	8,4	9,3	11,4	10,5	14	11,6
Natal	14,8	14,5	14,4	7,8	6,7	12	13,1	18,5	12,3
RMN	13,4	13,4	12,8	8,1	9,1	13,2	11,5	15,5	12,7
Nordeste	18,2	19,3	18,5	17,6	19,4	21,9	22,5	24	23
Brasil	24,8	25,4	25,9	26,2	26,8	27,9	28,5	29,1	26,9
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RN	13,5	14,9	19,1	23	25,5	25,6	33	34,79	42,86
Natal	17,2	18,9	25,7	31,8	36	36,5	45,5	50,03	56,8
RMN	15,6	17,2	23	29,8	33,2	31,5	41,6	47,71	59,36
Nordeste	25,6	28	29,6	32,2	33,5	35,7	36,4	38,02	39,46
Brasil	26,1	26,6	25,5	26,7	27,2	27,8	27,4	29,05	29,26

Fonte: Datasus – 2014.

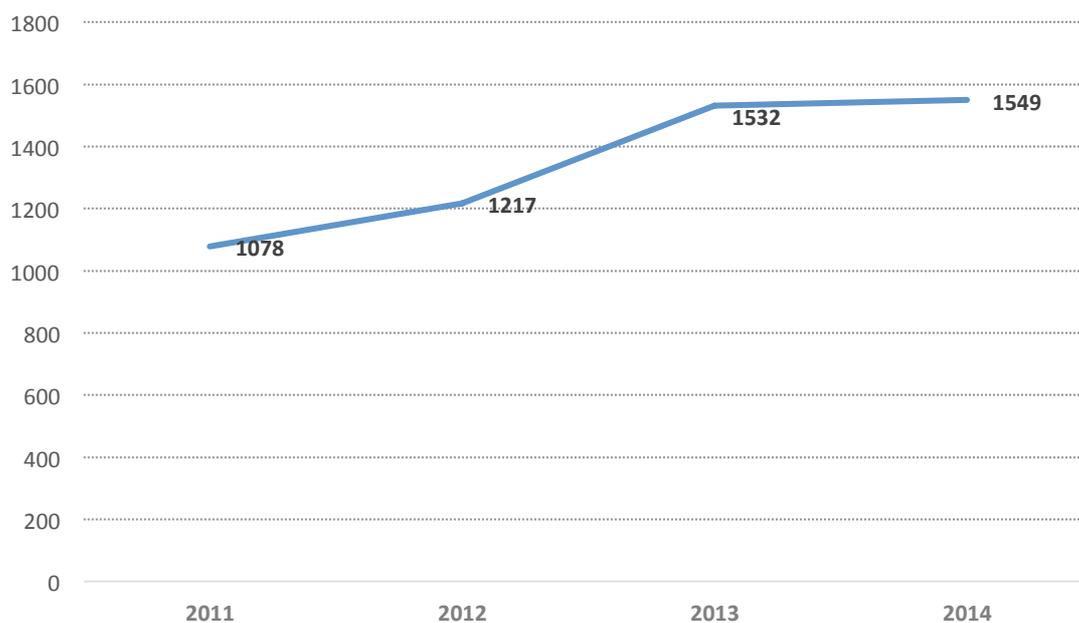
A Tabela 1 também nos mostra a magnitude desta elevação: entre 1996 e 2013: de forma aproximada, pode ser dito que o Rio Grande do Norte tornou-se quatro vezes mais violento, assim como Natal e sua região metropolitana (Tabela 1).

A violência nas regiões do Rio Grande do Norte

Nesta seção analisam-se os casos de Crime Violento Letal Intencional (CVLI) nas diferentes regiões do estado procurando apreender as tendências na sua variação. De modo a incluir neste documento dados recentes referentes ao último ano, parte da análise utiliza informações do CIOSP relativas ao período de 2011 a 2014, e outra parte baseia-se nos dados do Datasus, referentes a um período mais extenso, cobrindo os anos de 2000 a 2013.

Os crimes violentos letais intencionais (CVLI) aumentaram de forma significativa no Rio Grande do Norte, no período de 2011 a 2014, conforme se observa no gráfico 5. Os casos de CVLI sofrem uma elevação de 43,7%, sendo o período compreendido entre os anos de 2012 e 2013 aquele que apresentou o maior salto, com um aumento de 315 casos ou 21,4%. No último ano mantém-se a tendência de crescimento, mas em níveis mínimos (1,1%), que pode ser interpretada como um eventual indicador de estabilização das taxas em patamares elevados.

Gráfico 5 | Número de CVLI, 2011 a 2014*, RN.



Fonte: CIOSP/RN. * Até 15 de dezembro.

O gráfico 6, a seguir, apresenta as taxas de CVLI no Estado no mesmo período. As elevações proporcionais aqui são menores do que as observadas no gráfico anterior, mas são também significativas, especialmente no início do período. Assim, em 2012 a taxa sofreu uma elevação de quatro casos para cada grupo de 100 mil habitantes, que correspondem a 11% da taxa inicial, e, em 2013, essa elevação foi de 20,4% (ou 7,7 casos). No período, a elevação foi de 35%, deixando a taxa estadual quase cinco vezes mais alta do que aquela considerada aceitável pela ONU, que é de 10/100 mil habitantes.

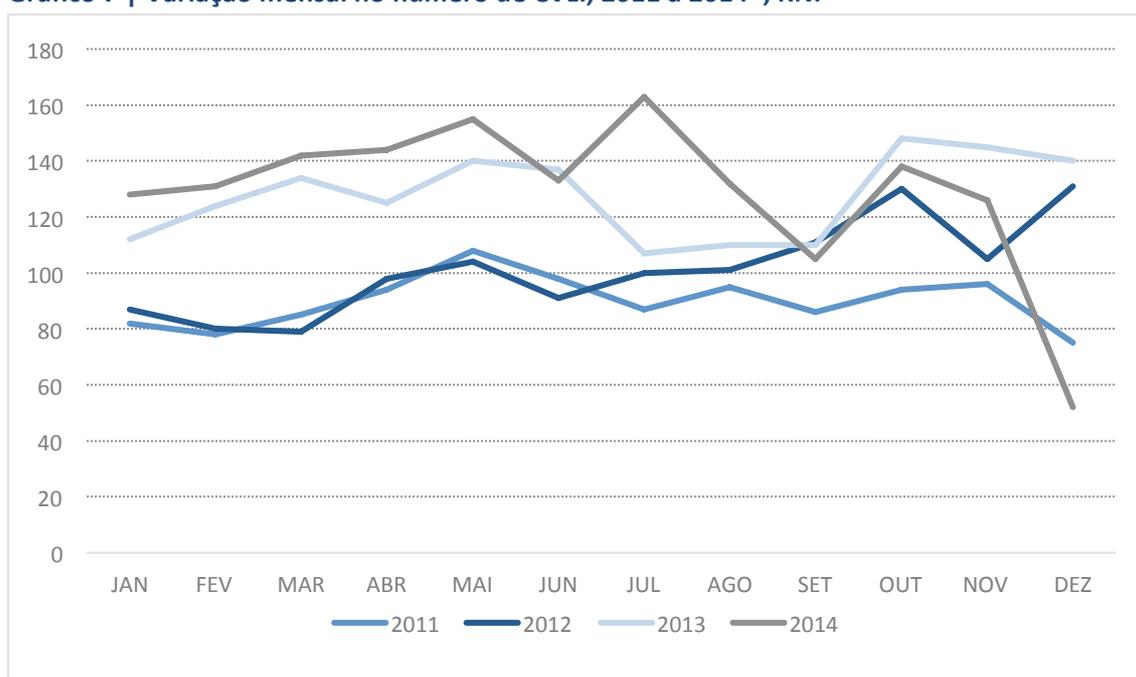
Gráfico 6 | Taxas anuais de CVLI, 2011 a 2014*, RN.



Fonte: CIOSP/RN.

O gráfico 7 permite observar as oscilações mensais no número de CVLI's em cada ano. Verifica-se claramente a constância da tendência de elevação no ano de 2012, mantida até junho de 2013, e alguns movimentos de redução em períodos específicos nesse mesmo ano e, sobretudo, em 2014. Em maio de 2014 foram registradas quase 160 mortes violentas e em julho esse valor foi ultrapassado, representando um crescimento de quase 50% se compararmos com o mesmo mês do ano anterior. O número de CVLI's cresce de forma constante até maio de 2014, oscilando em seguida até atingir o ponto mais baixo de todo o período, em dezembro.

Gráfico 7 | Variação mensal no número de CVLI, 2011 a 2014*, RN.



Fonte: CIOSP/RN.

O gráfico 8, a seguir, permite visualizar a redução da proporção dos homicídios no total dos crimes violentos, considerando o quadriênio 2011-2014. Em 2011, os homicídios representavam quase 85% do total de crimes violentos; já em 2014, esse crime representa um pouco mais de 70% do total de crimes violentos. Essa redução, sendo proporcional, deve-se ao incremento dos CVLI's decorrentes de lesão corporal seguida de morte, dos latrocínios e dos conflitos com a polícia³.

Gráfico 8 | Distribuição dos CVLI, de acordo com o tipo penal (homicídio, homicídio cometido pela PM e pela PC, latrocínio e lesão corporal seguida de morte), 2011 a 2014*, RN (%).

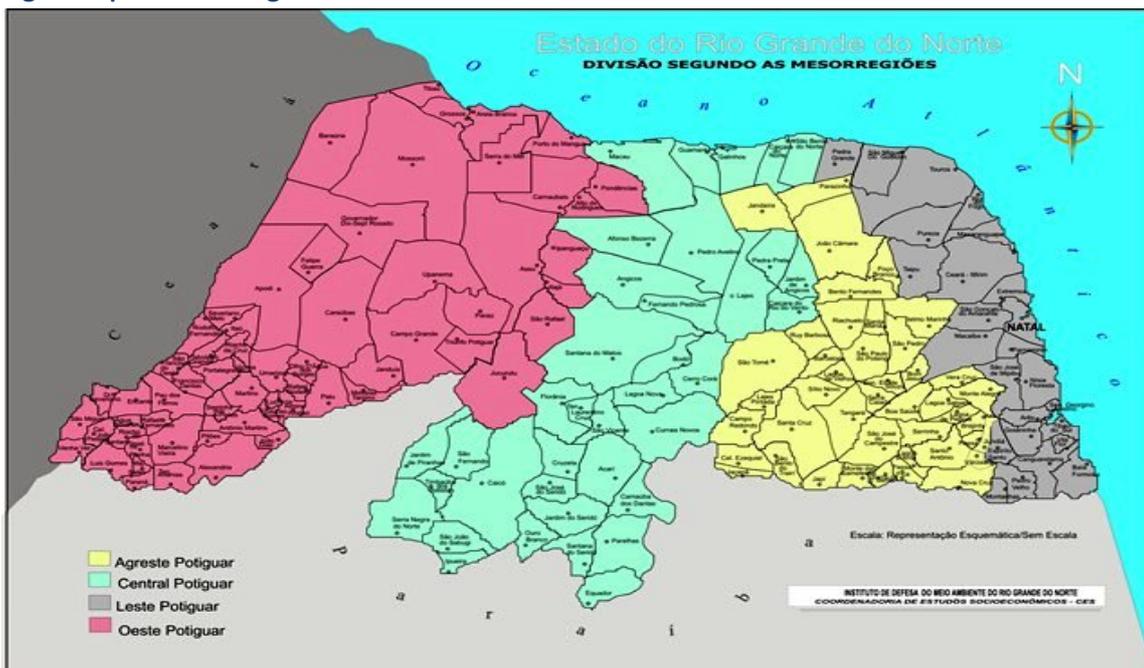


Fonte: ITEP/RN.

Pode-se agora analisar a distribuição dos crimes violentos intencionais letais por região do Rio Grande do Norte. O Estado está dividido em quatro Mesorregiões - Oeste, Leste, Agreste e Central (Figura 1) - e 19 microrregiões. A análise a seguir apresenta a distribuição proporcional dos CVLI em cada mesorregião e microrregião, com relação à totalidade dessas regiões do estado em cada um dos anos do período estudado, mas inicia-se com um olhar sobre a região metropolitana e a capital, em virtude da grande concentração de casos nessas áreas.

³ As mortes violentas resultantes da atuação de policiais em serviço devem ser tratadas de duas formas: em primeiro lugar compondo as estatísticas totais de homicídios no estado, pois constituem eventos que resultaram em mortes violentas intencionais e que devem compor as taxas gerais de crimes violentos intencionais do estado. Mas devem ser contadas separadamente para permitir comparação e compreensão das variações anuais deste tipo de morte violenta intencional.

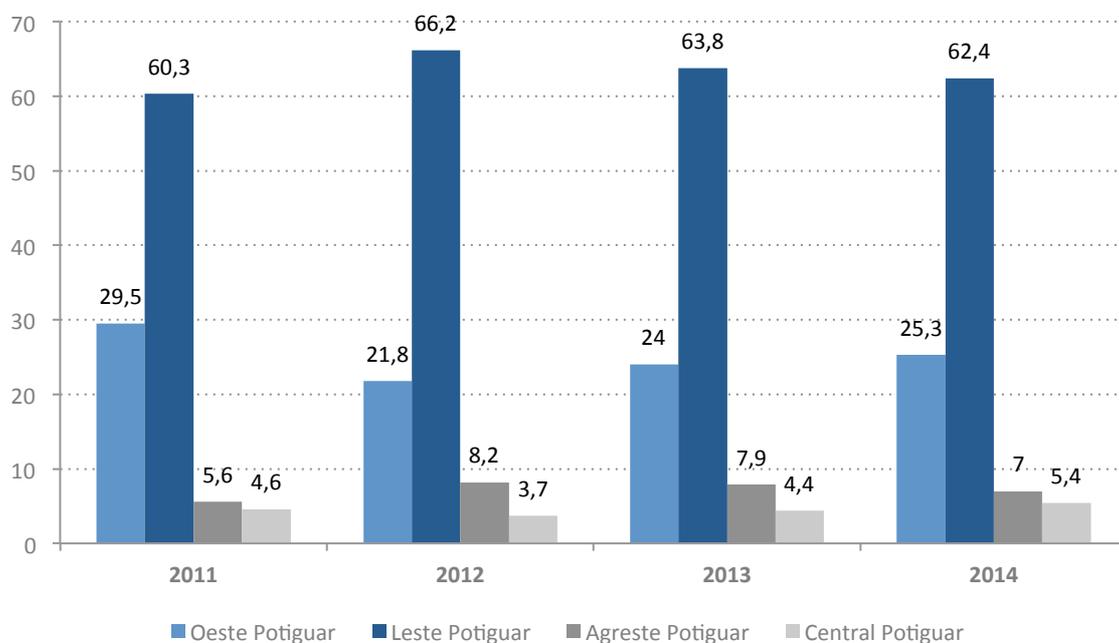
Figura 1 | As Mesorregiões do estado do Rio Grande de Norte.



Fonte: Wikipédia.

A mesorregião do Leste Potiguar é a que concentra a maior proporção de crimes violentos em todo o estado, em torno de 60%, com um pico de 66,2% no ano de 2012. Em seguida, vem a região do Oeste Potiguar, que inicia o período com praticamente um terço de todos os CVLIs, reduzindo essa participação para um quarto no ano de 2014.

Gráfico 9 | Distribuição dos CVLI, segundo as mesorregiões, 2011 a 2014*, RN (%).

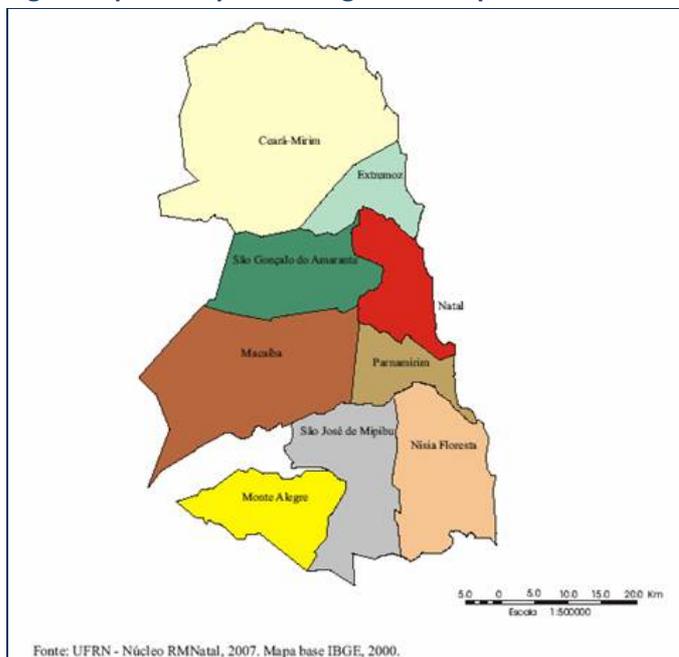


Fonte: ITEP/RN.

A região metropolitana de Natal é composta por nove municípios (figura 2), sendo a décima quinta maior região metropolitana do país. A RM de Natal possui, de acordo com

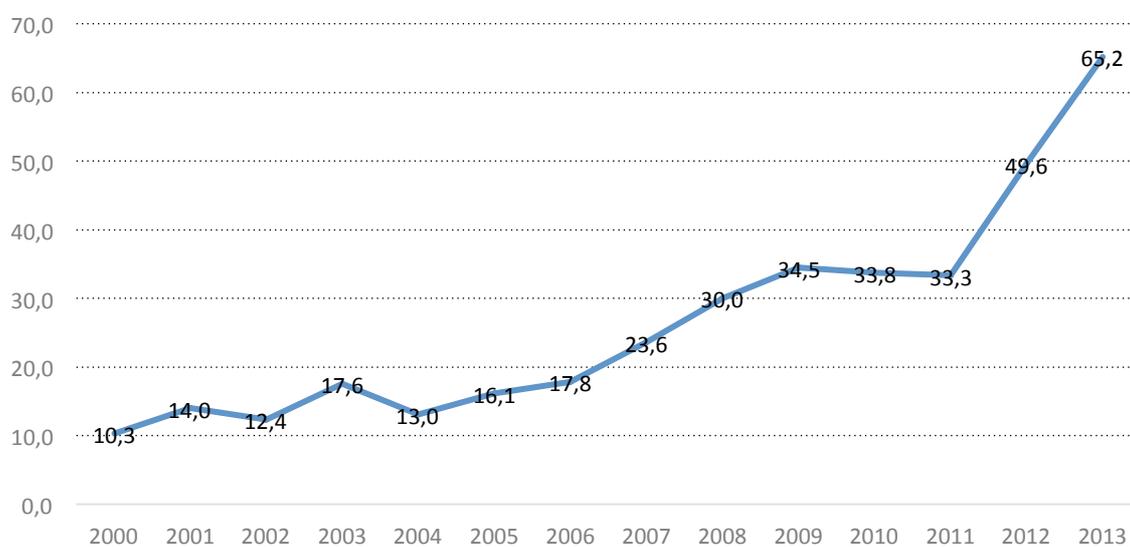
dados do IBGE de 2013, cerca de 1.473.877 habitantes, o que representa mais da metade da população do estado do Rio Grande do Norte.

Figura 2 | Municípios da Região Metropolitana de Natal



É possível observar através do gráfico 9, que a RM fechou a década passada, em 2010, com um aumento de quase 200% na taxa de CVLI, ao considerar como ponto inicial de análise o ano 2000. Ademais, o biênio 2012-2013 apresentou-se como o mais violento da série histórica, sendo o ano de 2013, com uma taxa de 65 homicídios (agressões que resultaram em morte) por grupo de 100 mil habitantes, o mais violento, representando elevação de mais de 500% com relação ao início do período.

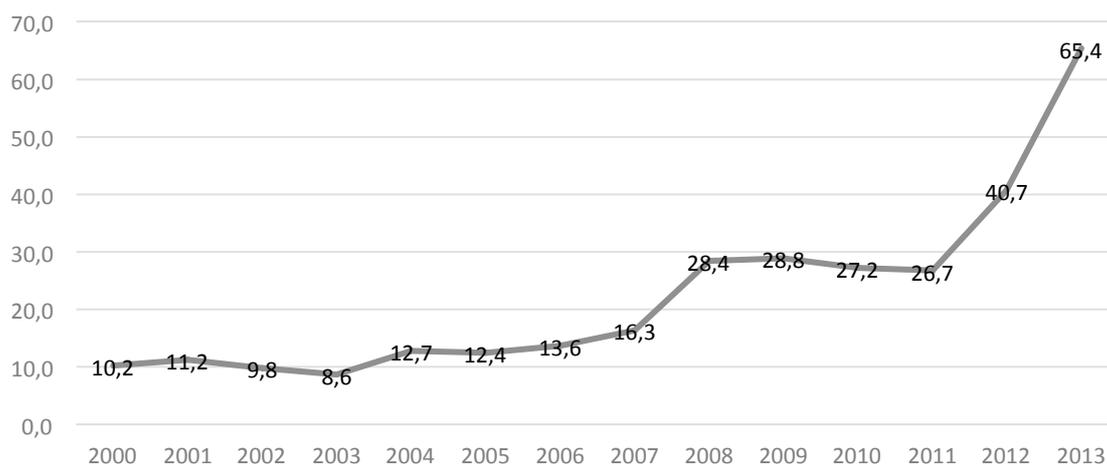
Gráfico 10 | Distribuição das taxas de Homicídio, entre 2000 e 2013 na Região metropolitana da cidade de Natal.



Fonte: DATASUS, 2014.

Excluindo-se a capital, repete-se o mesmo padrão na RM, com taxas ligeiramente mais baixas na maior parte dos anos, aproximando-se, porém, no ano de 2013. As elevações tornam-se mais consistentes a partir de 2006, mas ganham grande relevância nos anos de 2012 e 2013, quando se observam aumentos de mais de 50% nas taxas, quando comparadas ao ano imediatamente anterior.

Gráfico 11 | Distribuição das taxas de homicídio, entre 2000 e 2013 na Região metropolitana sem a cidade de Natal.

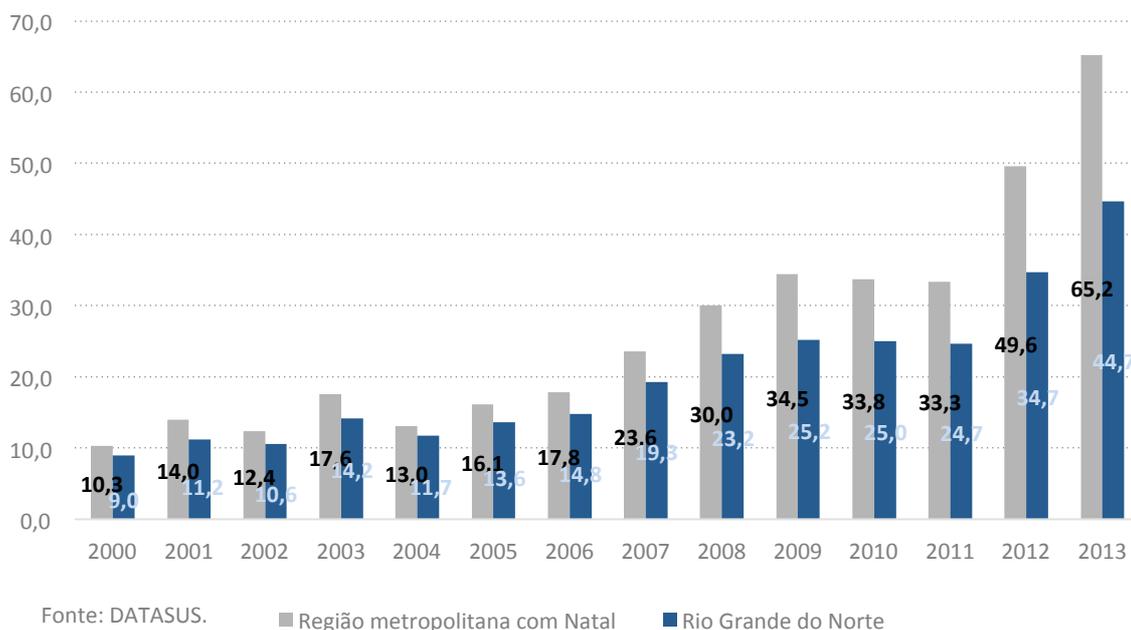


Fonte: DATASUS.

O padrão de semelhança também está presente entre as taxas da RM e do estado, especialmente até o ano 2007. A partir de 2008 amplia-se a distância entre a RM e o estado do Rio Grande do Norte. O gráfico abaixo permite observar mais uma vez a relativa estabilidade no triênio 2009-2011 e a elevação das taxas no biênio 2012-2013. É importante

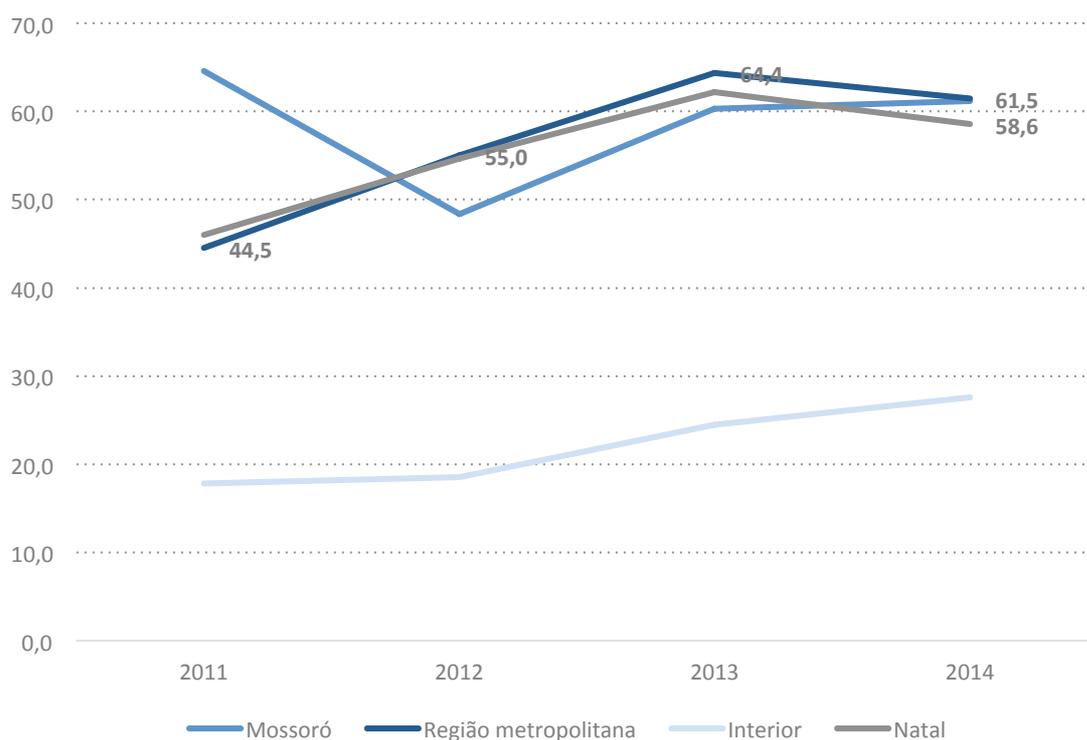
registrar que tanto o estado quanto a RM iniciam o período com taxas de homicídios dentro do padrão aceitável pela ONU – até 10 casos para cada 100 mil habitantes – e ao longo dos anos seguintes e especialmente a partir de 2008 apresentam uma escalada de violência que eleva as taxas para patamares até seis vezes mais altos do que o aceitável. Já foi visto que os anos de 2012 e 2013 são particularmente problemáticos e apontam para a necessidade de identificar os fatores que permitiram uma mudança tão drástica no padrão de ocorrência da morte violenta no estado.

Gráfico 12 | Distribuição das taxas de homicídio, na Região metropolitana de Natal e o estado do Rio Grande do Norte, entre 2000 e 2013.



Reduzindo-se o período de análise para os últimos quatro anos, verifica-se que, assim como em outros estados do Brasil, a capital e a região metropolitana apresentam curvas com trajetórias semelhantes: elevação consistente das taxas até 2013 e redução discreta em 2014. As duas regiões têm variações positivas no biênio 2011-2012, de, respectivamente, 18,8% e 23,6%; e, no biênio 2013-2014, a variação é negativa, -5,8% e -4,5%; e para o total do quadriênio apresentaram um crescimento de 27,3% e 38,1%, respectivamente. Os picos nas taxas de homicídio das duas regiões foram de 64 e 62 casos para cada 100 mil/habitantes, em 2013. O interior do estado é a única região que apresenta um quadro de elevação contínua no período e a região de Mossoró, que reduziu as taxas em 2012 (-25,1%), volta a apresentar elevação em 2013 e 2014, mas encerra o quadriênio ainda em queda (-5,2%). O interior do estado apresenta a maior evolução das taxas, com uma variação de 54,8% no quadriênio, superior à variação estadual, que foi de 35%.

Gráfico 13 | Taxas de CVLI, segundo as principais regiões do Estado, 2011 a 2014*, RN.



Fonte: ITEP/RN.

No período analisado, a variação da taxa de CVLI na região metropolitana foi de 38,1%, na capital potiguar de 27,3% e no estado de 35,1%. Caso se considere o final do quadriênio (2011-2014), a chance de uma pessoa ser vítima de homicídio, apresenta-se maior na região metropolitana do que em Natal, e no estado como um todo. E na região metropolitana, o município mais letal foi Extremoz, que apresentou uma variação nas taxas de CVLI de quase 268% e uma taxa de homicídio de 118,1 em 2014.

Tabela 2| Ranking dos municípios com as 12 maiores taxas de CVLI, 2011 a 2014*, RN.

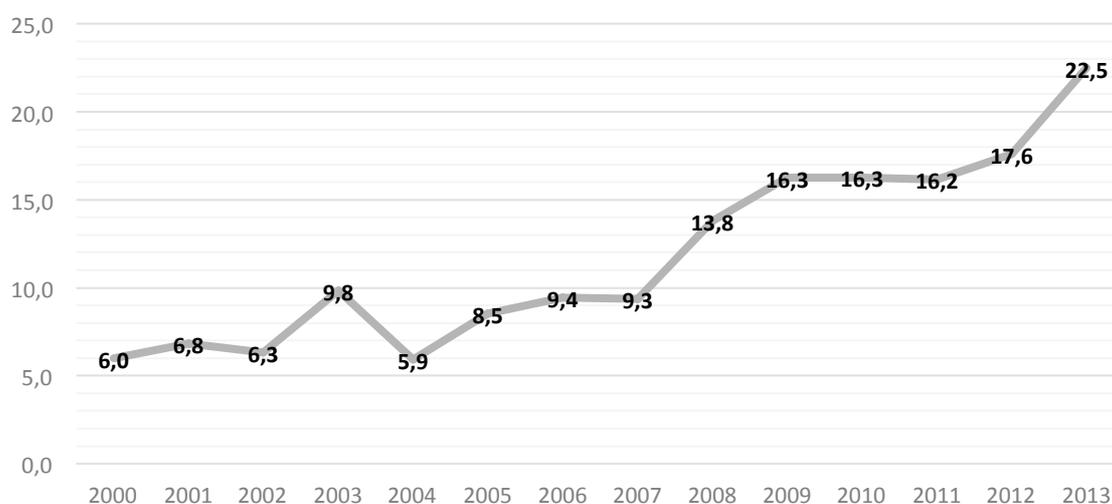
Município	Anos				%
	2011	2012	2013	2014	
Extremoz	32,1	142,2	78,7	118,1	267,9
São José do Mipibu	39,9	91,3	101,5	109,9	175,4
Ceará-Mirim	33,5	47,8	64,0	74,6	122,7
Caicó	25,3	11,0	24,2	43,4	71,5
Macaíba	46,8	53,0	131,0	74,2	58,5
Baraúna	65,1	64,1	110,1	97,0	49,0
Parnamarim	38,4	43,0	50,1	52,5	36,7
Natal	46,0	54,7	62,2	58,6	27,4
Açu	37,3	20,4	26,6	45,8	22,8
São Gonçalo do Amarante	64,0	57,5	47,3	71,3	11,4
Mossoró	64,6	48,4	60,3	61,2	-5,3
Santa Cruz	49,8	38,4	60,3	31,1	-37,6

Fonte: ITEP/RN.

Ao se considerar esses doze municípios, verifica-se que São José do Mipibu e Ceará-Mirim também apresentaram variação acima de 100% no período e, junto com Baraúna, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, tiveram, em 2014, taxas acima de 70 casos para cada 100 mil habitantes. Apenas Mossoró e Santa Cruz apresentaram reduções no período: de 5,3% e 37,6%, respectivamente.

A Mesorregião Central Potiguar é formada por 37 municípios e conta com aproximadamente 374.364 mil habitantes, sendo a menor Mesorregião do estado. Conforme o gráfico 14, essa mesorregião permanece com taxas aceitáveis de CVLI até o ano 2007 e, a partir daí, experimenta sucessivas elevações, chegando ao final do período com um aumento de 275%, com relação ao ano de 2000.

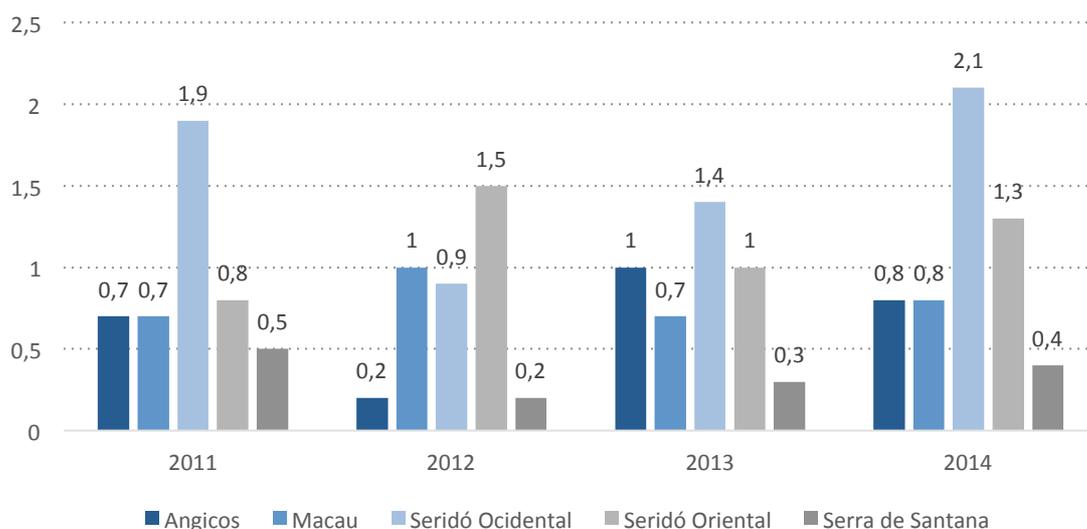
Gráfico 14 | Distribuição das taxas de CVLI, entre 2000 e 2013 na Mesorregião Central Potiguar.



Fonte: DATASUS.

A mesorregião Central Potiguar é subdividida em cinco microrregiões – Angicos, Macau, Seridó Ocidental e Oriental e Serra de Santana – e, apesar da elevação observada nas taxas, é pequena a participação dos casos aí ocorridos no total de casos do estado. Para essa análise, conta-se apenas com os dados dos últimos quatro anos, mas vê-se que, com exceção do ano de 2012, quando o Seridó Ocidental apresentou uma proporção maior de casos, em todos os outros anos foi o Seridó Ocidental que ocupou essa posição e, mesmo assim, o pico máximo alcançado se limitou a apenas 2,1% dos casos do estado, registrado em 2014.

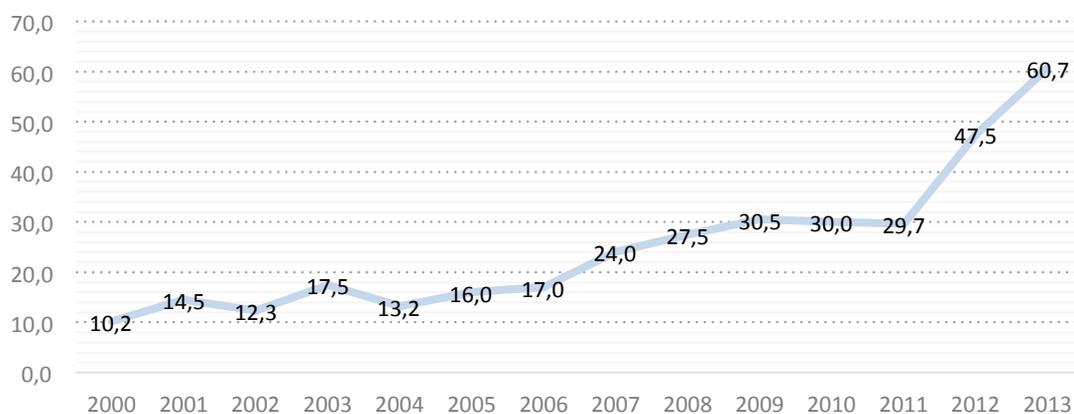
Gráfico 15 | Distribuição dos CVLI nas microrregiões da Central Potiguar, 2011 a 2014*, RN (%).



Fonte: ITEP/RN.

A Mesorregião do Leste Potiguar é integrada por 25 municípios e, com uma população estimada de 1.473.936 habitantes, é maior mesorregião do estado e inclui a capital. Assim, a elevação das taxas aqui obedece à mesma curva já observada na Região Metropolitana e, mais uma vez, chama a atenção que, mesmo sendo uma Região Metropolitana, que inclui a capital do estado, no ano 2000 – quando parte importante das grandes cidades brasileiras já apresentava altas taxas de homicídio – a taxa do Leste Potiguar ainda se situasse no nível aceitável pela ONU. Mas a elevação foi progressiva durante todo o período, chegando, como já se viu, a uma taxa maior que 60 mortes para cada 100 mil habitantes.

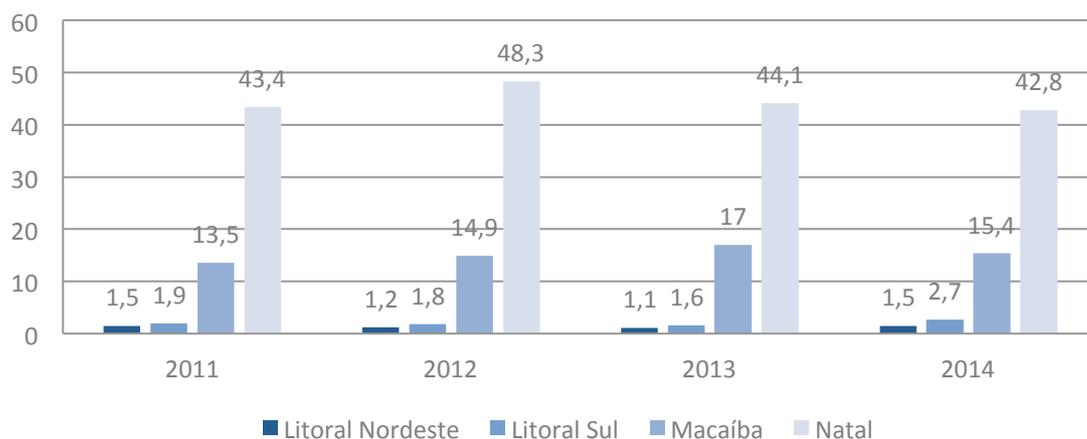
Gráfico 16 | Distribuição das taxas de CVLI, entre 2000 e 2013, na Mesorregião Leste Potiguar.



Fonte: DATA/SUS

A capital do estado, Natal, é uma das quatro microrregiões do Leste Potiguar e, como em outros estados do país, é onde se concentra a maior proporção de todos os CVLI's do Rio Grande do Norte. No período estudado, essa proporção variou de 42,8% a 48,3%. Observe-se, porém, que, apesar do crescimento observado em 2012, a tendência é de queda na capital, que chega em 2014 com uma participação no total dos CVLI's do estado menor do que no início do período. A microrregião de Macaíba também concentra uma alta proporção de casos: entre 13,5% e 15,4% de todos os casos do estado.

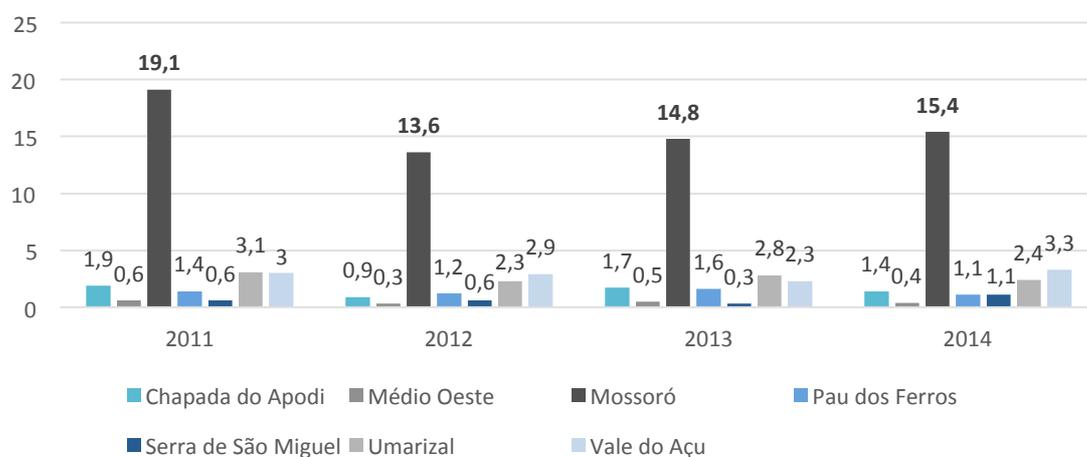
Gráfico 17 | Distribuição dos CVLI nas microrregiões do Leste Potiguar, 2011 a 2014*, RN (%).



Fonte: ITEP/RN.

A mesorregião do Oeste Potiguar tem 781.439 mil habitantes e é a segunda maior Mesorregião do Rio Grande do Norte. Mossoró é o seu maior município, com aproximadamente 280.314 mil habitantes e constitui uma de suas sete microrregiões. É uma das áreas de maior ocorrência de crime violento no estado, tendo concentrado, no período, de 13,6% a 19% de todos os casos. Mas, assim como em Natal, a tendência aqui é de redução proporcional em 2014, quando comparado a 2012; embora, possa se observar aumento quando se compara ao ano de 2013. Contudo, **juntas, as microrregiões Natal, Mossoró e Macaíba reuniram aproximadamente 84% de todas as ocorrências de CVLI do Estado entre 2011 e 2014.**

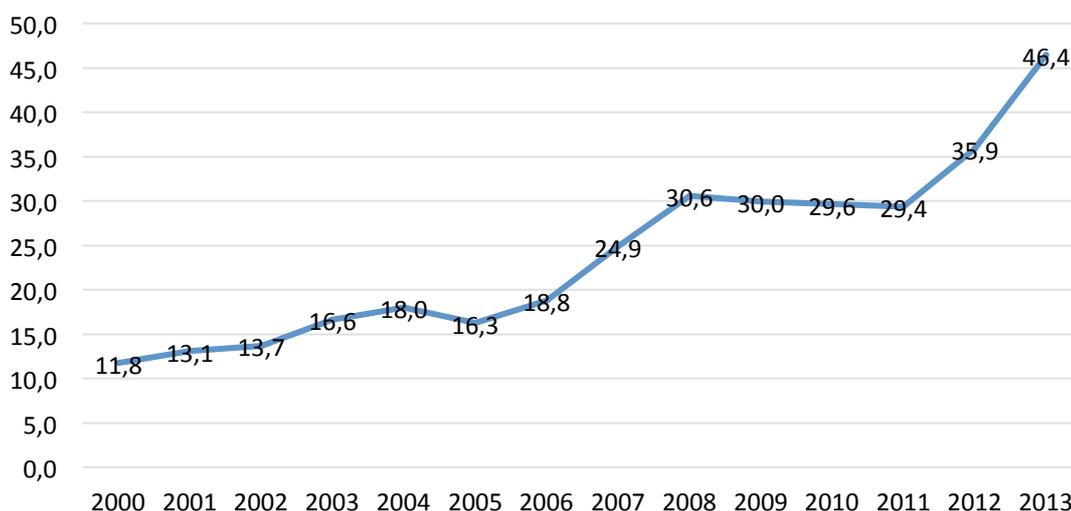
Gráfico 18 | Distribuição dos CVLI nas microrregiões do Oeste Potiguar, 2011 a 2014*, RN (%).



Fonte: ITEP/RN.

As taxas de CVLI apresentam a mesma tendência de elevação observada nas outras mesorregiões, mas a taxa mais alta, de 2013, ficou em 46,4 casos para cada 100 mil habitantes, mais baixa, portanto, do que aquela verificada no Leste Potiguar.

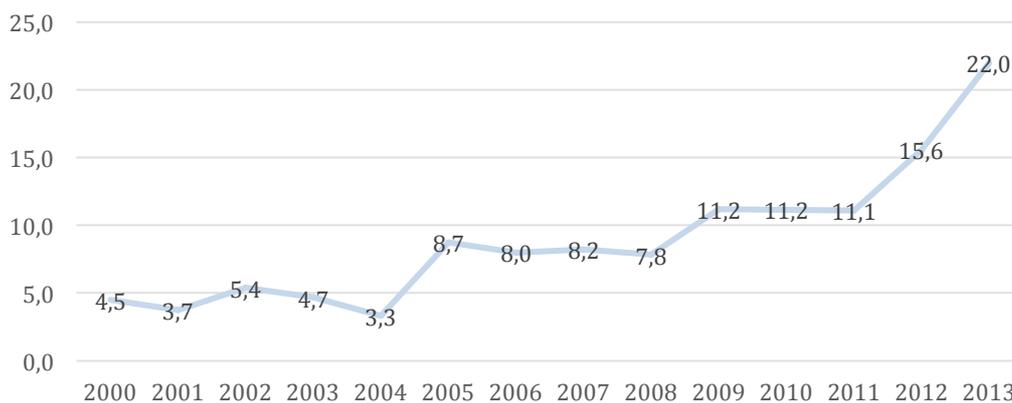
Gráfico 19 | Distribuição das taxas de CVLI, entre 2000 e 2013, na Mesorregião Oeste Potiguar.



Fonte: DATASUS.

A mesorregião do Agreste Potiguar é integrada por 43 municípios e tem a terceira maior população entre as Mesorregiões do Estado, com cerca 414.021 mil habitantes. O município de Santa Cruz é o mais populoso, com aproximadamente 35.759 mil Habitantes.

Gráfico 20 | Taxas de CVLI, entre 2000 e 2013, na Mesorregião Agreste Potiguar.



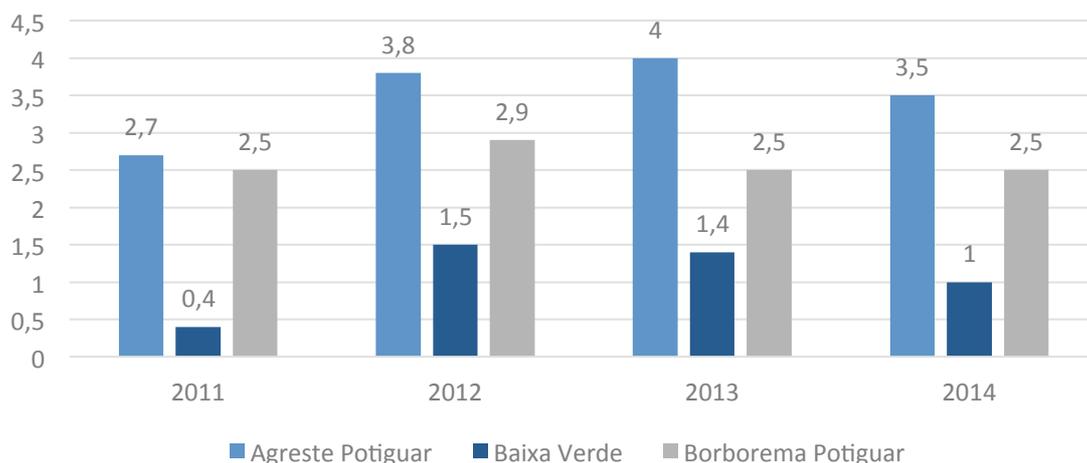
Fonte: DATASUS.

Aqui também as taxas começam a aumentar de forma mais significativa a partir de 2008, mas o ponto inicial é muito mais baixo do que nas outras regiões e se mantém em patamares aceitáveis durante nove anos. As taxas mantêm-se estáveis, num nível ainda

relativamente baixo, entre 2009 e 2011, e só em 2012 começam a crescer de forma mais significativa, acompanhando a tendência do resto do estado.

No Agreste Potiguar há três microrregiões: o próprio Agreste Potiguar, a Baixa Verde e a Borborema Potiguar, sendo a primeira a que concentrou a maior proporção de casos (entre 2,7% e 4% de todos os casos ocorridos no estado).

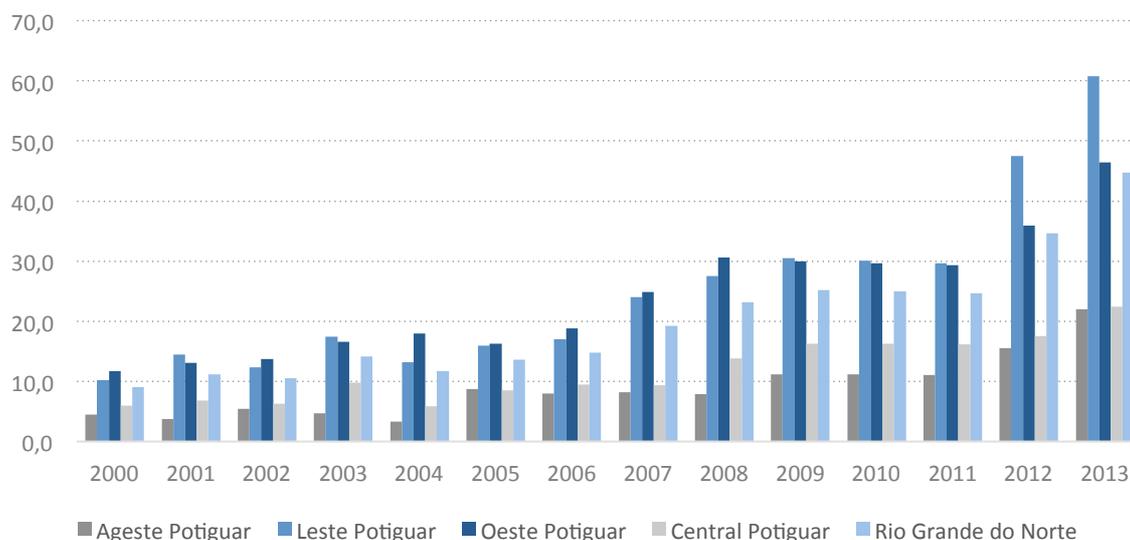
Gráfico 21 | Distribuição dos CVLI nas microrregiões do Agreste Potiguar, 2011 a 2014*, RN (%)



Fonte: ITEP/RN.

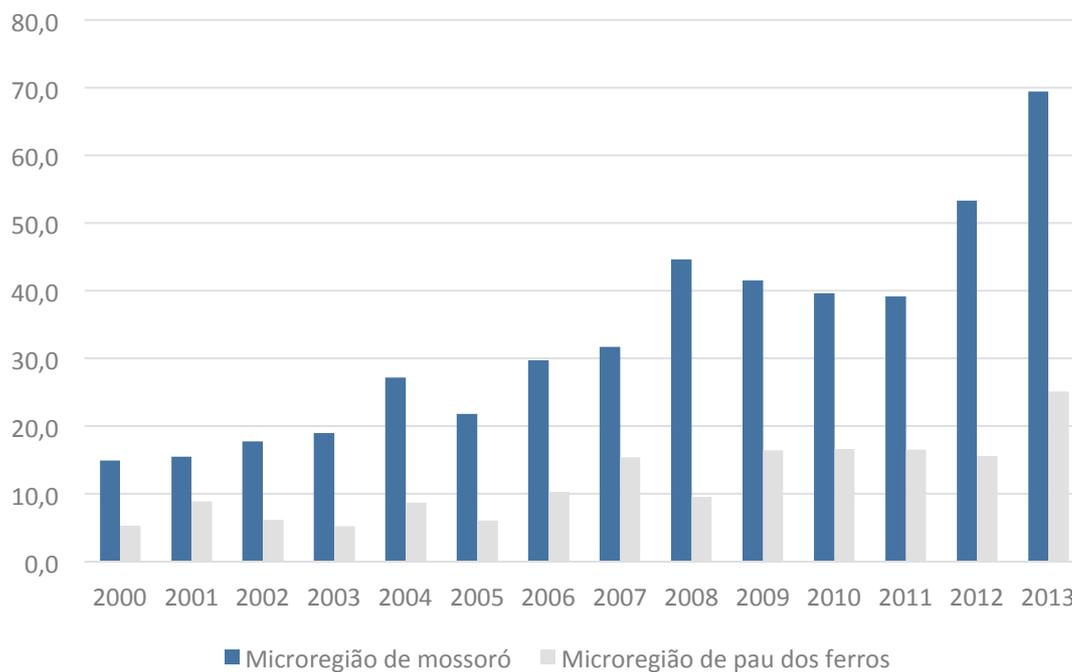
O gráfico 22 sintetiza as informações já apresentadas, mostrando claramente a preponderância das altas taxas encontradas no Leste e no Oeste Potiguar, que definem o perfil da taxa estadual.

Gráfico 22 | Distribuição das taxas de CVLI, entre 2000 e 2013 na entre as Mesorregiões e o estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: DATASUS.

Gráfico 23 | Distribuição das taxas de CVLI, entre 2000 e 2013 nas microrregiões de Mossoró e Pau dos Ferros.



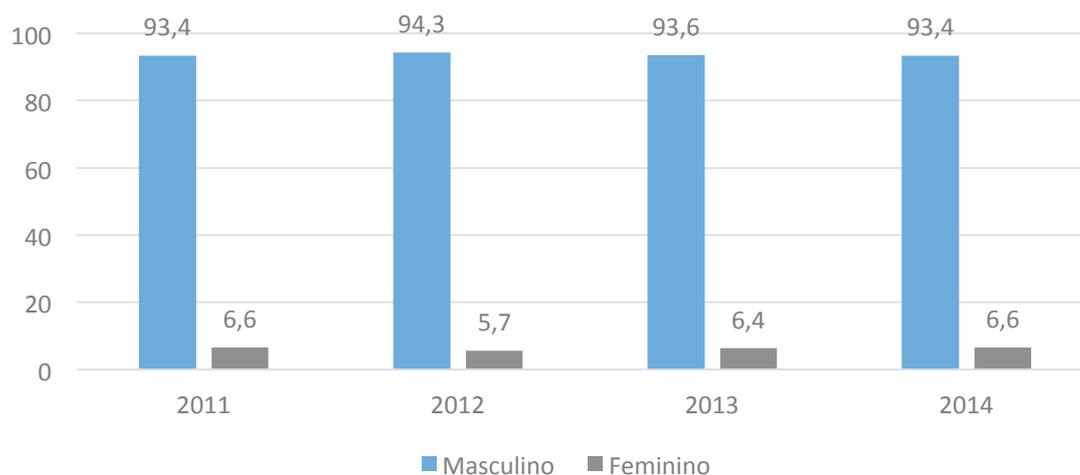
Fonte: DATASUS.

Também foram analisadas aqui, de forma isolada, as microrregiões de Mossoró e de Pau do Ferros. Como já se viu, a microrregião de Mossoró é a maior do interior do estado. A microrregião de Pau dos Ferros tem uma população de cerca 116.160 mil habitantes, ocupando cerca 5% do território do Rio Grande do Norte, de acordo com o IBGE. As duas microrregiões reproduzem a mesma tendência já observada nas outras áreas do estado, mas o aumento das taxas é superior na microrregião de Mossoró, que chega a 2013 com uma taxa quase três vezes maior do que a região de Pau dos Ferros.

I.2. Perfil das vítimas do crime violento

Assim como no resto do país, os homens constituem a grande maioria das vítimas de CVLI. A distribuição proporcional das vítimas do sexo masculino permanece estável entre 2011 e 2014 e a proporção de vítimas do sexo feminino sofre uma redução importante em 2012, mas retorna ao patamar inicial em 2014.

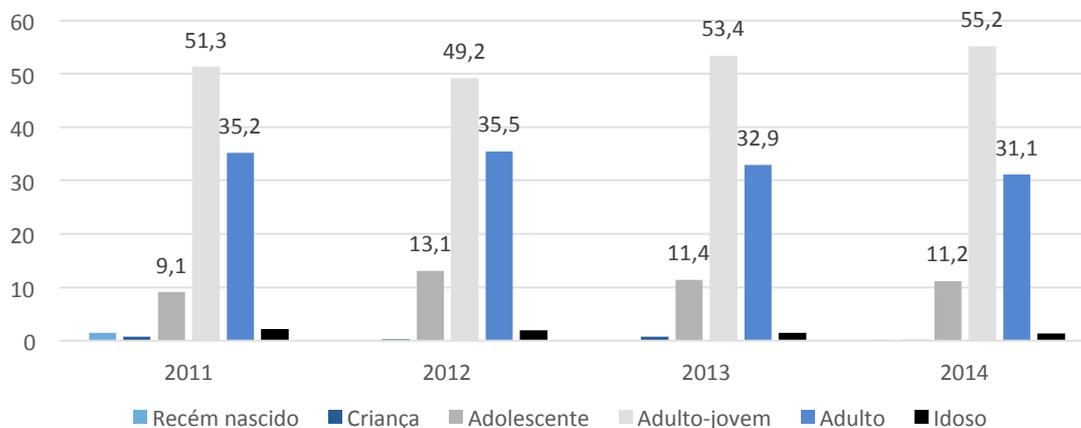
Gráfico 24 | Distribuição dos CVLI, segundo o sexo das vítimas, 2011 a 2014*, RN (%).



Fonte: ITEP/RN.

O padrão nacional também se repete quanto à faixa etária das vítimas: são os adultos-jovens, de 18 a 30 anos, a categoria etária mais vitimada, representando, a cada ano, 50% ou mais de todas as vítimas do estado. Em 2012, o grupo dos adolescentes passou de 9,1% para 13,1% das vítimas, caindo um pouco nos anos seguintes, mas sem alcançar o nível inicial.

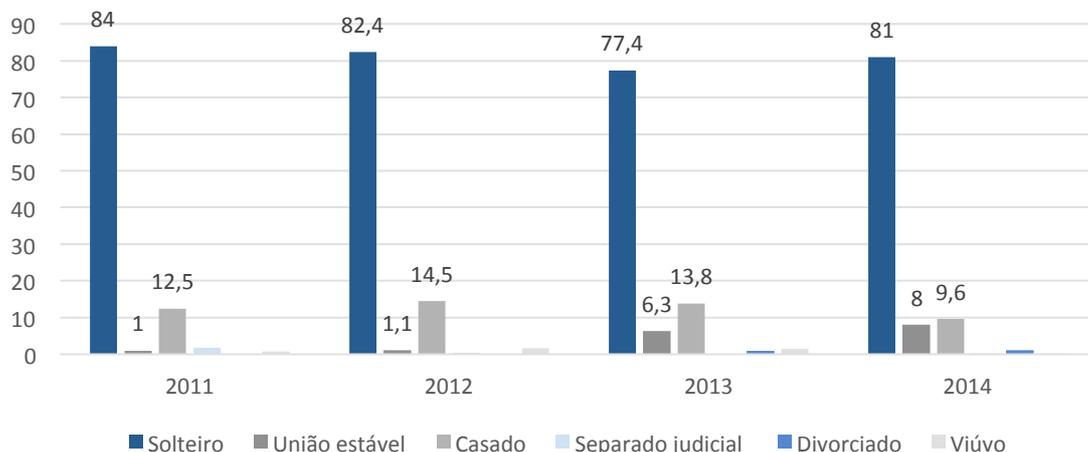
Gráfico 25 | Distribuição dos CVLI, segundo a faixa etária das vítimas, 2011 a 2014*, RN (%)



Fonte: ITEP/RN.

Em relação ao estado civil das vítimas, a maior proporção é de pessoas solteiras – em torno de 80% – posteriormente, as casadas e as unidas, que representaram de 13% a 20% das vítimas no período analisado.

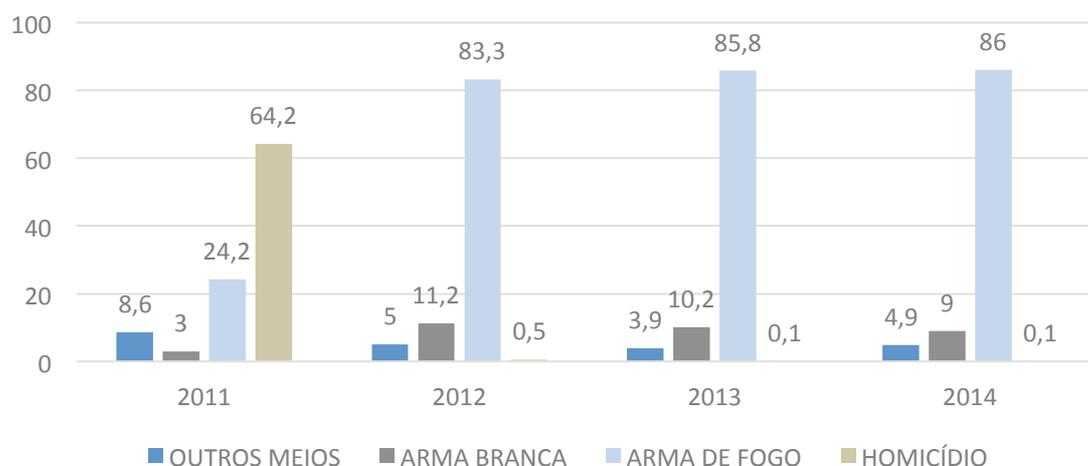
Gráfico 26 | Distribuição dos CVLI, segundo o estado civil das vítimas 2011 a 2014*, RN (%).



Fonte: ITEP/RN.

Assim como no resto do país, também no Rio Grande do Norte a grande maioria dos CVLI's foi cometida com arma de fogo, numa proporção que chegou a 86% em 2014. **Mas, diferentemente de outros estados (como Pernambuco, por exemplo) em que o uso de armas de fogo vem decaindo depois da promulgação do Estatuto do Desarmamento, aqui esse uso aumentou no período estudado, como se vê no gráfico abaixo (nº 27).**

Gráfico 27 | Distribuição dos CVLI, segundo o tipo de arma, 2011 a 2014*, RN (%).



Fonte: ITEP/RN.

Finalmente, com exceção de 1% das vítimas, que residiam em outros estados do Nordeste, todas as demais residiam no Rio Grande do Norte.

I.3 Contexto geral da criminalidade e da segurança pública

Nessa seção serão analisados dados relacionados à ocorrência de alguns tipos de delitos, incluindo atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, e aos procedimentos de investigação policial. O quadro 1 apresenta a variação na ocorrência de seis tipos de delitos, incluindo os CVLIs, já analisados na seção anterior. De maneira geral, o que se verifica são elevações significativas nos casos de CVLI e de roubos e oscilações muito altas nos casos de roubo e furto de veículos. Os casos de furto apresentaram uma discreta queda e os casos de estupro uma redução importante de cerca de um terço, quando se compara ao início do período. Vale ressaltar, porém, que, com exceção dos CVLIs - cujo sistema de notificação é mais robusto e consistente tanto pela natureza do crime (que dificulta a subnotificação) quanto pela nacionalização e padronização dos sistemas de informação, no caso do uso das informações do DATASUS/MS, a variação observada quanto aos outros delitos pode se dever à melhoria ou piora dos sistemas oficiais de notificação ou a mudanças no comportamento das vítimas quanto à denúncia. Esses números, portanto, devem ser analisados posteriormente à luz de informações relacionadas a esses contextos.

Tabela 3 | Variação na ocorrência de delitos no RN (2011 – 2014).

Tipo de delito	Ano				Variação	
	2011	2012	2013	2014	Nº/taxa	%
CVLI (taxa)	33,7	37,7	45,4	45,5	11,8	35,0
Roubos (taxa)	254,2	383,3	422,3	426,6	172,4	67,8
Furtos (taxa)	391,1	469,2	379,8	360,4	-30,7	-7,8
Estupros (taxa)	24,6	19,2	17,9	16,9	-7,7	-31,3
Veículos roubados (nº)	626	3106	2151	3333	2707	432,4
Veículos furtados (nº)	255	1256	854	854	599	234,9

Fonte: Polícia Civil/RN.

A análise das taxas de roubos indica um significativo incremento neste tipo de crime, que apresentou uma variação de **68% entre os anos de 2011 e 2014, passando de 254,2 casos para 426,6 casos por 100 mil habitantes. O maior salto se dá entre os anos de 2011 e 2012 e, assim como nos casos dos homicídios, entre 2013 e 2014 a variação é**

mínima, apontando para a estabilidade nos registros. No caso dos furtos, repete-se a elevação no ano de 2012, já observada para os outros crimes, mas os dois anos seguintes apresentam tendência de redução, chegando-se a uma taxa 7,8% menor do que aquela registrada no início do período.

Os registros de estupro, por sua vez, apresentam uma variação inteiramente distinta daquela observada nos crimes anteriores, tanto no que se refere á oscilação mensal dos registros em cada ano quanto no que toca às taxas anuais. Os registros mensais variam de zero, em novembro de 2014, até 55 casos, em junho de 2012 (dados não apresentados). A variação mensal, porém, não é o melhor modo de avaliar o problema. Para isso, as taxas anuais são mais úteis. Quando se observa o quadro 1, verifica-se que as taxas de estupro no estado mostram redução de 31,3% no período, passando de 24,6 para 16,9 para cada 100 mil mulheres.

O total de veículos roubados no estado apresentou um incremento de 432,4%, ainda que de 2012 para 2013 tenha havido uma redução. Já o número de veículos furtados cresce em 2012, chegando a 1256, mas cai no ano seguinte, permanecendo estável até 2014. No período, registrou-se o expressivo incremento de 234,9%. Já a taxa de recuperação de veículos roubados apresenta um ligeiro decréscimo no período, da ordem de 4%, o que pode ser interpretado como estabilidade.

Tabela 4 | Taxa de recuperação de veículos roubados no RN (2011 – 2014).

Tipo de delito	Anos				Variação	
	2011	2012	2013	2014	Nº/taxa	%
Veículos roubados	626	3106	2151	3333	2707	432,4
Veículos recuperados	450	2201	1455	2299	1849	410,9
Taxa de recuperação de veículos roubados	71,9	70,9	67,6	69,0	2,9	4,0

Fonte: Polícia Civil do Rio Grande do Norte

A série total das somas anuais dos veículos recuperados no Estado tem variação com incremento de praticamente 411%, embora na passagem entre os anos de 2012 e 2013 ocorra uma redução; contudo, no biênio seguinte tem-se a continuidade de uma evolução na série, que inicia no ano de 2011, de praticamente 58% no registro de veículos recuperados.

A tabela 5 apresenta uma visão geral dos procedimentos policiais voltados para a investigação criminal.

Tabela 5 | Procedimentos policiais, no RN (2011 – 2014).

Procedimentos policiais	Ano				Variação	
	2011	2012	2013	2014	Nº	%
Termos Circunstanciados de Ocorrência	1974	4217	2614	3207	1233	62,5
Boletins de Ocorrência	81662	104793	78033	81971	309	0,4
Boletins de Ocorrência remetidos		6578	2330	2816	-3762	-57,2
Inquéritos Policiais instaurados	4950	9031	7703	8490	3540	71,5
Requisitórios		2545	2677	3189	644	25,3
Distribuição de oitivas		12664	15517	18263	5599	44,2
Mandados de prisão cumpridos		1105	2079	1840	735	66,5

Fonte: Polícia Civil do Rio Grande do Norte

A análise do número de registros de boletins de ocorrência revela a **semelhança entre as curvas de roubos e furtos, apontando para o peso desses delitos no conjunto dos crimes notificados à polícia**. Observa-se uma **alta concentração de registros nos primeiros meses do ano**, com queda nos meses subsequentes e, novamente, com os últimos meses de 2014 apresentando uma redução mais acentuada, maior apenas do que os meses de agosto e setembro de 2013 (dados não apresentados). A evolução do total anual de BO's (Boletins de ocorrência) registrados demonstra que, apesar da elevação observada em 2012, o período encerra-se no mesmo patamar do ano inicial, com quase 82 mil casos de crimes notificados à polícia. Já no que se refere aos termos circunstanciados, o número total de casos em 2014 não retorna ao patamar de 2011, havendo no período um incremento de aproximadamente 62%. **Chama a atenção, no entanto, a grande redução no número de boletins de ocorrência remetidos à justiça: entre 2012 e 2014, esse montante cai 57,2%, enquanto os inquéritos policiais instaurados (IP) registram um aumento de 71,5% no quadriênio**. Crescem também a distribuição de requisiitórios e oitivas: 25,3% e 44,2%, respectivamente. Finalmente, **o número de mandados de prisão cumpridos apresenta um aumento de 66,5%**.

A elevação nos mandados de prisão, porém, não apresenta correspondência com o número de adultos presos (em flagrante ou em cumprimento de mandado), como se vê na tabela abaixo. Houve um crescimento de 5,4% no caso dos cumprimentos de mandado, bem abaixo dos 66,5% observados na tabela acima, e uma **redução de quase 11% no caso dos flagrantes**. Ressalte-se que, tanto o menor crescimento dos

mandados quanto a redução dos flagrantes, contrastam vivamente com a elevação nas taxas de criminalidade analisadas na seção anterior.

Tabela 6 | Adultos presos, 2011-2014, RN.

	Ano				Variação	
	2011	2012	2013	2014	Nº	%
Adultos presos (em cumprimento de mandado)	942	871	759	918	47	5,4
Adultos presos em flagrante	1991	2641	2375	2352	-289	-10,9

Fonte: Polícia Civil do Rio Grande do Norte

No caso dos delitos cometidos por crianças e adolescentes, verifica-se elevações muito significativas (Tabela 7). A taxa de atos infracionais cresceu 300% no quadriênio e o número de adolescentes apreendidos por esses atos cresceu quase 150%. O número de crianças e adolescentes apreendidas por ordem judicial, por sua vez, cresceu 114% o que pode evidenciar maior participação deste grupo populacional em atividades criminosas. Observe-se que o número absoluto de crianças e adolescentes apreendidos e de adultos presos é muito menor do que o de adultos presos.

Tabela 7 | Crianças e adolescentes em conflito com a lei, 2011-2014, RN.

Situação de crianças e adolescentes	Ano				Variação	
	2011	2012	2013	2014	Nº	%
Taxas de Atos infracionais	33,1	273,4	145,5	132,5	99	300,3
Adolescentes apreendidos em ato infracional	150	245	378	373	223	148,7
Crianças e adolescentes apreendidas por ordem judicial	14	56	103	30	16	114,3

Fonte: Polícia Civil do Rio Grande do Norte

I.4 Gastos com Segurança Pública⁴

Quando se analisa os dados das despesas realizadas com a função segurança pública, por policiamento, nos três anos aqui apresentados (2011-2013), pode-se observar que houve aumento no volume despendido. No Brasil, os estados do Nordeste apresentaram o maior percentual de aumento, com incremento de 21,96%. O estado do Maranhão foi o que apresentou o maior incremento, 438,09%, mas o seu ponto de partida era muito baixo, com relação a outros estados. Paraíba, o estado da região com menor valor de despesas em policiamento, junto com Sergipe apresentaram, respectivamente, reduções de 31,01% e 6,40% em suas despesas neste tópico. No Rio Grande do Norte, o aumento do gasto foi o quarto maior da região, não tendo resultado, contudo, em redução das taxas de criminalidade.

Tabela 8 | Despesas realizadas com policiamento na Região Nordeste (2011 – 2013).

Unidades da Federação	Policiamento			
	2011	2012	2013	Variação (%)
Alagoas	497.431.686,99	515.911.480,83	580.806.597,26	16,76
Bahia	197.512.154,43	295.150.677,28	296.729.061,89	50,23
Ceará	190.584.877,00	283.723.855,29	303.320.112,94	59,15
Maranhão	24.522.572,59	148.996.277,52	131.954.470,84	438,09
Paraíba	11.205.032,60	14.988.134,43	7.730.592,55	-31,01
Pernambuco	1.352.061.285,74	1.405.314.316,96	1.532.124.059,55	13,32
Piauí	22.340.077,73	31.116.249,65	50.390.142,20	125,56
Rio Grande do Norte	336.936.821,04	482.700.380,74	412.197.166,08	22,34
Sergipe	368.100.092,15	434.781.696,34	344.544.186,55	-6,40
TOTAL REGIÃO NE	3.000.694.600,27	3.612.683.069,04	3.659.796.389,86	21,96

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

Em 2013, o Rio Grande do Norte ocupou o terceiro lugar na região em volume de despesas com policiamento. A proporção de aumento das despesas no período foi ligeiramente maior do que a variação regional (22,34%), mas no ano de 2013 houve redução de cerca de 70 milhões nessa rubrica.

Na Defesa Civil, o Rio Grande do Norte apresenta uma maior proporção de aumento de recursos no triênio (53%), mas para um volume bem menor de recursos, correspondente a menos de 10% das despesas com policiamento. Na região Nordeste, o estado situa-se, junto com a Paraíba e a Bahia, entre aqueles que menos investem nesta área fronteiriça à segurança pública.

⁴ Fonte: Anuários de Segurança Pública (2007-2014) do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP.

Tabela 9 | Despesas realizadas com Defesa Civil na Região Nordeste (2011 – 2013).

Unidades da Federação	Defesa Civil			
	2011	2012	2013	Variação (%)
Alagoas	8.861.352,55	11.654.821,50	36.108.934,17	307,49
Bahia	3.026.980,47	4.416.784,22	3.772.347,00	24,62
Ceará	7.272.228,86	14.470.360,91	49.798.883,03	584,78
Maranhão	9.886.746,86	24.233.862,71	28.887.117,55	192,18
Paraíba	5.701.248,41	3.484.415,47	12.395.545,33	117,42
Pernambuco	375.545.893,16	352.217.369,81	298.465.679,82	-20,52
Piauí	10.681.383,72	16.997.240,58	36.837.135,09	244,87
Rio Grande do Norte	22.200.521,13	36.258.606,05	33.982.768,27	53,07
Sergipe	52.071.962,37	64.903.320,92	52.192.694,97	0,23
TOTAL REGIÃO NE	495.248.317,53	528.636.782,17	552.441.105,23	11,55

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

Em relação às demais subfunções da segurança pública; a proporção de aumento de gastos do Rio Grande do Norte no triênio também foi discreta, apenas 16,15%.

Tabela 10 | Despesas realizadas com demais subfunções da segurança pública na Região Nordeste (2011 – 2013).

Unidades da Federação	Demais subfunções			
	2011	2012	2013	Variação (%)
Alagoas	207.494.992,78	263.938.494,44	370.950.833,25	78,78
Bahia	2.354.822.092,66	2.734.803.293,71		-100,00
Ceará	759.160.153,75	1.173.724.453,18	1.107.348.382,58	45,86
Maranhão	679.965.983,24	680.008.403,07	740.330.554,09	8,88
Paraíba	620.864.756,36	725.127.321,62	832.555.796,36	34,10
Pernambuco	247.133.889,64	198.582.724,21	158.100.830,19	-36,03
Piauí	206.746.046,65	198.875.059,90	7.004.390,46	-96,61
Rio Grande do Norte	225.194.083,12	312.440.346,79	261.552.624,07	16,15
Sergipe	258.085.641,97	279.334.075,22	303.312.867,72	17,52
TOTAL REGIÃO NE	5.559.467.640,17	6.566.834.172,14	3.781.156.278,72	-31,99

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

No entanto, **a análise da participação das despesas com segurança pública no total das despesas realizadas pelo estado** demonstra que, entre 2007 e 2013, o Rio Grande do Norte manteve-se no mesmo patamar de 7,7%, ainda que tenha havido pequenas variações no período. No conjunto dos estados do Nordeste, situa-se abaixo da média da região (8,5%) para o ano de 2013 e acima apenas do Maranhão e do Piauí.

Tabela 11 | Participação das despesas com segurança pública no total das despesas realizadas, Região Nordeste, 2007-2013 (%)

Unidades da Federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alagoas	12,8	13,6	14,2	13,4	12,4	12,3	14,1
Bahia	9,4	8,9	9,1	8,5	9,5	10,0	9,1
Ceará	5,8	5,8	6,7	6,0	5,8	8,9	8,3
Maranhão	8,1	7,6	8,6	8,9	7,3	7,6	6,4
Paraíba	9,1	9,1	10,4	9,9	10,6	10,4	10,5
Pernambuco	8,0	8,3	8,4	9,4	10,3	9,0	8,2
Piauí	6,3	4,1	5,0	5,2	4,1	3,8	1,4
Rio Grande do Norte	7,7	8,5	8,6	7,9	8,2	9,6	7,7
Sergipe	8,9	8,2	9,6	11,7	12,2	11,9	10,8
MÉDIA REGIÃO NE	8,5	8,2	9,0	9,0	8,9	9,3	8,5

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

A despesa per capita, porém, é uma medida que permite ter uma melhor dimensão do real volume de gastos em cada estado, uma vez que se baseia no tamanho da população. De acordo com esse indicador, em 2013 **o Rio Grande do Norte situou-se na quinta posição regional, apresentando uma elevação de 63,2% nas despesas entre 2007 e 2013**. Observe-se que, em 2013, o valor per capita com segurança pública gasto no Rio Grande do Norte está muito próximo daquele gasto em Pernambuco, onde o volume bruto das despesas foi bem maior. Ou seja, considerando-se o tamanho da população, os dois estados se equiparam nos investimentos na área de segurança pública.

Tabela 12 | Despesa per Capita Segurança Pública, Região Nordeste, 2007-2013 (R\$)

Unidades da Federação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alagoas	149,36	188,18	227,68	238,46	227,16	251,91	300,23
Bahia	113,53	122,29	133,43	140,00	182,09	214,98	192,07
Ceará	62,43	74,15	103,88	113,33	113,02	171,56	166,24
Maranhão	67,68	82,59	106,62	119,38	107,49	127,08	132,49
Paraíba	111,26	128,48	149,22	153,09	168,27	195,01	217,76
Pernambuco	107,05	132,21	155,11	181,22	223,01	219,43	215,73
Piauí	77,28	57,30	84,25	93,63	76,35	78,14	29,67
Rio Grande do Norte	128,21	157,99	180,48	164,49	182,68	257,54	209,24
Sergipe	149,39	176,14	235,39	341,07	324,55	369,05	317,98
MÉDIA REGIÃO NE	107,35	124,37	152,89	171,63	178,29	209,41	197,93

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

Ressalte-se, contudo, que em todos os estados da federação, mais de 85% das despesas com Segurança Pública são feitas com pagamento de salários, havendo pouco investimento em tecnologia, sistemas de informação, inteligência, capacitação e qualificação etc.

I.5 Efetivos das Polícias⁵

Em razão da inexistência de dados atualizados para 2013, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública reeditou os dados de 2012 para as polícias estaduais, apontando ainda que há carências significativas nas informações. Além disso, deve-se ressaltar que a ausência de informações sobre o total de efetivos per capita reduz o poder da análise e da comparabilidade. Como se verá, os números absolutos do Rio Grande do Norte são muito pequenos, mas uma real avaliação do seu significado requer uma análise da sua adequação ao tamanho da população e à sua distribuição no território do estado. Os dados a seguir, portanto, devem ser tomados apenas como uma visão descritiva geral da situação, um ponto de partida para uma análise mais aprofundada a ser realizada posteriormente.

Informações mais completas referem-se aos oficiais, praças e agentes do Corpo de Bombeiros, exatamente os dois polos dentro da hierarquia. No conjunto, o Rio Grande do Norte tem um efetivo de 589 bombeiros, abaixo apenas do Piauí e, correspondente a menos da metade da média da região Nordeste.

Tabela 13 | Efetivo do Corpo de Bombeiros, Região Nordeste (2012).

Unidades da Federação	Corpo de Bombeiros				
	Oficiais	Praças e Agentes	Aspirante a oficial, Cadete e Aluno-oficial	Aluno Soldado (em curso)	Total
Alagoas	223	1.082	2	-	1.307
Bahia	185	2.057	-	-	2.242
Ceará	224	1.310	3	-	1.537
Maranhão	216	857	77	-	1.150
Paraíba	209	941	66	-	1.216
Pernambuco	356	2.514	2	...	2.872
Piauí	88	237	-	37	362
Rio Grande do Norte	59	529	-	1	589
Sergipe	107	509	7	-	623
TOTAL REGIÃO NE	1.667	10.036	157	38	11.898
MÉDIA REGIÃO NE	185	1.115	26	19	1.322

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

Na Polícia Civil, repete-se a mesma situação, com Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí nas últimas posições do Nordeste quanto ao número de delegados e outros

⁵ Fonte: Anuários de Segurança Pública (2007-2014) do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP.

profissionais, com um total de 1468 profissionais, bem abaixo da média regional, que foi de 2596 em 2013. Na Guarda Municipal, o estado fica abaixo apenas do Piauí, com 1279 guardas, quando a média no Nordeste é de 3201.

Tabela 14 | Efetivo da Polícia Civil e Guarda Municipal, Região Nordeste (2012).

Unidades da Federação	Polícia Civil				Guarda Municipal
	Delegado na Ativa	Não-delegados	Total de outro	Total	Total
Alagoas	124	1.802	...	1.926	2895
Bahia	886	4.830	...	5.716	9269
Ceará	313	1.598	...	1.911	3839
Maranhão	349	1.710	65	2.124	2684
Paraíba	293	1.428	144	1.865	1853
Pernambuco	456	5.164	25	5.645	4745
Piauí	162	1.207	-	1.369	161
Rio Grande do Norte	159	1.309	...	1.468	1279
Sergipe	144	910	282	1.336	2084
TOTAL REGIÃO NE	2.886	19.958	516	23.360	28809
MÉDIA REGIÃO NE	321	2.218	129	2.596	3.201

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP.

Inicialmente cabe fazer a ressalva de que inexistem dados atualizados no Rio Grande do Norte no que diz respeito ao vencimento e remuneração das polícias militares. Quanto aos Policiais Civis, a tabela 10 apresenta informações sobre Vencimento Inicial Bruto e Remuneração Inicial Bruta⁶ dos policiais civis, na Região Nordeste, em 2012, de agentes, delegados e escrivães. Também inexistem informações para os agentes os estados da Bahia, Ceará e Maranhão.

⁶Na Constituição Federal de 1988 os **termos vencimento e remuneração são usados com o mesmo sentido**. A Constituição limita-se a diferenciar subsídio da remuneração. Subsídio é inovação trazida pela **emenda constitucional 19/1998 (Reforma administrativa)** e é termo aplicado aos **valores pagos em parcela única aos ocupantes de certos cargos na administração pública** (procuradores, juízes, chefes dos executivos, defensores públicos, entre outros); já, o segundo, é o **valor recebido pelos servidores públicos** submetidos ao regime jurídico estatutário.

Outra espécie de rendimento que se aplica aos **trabalhadores das entidades públicas diretas e indiretas é o salário** que se conceitua como aquele valor pago aos empregados públicos, ou seja, aqueles agentes públicos admitidos no regime Jurídico trabalhista, estando sujeitos à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Apesar da constituição e diversas leis não tratarem com clareza as diferenças de vencimento e remuneração, mas se diferencia subsídios e salários, a **Lei ordinária nº 8.112/90 tratou de abordar as distinções entre Remuneração e Vencimento, como também trata de Proventos e Pensões**, vejamos: **Vencimento** – é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. (art. 40 da Lei 8.112/90). **Remuneração** – é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das **vantagens pecuniárias** permanentes estabelecidas em lei. (art. 41 da Lei 8.112/90). <http://linkconcursos.com.br/diferenca-entre-remuneracao-e-vencimento-do-servidor-publico/>

A fim de garantir a comparação o vencimento dos delegados do Rio Grande do Norte será tratado como remuneração. Vê-se na tabela que é uma das remunerações mais baixas da região, só acima da remuneração dos delegados da Paraíba e também abaixo da média regional. Os delegados de Alagoas recebem a maior remuneração. A remuneração dos agentes do RN está numa posição intermediária entre Alagoas, menor remuneração, e Sergipe, maior remuneração. O vencimento dos escrivães também está abaixo da média regional, embora seja o quarto maior da região.

Tabela 15 | Vencimento inicial bruto e remuneração inicial bruta da Polícia Civil, Região Nordeste (2012).

Unidades da Federação	Agente		Delegado		Escrivão	
	Vencimen to Inicial Bruto (2)	Remunera ção Inicial Bruta (3)	Vencimen to Inicial Bruto (2)	Remunera ção Inicial Bruta (3)	Vencimen to Inicial Bruto (2)	Remunera ção Inicial Bruta (3)
Alagoas	2.071,81	2.071,81	777,84	12.593,95	2.071,81	2.071,81
Bahia	3.492,90	9.677,29	783,14	2.878,34
Ceará	12.706,25	...	2.787,31	...
Maranhão	12.029,87	12.029,87	2.502,31	2.502,31
Paraíba	1.216,25	2.325,52	4.087,41	7.133,82	1.216,25	2.325,52
Pernambuco	1.382,89	2.765,78	2.867,68	9.319,96	1.382,89	2.765,78
Piauí	2.623,81	3.104,55	10.394,80	12.154,36	2.623,81	3.104,55
Rio Grande do Norte	2.777,93	...	9.185,40	...	2.777,93	...
Sergipe	3.353,08	4.359,01	8.255,71	10.732,42	3.353,08	4.359,01
TOTAL REGIÃO NE	13.425,77	14.626,67	63.797,86	73.641,67	19.498,53	20.007,32
MÉDIA REGIÃO NE	2.237,63	2.437,78	7.088,65	9.205,21	2.166,50	2.858,19

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP. Formatação própria.

No Corpo de Bombeiros, o Rio Grande de Norte se situa entre os estados do Nordeste com as maiores remunerações em todas as patentes, acima da média da região.

Tabela 16 | Vencimento inicial bruto e remuneração inicial bruta do Corpo de Bombeiros Militar, Região Nordeste (2012).

Unidades da Federação	Coronel		Tenente Coronel		Major		Capitão	
	Vencimen to Inicial Bruto (1)	Rem unera ção Inicial Bruta (2)	Vencimen to Inicial Bruto (1)	Rem unera ção Inicial Bruta (2)	Vencimen to Inicial Bruto (1)	Rem unera ção Inicial Bruta (2)	Vencimen to Inicial Bruto (1)	Rem unera ção Inicial Bruta (2)
Alagoas
Bahia
Ceará	9.153,24	9.153,24	7.486,98	7.486,98	6.176,83	6.176,83	5.490,98	5.490,98
Maranhão	12.291,28	...	9.476,58	...	8.444,91	...	6.932,28	...
Paraíba	8.805,50	10.174,59	7.018,81	8.073,22	6.164,66	7.204,48	5.341,54	6.366,72
Pernambuco	10.212,53	13.712,53	8.651,11	11.178,19	7.015,84	9.449,53	5.855,33	7.673,73
Piauí	10.115,34	10.260,34	7.671,22	7.826,22	5.927,30	6.072,30	4.712,46	4.857,46
Rio Grande do Norte	11.000,00	14.352,51	9.900,00	12.917,25	8.800,00	11.482,00	7.700,00	10.046,75
Sergipe	10.682,60	17.092,16	9.289,21	14.398,28	8.444,75	12.667,13	7.343,26	10.647,73
TOTAL REGIÃO NE	72.260,49	74.745,37	59.493,91	61.880,14	50.974,29	53.052,27	43.375,85	45.083,37
MÉDIA REGIÃO NE	10.322,93	12.457,56	8.499,13	10.313,36	7.282,04	8.842,05	6.196,55	7.513,90

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP. Formatação própria.

Em 2012, apenas 10,3% dos municípios do Rio Grande do Norte possuíam estrutura específica própria de segurança pública (secretaria, guarda municipal, coordenadoria etc), o que corresponde a apenas 17 de um total de 167, sendo a proporção mais baixa do Nordeste. Há, no entanto, outros três municípios que, mesmo sem estrutura formalizada, possuem Guarda Municipal. No total, como já se viu, há 1279 Guardas Municipais em todo o estado, o que coloca o Rio Grande do Norte na penúltima posição regional (Tabela 18).

Tabela 17 | Número de municípios com estrutura na área de segurança pública, Região Nordeste (2009 – 2012).

Unidades da Federação	Total de municípios	Municípios por presença ou não de estrutura específica na área de segurança							
		Municípios com estrutura específica na área de segurança.				Municípios que não possuem estrutura específica na área de segurança			
		Ns. Absolutos		Porcentagem (%)		Ns. Absolutos		Porcentagem (%)	
		2009	2012	2009	2012	2009	2012	2009	2012
Alagoas	102	24	49	23,5	48,0	78	53	76,5	52,0
Bahia	417	149	162	35,7	38,8	268	255	64,3	61,2
Ceará	184	46	51	25,0	27,7	138	133	75,0	72,3
Maranhão	217	39	41	18,0	18,9	178	176	82,0	81,1
Paraba	223	26	30	11,7	13,5	197	193	88,3	86,5
Pernambuco	185	67	73	36,2	39,5	118	112	63,8	60,5
Piauí	224	135	61	60,3	27,2	89	163	39,7	72,8
Rio Grande do Norte	167	12	17	7,2	10,2	155	150	92,8	89,8
Sergipe	75	14	16	18,7	21,3	61	59	81,3	78,7
TOTAL REGIÃO NE	1.794	512	500	236,2	245,2	1.282	1.294	663,8	654,8
MÉDIA REGIÃO NE	199	57	56	26	27	142	144	74	73

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP. Formatação própria.

Tabela 18 | Número de municípios com Guardas Municipais e seu efetivo, Região Nordeste (2009 – 2012).

Unidades da Federação	Municípios com Guarda Municipal		Efetivo Guarda Municipal	
			Total (2)	
	Ns. Absolutos		Ns. Absolutos	
	2009	2012	2009	2012
Alagoas	36	43	2.423	2.895
Bahia	160	170	8.908	9.269
Ceará	55	64	4.211	3.839
Maranhão	55	72	2.267	2.684
Paraíba	24	29	1.452	1.853
Pernambuco	42	50	4.746	4.745
Piauí	13	12	199	161
Rio Grande do Norte	15	20	1.033	1.279
Sergipe	16	20	953	2.084
TOTAL REGIÃO NE	416	480	26.192	28.809
MÉDIA REGIÃO NE	46	53	2.910	3.201

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP. Formatação própria.

Finalmente, os dados sobre letalidade policial na região Nordeste indicam que as Polícias Militares foram autoras de ao menos 754 mortes de pessoas. Na região, a maior parte dos estados apresenta uma taxa abaixo de 0,6 para cada 100 mil habitantes e, entre estes, está o Rio Grande do Norte. Bahia, Alagoas e Pernambuco são os únicos estados com uma taxa acima da média regional.

Tabela 19 | Ocorrências envolvendo policiais, por tipo, Região Nordeste (2012 – 2013).

Unidades da Federação	Pessoas mortas em confronto com Policiais Militares em serviço				Total			
	Ns. Absolutos		Taxa		Ns. Absolutos		Taxa	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
	Alagoas	24	21	0,8	0,6	26	30	0,8
Bahia	284	234	2	1,6	345	313	2,4	2,1
Ceará		39		0,4		39		0,4
Maranhão	11	22	0,2	0,3	12	25	0,2	0,4
Paraíba	13	14	0,3	0,4	14	15	0,4	0,4
Pernambuco	31	36	0,3	0,4	44	59	0,5	0,6
Piauí	2	7	0,1	0,2	4	10	0,1	0,3
Rio Grande do Norte	1	15		0,4	1	15		0,4
Sergipe					22	29	1	1,3
MÉDIA REGIÃO NE	52,3	48,5	0,6	0,5	58,5	59,4	0,8	0,8

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013-2014 – FBSP. Formatação própria.

I.6 O Sistema Penitenciário no Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte apresenta uma das menores taxas de encarceramento do país, maior apenas do que as taxas dos estados do Pará, Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí. O encarceramento não pode ser tomado como indicador único ou absoluto de controle da criminalidade, mas é uma das formas de medir a eficácia do sistema de segurança e justiça, sobretudo quando se reduz à proporção de presos em situação provisória. Mas, no caso desses estados (com exceção do Piauí), a concomitância entre baixas taxas de encarceramento e o crescimento das taxas de homicídio nos últimos anos, como se viu nas seções anteriores, alerta para a possibilidade de existência de fragilidades nos processos de investigação criminal e execução penal. Em 2013, como se vê na tabela 20, no Rio Grande do Norte, havia 4696 detentos no sistema penitenciário e 1216 nas custódias das polícias, totalizando quase seis mil pessoas no sistema carcerário.

Contudo, a recente crise no sistema prisional potiguar evidencia no Rio Grande do Norte um problema nacional, que é constituído pelo baixo investimento na modernização, humanização e ampliação do sistema prisional, na contratação e capacitação de pessoal e na modernização dos processos de gestão.

Tabela 20 | Número de presos e taxas de encarceramento no sistema penitenciário e nas custódias da polícia, Brasil e RN (2013).

Área	Sistema Penitenciário		Custódias das polícias		Total	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa	Nº	Taxa
Brasil	537790	368,5	36237	24,8	574027	393,3
RN	4696	340	1216	49,8	5912	242

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2014.

A proporção de presos nas custódias é de 20,6% e aqui, contrariamente ao que ocorre com a taxa geral, o Rio Grande do Norte situa-se entre os quatro estados com maior proporção de presos nessa situação, abaixo apenas do Maranhão, Bahia e Paraná. Para o país como um todo, tem-se a proporção de 6,7%. Além disso, 26% (ou 1220) dos encarcerados estavam em situação provisória, uma proporção alta, mas abaixo da média nacional, que é de 40%. Os estados de Pernambuco e Amazonas ocupam o topo desse ranking, com 66% dos presos nessa condição e situações distintas quanto à variação na taxa de CVLI: o primeiro estado, apresentando queda; e, o segundo, elevação nas mesmas. Esses diferenciais também se revelam nas taxas: o Rio Grande do Norte apresenta taxa de encarceramento no sistema penitenciário menor que a nacional, e a taxa de presos nas

custódias, quase duas vezes maior que a do país. Entre os presos condenados, que foram 3396 em 2013, 34,5% destes estavam em regime aberto ou semiaberto.

No sistema carcerário do Rio Grande do Norte havia, em 2013, um déficit de 750 vagas (em 2012 era de 909) – mas não é possível saber, porém, se a redução do déficit se deu por abertura de novas vagas ou por diminuição das prisões. Nesse segundo caso, deve-se avaliar ainda se a redução das prisões se dá pela redução na ocorrência de crimes ou por baixa eficácia policial e/ou do Sistema de Justiça Criminal. **As seções anteriores, porém, demonstraram que nesse mesmo ano caiu o número de prisões e cresceu o número de roubos e a taxa de CVLI, ainda que outros tipos de crimes tenham apresentado redução. O menor déficit de vagas, portanto, pode ser resultado, ainda que parcial, desse contexto.**

Aproximadamente, 16% de todos os presos no sistema penitenciário foram acusados ou condenados por CVLI. No Brasil, essa proporção é um pouco menor: 11,9%. Mas a grande maioria dos presos (45,1%) no Rio Grande do Norte está no sistema por crime contra o patrimônio, uma proporção muito próxima à brasileira (48,9%). Os crimes ligados ao tráfico de entorpecentes levaram 30% dos presos ao sistema, uma proporção um pouco maior que a nacional (25,9%). **Quase três quartos dos presos, portanto, respondem pelos crimes contra o patrimônio e pelo tráfico de entorpecentes.**

O perfil dos presos repete características identificadas na população carcerária de outros estados brasileiros, como se vê na tabela 20. Assim, em 2013, a maioria dos presos era do sexo masculino, cumpria pena de 4 a 15 anos, tinha de 18 a 29 anos e pertencia à população negra (soma das categorias preta e parda).

Tabela 21 | Perfil da população carcerário no Rio Grande do Norte (2011 – 2013).

Característica	2011		2013		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	4068	93	4365	93	297	7,3
Mulheres	304	7	331	7	27	8,9
Pena até 4 anos	520	18,9	787	22,6	267	51,3
Pena 4 a 8 anos	997	36,3	1073	30,8	76	7,6
Pena 8 a 15 anos	724	26,4	840	24,1	116	16,0
Pena 15 a 20 anos	271	9,9	467	13,4	196	72,3
Pena 20 a 30 anos	165	6	220	6,3	55	33,3
Pena + 30 anos	68	2,5	99	2,8	31	45,6
18 a 24 anos	1174	27,7	1608	34,2	434	37,0
25 a 29 anos	1274	30	1328	28,3	54	4,2
30 a 34 anos	745	17,6	754	16,1	9	1,2
35 a 45 anos	745	17,6	699	14,9	-46	-6,2
46 e mais	279	6,6	275	5,8	-4	-1,4
Branca	1276	29,5	1306	27,8	30	2,4
Preta	746	17,3	729	15,5	-17	-2,3
Parda	2200	50,9	2626	55,8	426	19,4
Amarela	39	0,9	0	0		
Indígena	1	0	0	0		

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2014.

Observando-se a variação entre 2011 e 2013, vê-se que, ainda que de forma discreta, a população carcerária feminina teve uma elevação maior do que a masculina, embora a proporção entre os sexos tenha se mantido exatamente a mesma. No tocante às penas, as maiores variações foram observadas nas faixas mais altas, o que pode indicar tanto um aumento dos crimes mais sérios quanto uma maior repressão aos crimes mais graves. Em 2013, a faixa de pena entre 15 e 20 anos foi a que apresentou o maior crescimento, passando a representar 13,4% do total. As penas mais leves, até oito anos, apresentaram uma queda discreta de 3% entre 2011 e 2013.

A população jovem cresceu de forma significativa nesse período, passando a representar mais de um terço de toda a população carcerária do estado. Somando-se as duas faixas de idade mais jovens, tem-se que, em 2013, as pessoas de 18 a 29 anos representavam 62,5% de todos os presos no estado. A população de 18 a 24 anos sofreu uma elevação de 37% nesses três anos. É possível, portanto, que mais jovens estejam cometendo crimes mais graves ou que essa população específica esteja sendo alvo de um maior volume de ação repressiva por parte da polícia.

A população negra também cresceu: em 2013 representava 71,3% do total de apenados do estado, mas a grande variação se deu entre os pardos, que registraram um crescimento de quase 20% no período.

II.

PERCEPÇÕES E AVALIAÇÕES DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE QUALITATIVA

Esta parte do trabalho tem como objetivo a exposição e análise da problemática do crime e da violência no Rio Grande do Norte, a partir das falas de atores relevantes envolvidos com o tema da segurança pública do Estado. O objetivo aqui é reunir e analisar percepções de diferentes setores procurando compreender os principais traços das diferentes e complementares compreensões sobre causas, efeitos, contexto histórico, bem como a capacidade e os limites das instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal em lidar com o problema.

Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 27 pessoas envolvidas diretamente com a questão da Segurança Pública no Rio Grande do Norte: oficiais e praças da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, delegados e investigadores da Polícia Civil, policiais federais, promotores de justiça, juízes, defensores, advogados, membros de organizações não governamentais, pesquisadores, jornalistas e professores universitários. As pessoas entrevistadas não foram identificadas no texto por questões éticas. Tais entrevistas foram realizadas entre janeiro e março de 2015 e constituem o *corpus* da análise de conteúdo aqui realizada e que permite aprofundar um diagnóstico do crime, da violência e da Segurança Pública potiguar.

A utilização de entrevistas semiestruturadas constitui uma das principais técnicas de pesquisas qualitativas em Ciências Sociais. Trata-se, essencialmente, de uma técnica ou método para estabelecer ou discutir as diferentes perspectivas ou pontos de vista sobre os fatos. Ao apresentar as diversas representações dos atores sociais sobre a forma como a realidade social é se apresenta, a entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações sociais entre os atores e a sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores, e motivações dos atores, bem como dos diversos aspectos que constituem determinada realidade social.

O material coletado nas entrevistas qualitativas foi submetido ao que se denomina *análise de conteúdo*, um conjunto de técnicas de investigação que tem por finalidade a interpretação de determinados comunicações, por meio de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa desse mesmo objeto. Nesse sentido, a *análise de conteúdo temática*, que tem como objetivo a revelação de significados manifestos e latentes trazidos

pelos sujeitos, foi priorizada. Por tema, entenda-se a unidade de significação que emerge de um texto analisado, o que equivale a dizer que a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação a partir da presença, frequência e repetição de determinados *topos* retóricos. Isso significa prestar atenção a quem, ao como, e a o que é dito pelos entrevistados, considerando as nuances de significação, as contradições e os pontos em comum.

Para organizar esse material, foi utilizado um software específico para análises qualitativas, o *NVivo*. Nesse tipo de programa, as fontes de informação do projeto, assim como os dados gerados durante o processo de análise, como categorias de informações, são armazenadas em um banco de dados. Esses dados podem ser estruturados em *Nodes* ou nós, que podem ser do tipo *Free Node* (um nó isolado) ou *Tree Node* (uma árvore de nós). Um nó é uma estrutura para armazenamento de informações codificadas e pode assumir significados diferentes, dependendo da abordagem metodológica utilizada na pesquisa. Na análise de conteúdo, os nós recebem códigos (fragmentos de textos) que compõem categorias de informação. Quando essas categorias implicam subcategorias, utiliza-se uma árvore de nós. Por exemplo, se for utilizada análise de conteúdo, os nós irão receber os códigos (fragmentos de textos) formando categorias de informação. Se essas categorias tiverem subcategorias, então será utilizada uma estrutura de árvore de nós.

Neste trabalho, as categorias utilizadas foram extraídas diretamente da transcrição das entrevistas e dialogam com boa parte do discutido na parte quantitativa deste trabalho, quais sejam: **retrato da violência; causa do aumento de homicídios; crack; grupos de extermínio no Rio Grande do Norte; investigação/policiamento ostensivo; situação da polícia civil; situação da polícia militar; relação entre as polícias; guarda municipal; remuneração; efetivo e composição; formação; funcionamento das corregedorias; existência de presos em delegacias; atuação do Ministério Público; atuação do Poder Judiciário; Defensoria Pública, Sistema Penitenciário.**

Nas próximas seções, cada uma das categorias será analisada e interpretada, considerando as diversas representações dos entrevistados, incluindo citações diretas de algumas das entrevistas realizadas.

II.1 RETRATO DA VIOLÊNCIA

Grande parte das entrevistas aponta para a existência de um cenário evidentemente negativo, marcado pelo crescimento elevado da criminalidade no Rio Grande do Norte durante a última década. Com poucas exceções, a maioria dos operadores de segurança

pública entrevistados **ressalta certa transformação do panorama do crime e da violência no estado, que, durante anos, fora tido como relativamente seguro, principalmente se comparado com outras unidades federativas do Nordeste.**

“Olhe, há um, dois cortes em relação a percepção da violência no meu entender. Uma forma como a gente percebe pelas áreas mais atingidas da violência que é a periferia, e uma forma que a classe média alta percebe que é a “*incomodação*” da violência na porta da sua casa, são duas percepções. A mais grave é essa da periferia, essa mortalidade de jovens, essa, é essa morte radical diária de jovens negros, a gente assim, é o nosso maior nó, que é uma coisa que a gente tem denunciado tem colocado isso, que o crescimento da morte de jovens entre dezoito e vinte quatro anos aqui no estado é absurda, um dos maiores índices do Brasil, um dos maiores índices do Brasil, (...), e continua também é, as mortes sem inquéritos.”

“Assim, empiricamente né, falando do cidadão comum, você tem uma clara noção de que houve um aumento significativo, eu acho que até tem essa tendência, a forma inclusive, por exemplo, vocês devem ter conhecido já alguns mandados, que não é comum, porque Natal era considerada uma cidade pacata se comparado a Recife, Fortaleza que são cidades maiores (...) No ano passado a gente teve, assim, uma sucessão de assaltos em ônibus que não é uma coisa, que geralmente cidades menores com menos complexidade em termo de desenvolvimento urbano, etc., você tem aquele individual, aquela agressão ou focado no caso que aqui tem algumas comunidades, aí você vê que visivelmente tem a ver com droga e tal, dificilmente você tem uma ação sistemática, como a gente teve ano passado, de assalto a ônibus, assaltos coletivos, assim, aqui a gente não chegou a ter como têm em São Paulo, arrastões em praias, que era só o que tava faltando, mas assim era sistemático quase todo dia, um dia outro não, tinha um ônibus sendo assaltado, quer dizer, isso mostra que você tem uma... Isso demonstra uma organização, ação sincronizada, não é mais uma atitude individual de um depende químico que se aventura tá louco e vai e assalta ali tava bem sinalizado que há esse aumento e não é simplesmente uma iniciativa de um ou outro, mas devia ter alguém por trás com planejamento, já um pouco na linha de crime organizado mesmo, você tinha áreas de facilidade de fuga aqui, por exemplo, caminho pra zona norte na saída da Praia do Meio pra zona norte tem umas áreas ali que tradicionalmente tão... Eles tinham uns pontos estratégicos lá, essa que, assim, você pegar um ônibus e limpar a bolsa de todo mundo, aqui no estado começou também a ser comum aquele tipo de arrombamento de caixa eletrônico (...) Mas aí já entre dois mil e cinco (2005) e dois mil e dez (2010) pelo menos na minha avaliação porque a gente quando trabalha com a violência em relação à mulher ou a criança e adolescente, você vai analisar aquilo e aí acaba vendo as interfaces né? O aumento e inclusive, muito a...”

“Tendo uma relação com o uso abusivo de álcool e outras drogas onde as mulheres e crianças também estão inseridas e a gente começou a ver por área por distrito a ver que tava se, vamos dizer, não era mais localizada, tava mais disseminada então não era mais uma coisa de uma determinada população, tinha uma exacerbação, uma generalização, em tudo, da violência, era a forma de resolver as coisas...”

“Tem crescimento sim, e tem aumentado em locais com a presença de crimes violentos, que não tinham no passado recente. Tínhamos os “meninos de ouro”, , que aterrorizavam, mas eram coisas pontuais e não se espalhavam pro conjunto da população, era uma coisa pontual, eram brigas familiares no interior, mas não se espalhava, era algo pontual, uma guerra fratricida entre eles e esses grupos assaltando banco.”

O crescimento da criminalidade e da violência, portanto, aparece na fala dos entrevistados como fenômeno relativamente recente. E não se restringe a determinado tipo de crime ou público em questão. **Tanto a violência patrimonial, cometida prioritariamente contra setores da classe média, quanto a violência letal intencional, mais restrita às classes populares, se destacam nos discursos dos entrevistados. Também o surgimento e disseminação de novas modalidades criminosas (assaltos em ônibus, arrastões em praias, arrombamentos de caixas eletrônicos, crime organizado), que marcam a mudança na configuração local da criminalidade são constantemente ressaltados pelos entrevistados.**

A mudança na distribuição territorial da violência também é uma constante na fala de muitos entrevistados. Se no passado o fenômeno aparece restrito ou pelo menos concentrado em Natal, capital do Rio Grande do Norte, **a interiorização da violência** se destaca como fenômeno relativamente recente para os entrevistados:

“É, na capital ela já vinha, vamos dizer assim, é mais naturalizada porque assim, a gente tem também uma visibilidade nas coisas de Natal porque também os meios de comunicação, a televisão, a rádio, são focados, eles tem programas né? Policiais que enfatizam muito as partes inclusive da mídia né? Como é que chama? Da grande audiência que são os programas policiais, então você confere uma visibilidade mais concentrada, eu acho que inclusive, é bem interessante que geralmente nas, você pegaria Natal e Mossoró, Mossoró tem crescido e muito, aí Mossoró é uma historia que eu acho que tem a ver mesmo com a questão mesmo do padrão de desenvolvimento urbano, da forma como no caso de Mossoró que tem uma área também de fronteira com Ceará, muita... Prenderam até agora essa semana um por tráfico de

drogas... As pessoas às vezes associam ao presídio né? Minha avaliação é que não tem a ver com presídio.”

“Nós temos sérios problemas no interior do estado, o efetivo é bem menor, isso não só no Corpo de Bombeiros, principalmente no Corpo de Bombeiros, mas também é menor na Polícia Militar e acredito também que na Polícia Civil, mas, de um modo geral, a atenção tem que ser dada à segurança pública pra que os problemas sejam solucionados a medida que eles aconteçam e não quando já estejam muito acumulados.”

O cenário representado pelos entrevistados em geral, e pelos operadores de segurança pública, em particular, apresenta alguns fatores recorrentes: a **sensação generalizada de insegurança**, que atinge setores de todas as classes sociais, a **disseminação de serviços formais e informais de proteção privada e a presença de grupos de extermínio**.

“A violência é uma coisa que a sociedade também precisa resolver e se você fizer um levantamento, que eu acho que era interessante, eu não sei como é o nível assim da pesquisa, mas é bem perceptível aqui na capital. Se a pessoa não entender nada, nada, nada do assunto você vê o aumento das empresas de **vigilância privada**, se você passa nas principais avenidas, coisa que, por exemplo, em 2002 você não via, era duas, se você pegar assim empresa, bastava entrar que você ia ver quantas novas empresas foram criadas de segurança privada, você tem uma ideia porque aí mostra, quer dizer, quanto mais frágil à ação do estado, mais se resolve o campo privado, então na minha avaliação, há um aumento significativo, começa a ter um, eu acho que um cruzamento dessas coisas eu acho que não é só o peso do tráfico de drogas, da dependência que tem isso também mas eu acho que com o tipo também de desenvolvimento, com outras atividades, eu acho que inclusive com o campo mesmo da fiscalização em outras áreas, por exemplo, entra fácil no estado, minha avaliação inclusive a vida roda né? Tem a ver com outras coisas de fiscalização, por exemplo, se você for ver tem a ver com policia rodoviária federal que não é em si né? Facilita, têm vários outros componentes que se agregam.”

II.2 CAUSAS E DETERMINANTES DO AUMENTO DA VIOLÊNCIA

A maioria dos entrevistados destacou a multidimensionalidade dos fenômenos do crime e da violência, destacando várias causas que contribuíram para o agravamento do problema nos últimos anos. Esse conjunto abrange dinâmicas sociais, institucionais e políticas, que se interpenetram e se sobrepõem nas representações dos operadores de

segurança pública do Estado. Nesse contexto, o destaque dado aos crimes violentos letais intencionais direcionou parte das perguntas dos entrevistadores, contribuindo com representações que vão do âmbito particular ao genérico sobre as causas e determinantes da criminalidade.

Do ponto de vista das causas sociais, o crescimento populacional exacerbado nas últimas duas décadas é apontado como fator de destaque, principalmente quando associado ao baixo crescimento correspondente do efetivo e estrutura das instituições do Sistema de Justiça Criminal, especialmente as polícias. Fatores relacionados à desigualdade social histórica que marcam a sociedade potiguar, também são levantados como determinantes da criminalidade nas falas dos entrevistados:

“Na minha concepção o que tem feito a violência crescer de forma assustadora é um somatório de coisas, primeiro o próprio crescimento da cidade, né? A gente não tem... A gente viu um crescimento muito rápido da cidade decorrente do turismo, né? Fez com que a cidade verticalizasse muito rapidamente, num período de boom imobiliário muito grande em contrapartida as instituições que compõem o sistema de segurança, né? Não acompanharam no mesmo ritmo, pra o senhor ter ideia eu entrei na polícia há muitos anos atrás e a gente tinha quinze distritos policiais na capital, hoje, esses quinze distritos eles já existiam por ocasião da minha entrada na polícia (...) Pelo menos aí, você tem uns 25 anos que você tem 15 distritos policiais na capital, pra atender... Então nesse mesmo período a gente tinha uma população à época, que girava em torno, eu fiz um estudo que girava em torno de 500 mil habitantes, hoje Natal praticamente dobrou, tá quase 900 mil habitantes, e a grande Natal em torno que cresceu também assustadoramente, como Parnamirim, São Gonçalo, cresceu e tá em torno de um milhão e 300, com as mesmas estruturas de polícia, no caso polícia civil, então evidentemente, neste compasso também não houve incremento de pessoal suficiente para acompanhar, além de não haver a estrutura logística, não houve incremento de pessoal, então nosso pessoal foi envelhecendo, foi se desmotivando, não houve ao longo desses anos uma política pública focada na segurança pública, e especialmente voltada para a polícia civil. Isso sem sombra de dúvidas contribuiu e tem contribuído bastante para o estado em que nós nos encontramos hoje. Não tenho dúvidas disso, então nosso efetivo, hoje, é um efetivo velho.”

“Até a década de 90 existia um controle, tá entendendo? Da criminalidade no nosso estado e existia a questão da força, da presença policial naquela época era muito grande nas ruas, não só a polícia militarizada, a PM, mas também a polícia civil porque o número populacional daquele período era muito inferior ao que tem hoje e assim se nós fizermos um comparativo, se você pegar um comparativo do efetivo da década de 90 da polícia civil e ITEP e o efetivo hoje... depois de todos esses anos vai se comparar que praticamente o efetivo é o mesmo, não houve acréscimo”.

“Eu acredito que a questão estrutural, a questão de gestão, de motivação, de formação do policial militar (...) da criminalidade de alguns estados vizinhos, notadamente Pernambuco, houve uma diminuição dos índices de violência e aí a criminalidade se movimenta. Nós temos sérios problemas no interior do estado, o efetivo é bem menor, isso não só no Corpo de Bombeiros, principalmente no Corpo de Bombeiros, mas também é menor na Polícia Militar e acredito também que na Polícia Civil, mas, de um modo geral, a atenção tem que ser dada à segurança pública pra que os problemas sejam solucionados à medida que eles aconteçam e não quando já estejam muito acumulados”.

Aqui, a questão do déficit de efetivo das corporações policiais surge como elemento presente na maioria das falas dos entrevistados, particularmente dos operadores do sistema de segurança pública.. Não somente o **déficit na relação de quantidade de policiais por habitante**, como também **o envelhecimento do efetivo** se destacam como problemas institucionais apontados pela maioria dos operadores entrevistados.

Outro fator presente na fala acima dos entrevistados diz respeito à **migração interestadual da criminalidade**, que teria acontecido supostamente devido ao sucesso de políticas de segurança aplicadas por estados vizinhos, como Pernambuco, nos últimos oito anos.

A **consolidação do mercado de drogas ilícitas** também aparece como fator determinante do aumento da criminalidade violenta no Rio Grande do Norte, notadamente no crescimento das taxas de homicídios. E, novamente, **a disseminação de grupos de extermínio** é ressaltada como elemento que teria contribuído com a acentuação da criminalidade violenta na última década. Na fala de um dos entrevistados, **ambos os fatores aparecem interconectados, isto é, grupos de extermínio que auferem renda indireta do comércio ilegal de drogas, oferecendo proteção aos traficantes em troca da permissão para atuar em determinadas áreas**. Nas próximas seções, as representações dos operadores de segurança sobre cada um desses fatores serão analisadas separadamente.

"Eu acho que houve uma deterioração do aparelho de segurança pública e paralelamente a isso a impunidade dos que praticam crimes letais intencionais. A gente pode observar que, que assim, há vários grupos de extermínio atuando no Rio Grande do Norte e há, houve uma banalização da violência eu acho que nós fizemos um pacto pela morte, foi o inverso do que Pernambuco fez. Certo?!"

"Bom, tem alguns fatores né? Que são estruturais relacionados ao próprio estado e tem algumas situações que são situações da própria dinâmica social né? Esse avanço da criminalidade dos homicídios principalmente tem sido uma característica que tem assolado quase todos os estados, esses dados, e na realidade eu vejo o seguinte, você tem dois aspectos, você tem o aspecto da droga, você não pode né? Descartar isso, inclusive grande parte desses homicídios eles são relacionados basicamente a drogas e também, coisa que fica muito escamoteada, a grupos de extermínio que extorque esse pessoal pra... Ou seja, não é a droga em si, mas é, digamos, entre aspas aí o "pedágio" que se cobra, de algumas dessas pessoas, para que eles possam traficar, ou seja, aquele fenômeno de você matar, como se diz muito aí, o cara é usuário, foi assassinado porque não pagou. Isso ocorre? Ocorre. Mas a grande dinâmica, quem tá morrendo pela experiência que a gente vê aí, normalmente são aqueles aviõezinhos que são ao mesmo tempo dependentes, mas que vendem pra sustentar o próprio vício, então esse é que é, digamos assim, o varejista".

Sob a ótica institucional, as principais causas levantadas pelos entrevistados que explicam o aumento da violência dizem respeito ao funcionamento das organizações do Sistema de Justiça Criminal, incluindo as polícias, o Ministério Público e o Poder Judiciário. No âmbito mais geral, **a impunidade** se destaca como tema presente na fala dos entrevistados.

" (...)Primeira situação é a questão da impunidade, que sem dúvidas, indiscutivelmente é o que gera mais violência. Por que infelizmente as leis são flexíveis com a impunidade, um policial prende um camarada e o camarada sai primeiro da delegacia do que o policial, o policial fica preenchendo documento, relatórios e ele sai primeiro. E a outra situação é que mesmo a lei sendo flexível, não é cumprido. A outra questão muito grave que aumenta a violência é a questão da investigação. A lei já é dessa forma, e se não investiga, então o camarada que matou hoje vai continuar matando, já que o crime não é investigado. Seria uma forma de colocar os camaradas na cadeia, mas a investigação também, as leis, a flexibilização das leis e a investigação que não funciona são questões que contribuem pro aumento da violência, e exige a terceira situação, a questão dos presídios, a questão

carcerária. O sistema prisional no Brasil, que é falido, não funciona.”

O fenômeno, portanto, é representado como tendo desdobramentos em diversos âmbitos do Sistema de Justiça Criminal. Por um lado, **a flexibilidade das leis** é ressaltada como fator impeditivo da eficiência do trabalho policial. O Poder Judiciário também é representado como uma instituição que não cumpre adequadamente seu papel dentro do Sistema. Por outro lado **a baixa resolutividade de inquéritos policiais e a ineficiência da investigação policial** também se destacam como elementos que contribuem para um agravamento do quadro de impunidade. Tal quadro, para alguns operadores incide diretamente sobre o aumento da criminalidade violenta letal intencional. Finalmente, **a falta de uma política de ressocialização no Sistema Prisional parece contribuir com a reincidência criminal**, rebatendo no aumento da criminalidade.

As percepções dos entrevistados a respeito das corporações policiais do Rio Grande do Norte delineiam um quadro marcado por: a) deterioração das instituições; b) déficit e envelhecimento do efetivo; c) baixo nível de formação; d) baixa capacidade investigativa; e) alocação excessiva de policiais em funções administrativas e de vigilância patrimonial; f) problemas com a estrutura física de prédios públicos; g) baixa qualidade dos equipamentos de trabalho; h) desvalorização profissional (com destaque para a baixa remuneração salarial); i) falta de gestão de metas; j) presença de presos em delegacias; l) existência de “bicos” em horários de folga dos policiais; m) problemas de saúde física e mental em parte do efetivo; n) código de ética e regimento interno ultrapassados na Polícia Militar; o) ausência de estatísticas e informações confiáveis; p) falta de sistemas informatizados que facilitem o trabalho policial; q) falta de integração com Poder Judiciário com o Ministério Público.

“Eu acho que houve uma deterioração do, uma deterioração do aparelho de segurança pública e paralelamente a isso a impunidade dos que praticam crimes letais intencionais. A gente pode observar que, que assim, há vários grupos de extermínio atuando no Rio Grande do Norte e há, houve uma banalização da violência eu acho que nós fizemos um pacto pela morte, foi o inverso do que Pernambuco fez, certo?! Então a violência ficou, houve um, uma perda da infraestrutura, não só da infraestrutura, mas dos recursos humanos da polícia civil também, temos uma polícia civil que não investiga. Enquanto autoridade judiciária, eu, eu noto que 95% (noventa e cinco por cento) dos inquéritos que me chegam as mãos são autos de prisão, de prisão em flagrante. Por quê? Por que quem está fazendo na prática a investigação é a polícia militar que não tem o preparo para tal, para o exercício de tal função, e verifico também uma

completa, é, uma completa negligência na capacitação dos agentes de segurança pública no tocante a, ao modo de atuação, isto é, eles não têm, eles não têm treinamento de tiro, eles não tem treinamento de como lidar com o cidadão, eles não tem as noções básicas de Direitos Humanos, acho que isso é uma questão seríssima e que deveria, olha, educação e direitos humanos deveria ser uma disciplina fundamental e ciclicamente aplicada a quem lida com, a quem lida com a violência. A violência, essa violência banalizada em que a gente se depara é, no dia-a-dia. (...) É, olha, o agente de segurança pública no Rio Grande do Norte, ele pratica um homicídio, lesão corporal e tal, ele continuou na rua, ele não tem o mínimo, ele não, Olhe não há um acompanhamento psicológico aos policiais, eu soube que inicialmente haviam dois psicólogos ou psiquiatras no quadro da polícia, parece que nem isso tem mais, pra um efetivo de milhares de homens, certo?! Nós temos policiais com problemas psiquiátricos, com transtorno mental, trabalhando. Paralelamente a isso se criou nesses últimos anos um sistema de, eu não tô recordando agora o nome, é, mas é o sistema em que o policial está de folga ai ele vai trabalhar na segurança de escolas e de outras repartições. Na hora dele ter o descanso, ele não, ele não tá descansando. Ele tá trabalhando. Com o soldo dele muito baixo.”

“Eles queriam isso, que tivesse mais condição e tal, então assim eu acho que o sindicato da policia civil atua no sentido de redução da violência policial, (...) mas você tem uma força muito maior que uma ruptura institucional e uma pressão muito grande, uma delegacia superlotada, você tá o tempo todo ameaçado, você imagina uma delegacia superlotada, com um ou dois policiais sozinhos, se vier um grupo pra tentar resgatar alguém eles não tem muita alternativa de esperar pra ver o que é, às vezes eu acho que, então a minha avaliação é que deve ser mais do que aparenta e menos do que a forma como a estrutura de segurança está estruturada, que não promove condição de trabalho nem qualificação, eu acho que é ela é menos grau de deterioração eu acho que tem a ver com atuação do sindicato. Agora na PM, na PM é mais visível, a coisa da (??? – força – 1:18:12) até porque se você vê, por exemplo, o critério, o agente policial, civil, passa por um curso, por uma série de provas, treinamento tal, tal, eu acho que não teve muita coisa da força física né? Mesmo sendo na agente, que já o suspende, as cenas que e é mais fechada, a PM é mais fechada em termos de discussão, da sociedade, quando ocorre as coisas, até mesmo assim, na relação com os órgãos de pesquisa você pega a partir se você pegar os exames os processos aqui também, a gente também... é muita coisa, pra gente ta vendo, mas eu acho que era interessante tentar ver alguma estatística que eu não sei se o poder judiciário divulga alguma coisa (...), a sensação que a gente tem é que a gente tinha uma PM no quartel, assim, meio, inclusive chegou a ter

denúncias que eles não estavam na rua, havia toda uma proteção se aumenta a violência então eles tavam menos, as instituições, sei lá, guardando palácios, secretarias, não tavam muito na rua talvez isso tenha reduzido essa, esse contato, essa linha de... Tinha uma insuficiência enorme de policial, a justiça determinou inclusive a contratação que é bem complicado porque essas coisas tem orçamento, tem todo uma historia, mas como houve negligência do governo que terminou, quatro anos e não tinha resolvido, a justiça determinou eles contratarem porque havia vários estudos que não tinha a menor condição de cumprir as escalas e isso se generalizou.”

“Então, a gente tem pelo menos o cadáver e a estatística nesse ponto ela bate né? Porque você vai ter o cadáver, só que a investigação sobre esse fato ela é quase nenhuma, melhorou um pouco agora porque a Força Nacional veio pra cá e realmente eles tem feito um trabalho razoável. Só que trabalhando com um passivo enorme, já desapareceram vestígios, testemunha já não querem falar ou já não tem mais a percepção que tinha quando aconteceu... E aí a gente tem um ponto hoje que engloba todos esses outros crimes que é a ausência total de estatística criminal, a Secretaria de Segurança trabalha ainda, várias delegacias com o boletim de ocorrência ainda manual. E outros que tem, não chamariam nem informatizado, que tem o computador que na verdade é uma máquina de escrever sabida, digamos assim, não se trabalha os dados né? E a gente tem outro problema seriíssimo ai nesse aspecto ai é que você não tem uma cobrança de metas por parte das delegacias. Então, se você é um delegado, digamos, que produz muito, que tem um resultado bom, trabalha muito, uma eficiência na solução dos casos, na conclusão, você tem um reconhecimento X. Se você é daqueles que não faz nada, não conclui nem um inquérito no mês, você tem o mesmo reconhecimento X. Então você tem essa falta de controle por parte da corregedoria, por exemplo, e dos órgãos, da atuação do delegado. A gente que trabalha na ponta, que recebe esses inquéritos a gente verifica, por exemplo, que determinadas delegacias não chegam nada nunca e aí a gente pergunta “Pô, e esses bairros não acontecem nada?” E tem várias delegacias que abrangem territórios bem abrangentes da cidade né? Ou seja, na verdade você vai ter, delegacia, vem uma serie de boletins de ocorrências que nunca viram inquéritos e inquéritos também que se protraem aí no tempo a perder de vista, então assim, eu acho que uma das atitudes, assim, mínimas, porque a gente sabe que a estruturação puxa muito dinheiro, a gente sabe que não é fácil você remontar toda uma estrutura logística para profissionalizar, digamos, essa investigação, mas você tinha como começar, pelo menos, sabendo o que você tem, controlando quem tá trabalhando lá minimamente, por exemplo, relatório, delegado não faz relatório, vem tentando

fazer isso há um tempo, a gente, por exemplo, no ministério público todo mês eu tenho que prestar contas, o que eu recebi e o que eu devolvi, é obrigação, inclusive esta na lei a gente fazer isso, até o dia 15 do mês seguinte temos que apresentar. Ou seja, o corregedor sabe, por exemplo, se eu tô lá com 30 inquéritos ou 40, a mais de dois meses e aí quando isso ocorre de maneira, digamos, mais frequente a gente recebe, isso implica em promoção, implica uma série de resultados que termina fazendo com que a maioria dos colegas tenham cuidado em não deixar processos acumulados né? Delegacias que você vê, às vezes aí, com inquéritos de 10, 20 anos... Não se tem uma regulamentação como a Polícia Federal tem, por exemplo, deu aquele prazo X, manda pro Ministério Público ainda que não tenha sido feito nada, mas para que haja esse controle, o inquérito às vezes permanece muito tempo na delegacia, então eu acho que inicialmente, assim, em termos de estrutura era preciso ter um controle informatizado de BOs né? De inquéritos que você pudesse ter acesso em rede disso aí. Que o secretário gestor pudesse saber lá, delegacia... Sei lá, primeira delegacia da capital tem quantos BOs esse mês? De que crimes? Até pra você ter uma estatística de saber naquela religião qual é a criminalidade.”

“ É... primeiro assim, mas.. eu entendo perfeitamente que a questão da violência não é uma questão exclusiva de polícia, certo? a gente sabe que a omissão do estado nesse sentido tem contribuído para o aumento da violência, entretanto, é também uma questão de polícia, e em sendo uma questão de polícia, os sucessivos governos têm adotado uma série de políticas equivocadas na área de segurança pública. Primeiro, é aquilo que nós consideramos grande, que é quando, na elaboração dos projetos, dos planos da segurança pública, não ouvir os profissionais nas ouvir as entidades representativas. Então, isso é um grande equívoco e também tem contribuído pra o insucesso desses planos aí. Começa pela simples aquisição da viatura, de forma errada, inadequada para o nosso cotidiano. Eles.. não sei qual o critério que eles usam. então, não ouvir os profissionais, as entidades representativas nesse sentido, que é quem recebe toda carga de reclamação e de demanda dos profissionais, já que os profissionais não recorrem a instituição, recorrem às entidades representativas. então, já começa por aí. O aumento da violência está também associado aos sucessivos governos, no sentido de fazer uma inversão de valores, quando se fala em investir em segurança pública. Por exemplo, isso foi prática, arma, viatura e munição. O maior patrimônio da segurança pública que nós consideramos são os homens e as mulheres, são é... ou seja, são esquecidos, não existem... são um projeto nesse sentido e isso é muito, muito... compromete muito o serviço prestado a população. então, os profissionais são abandonados, e com isso são desmotivados.”

Sob a ótica política, a **falta de uma “visão de Estado” para a política pública de segurança, que vá além dos ciclos eleitorais** é uma queixa constante dos operadores de segurança pública entrevistados. As sucessivas administrações estaduais são descritas como ineficazes, na construção de políticas públicas de segurança efetivas, **marcadas pelo desinteresse político em tomar a questão como prioridade na gestão**. A Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte é descrita em termos de **estruturas, prédios e equipamentos precarizados**, que refletem a falta de prioridade da gestão. Da mesma forma, os secretários que estiveram à frente da pasta são representados como despreparados para a função, **gestores pouco eficazes, que tradicionalmente privilegiaram determinadas instituições em detrimento de outras**. Essa ineficiência se reflete **na incapacidade de promover a integração entre as diversas organizações responsáveis pela segurança**, bem como na **alocação ineficiente de investimentos na compra de mais viaturas, mais armas e mais munições**, que não tem qualquer rebatimento nos índices de criminalidade do estado.

“A gente sabe que a omissão do estado nesse sentido tem contribuído para o aumento da violência, entretanto, é também uma questão de polícia, e em sendo uma questão de polícia, os sucessivos governos têm adotado uma série de políticas equivocadas na área de segurança pública. O aumento da violência está também associado aos sucessivos governos, no sentido de fazer uma inversão de valores, quando se fala em investir em segurança pública. Por exemplo, isso foi prática, arma, viatura e munição. O maior patrimônio da segurança pública que nós consideramos são os homens e as mulheres (...) Ou seja, são esquecidos, não existem (...) Então, os profissionais são abandonados, e com isso são desmotivados.”

“Então eu acredito que grande parte do crescimento da violência está exatamente nessa falta de percepção da segurança pública como uma política de estado né? O que tem-se observado é exatamente isso que nós ainda estamos em, avançando, encontrando diversos obstáculos e aqui eu não tô entrando no mérito da, da discrepância do que tá previsto no efetivo da PM, do efetivo da polícia civil, até nem do ITEP não existe nem a previsão né? Porque nós não temos nem o marco normativo, mas eu entendo que por muitos anos se colocou a segurança pública como algo que não foi priorizado né? Então acredito que de fato a gente consegue observar essa luta, é... Que vem ocorrendo nos últimos anos de valorização das instituições né? “

“Na verdade, é, talvez essa conjugação de fatores. A ausência de uma violência, vamos dizer, mais expressiva né? É... Tenha permitido que não se priorizasse o planejamento de segurança pública né? Tenha permitido essa, essa, esse comodismo por muitos anos de não se focar a segurança pública como algo primordial né? Sempre, é, sem nenhum demérito, mas sempre se focando na questão da saúde, da educação, mas não enxergando a segurança pública com um status de, de, de... Pasta que precisava de uma atenção específica né? Eu acredito que tenha sido exatamente isso, até porque se voltarmos no tempo aqui no estado em particular, nós temos percebido que há alguns avanços institucionais, é... Por exemplo, em relação à polícia civil, ocorreram na, dos anos 2000 pra cá. Institucionais em que aspectos? Edição de leis, estatuto da polícia civil, é... Embora o último concurso de delegado, antes desse de 2008, tenha sido em 96 e o de agentes e escrivães 2000, o novo concurso só veio ocorrer após essa edição de normas, sem entrar aqui na avaliação concreto de cada, de cada dispositivo das minhas observações, mas ao mesmo tempo, além da polícia civil, nós enxergamos e ainda muito enfrentamos uma grande dificuldade no disciplinamento quanto, por exemplo, a de outro órgão da segurança que é a perícia. Nós não temos ainda, no ano de 2015, um marco normativo do ITEP. O que é que significa isso? Nós temos leis escaurçadas datadas da década de 70, 60, 70, nós temos concursos que foram realizados sem lei, sem cargo, né? Pra perito. O último concurso no ano de 2000. Então hoje nós temos um, um, um quadro em relação ao ITEP, por exemplo, um quadro completamente precário, deficiente, insuficiente né? Pra demanda atual que, em que não houve planejamento, mas, decorrente disso, nós ainda estamos pela, passando essa fase de maturação legislativa, de organização das instituições né? Então eu acredito que grande parte do crescimento da violência está exatamente nessa falta de percepção da segurança pública como uma política de estado né? O que tem-se observado é exatamente isso que nós ainda estamos em, avançando, encontrando diversos obstáculos e aqui eu não tô entrando no mérito da, da discrepância do que tá previsto no efetivo da PM, do efetivo da polícia civil, até nem do ITEP não existe nem a previsão né? Porque nós não temos nem o marco normativo, mas eu entendo que por muitos anos se colocou a segurança pública como algo que não foi priorizado né? Então acredito que de fato a gente consegue observar essa luta, é... Que vem ocorrendo nos últimos anos de valorização das instituições né? A própria SESED, a própria secretaria de segurança que hoje existe aqui no estado, ela não exercia essa atribuição que não é de hierarquia, superior, mas de centralização, de diálogo com os órgãos da segurança pública, não havia o que se costuma falar essa integração do sistema de segurança pública, ainda há aquele, nós ainda lutamos em alguns aspectos, mas ainda vivenciamos de pouquíssimo tempo atrás essa luta de integração entre os próprios órgãos.

Então acredito que essa omissão estatal em valorização das instituições, necessidade de amadurecimento, de cobrança dos seus valores dentro do próprio estado tenha contribuído de fato para essa falta de visão de planejamento do crescimento da criminalidade que era algo previsível né? Eu lembro que há muitos anos atrás, não muito até porque eu não tenho tanto tempo de OMP, mas eu digo dos anos 2000 pra cá, é... Eu tive um, em um evento, um congresso regional do ministério público e nós ouvimos, me fugiu a memória agora o nome dela, mas era uma delegada do Rio de Janeiro que atuava na infância que era bem conhecida na mídia e eu lembro que ela foi muito direta nessa colocação e eu concordei de fato nós vimos concretizar quando ela disse: “- olha, eu tô aqui pra falar da minha experiência no Rio de Janeiro, que é terrível, né? A situação fugiu do controle. Nós vivenciamos uma situação, que na época não havia nem a tomada das favelas, não havia essa, essas, essas, esses acontecimentos mais recentes”, ela disse, “e o que mais me impressiona é que vocês não conseguem enxergar que com o exemplo que nós vivemos no Rio de Janeiro, vocês poderiam evitar isso, vocês poderiam pegar esse exemplo, essas dificuldades, esse agravamento e planejar”, ela disse isso há alguns anos, né? E de fato eu acho isso super atual, não há um estado, embora esses amadurecimentos legislativos estejam ainda ocorrendo, tenham ocorrido há pouco tempo, não há no estado uma projeção de um planejamento efetivo, de uma continuidade nesse planejamento né? Eu lhe digo com toda clareza, é, infelizmente eu estou dando, não tenho tanto tempo de convivência com o sistema de segurança pública em termos de cúpula, eu estou nesse centro de apoio há um ano e meio, certo? Mas do tempo que eu assumi pra cá, eu tive a oportunidade de cobrar, informalmente do secretário, de questionar os secretários: “- qual o planejamento da segurança? Existe uma política de estado? “Não, existe, já encaminhamos”. Mas efetivamente o que nós observamos aqui, eu tô falando com muita sinceridade, é que a união de outros fóruns intersetoriais, como o caso aqui da câmara de monitoramento de homicídios, é que estão sendo a fonte de articulação para desenvolver ações de segurança pública e nós não temos conseguido avançar para a construção da política. Nós temos conseguido avanços pontuais, com integração de diversos órgãos e ainda assim nós não enxergamos a construção de um planejamento, de uma política de segurança pública.

“Primeiro a gente vê a estrutura dela e o apoio que é dado a ela, a secretaria de segurança... Não sei se você chegou a conhecer. É lá nos fundos de um prédio, os telefones estão cortados, e aí você já vê o tratamento que o estado dá a essa secretaria que é tão importante pra gerenciar a segurança pública, esbarra nas outras estâncias que enfraquece”.

Os entrevistados são praticamente unânimes em apontar o **Instituto Técnico-Científico de Polícia (ITEP) como a instituição em situação mais crítica**. O órgão, que é responsável pela perícia criminal, é descrito como dotado de práticas “medievais” com graves déficits estruturais e de pessoal.

O Ministério Público do Rio Grande do Norte, apesar de elogiado, por sua vez, é visto por alguns entrevistados como pouco ativo no cumprimento de **suas obrigações constitucionais de controle da atividade policial e garantia dos direitos humanos**.

O Poder Judiciário é descrito como “conservador e atrasado” e dotado de práticas “desatualizadas”.

O Sistema Penitenciário “está prestes a implodir e a explodir; faz algum tempo que não se tem a construção de nenhuma unidade”.

Por outro lado, Ministério Público e Poder Judiciário são percebidos como incapazes de **construir relações de parceria com as polícias**.

“Eu já vejo a parceria do judiciário no intuito de levar os policiais para servir lá no judiciário, entendeu? Então, de atuar para que realmente diminuir a violência, eu penso que ela está devendo. Não vejo a mesma relação que se tem com o ministério público e a polícia, eu vejo isso prejudicado.”

“Menos, eu acho que é menos, assim, eu acho tão interessante a questão da violência, da segurança, ela realmente, de fato é secundarizado mesmo, inclusive não tem muita visibilidade do Ministério público nessa área como você vê na área da saúde, na saúde do idoso, no meio ambiente que o Ministério Público não tem muita intervenção, muita iniciativa nesse campo, aí eu to falando numa concepção de vamos dizer assim, vamos sair do 8 né? Não é ficar dentro só, que se resolve, eu vejo que eles folgam, na educação que eles folgam, estrutura, o sistema, na saúde também, mas sempre fazendo um movimento mostrando que é sempre importante ter uma articulação, mais ampla que promova que iniba que vá nas causas, o movimento nesse sentido.”

Sob a ótica da influência política no quadro de crescimento da violência e da criminalidade no Rio Grande do Norte, alguns entrevistados apontam para **práticas coronelistas**, marcadas **pela ingerência do poder político no trabalho policial, que comprometem a eficiência e os resultados alcançados. O orçamento da área de segurança é percebido como historicamente subdimensionado.** As polícias são colocadas, em inúmeras ocasiões, como **forças de proteção privada das oligarquias políticas potiguares.**

Isso é percebido também no **sucateamento das políticas de assistência social e saúde da Prefeitura de Natal nos últimos anos**, o que teria contribuído, de alguma forma, para o agravamento dos problemas sociais que teriam contribuído para o aumento da violência no estado.

“O RN sempre teve um caldo cultural, político muito conservador, muito "coronelesco", independente dos novos civis que estavam a frente do governo. Na área da segurança pública, essa falta de transparência, essa falta de compromisso com a democracia é mais exacerbada. Normalmente os gestores não compram muita briga com **** o poder público, o delegado geral, o comandante da polícia militar. Meio que se dispõe a fazer a política de segurança pública, de proteger o estado simbólico, proteger as oligarquias, e de não criar muito problema do ponto de vista da gestão, se tem que tirar dinheiro pra economizar, as áreas sociais e a área da segurança foram sucateadas anos a finco. Então a tragédia que a gente tem, tanto do ponto de vista da segurança, quanto do sistema penitenciário é essa falta do cuidado. Não de priorizar a segurança pública e o sistema penitenciário, mas de tratá-los como se tratou os outros órgãos públicos. Você pega o último governo que acabou agora, ela condenou à margem absoluta pelo modelo.”

“Esse caldo cultural, a gente teve a gestão da prefeita de natal que foi terrível, Mícarla. Todo tipo de crime. Nunca foi essas Coca-Colas todas, mas as nossas políticas de assistência.. De saúde, foram todas pro espaço. Estas políticas desestabilizadas devem ter contribuído muito pra essa elevação da violência. Que coincidiu dessa gestão terrível em Natal e coincidiu também com o esvaziamento do financiamento da base da polícia civil e militar, do corpo de bombeiros, do ITEP e do sistema penitenciário no estado, então isso dá um caos cultural muito grande, então na década de 80-90 você põe entre 91-2000, nós conseguimos aqui desbaratar* alguns grupos de extermínio, formado principalmente por policiais militares.”

II.3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com os entrevistados, as mortes violentas intencionais de mulheres no Rio Grande do Norte não diferem dos padrões nacionais: ocorrerem prioritariamente nos espaços domésticos e estão relacionadas principalmente à predominância de padrões culturais patriarcais e de dominação masculina.

“(…) Quanto à violência contra a mulher, todos os tipos de violência contra a mulher, não vejo diferenças entre o que acontece em Natal e no Rio Grande do Norte e o que acontece no resto do Nordeste e até no Brasil. Homens violentos matando esposas, namorados matando namoradas. (…) O Rio Grande do Norte é um estado muito machista”.

Contudo, alguns entrevistados apontam para o surgimento, nos últimos anos, de mortes de mulheres vinculadas à participação das mulheres no mercado de drogas ou mesmo dos seus parceiros.

“Sempre teve a violência do homem contra a mulher em casa, no lar, mas também tem muita mulher assassinada por envolvimento com o crime, dívida de droga. Isto não era comum, né. Mas agora acontece mais. E tem aquelas que morrem porque o companheiro tava envolvido com a criminalidade e elas acabam morrendo.”

Uma das entrevistadas apontou ainda uma terceira causa das mortes de mulheres:

“Agora a mulher agora tem mais independência e tem homem que não suporta isso (…), não aguenta ver a mulher assim (…)”.

II.4 MERCADO DO CRACK

A expansão do comércio ilegal de drogas se faz presente em muitas das falas dos entrevistados como uma das causas do aumento da violência e do crime no Rio Grande do Norte. Essa expansão não raro é citada como associada ao surgimento do crack no mercado ilegal, que teria contribuído, na opinião de alguns, com o incremento nas vendas e o aumento no número de dependentes.

As opiniões dos entrevistados quanto à contribuição específica da droga para o aumento da violência são divididas. Ao passo que uns fazem a relação direta, outros

consideram temerário, apesar de quase todos concordarem quanto à relação existente entre o aumento da criminalidade e a venda ilegal de entorpecentes. Segundo a opinião da maioria dos entrevistados, **a chegada do crack no mercado ilegal de drogas remete ao início dos anos 2000, final da década de 1990, com uma maior intensificação nos últimos 5 anos.**

“Eu acho que antes um pouco já chega, agora, não com a intensidade que hoje tem né? Mas assim, no final da década de 90 começa a chegar com mais frequência e depois ele se alastra né? E aí você também começa o fenômeno também que a gente verifica né? Essas organizações criminosas, também, tipo o PCC, eles começam a ter ramificações né? E o modelo deles começa a ser difundido pelo Brasil todo então a gente tem casos aqui numa operação que foi até no Fantástico e tudo né? Há pouco tempo, de uma intensa troca de informações e de distribuição de drogas, de assassinatos, dentro dos presídios né? Era uma teleconferência que se estabelecia em dados momentos, o preso aqui no estado, de São Paulo com do Paraná, essa organização né? Desses presos e a vinda de alguns deles pra cá, essa, digamos, essa circulação...”.

“Entrou aqui mais pesado foi nesses últimos 5 anos, e vem crescendo cada vez mais (...) Natal há 5 anos atrás a gente não tinha. Não tem é ilusão. Uma delegacia de narcóticos que atendia toda ocorrência que envolvesse drogas, independente da sua quantidade. Então quando eu já estava saindo da diretoria já teve que mudar um pouco esse cenário e distribuir também para os distritos também fazerem até uma determinada quantidade de drogas, por que começou a crescer demais e a delegacia de narcóticos não dava conta. Então os distritos vão fazer até 300 gramas de qualquer que seja a droga, os distritos vão colaborar também com isso. Então a partir dali já começou- se a verificar um crescimento bem razoável e hoje se sabe que é muito mais por que já se busca nova delegacia de narcóticos, como Parnamirim, cresceu demais, né?”.

“Olhe... Eu acho que... Dez, doze anos, por aí, e começou a virar moda mesmo. Antigamente era só no meu tempo de infância, juventude, era só maconha, hoje em dia quem fuma maconha é tido como devagar demais. Então maconha tá hoje em segundo plano”.

Na percepção de alguns dos entrevistados, parece existir uma relação direta entre a chegada do crack no mercado ilegal de drogas e a consolidação de organizações criminosas no estado. Um deles chega a citar a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no Rio

Grande do Norte, bem como a consolidação de um sistema mais estruturado do mercado de distribuição de drogas, influenciado pelas vendas do crack. A intensificação das redes criminosas, segundo a representação do entrevistado, está ligada à droga pelo aumento da dependência química, que fornece mão de obra barata para as organizações, visto que parte dos usuários acaba se inserindo no mercado como forma de sustentação do próprio vício.

“Isso (nacionalização) de presos, presos daqui vão pra São Paulo, depois voltam, então criou-se essa facilidade e se chegou aqui ao ponto do que você falou ai mesmo. Antigamente a gente tinha uma criminalidade aqui, mas era uma criminalidade, digamos, muito pequena, mais aqueles crimes que envolvia o patrimônio, furto, então você não tinha aquela assombração que agora hoje você tem. O fenômeno do crack é um fenômeno que de certa forma intensifica isso pela própria facilidade com que o sujeito fica dependente daquela droga e a necessidade que ele tem de consumir cada vez mais então a partir daí você tem essa... De um lado você tem um problema de saúde pública que deriva pra isso né? De tratamento que praticamente não existe aqui no estado e que também, ai eu atuo numa vara de entorpecentes, especificamente com crime de tráfico, a gente vê que boa parte da clientela, aliás, quase toda a clientela é formada por dependentes, ou seja, você não vê o grande, dificilmente você vê o grande traficante que foi preso com uma quantidade mais expressiva, que você tem elementos pra dizer que ele é um distribuidor. Normalmente é aquele sujeito pego ali com 10, 20 gramas, vendendo na maioria das vezes pra se sustentar, tanto economicamente como pra basicamente pra sustentar o vício dele. Então, isso talvez tenha decorrido, não tenho como afirmar com certeza, mas temo que isso tenha decorrido dessa facilidade de você ficar dependente muito rápido né? Da droga, então, esse incremento nessa criminalidade de homicídios acho que isso se dá né? Coincidentemente com essa difusão maior do crack.”

Na fala dos entrevistados, esse fenômeno da presença cada vez maior de dependentes químicos integrando as redes de venda ilegal de entorpecentes, aparece relacionado ao aumento da violência no estado. Quando perguntados sobre a associação do crescimento da violência no Rio grande do Norte e a chegada do Crack, vários entrevistados apontam para um aumento nos homicídios com a chegada da droga:

“[...] agora tá frequente, tá frequente mesmo homicídio por causa de droga. Então por que o crack tá com força no interior, então agora também tá matando as pessoas, de todas as formas [...]” pelo e “Então, isso talvez tenha

decorrido, não tenho como afirmar com certeza, mas (...) que isso tenha decorrido dessa facilidade de você ficar dependente muito rápido né? Da droga, então, esse incremento nessa criminalidade de homicídios acho que isso se dá né? “

Outros ressaltam a relação com outras drogas, afirmando que o crack por si só não seria o problema do estado, como dito “[...] a demanda de crack existia, não era muito superior, por exemplo, à de maconha, as apreensões de maconha, as apreensões de drogas como o próprio rivotril [...]” e “[...] não seria só o crack o problema do estado”.

Outro fator apontado é a relação entre o aumento da dependência química de jovens e adolescentes que pode ser gerado pelo uso do crack, e a consequente entrada desses jovens nas redes ilegais de venda de drogas, concorrendo, assim, para o aumento da criminalidade violenta.

“... Então a partir dali já começou- se a verificar um crescimento bem razoável e hoje se sabe que é muito mais. Por que já se busca nova delegacia de narcóticos, como Parnamirim, cresceu demais, né? Adolescente também é demais, praticando atos infracionais, isso também tem colaborado por que a própria legislação é muito frágil. Eu sou contra a redução da maioridade por que não vai resolver, mas sou favorável ao aumento da penalidade para o adolescente. E você não teria condições, você baixar e colocar esse adolescente dentro de uma unidade prisional? Primeiro um sistema prisional falido. Segundo, não vai ressocializar, terceiro eu acho que é preciso fazer um cumprimento da pena em sua totalidade independente um adolescente brasileiro, que sabe exatamente o que faz. Então isso também tem ficado, então a gente tem hoje situações que o adolescente é apreendido, lavra-se o flagrante, lavra-se o ato infracional, e em seguida é entregue aos pais, que infelizmente, na educação desse país, os familiares não tem poder mais sobre o filho, e a gente devolve ao pai, ou a mãe, mas não tem o que fazer não, ele vai fazer de novo. E aí esse ciclo continua, eu acho que se houvesse uma medida mais de cumprimento total, de um trabalho dentro de ressocialização do trabalho, poderia se resgatar parte deles, mas da forma como hoje funciona.”

A interiorização do crack também aparece como preocupação para muito dos operadores entrevistados. Interiorização, que geralmente é relacionada ao aumento da criminalidade violenta, em municípios outrora considerados pacíficos pelos operadores de segurança pública que foram entrevistados. Outra preocupação presente na fala dos entrevistados é a disseminação de variantes da droga, como o *crock* (mistura de crack com gasolina), que começam a aparecer não só na capital, mas em outras cidades menores do estado.

“[...] Então esses fatores contribuem muito pra a questão da criminalidade. Tem outras questões, a questão da droga, do crack e também, ele tá ai muito forte, tá entrando com força no interior do estado. Em Riachuelo, uma cidade de 5 mil habitantes era tranquilíssima e hoje você vai lá e... é morte. Um homicídio em Riachuelo era muito raro, eu lembro de em 1982 foi uma coisa, um homicídio em Riachuelo... e agora tá frequente, tá frequente mesmo homicídio por causa de droga. Então por que o crack tá com força no interior, então agora também tá matando as pessoas, de todas as formas, a questão de saúde e a questão do traficante mesmo que vai lá e mata quem não paga. É, a família tem falhado bastante... É uma série de situações que tem falhado bastante e tem contribuído.”

“Nós temos até a figura do *crock* que seria o crack com gasolina, já infiltrado no interior e é corriqueira a informação... Olhe, hoje o... É... O agricultor ele consome a droga pra poder fazer o seu ofício rotineiro, é... A gente consegue perceber lá nos nossos lares, essas pessoas mencionando 'olhe, a violência, a droga tomou conta de tudo' né? 'nós no interior não tem mais tranquilidade... Hoje as pessoas furtam, arrombam, assaltam para conseguir produtos ou dinheiro para o consumo' né? Então assim, bem, bem, a gente tem percebido essa mudança no perfil, agora atribuir especificamente ao crack, que é a droga crack, eu acho que...”

II.5 GRUPOS DE EXTERMÍNIO

Para muitos dos entrevistados, a expansão e disseminação de organizações criminosas, notadamente **a expansão do mercado ilegal de entorpecentes**, foi acompanhada pela **intensificação e diversificação das atividades de grupos de extermínio**, que responderiam por parcela significativa dos homicídios ocorridos no estado.

Compreendidas na literatura acadêmica como organizações que se estabelecem a partir da venda informal de proteção privada, geralmente envolvendo policiais na sua organização, grupos de extermínio estabelecem suas atividades a partir da execução de ladrões, usuários de drogas, assaltantes ou outros criminosos de menor potencial ofensivo, chegando não raro a diversificar suas práticas para a pistolagem, ou crimes por encomenda pura e simplesmente. A prática é usualmente associada como herança do regime militar, que teria se perpetuado nas corporações policiais por diversas razões. **No Rio Grande do**

Norte, as representações sobre que corporação tem predominância nesse tipo de atividade são divergentes. A presença de policiais no seu seio, entretanto, é uma constante na fala dos entrevistados.

“Que davam indicadores na Policia Civil, era e sempre foi... era mais na civil e esse grupo que eu tô falando ligado a esse que vem desde o período da ditadura que pra mim eles se renovaram, o que é que aqui as secretarias, concurso, ainda tem muita gente aquela época que agora que tá se aposentando porque o último trem da alegria quando não tinha concurso, 85, até 85/86 até as vésperas da constituição de 88 o pessoal entrava indicado né? Então, se ainda tem grupos remanescentes que entraram pelas relações políticas né? E muito ligado a esse grupo, esse grupo da envelhecido, mas esse que sempre foi o coordenador e a população tem maior respeito, ele é sinônimo de segurança, porque é o linha dura, é o cara que bandido tem medo dele e tal, então assim eu tô falando assim numa pessoa, mas eu tô querendo trazer assim para uma cultura institucional, porque pra mim isso é um problema sério aqui em qualquer diagnostico acho que isso trava você pensar em um planejamento que dê conta.”

“Foi aquela operação Hecatombe. Teve muitas operações assim, já faz algum tempo isso né... Quatro mais cinco, sete, nove anos por aí... Então foi descoberta uma rede de policiais envolvidos com... Uns foram tirados de circulação, outros foram assassinados e hoje em dia a gente não tem como pontuar, a gente sabe que deve existir por ai não só policial militar como provavelmente policial civil também. E, além disso, os próprios traficantes e tal ou pessoas aí da sociedade... Há um registro aí de muitos achados de munição ponto quarenta, né... Em locais de crime ou nas proximidades como também há notícias de que não se encontra a munição, alguém de polícia pode ter passado e recolhido. Um fato interessante eu apurei essa semana... Houve um ex-comandante que conseguiu uma coisa fantástica para a PM, uma doação de cinco mil pistolas da Polícia Militar de São Paulo, ponto quarenta e tal e doaram para a Polícia Militar do Rio Grande do Norte... Já tem um registro de mais, me parece, de quase sessenta extraviadas... Furto, extravio mesmo... Então, isso pode ter algum significado de estarem sendo descaminhadas, desencaminhadas pra o crime organizado.”

“ (tem grupo de extermínio é a polícia militar) a civil está mais recuada. tem um ou outra noticia, mas tá bem mais recuada. Por que **não é mais limpeza social, é a disputa pelo tráfico e do controle do tráfico, principalmente pelo crack.** Mas que tem também a cocaína bem presente. Então assim, tem, só pra você tem uma ideia da delicadeza de como o estado funciona, lá em Macaíba tem um cara que matava lá, dois..., pai e filho, policias militares e tinham ligações fortíssimas dentro de altos escalões governamentais.”

“ ...é mais na civil. na militar fica difícil a gente ser mais crítico, pois com há gente que estuda, e eles têm um papel mais relevante pra sociedade. Bem ou mal eles aparecem nas comunidades, agora eles vão aparecer demais, pois como vai começar a explodir a violência policial, pois a cobrança continua e como não há um tratamento integrado, de outras polícias, do ministério publico e do judiciário. Como é que o governador quer reduzir a violência sem tirar esses grupos que estão matando? Se ele tirar esses grupos ele vai conseguir uma redução substancial.”

A presença das práticas de “justiçamento”, isto é, o homicídio de criminosos comuns, como foco das atividades dos grupos de extermínio, está presente nas falas elencadas acima. No entanto, alguns entrevistados também apontam para **mudanças nas práticas dessas organizações, que começam a se estabelecer a partir da disputa entre grupos que praticam o tráfico de drogas. As duas atividades, portanto, são representadas como intercambiáveis.**

Na representação dos entrevistados, historicamente, a atuação desses grupos remete aos anos 1990. Com a realização de uma série de operações nos inícios dos anos 2000, protagonizadas pela Polícia Federal, as corporações teriam se livrado de um grande contingente de policiais envolvidos com essas organizações. **No entanto, muitos entrevistados apontam para permanência das atividades, e até mesmo para uma acentuação e disseminação dos grupos, dado o contexto de fortalecimento do mercado de drogas, especialmente depois da chegada do crack no Rio Grande do Norte.** Também o desmantelamento das organizações mais antigas é apontado por um dos entrevistados como **elemento intensificador da violência, visto que os remanescentes dos grupos fundaram novas organizações, que passam a baratear os serviços e generalizar o atendimento para uma clientela mais ampla.**

“(Grupo de extermínio aqui) tá voltando timidamente em forma de associação com o tráfico, tá voltando timidamente. Não posso chamar de milícia também porque eu não tenho provas, não tenho provas que existe isso.”

“...sim, foi a que levou inclusive o pessoal aqui pra região norte, ali foi os últimos resquícios do grupo de extermínio, mas um grupo de extermínio voltado para um crime de encomenda, tipo assim... Não é aquele crime justiceiro, não era o crime justiceiro, é crime de quadrilha mesmo, de policiais, pra roubar, pra extorquir, pra, foi a ultima operação de que teve, a ultima operação que teve.”

“E recentemente tinha um camarada lá que tava matando e ocultando os cadáveres... (Essa chacina esteve envolvida com...) Com um grandão, policial militar... Um grupo de extermínio, na época né? Os grupos de extermínio... Esse foi daquele grupo de extermínio antigo, que veio da década de 1980. O resto todinho foram absolvidos porque um deles assumiu a bronca dos outros, mas a realidade é... Nós não temos nossa identidade.”

“...então na década de 80-90 você põe entre 91-2000, foram desbaratados alguns grupos de extermínio, formados principalmente por policiais militares. (...) Em torno de 2005 havia acontecido uma operação também né? Essa da na zona norte já são a turma que era paz desse grupo desbaratado em 2005, quem era a base desse grupo assumiu o controle porque boa parte dessa turma de 2005, alguns excluídos, é, e a cúpula principalmente presa, né? Ficaram no presídio federal durante muito tempo. Então assumiu esses novos atores mais violentos, porque não tinha aquela, aquele cálculo de custo benefício, né? faz matando até por dois reais, por três reais.”

“...você vai ver que no ano passado a gente teve um processo de justiça, pessoas matando essas pessoas com as próprias mãos, né? (...) 2013 pra cá, pegando assaltante. (...) Natal, região metropolitana, e no interior acho que Mossoró, mas aqui no caso. Teve até um pedreiro aqui na cidade, onde seu filho estava indo pra casa de camisa branca, pegaram o cara e quando chegou aqui.. Não, não era esse ai não. Não mataram por que viram que não era esse aqui não. Então a gente vai ter sempre essa dificuldade. Ela (a polícia) é muito medíocre, do ponto de vista das ideias e não tem habilidade.”

“...também temos que, temos que lembrar a infiltração na criminalidade organizada e nos grupos de extermínio de membros da própria polícia, certo?! Isso faz com que não haja um empenho em investigar esse tipo de criminalidade, né?”

“Os grupos de extermínio aqui tem a ver com extorsão do tráfico de drogas. Uma parte sim, outra parte, inclusive na operação que a gente teve aqui, foi um pouco grande, conseguiu pegar aqui, operação ‘Hecatombe’ tinha duas naturezas, tinha essa natureza...”

“É. Foi... Principalmente nós tivemos aqui um Coronel que saiu do comando, passou quatro anos e teve que andar um bom tempo escoltado porque assinou os processos, as soluções de processo, excluindo determinados policiais militares acusados de grupos de extermínio e o quartel do comando geral vivia lotado, eram trinta, quarenta presos policiais militares envolvidos... E houve participação do Ministério Público apurando...”

III.

INSTITUIÇÕES POLICIAIS

III.1 POLÍCIA MILITAR

III.1.1 Padrões de policiamento

Para muitos dos entrevistados, a PMRN tem exercido um papel fundamental para o controle da violência no Rio Grande do Norte. **Essa constatação geralmente é associada, por outro lado a uma baixa produtividade ou eficácia da Polícia Civil quanto à atividade policial investigativa.** Alguns entrevistados ressaltam que **o flagrante é o elemento que mais contribui para a conclusão de inquéritos policiais, dada a ineficiência da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.** Por isso, a PMPE acabaria contribuindo para etapas do ciclo de policiamento que ultrapassam suas prerrogativas de policiamento ostensivo / preventivo.

“Olhe, a PM, com todas as dificuldades, todo o estilo ainda militarizado e ainda, usando ainda a violência como um instrumento, mas, assim, é quem segura a segurança pública do estado. (...) Mais de 80% dos crimes que a gente tem elucidados aqui foram de flagrantes feitos pela PM...”

“Os inquéritos policiais são em sua grande maioria resumidos a notificação de flagrante né? O que a PM relata é a investigação da polícia judiciária né? Não há nenhum desdobramento, não há talvez até pela falta de um bom funcionamento do ITEP, que poderia trazer provas materiais, documentais muito melhores, mais bem estruturadas. A polícia civil ela não tem esse comprometimento, grande parte das demandas hoje, até se for feito um levantamento, nós temos um número expressivo, é, é, é de demandas decorrentes de prisões em flagrante ou de casos mais simples como a violência contra a mulher porque nessas situações a lei obriga que seja inquérito, lesão corporal trocando né, assim, falando vulgarmente, são lesões corporais que são super simples ou ameaças em sua grande maioria. Então hoje a produtividade ela se resume em números expressivos a esses tipos de ações né? Então não há uma efetividade na investigação...”

“... eu noto que 95% (noventa e cinco por cento) dos inquiridos que me chegam as mãos são autos de prisão, de prisão em flagrante. Por quê? Por que quem está fazendo na prática a investigação é a Polícia Militar que não tem o preparo para tal, para o exercício de tal função...”

A forma como se organiza o policiamento ostensivo que deveria ser próprio da PMRN também é objeto de crítica da parte dos operadores de segurança pública entrevistados. Alguns deles atribuem uma **capacidade meramente reativa à atuação policial, em detrimento da priorização na prevenção de ocorrências**. Os policiais executariam suas atividades prioritariamente por meio de viaturas, quase sempre em atendimento a eventos criminosos consumados.

A PMRN, portanto, é percebida como alicerçada em práticas policiais meramente reativas. Nesse contexto, a viatura é representada como o equipamento fundamental de trabalho para os policiais. O policiamento a pé quase não é atividade rotineira, ou não é praticado nos locais de maior ocorrência de crimes, o que tem rebatimento direto na sensação de insegurança da população, que não percebe a polícia presente, nem desenvolve qualquer relação de proximidade com os policiais.

Ademais, as percepções dos entrevistados sobre a forma como o policiamento ostensivo é organizado no Rio Grande do Norte estão diretamente relacionadas à constatação da **ausência ou quase ausência de experiências de polícia comunitária, que, quando se dão, ocorrem em locais e por tempo limitados, por iniciativa individual, mas nunca como política pública dentro da corporação**. Até mesmo a existência das chamadas Bases Comunitárias de Segurança (BCS), sofre algumas críticas dos entrevistados, considerando a distância que haveria entre o modelo das BCS e a realidade prática do dia a dia. **Com pressões políticas para o estabelecimento das BCS em determinadas comunidades, os critérios técnicos muitas vezes não foram considerados**, como a maior ou menor ocorrência de crimes nos bairros e/ou cidades. **Também a falta de efetivo das BCS aparece como um problema que prejudica seu atual funcionamento**.

“...Eu acho o Policiamento Comunitário ainda muito discreto... Necessário mais interação... Acredito que o maior obstáculo é a falta de gente pra fazer esse tipo de ação, de policiamento. O que é que a gente tem... Gente embarcado em viatura pra ir atender ocorrência, ou seja, depois que a coisa acontece...”

“E reativo... porque quando a PM recebe várias solicitações, várias requisições para construção de posto policial, comunidade querendo construir, alguns até forçadamente construído, pintado, botado emblema da polícia e “vamos fazer entrega aqui” aí chega todo mundo e tem que colocar o policiamento, entendeu? Sempre disse o seguinte, entre a base e a viatura, a viatura ela tem maior alcance, ela tem maior abrangência, a base eu vou utilizar dois, quatro, seis, oito”.

“Aqui a gente esboçou naquela mesma época acho que foi um momento que teve muitos debates nacionais, mas assim, se esvaiu a ideia de policia comunitária...”

“Sempre converso com meus policiais, tem que ter muito cuidado, usar uma farda não significar dizer que pode fazer tudo né? Então tem que ter muito cuidado, esse contato, eles são muito carentes, na hora que eles conseguem uma viatura eles ficam doidos, “a viatura é nossa, ela não pode sair daqui”, e realmente eles tem razão, mas devido à situação de falta de recurso a gente tem que movimentar, tem que tirar essa viatura dos locais né? Se tivermos realmente esse trabalho como se iniciou aqui, com a construção de base comunitária, porque eu li aqui aquela filosofia de polícia comunitária da base ser o ponto de apoio com a viatura, (...) com o policiamento fazendo aquele trabalho, acompanhando, vendo o que é que precisa na comunidade, naquela rua, naquele bairro e aí vai melhorando né? A própria comunidade vai chegando, vai informando não só a Polícia Militar que ainda tem aquele paradigma né? De ser fardado, o cara já fica com medo, mas se realmente chegar próximo ela começa a dizer as coisas. Ela começa a passar as informações que nós precisamos para trabalhar, para fazer um diagnóstico e ver o que é que precisa ser feito ali. Ou seja, trabalhar com aquele “Nós temos”, otimizando o tempo né? Quanto tempo nós temos pra trabalhar e ser mais eficiente naquilo ali, não jogar uma viatura rodar, rodar, rodar sem saber o que tá acontecendo (...) O 9º Batalhão ele ocupou a zona oeste e passou a ter todos os batalhões a determinação de que eles seriam batalhões comunitários, ou seja, a filosofia que usava no 9º Batalhão quando nós passamos essa companhia da zona norte para o 4º Batalhão já tinha um efetivo lá com as bases, as bases comunitárias da Zona Norte, na Zona Sul, no centro da cidade, na Zona Oeste. Então, esse efetivo passou a ser de responsabilidade de cada batalhão de área, e cada comandante ele tinha administração. É bom e é ruim, o que é bom? Porque todos estão trabalhando com a comunidade, mas é ruim que perde a unidade de comando, comando do 4º Batalhão, do 5º né? Então ele vai agir, pelo perfil dele é um cidadão operacional, mas ele não é um comandante comunitário, esse comandante mais próximo, mais acessível às comunidades, ele pode até atender e receber como gestor da área a comunidade, mas ele vai primar mais pelo atendimento, pela operacionalidade, as abordagens, trabalhando naquela área da mancha criminal, da mancha vermelha ali, do homicídio e não trabalhar com área de prevenção, área de consumo, uma área mais carente. Então ficou meio perdida essa questão comunitária, nós hoje...”

O desempenho de atividades investigativas da parte da PMRN também é apontado como inadequado por muitos dos entrevistados. Aparece tanto a crítica do exercício de uma função que não seria própria à corporação, mas também uma **contestação ao fato de na PM existirem viaturas descaracterizadas e trabalho de inteligência**

enquanto as delegacias de polícia permanecem sucateadas e sem condições de realizar a atividade investigativa de maneira adequada.

“O papel deles era, o papel deles era trabalhar o desvio de conduta dos policiais militares e eles pararam de fazer esse trabalho e estão... Alocaram para si o papel investigativo da polícia civil. Então, todo batalhão, você chega lá, tem seu carrinho descaracterizado, né? Com uma equipe de policiais para fazerem as investigações, eles tem moto descaracterizada, eles tem carros descaracterizados. Quando esse papel deveria ser feito pela polícia civil. Se você chegar em uma delegacia distrital, você não vai ver uma moto ou um veículo... Descaracterizado para serviço investigativo. Quando tem um carro descaracterizado ele tem a placa branca, a placa oficial então... Não, eu tenho um carro descaracterizado? Não, eu tenho um veículo oficial que não é adesivado, é diferente.”

III.1.2 Efetivo

Boa parte dos entrevistados aponta a questão dos efetivos da PMRN como uma das questões cruciais e que comprometem a eficiência do trabalho policial. A falta de policiais disponíveis é uma das causas para alguns problemas apontados na seção anterior, como a baixa quantidade de policiais que realizam patrulhamento a pé e a ausência de uma política pública de policiamento comunitário. Nesse sentido, até mesmo **a eficiência de projetos como as BCS aparece comprometida na fala dos entrevistados pela falta de efetivo. Como as áreas de atendimento das bases acabam se expandindo para além do projeto original, comprometendo tanto a relação de policiais por quilometro quadrado, quanto a de policiais por habitante, o policiamento comunitário e a presença ostensiva da polícia fica comprometida nas comunidades.**

A existência de problemas no atual efetivo da corporação parece comprometer até mesmo os investimentos realizados pelo Estado nos últimos anos. Não raro, **a alocação de viaturas em determinados batalhões não representa uma melhoria no trabalho policial, devido à falta de policiais o suficiente para utilizar os veículos. Também a queda do policiamento ostensivo das fronteiras territoriais do Rio Grande do Norte, apontada como causa do aumento da criminalidade, incluindo a entrada de organizações criminosas advindas de outros estados, é destacada como resultante da falta de policiais militares disponíveis.**

A deficiência na quantidade de policiais também responde por problemas nas escalas das polícias, que tem se adaptar para suprir a demanda por policiamento. Por outro lado, a baixa quantidade de policiais militares alocados no interior do estado também é representada como uma das causas do fenômeno de interiorização da

violência na última década. Cidades turísticas, ou em pleno processo de crescimento populacional e industrial, dado o desenvolvimento econômico da última década, mantém o mesmo coeficiente policial há anos, ou mesmo tiveram seu coeficiente reduzido, devido à aposentadoria ou deslocamento de policiais para outras áreas ou funções.

“Não, não tem, até porque primeiro, o efetivo, do jeito que está distribuído, ele não consegue colocar isso, se hoje você me trazer viaturas, hoje, eu não tenho como colocar, aí nós vamos trabalhar com gratificação, aí você vai ter que ter um gasto maior. Então, se você comprar hoje viatura, moto, pra trabalhar as 24 bases comunitárias o efetivo não tem...”

“Aí você tem que trabalhar a área, de área operacional aí você tem que trabalhar com aquele período ali né? Vamo trabalhar até, de 10 às 22h, vamos trabalhar pra, porque você vai ter que pagar 24h é muito caro, a três homens, seis em seis horas né? 12 vezes 50, vezes 30, vezes 365 “(...) Não, aqui existem poucas bases comunitárias (...) O ideal seria os dois policiais na base, uma viatura a três homens e a dupla ou um trio de motos pra fazer essa... ser somente destinado a área daquela base comunitária (...) Pronto, e ficava ali ao ocupando aqueles locais, ficava com rádio e bom... Só que era uma edificada, entendeu? Que no início era nessa filosofia de realmente, de ser o local de acolhimento e atendimento, pro cidadão não precisar ir a um batalhão não é? E muitas vezes deixar de ir pra delegacia prestar queixa e a pessoa dizer, o policial, "Olhe, senhor, senhora, aqui não é a delegacia, o senhor tem que ir à delegacia", mas o primeiro contato era pra chamar a viatura e a viatura estando ali, né? Na área, atendendo naquela área ele chega mais rápido, começamos a deixar de ter as condições, as viaturas, aí começa, tira o policiamento pra botar uma viatura pra todo bairro e pega uma viatura pra ir em três bairros comunitários entendeu? Então, se nós fossemos hoje, seriam 24 áreas de atuação em Natal, 24 viaturas...”

“Não... Falta o principal porque enquanto a gente não tiver gente suficiente para, é... Dedicar-se especificamente a esse tipo de ação não tem como, sabe... Começa, engana-se, planta-se ali... É... Eu recebi uma reclamação muito justa de uma cidadã, prefeita inclusive de uma cidade turística do litoral aqui chamada São Miguel do Gostoso (...) É vizinho, que era inclusive distrito de Touros. Pois bem, ela disse, a Operação Verão teve uma solenidade, muito bonita com a presença do general, lá em São Miguel do Gostoso, mas só foi a solenidade, não teve nada lá... Não foi policiamento nenhum e é uma cidade turística que tá, vai render muitos, é... Como é que a gente pode dizer? Muitos impostos pro estado por conta da eó, eólica e tal...”

“E no momento de fragilidade (...) você percebe que o estado tá muito fragilizado, porque ficou muito evidente aqui, muito evidente, saía na imprensa que não tinha, nem tinha policial suficiente para compor as escalas nas delegacias, nem na PM, que não chamou, o governo anterior não tinha chamado nas datas certas, não tinham uma política que garantisse policiamento ostensivo ainda muito tendo a visão de segurança focada na força policial (...) nem tinha policial suficiente nem combustível pra os policiais se deslocarem então você sabia que não iam ser alcançados então você tinha também, eu acho que aqui teve, pra mim, um peso também em relação a saber que não teria condição de apurar nem de correr, prender rapidamente.”

“A tropa está envelhecida e desmotivada sim porque não houve concurso nem recompletamento de quadros. Então, soldado aqui, agora é que vai melhorar, mas soldado com 28 anos, 27 anos deve, tava tendo a oportunidade de ser cabo... Embora...”

“É eles são uma categoria bem recente, mas foi por ai mesmo. O policial é pra atividade ostensiva... E nós temos lutado muito, tentado colocar o policial realmente na atividade fim, nas ruas. Então a escolta de presos, essas atribuições devem pertencer aos agentes penitenciários. Mas ainda existem policiais que fazer essa atividade, por exemplo. Mas tá bem menos agora.”

Na fala de diversos entrevistados, os problemas da falta de efetivo policial são associados à ausência de uma política de recompletamento do efetivo, juntamente com o envelhecimento e aposentadoria dos policiais mais antigos. O fato da **aposentadoria compulsória da PMRN seguir regras de aposentadoria assemelhadas às do Exército brasileiro também é apontado como elemento que contribui para o déficit no efetivo** da corporação. Porém, **o desvio de função também é ressaltado como grave problema para a PMRN**, segundo a opinião de muitos operadores de segurança pública. Um dos entrevistados fala em **500 policiais cedidos para outras funções**, enquanto outros entrevistados afirmam a dificuldade de conhecer esse número exato, inclusive por problemas políticos. **Muitos reclamam que policiais são colocados para exercer funções de escolta de presos, motorista, segurança e até garçom de autoridades policiais, políticas ou judiciárias. Também a presença de policiais em serviços administrativos de outras repartições, ou exercendo função de vigilância patrimonial, é destacada por alguns dos entrevistados, como contribuindo para o déficit de policiais da PMRN. Até mesmo o Batalhão de Operações Especiais (BOPE),**

(Ao ser perguntado sobre militares cedidos)

“Nós temos aí cerca de mais de 500 policiais cedidos, estranho a sua atividade, pra tudo, em desvio de função (...) é dado do (governo) anterior, desse ainda não saiu. Ele disse que desses dados anteriores ele iria proibir, mas a gente observa nos dados do boletim geral as sessões e continua as farras. O próprio gabinete civil tá cheio de policiais indo pra lá (...) No gabinete do comando geral, tem garçons policiais, até sargento lá é garçom policial. Tem garçom na governadoria, tem policial que trabalha na arquidiocese. Na própria Assembléia Legislativa, servindo a deputado... então desvio de função é muito prejudicial nessa questão de diminuir efetivo. E até agora os governos tem dito que vão combater mas não combatem.”

“(...) A idade para aposentadoria é 51, eu acho...O último posto, coronel. E há inclusive controvérsias, decisões judiciais que concordam que sejam inclusive mais elásticas pra os níveis mais elevados. Nós copiamos muitas coisas do exército e sofremos com isso. Porque o exército, as forças armadas... têm de ter tropas jovens prontas para, em condições de atuar em caso de guerra. Por isso que a legislação deles tem o remanejamento anual né, todo ano entra uma turma, se prepara, entra e sai, entra outra. E nós copiamos tudo isso, estatuto, regulamento, tudo nos moldes do exército. E colocaram essa questão da compulsória. Agora um soldado com 51 anos de idade, 52, 53 anos de idade será que ele está totalmente apto, tá em boas condições de correr atrás de ladrão, de bandido na rua? Então é nesse patamar, 30 anos de serviço, tudo bem 30 anos de serviço, mas antigamente, as corporações militares existia um teto muito baixo para ingresso, é... quando eu entrei mesmo, em 82, o teto era 23 anos, hoje chegou-se a 30, então quem tá sofrendo muito com isso, quem tá tendo o prejuízo maior é o próprio Estado, o erário porque o homem vai entrar com 30, às vezes têm questões judiciais, entra com 35, como nós estamos agora para enfrentar isso? E ele vai trabalhar 15, 18 anos e ele vai ser compulsoriado. Tá certo, não vai receber integral, mas vai deixar uma vacância e vai levar um salário proporcional. Se não mudar a previdência daqui pra lá.”

“É ... O policial militar é pra atividade ostensiva... E nós temos lutado muito, tentado colocar o policial realmente na atividade fim, nas ruas. Então a escolta de presos, essas atribuições devem pertencer aos agentes penitenciários. Mas ainda existem policiais que fazer essa atividade, por exemplo. Mas tá bem menos agora. (...) ah, o desvio de função... É demais, tem sim. A questão dos presídios, é assim. (...)Mas já existem agentes penitenciários pra fazer isso (as muralhas). É um desvio de função. Pois o policiamento deve estar em torno do presídio, pra fazer essa guarda, e não as muralhas. E existem em outras atividades também, no judiciário também, tem policiais servindo, não é o que está ali na frente; é o que está dirigindo pra alguém.”

“...o BOPE daqui tem 93 homens (...) Inclusive vai ter uma caída agora que vão mandar 10 parece pra força nacional. (...) o nosso BOPE é respeitado. As ocorrências em que já foi necessário interceder o aproveitamento bom. Só teve um incidente recente, mas, digamos assim, foi fatalidade, um caso de refém, camarada dentro do veículo com o cidadão né... E... O BOPE chegou e os dois morreram. Mas foi muito rápida a ação, também não repercutiu muito não. Então a tropa tá... Agora nós estamos há muitos anos sem concurso. Este é um problema grave... sem concurso, efetivo caindo...”

iii.1.3 Carreira e remuneração policial

A questão da progressão de carreira é vista como muito problemática. Antes de 2014, quando foi votada a nova lei que estabelecia critérios mais claros de progressão, muitos soldados atravessavam 30 anos de atividade policial com a mesma posição e remuneração. **A expectativa, portanto, com a nova lei, é que a haja mudanças efetivas na gestão da carreira dos policiais, por meio da promoção e da recompensa dos policiais por bom desempenho e tempo de serviço.**

“É. Na realidade aqui, se existisse carreira aqui RN.. tem policial que passa 30 anos, e vai pra reserva como soldado. Sem perspectiva de ascensão. Agora a partir de 2014, 9 de janeiro de 2014, com a aprovação da lei de promoção de praças essa realidade tende a mudar. Nós aprovamos uma lei que vai garantir uma perspectiva de ascensão funcional. Nesse contexto o soldado com 2.300, mas se ele tem perspectiva de ascensão funcional, então o cargo de soldado transitório ou o cabo com 2.900, ai vai o sargento, terceiro sargento com 3400, o inicial, e isso nunca vai ser assim, o cabo já vai com 5 anos de serviço. Se existir carreira, que antes não existia. E essa lei vai ser aplicada agora a partir de 21 de abril, onde já existe uma grande expectativa.. uma perspectiva muito grande das promoções e vai mudar. Os camaradas que são soldados há 15, 25 anos de policia e sair de soldado. O oficiais tem carreira garantida, os praças não tinham até antes dessa lei de promoção de praças. Então a relação salário tá muito relacionado com carreira. você sabe que começa com 2.900, mas você pode sair ai com 25 anos e você está com 7.000, que é a graduação de subtenente. Então o soldado olha pra frente. 2.300 tá muito aquém do que deveria ser. E essa é a base para qualquer militar estadual, tanto faz bombeiro ou policial militar.”

No que se refere à remuneração, apesar da média dos salários da PMRN não ser muito menor que a de outras policiais militares de outros estados, existe a constatação de

que os valores baixos dos salários têm gerado aumentos na jornada de trabalho. Segundo os entrevistados, muitos policiais se submetem a uma grande quantidade de horas extras por meio da adesão a uma “estratégia” de pagamento de diárias, possibilitada pelo mecanismo da “diária operacional”, instituído pelo governo, que permitiria a conversão de horas extras em diárias, aumentando a remuneração dos policiais. Isso acaba gerando **perdas no rendimento e na eficiência da corporação como um todo**, visto que a maioria dos policiais já teria aderido à prática e a percebem como algo que já está incorporado, não constituindo mais um incentivo ao trabalho.

A diária operacional é criticada pelos policiais como sendo uma espécie de substituto institucional para o “bico”, isto é, a prática da procura por complementos alternativos de remuneração salarial da parte dos policiais, que se engajam em trabalhos de segurança privada nos horários de folga. Contudo, não só os valores oferecidos pelo governo se aproximavam do que os policiais conseguiam auferir no mercado privado, como também as consequências negativas para o trabalho policial advindos do “bico” persistiam. **Entre elas, os casos de esgotamento físico e mental são apontados como uma constante.**

Outra queixa frequente da parte dos entrevistados decorre **da desmotivação da corporação**, provocada pelos baixos salários, é generalizada, na representação de muitos dos entrevistados. Também **a má gestão e distribuição das gratificações tem impacto direto aqui**, visto que policiais alocados para serviços burocráticos e administrativos receberiam gratificações maiores até mesmo do que os policiais mais produtivos que trabalham nas ruas, gerando sentimentos de injustiça dentro da corporação.

“Nós estamos na média (de salário). Entre o 10º e o 11º. O primeiro é DF, depois SE, SC, GO... (um policial militar, um soldado, entra com) R\$ 2.300. Por que nossa remuneração ela tá caracterizada em níveis. De 0 a 3 anos é um valor, até 6 é outro. É 2.332, o salário base, variando até 3.342. O que acabou de virar coronel, vai estar em 13.000, pro ai nessa faixa. É isso mesmo...13.900, 14.000. Quando ele vem ser coronel ele já está aqui há uns 15/18 anos, ai vai por ai.”

“A gente publica em boletim o camarada mudando do um pro dois, do dois pro três, mas no contracheque zero. Então isso tá causando uma inquietação... É um dos fatores que é a, a atualização das mudanças de níveis. A outra que foi um, eu digo como um câncer que se criou na polícia militar, aquelas velhas estratégias governamentais quando não se tem dinheiro para investir em recursos humanos então se cria mecanismos, um deles foi essa tal de diária operacional tá sendo a salvação da lavoura, mas isso é um câncer porque faz anos que nós não temos concurso. Nós hoje nos valemos de pagamento de hora extra, é como eu tenho uma bodega com dois funcionários e preciso de quatro, em vez de contratar mais dois eu pago uma hora extra pra aquele camarada e ele fazer o mesmo serviço. Então o policial por um lado

acha bom porque é um dinheiro certo, é muito pequeno ainda o valor, 6, é 6 horas de trabalho e 50 reais, então se tirar 10 por mês daria 500 reais né.”

“É, é. Quando eu comecei a implantar essa ideia de, de reforço de policiamento através de promessa de pagamento em diário operacional, alguém da própria mídia criou uma história que nunca saiu do comando da PM de que o queria era substituir o bico extraoficial pelo bico oficial. Criaram essa página, o que eu poderia ter criado, mas não foi ideia minha, então, por mais que a gente tenha trazido isso pra a realidade, é... Grande parte deles não acham conveniente porque o bico lá é maior do que o bico cá e fica mais a vontade e tal, historicamente desprotegido e tal. A gente sabe que muitos policiais tem bico e é um problema grave que a gente não consegue sustar...”

“... Olhe não há um acompanhamento psicológico aos policiais, eu soube que inicialmente haviam dois psicólogos ou psiquiatras no quadro da polícia, parece que nem isso tem mais, pra um efetivo de milhares de homens, certo?! Nós temos policiais com problemas psiquiátricos, com transtorno mental, trabalhando. Paralelamente a isso se criou nesses últimos anos um sistema de, eu não tô recordando agora o nome, mas é o sistema em que o policial está de folga aí ele vai trabalhar na segurança de escolas e de outras repartições. Na hora dele ter o descanso ele não, ele não tá descansando ele tá trabalhando. Com o soldo dele muito baixo.”

“...Porque nós temos hoje um incentivo que é um tal de abono de permanência pra todo servidor público né. Quem tem 30 anos de serviço permanece em atividade, deixa de pagar a previdência, então significa 11% mais ou menos no vencimento e temos uma função gratificada que é insignificante, irrisória, um soldado que trabalha na governadoria ganha 1200 reais de gratificação servindo cafezinho.”

“As diárias aqui são para a Polícia Civil e para a Polícia Militar. E o valor me parece que o nosso é um dos mais baixos que é só 50 reais por cada 6 horas. E um detalhe é que tem que ser voluntário.”

“Nós da PM estamos na média nacional Entre o 10º e o 11º. O primeiro é DF, depois SE, SC, GO...2300 reais. Por que nossa remuneração ela tá caracterizada em níveis. De 0 a 3 anos é um valor, até 6 é outro. Nosso subsídio, sem penduricalho, é 2.332, o salário base, variando até 3.342. Já um coronel acabou de virar coronel, vai estar em 13.000, pro ai nessa faixa. É isso mesmo... 13.900, 14.000. Quando ele vem ser coronel ele já está aqui há uns 15/18 anos, aí vai por aí.”

“(...)a situação que esta hoje com policiais doentes, diversos tipos de problemas ortopédicos, coluna, depressão, problemas cardíacos, circulatórios, diabetes, e aí o camarada na hora de folga ele não tem essa folga, e a escala obrigatória... e mesmo ele sendo voluntário, indiretamente, quando não se dá prioridade a questão salarial principal, se o salário dele vai ser baixo. Então ele vai se sentir obrigado a trabalhar na diária, então nós encaramos a diária como uma situação preocupante nesse sentido, de sacrificar ainda mais o policial.”

III.1.4 Formação, qualificação e capacitação profissional.

Alguns dos entrevistados atribuem a um problema de formação a ineficiência do trabalho policial e a desmotivação dos profissionais. Quando perguntados sobre as causas da violência no Rio Grande do Norte, surgem respostas como: “acredito que a questão estrutural, a questão de gestão, de motivação, de formação do policial militar”. Nas falas de diversos entrevistados há presença de preocupações em relação a certo amadorismo que acaba orientando o trabalho policial, resultante das deficiências de formação, bem como de policiais devidamente capacitados, ou com requisitos formativos básicos, para exercer determinadas atividades.

Apesar da estrutura de formação da PMRN ser apontada por muito dos entrevistados como bastante superior à existente hoje na Polícia Civil do Rio Grande do Norte, as falas dos entrevistados apontam para deficiências comuns. **As primeiras dizem respeito à baixa quantidade e frequência intermitente de cursos de capacitação e qualificação profissional.** Apesar da criação da Lei da Formação de Praças em 2014 ser apontada como elemento recente e positivo para a corporação, alguns entrevistados falam em **diminuição explícita das turmas formadas pela academia**, devido à ausência de concursos públicos, e de uma política de recompletamento do efetivo. Para alguns dos entrevistados, o problema já começa na seleção de policiais, devido à **falta de exigência de diploma superior para ingressar na carreira.**

Com efeito, as representações de muitos dos entrevistados é que **não existe um plano claro de formação da PMRN. Muitos policiais são dispensados de cursos de tiro quando se constata que serviram ao Exército**, como forma de economizar verbas. **Não existe estande de tiro na academia, nem cursos especializados para racionalização e redução da letalidade policial. Não existe orientação adequada para a abordagem policial e ao tratamento para com o cidadão no cotidiano.** Em vez disso, a formação é

representada como **prioritariamente orientada por processos disciplinares de natureza militar**, com ênfase na obediência irrestrita a comandos de ordem e respeito à hierarquia da corporação. Além disso, o processo deficiente de formação aquando do ingresso dos policiais **não é compensado por uma política de formação e qualificação continuada, praticamente inexistente na corporação.**

Parte da formação dos policiais é feita em convênio com outros estados, como o Amapá. Ainda assim, a quantidade de alunos é baixa. **O envolvimento com as universidades estadual e federal é baixíssimo, ou quase nulo.** Também os órgãos do **Sistema S, que desenvolvem algumas parcerias com a PMRN, apresentam uma presença ainda tímida para alguns entrevistados.** As parcerias com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) são ressaltadas como responsáveis por parte considerável dos cursos oferecidos. Vários policiais se especializaram, graduaram ou fizeram mestrado por causa disso. Porém, **esse processo se rebate de maneira desigual na estrutura organizacional da PMRN. As vagas e o interesse pelos cursos se concentram no oficialato. O grosso da tropa ou não demonstra interesse ou simplesmente não tem acesso aos cursos, seja pela falta de incentivo, seja pelos entraves à liberação colocados por vários comandantes, devido ao baixo contingente do efetivo.**

(Ao ser perguntado como entende a questão da formação policial no Rio Grande do Norte)

“Olhe, nós estamos hoje com uma turma de cadetes do Amapá, um convênio que foi firmado no ano passado, estamos aí desde 2010 sem formar, a última turma foi de 2010, de cadetes...”

(Quando perguntado sobre a formação de cadetes por medida judicial)

“É, alguns sim, a última turma foi de 2010 -- não lembro-- se em 2012, 13, 14; é 2012, a última turma foi de 2012 então entrava 2010, 11, 12 e 12, 13, 14 aí foi quando a polícia do Amapá que já teve convênio com outros estados...”

(Quando perguntado sobre o processo de formação)

“Não, pra esse ano, do ano passado não, por isso que to fazendo até uma modificação lá, no corpo de alunos, que eu convidei pra ficar como meu secretário e vai pra tratar só disso aí, pra ver os convênios que já tinha em andamento... Um ministério da justiça, aquisição do material, ônibus, etc. e pra nós fazermos atacar -- essas prensa aí?? 20:11 --, Universidade Federal, UERN, UNP que é a Universidade Potiguar privada, SESC, SENAI, o que for pra essa parceria, pra ir com a comunidade, já tinha alguns projetos lá com a comunidade...”

(Ao ser perguntado sobre formação continuada, se há um processo de batalhões, de pregamento, capacitação de rotina, etc.)

“No ano passado, tinha aberto pela diretoria de ensino, através de um convênio com a SENASP* né? Justamente pra que a capacitação dos policiais, então foi meio que, foi meio se arrastando, até porque, vamos dizer assim, as pessoas lá, muito desestimuladas, muito... Então, nós pedíamos justamente pessoas, policiais voluntários, os comandantes ficavam meio, que querendo segurar um pouco porque com o número pequeno de policiais tavam retirando das ruas e aí há cobrança então, e os policiais também não tavam querendo, mas foi ofertado vários cursos e assim, muitos policiais eles participaram, não considero que foi como deveria ser, mas houve participação, não nos batalhões, mas sim na academia, no CEFAP, como os cursos ofertados pela SENASP, hoje recebemos agora também, do ministério do exército também pra frequentar cursos fora, diretoria de ensino passou agora pra --?? 22:07 -- pra nós indicarmos os cursos e voluntários pra frequentar os cursos ofertados pelo ministério do exército, mas a SENASP sempre, acho que não só no Rio Grande do Norte né, mas em todo país né...”

“Sobre a gestão da PM, eu vejo que há a necessidade de um investimento mais profundo na qualificação de... De algumas áreas específicas porque a gente pode pontuar, temos fulano de tal, sicrano que é um expert em assuntos X, mas só tem ele, então... nós temos que pensar nisso, finanças e logística pessoal, ensino, são áreas, temáticas de extrema importância na corporação. Não só a área operacional, eu vejo na nossa corporação uma boa qualificação não só de oficiais, quanto de praças em... Na área operacional como um todo. Por exemplo, nós temos muita gente com cursos de explosivo, de cavalaria, de policiamento ambiental e tal, mas a gestão propriamente dita porque uma coisa é a gente ser coronel, ser tenente coronel e tá na rua, saber botar uma tropa em forma, desfilar, montar um policiamento. Outra coisa é a gente administrar recursos, outra coisa é a gente administrar pessoal. Eu vejo que temos que avançar mais nessa área.”

“Caicó não sei te dizer, aqui próximo nós temos São Gonçalo do Amarante, foi um, eu falei sobre né? Já tinha feito um concurso e vamos ver sobre quem vai entrar quem vai ta sendo treinado e depois não sabe quem é quem, tem que se preocupar com isso, a gente vê muito no sul e no sudeste até mesmo quando o cidadão tá naquele período de servir a pátria né? Tem toda aquela estrutura militar, aquele ensinamento, a capacitação e sai (...) cooptado pelo tráfico né? Pelas drogas né? Tráfico de drogas...”

“Faz tempo que não temos cursos de formação. Tem uns bons anos (...) Em todos os níveis. CFO nós tivemos uma turma concluída em 2012. 16 aspirantes, ainda são aspirantes (...) 16, e essa turma foi praticamente toda decorrente de ação judicial, resultado de concursos que foram prorrogados, a validade e tal (...) Necessitamos de formação (...) Continua. Era sempre assim, o CSP em ano ímpar, CAO em ano par. O último foi em 2010. De lá pra cá não teve mais (...) É... Aí CSP estava pra

ser montado um em 2011, salvo engano. E não houve. Ia ser inclusive em convênio e tal, sei que nós esperamos a tempo... aliás acho que teve um em 2011, CSP, que até o Coronel Pereira Junior foi, fez a monografia muito boa sobre deserção.”

(Quando questionado sobre a formação de praças)

“2010 é a última turma que entrou, foi em 2010. Nós policiais, eles têm um número chamado número de guerra. É... o senhor vê um soldado que tem um número 99120, então ele entrou no ano de 1999, é a última dezena né (...) 120. Então os últimos hoje que hoje que nós temos são 2010, conta aí que tem um número de ordem (...) Digamos 1020, e essa informação inclusive está aí no meu livro. E isso foi implantado em 1956. Até 1956 todo ano se tinha um trabalho de se fazer renumerar todo mundo, aí um coronel que foi comandante geral, ele estabeleceu isso. Ele colocaria isso, a segunda dezena todo ano (...). Do ano que o camarada entrou, e colocaria um número de ordem. Então 82220, ele é o 220 e entrou em 1982 e assim por diante. Então nós temos 2010 de lá pra cá, não mais, ninguém. Então necessitamos urgente. A nossa... O nosso déficit hoje é 4 mil e quê... 4.500 e tal. O efetivo 13 mil e alguma coisa prevista, 13700 e pouco, existente 8 mil e tanto e o senhor sabe perfeitamente, o ano passado foram 282 reserva ou a pedido e tal, quase 300 homens... não houve recompletamento algum. E nós já temos um grande número previsto para se aposentar EX officio esse ano. Nós temos a velha, compulsória 51 anos de idade e tem muito soldado com 51 anos pra completar em serviço e tal... então já estão...”

(Quando perguntado se o ingresso não é por nível superior)

“Não, ainda não é. E não quer dizer que um ser humano de nível médio seja inferior a um de nível superior, mas é uma profissão, é uma situação que você precisa interagir, você é um interlocutores, com diversos atores na sociedade, que você precisa no mínimo ter conhecimento pra orientar as pessoas, para explicar uma situação, explicar a legislação e isso requer estudo. Isso é diferente, tem cargos aí que é nível fundamental, aí você vai ver pra que é a função. Então você vê aí que a atividade policial requer um nível elevado. Não na questão de elitizar, mas na questão de prestar um serviço à população como ela merece e tem direito. Formação, eu vou dizer como toda sinceridade. A formação na polícia militar é muito, mas muito deficitária. Agora com a lei de formação de praças de 2014 nós esboçamos lá um modelo pra ter essa rotina de formação, de aperfeiçoamento que hoje não tem. Ai você vai, começam as turmas, 1000 homens, a minha turma foram 600, não tem formação. Ai chega o camarada: “quem serviu ao exército, às forças armadas... levanta o braço”, quem não serviu, separava. Quem não serviu às forças armadas, que chama terceira categoria, vai ter o privilégio de atirar, quem não, você já tem experiência, então pronto. Na minha turma aconteceu isso e isso acontece hoje. O policial atirar, conhecer uma arma.”

“No curso de formação de praça, de soldado, é uma matéria que era pra ser obrigatória, e tem gente que tá fazendo agora, o prédio da reserva tá fazendo agora, o curso de método giraldo, não tem. O método giraldo, um método realmente, onde o policial precisa saber atirar, mas acima de tudo ele precisa saber como não atirar também. O método ensina e é muito importante isso, entendeu? Então, vou te falar uma coisa... A formação é muito deficiente, e começa pela estrutura, você vai no CEFAP aqui, é um absurdo. Não existe a mínima condição para formar um profissional da PM. Não tem estande de tiro, então assim, não existe praticamente, te digo com todas as letras... Não existe formação dentro da nossa instituição.

(Ao ser perguntado sobre a utilização do “método de Giraldo”)

“O método... não existe aqui não. No curso de formação de praça, de soldado, é uma matéria que era pra ser obrigatória, e tem gente que tá fazendo agora, o prédio da reserva tá fazendo agora, o curso de método giraldo, não tem. O método giraldo, um método realmente, onde o policial precisa saber atirar, mas acima de tudo ele precisa saber como não atirar também. O método ensina e é muito importante isso, entendeu? Então, vou te falar uma coisa... A formação é muito deficiente, e começa pela estrutura, você vai no CEFAP aqui, é um absurdo. Não existe a mínima condição para formar um profissional da PM. Não tem estande de tiro, então assim, não existe praticamente, te digo com todas as letras... Não existe formação dentro da nossa instituição.”

(Quando perguntando sobre formação continuada dos batalhões)

“Como te falei, esquematizada não, existe um curso, é um curso que surgiu, uma moda... mas sistematização, um calendário de atividades de formação continuada. Se tá na rua você atira, você atirou na rua, no seu serviço normal. Vai ser preciso que você venha, e veja as circunstancia disso, e você passar por uma reciclagem, reavaliação, ver em que circunstância deu aquilo, pra que você sirva de modelo e de aprendizado. Não existe isso, e não sei se isso procede, mas alguns colegas de SP dizem que se um colega se envolver em alguma ocorrência na rua, atirou e acertou, matou alguém... esse policial vai ser tirado, observado, passar por uma observação psicológica. Aqui, o camarada vai pra rua, não tem felicidade numa ocorrência, e 48hrs depois ele tá de serviço novamente. Isso é uma coisa complicada. A formação inexistente, e temos uma grande preocupação com isso, nós precisamos que exista realmente uma formação continuada, esquematizada. Que seja voltada na proteção do cidadão. Que seja onde o policial vá conhecer a legislação que está em vigor, que ele vá conhecer o estatuto de direitos humanos, o estatuto da criança e do adolescente, a própria legislação penal, mas isso tudo não é passado de forma superficial, ele deixa de aprender. Hoje ele vai pra escola aprender a marchar, ordem unida que chama e ai é onde a gente critica

com muita força a questão do militarismo dentro das instituições policiais militares, policiais e bombeiro. A formação, a ordem unida, o esquerda volver, direita volver, se dá em detrimento de uma formação cidadã, onde você vai aprender a tratar bem o cidadão. A formação é muito deficitária, e em certos momentos ela nem sequer existe.”

(Ao ser perguntado sobre se a formação policial continua a mesma no Rio Grande do Norte)

“Não sei, eu acho que, é porque eu não posso te dizer assim diretamente porque eu não tenho o acesso, a essa informação, mas pelo diálogo que a gente tem com a polícia Militar que é muito mais forte que com a Civil, a gente é sempre chamado pra cursos de formações, é, a gente vê que a política de formação tá começando. Existe major, capitão, tenentes, muito entusiasmado com essa questão da educação na polícia Militar, a gente sente. Na posse do comandante agora, da polícia militar, que eu fui como fundação, não fui nem como movimento dos direitos humanos, eu fui como fundação pra lá, mas eu senti muito o pessoal, aquele grupo de formação da polícia dizendo, “Vamos continuar o nosso trabalho, estamos entusiasmados com o nosso comando”, enfim, a gente sente um certo entusiasmo, eu posso dizer que também nos últimos dois anos deu uma melhorada nisso ai, e a tendência eu acho que pelo entusiasmo deles, desde o Cabo, o Sargento que tá lá e a gente não vê muito ‘praça’ muito animado não, com essa questão da formação não, mas quando passa de sargento pra cima já começa a dar uma animada, porque tem muito cara se formando, muito graduado, muito cara fazendo mestrado e quando se vai pra uma Universidade, você é testemunha forte disso ai, quando você tá dentro da universidade fazendo mestrado, fazendo coisa, a coisa já começa a dar um tom melhor de formação, e esses cara vem pra polícia de volta com seus mestrados querendo trabalhar formação dentro da polícia. Não é uma categoria muito grande, a formação, como eu já disse a você a educação ainda é uma parte pequena na segurança pública.”

(Ao ser perguntado se o interesse por uma cultura institucional é de policiais vindos da universidade)

“Querem uma cultura institucional, apesar do Sistema Único de Segurança Pública prever isso aí, o SUSP prever, os Planos Nacionais e estaduais de segurança prevê isso ai, mas na prática é a polícia mesmo.”

(Quando perguntado sobre como entende a questão da formação original, da formação continuada)

“Falando até no sentido amplo de segurança pública que, na minha visão, inclui sistema penitenciário, o que nós temos observado são, é... Dentro desse crescimento, dessa, dessa, desse amadurecimento de normatização institucional que nós temos enxergado aqui, nós temos observado até um certo conservadorismo, né? No último concurso pra agente penitenciário, a formação foi feita com auxílio de outros órgãos, com membros de outros órgãos extra estadual, então, assim, havia o planejamento, mas eram convocados outros órgãos para ministrar aquelas aulas. Eu não sei se isso é, é, atende a finalidade, mas eu acho que é natural de qualquer instituição. Por exemplo, agora, no curso de formação da polícia civil, está aberto ao público a apresentação de currículo para aqueles que se interessarem, é... Apresentarem sua manifestação para ministrar aulas para a polícia civil, então eu não sei se isso traz, é, é, uma segurança na formação porque por melhor que seja o seu currículo, pode ser que não aja uma vocação, um...

(Uma aderência aos objetivos da formação?)

“Da instituição.”

(...De um determinado tipo de profissional que você quer...)

“Exato. Isso é bastante preocupante, né? Esse mais emblemático, mais recente, ele é público, notório, né? Assim, é, é, é, é, mostra que não há nem essa maturação, esse amadurecimento na fase de formação. Em relação à capacitação, aí eu também não queria fazer muito juízo de valor porque eu não conheço internamente né? Sei que ocorrem, mas, por exemplo, nós temos desenvolvido um projeto institucional, onde nós temos feito abertura de diálogos de enfrentamento a drogas aqui no estado com diversos organismos, com universidade federal, é, governo, município e temos levado demandas que sequer são percebidas pelas instituições, né? Por exemplo, em relação a, a revisão, na forma, na formação do que é ministrado, no conteúdo ministrado, a, as polícias, por exemplo, né? Nós temos buscado algumas atualizações e feito esse tipo de ingerência que até extrapola nossa atuação institucional, mas tem a ver com nossa articulação né? Então, me preocupa, eu não conheço os cursos propriamente ditos, mas me preocupa essa visão externa né? De quem tá de fora, observando os cursos de formação feitos assim de uma forma amadora, me preocupa, é... Saber que a capacitação, a reciclagem desses profissionais nem sempre está atualizada né? Eu tenho percebido que muitas vezes existem alternativas mais científicas, mais profissionais, que poderiam ser buscadas como, por exemplo, parcerias com universidades, é... aberturas com secretarias nacionais como, por exemplo, no caso das drogas, com a própria SENAD que eles não, não buscam. Então se faz aquilo ali, nós tivemos nos últimos anos vários concursos, o da Polícia Militar que era datado, agora me fugiu a memória, acho que é de 2006, que ainda está ocorrendo né? Onde o edital extremamente, o edital foi extremamente falho né? Falho, ele contraria a própria, o próprio estatuto da PM, então assim, é uma série de detalhes, de avanços que ainda precisam ser enfrentados né? Em razão disso ainda está transcorrendo um concurso que já tem mais, tem praticamente 10 anos.”

III.1.5 Cultura, violência e práticas policiais

As percepções dos entrevistados a respeito da cultura organizacional e da atuação da PMRN constituem um ótimo instrumento para compreender a maneira como os policiais e operadores enxergam sua própria prática cotidiana. Entrevistados que classificam a polícia como não-violenta, ou violenta dentro dos limites estabelecidos por lei, ao exporem os meandros da atividade policial, também demonstram a visão que tem sobre as competências e trabalhos da polícia, o lugar da ética na corporação e a proximidade ou não da orientação de uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos.

Quanto a esse último tema, por exemplo, **o respeito aos direitos humanos aparece, na opinião dos entrevistados, mais como uma preocupação da cúpula ou do alto oficialato, do que como elemento presente na atuação cotidiana dos policiais.** Essa constatação denuncia, por um lado, a distância entre os oficiais e praças dentro da corporação, e, por outro, a distância entre a formação teórica adquirida pela polícia e suas práticas cotidianas.

Na seção passada, muitos operadores demonstram preocupação com a formação dos policiais da PMRN, que teria rebatimento na forma de tratamento dos cidadãos, na postura em relação à abordagem e até mesmo na visão que a população tem sobre a polícia. Juntamente com a preocupação com o modelo demasiado militarizado de capacitação e formação policial, é possível constatar que, na visão dos entrevistados, existem problemas de cultura organizacional que se refletem diretamente no relacionamento entre a polícia e a população, muitas vezes marcado por tensões a respeito do uso excessivo da força ou do tratamento inadequado durante abordagens policiais.

A presença de grupos de extermínio não raro formado por policiais militares, discutida nas seções anteriores, também é reflexo de determinada cultura organizacional, que vê na execução sumária de determinados indivíduos a maneira mais rápida e fácil de resolver certos problemas de insegurança pública. Na fala de alguns operadores entrevistados, a ideia de que a morte de criminosos comuns ou particularmente perigosos repercutiria positivamente para a população é mais um reflexo dessa mentalidade. Isso diz muito tanto sobre a cultura violenta que permeia a mentalidade dos policiais, como também sobre o atual nível de letalidade da PMRN, que provavelmente contribui de alguma forma para os altos índices de homicídio do estado.

Para alguns entrevistados, as práticas policiais da PMRN resultariam de um código de ética e estatuto ultrapassados, anteriores à redemocratização. Sem a definição de procedimentos operacionais padrão, ou de uma legislação organizacional adequada, a

polícia continuaria recorrendo à violência como forma de desempenhar a atividade policial no seu cotidiano.

“Rapaz, a polícia militar, ela, a cúpula por incrível que pareça, , ela é mais próxima dos direitos humanos, por incrível que pareça, mais próxima dos direitos humanos do que a base, do que a base. Se bem que a base, as associações de policiais têm dialogado muito com a gente, mas a gente tem mais diálogo com cúpula do que com a base, a base como um todo, não tô falando dos sindicatos nem das associações, tô falando da base mesmo.”

“... a violência das Polícias aqui segue um padrão nacional, (...) não posso dizer que é mais não, não posso dizer que é mais não.”

“Tratam muito a segurança pública como uma questão política, mas tem que ver a questão técnica, colocar ali quem é técnico, verificar a legislação, acompanhar, capacitar, equipar, transmitir pra o cidadão de segurança pública que ele é um servidor, que ele tem que ter paciência, tem que conversar, tem que ouvir, e você fazendo isso, a população vai entender, então, às vezes a população, ela tem uma rejeição, porque ela é, muitas vezes, hostilizada pela própria polícia quando você chega em algum lugar (...) se fosse um barzinho, alguém que tivesse aqui "Mão na cabeça, encosta aí", "Rapaz, eu não sou marginal, eu não sou isso" É, são técnicas de abordagem, são técnicas que são muitas vezes tem que ser utilizado, mas é a forma como você chega, não é? Em determinados locais, não diferenciar e ao mesmo tempo diferenciar pra não...”

“O código de ética, a lei de organização básica da polícia militar, a questão da lei de promoção de praças, a questão da lei de remuneração. Toda questão nossa, com exceção da lei de promoção de praças e a que estabelece nossa promoção, todas as outras estão ultrapassadas. Todos os governos prometeram atualizar, mas até agora não passa da retórica. Isso tudo é abandono.”

“...No caso do estatuto, o nosso é de 1976, uma legislação anterior à constituição, onde existem algumas situações que não tem mais razão de existir no mundo de hoje, como por exemplo o policial ter que pedir permissão pra casar, a questão do policial ser punido rigorosamente por que a barba tá grande...”

III.2 POLÍCIA CIVIL

Esta categoria agrega as representações dos operadores de segurança pública que foram entrevistados a respeito da Polícia Civil do Rio Grande do Norte. Temas como o papel da PCRN na composição do ciclo de policiamento (da presença ostensiva à investigação), a qualidade do trabalho policial, os problemas com efetivo, plano de cargos e carreiras, código

de ética, formação e estruturação da corporação serão analisados aqui, em subcategorias específicas.

III.2.1 Policiamento Investigativo e Judiciário

Há uma percepção majoritária dos entrevistados sobre a PCRN de que se trata de uma instituição que não cumpre de maneira adequada seu papel constitucional. Com uma grande quantidade de casos resolvidos por *flagrante*, as atividades policiais de investigação e judiciárias no Rio Grande do Norte são geralmente representadas como ineficientes ou precarizadas. **Para alguns até o inquérito é tido como ineficaz. O nível de produtividade, em termos de conclusão de inquéritos, também é considerado muito baixo.**

Para a maioria dos entrevistados, existem problemas estruturais sérios que comprometem a qualidade do trabalho da PCRN. O primeiro diz respeito à falta de equipamentos adequados para a investigação. **Faltam viaturas descaracterizadas, armamento, coletes à prova de balas, gravadores, filmadoras, máquinas fotográficas e equipamento de inteligência. As delegacias são descritas como prédios precários, sem condições adequadas de trabalho: não possuem internet, computadores, ar condicionado, alojamento, banheiro para os policiais e para o público. Não existe um sistema informatizado que facilite o trabalho investigativo policial, como a identificação de suspeitos e procurados.** Nesse caso, para alguns entrevistados, a ausência de um sistema integrado e compartilhado **também refletiria o corporativismo da instituição, visto que o acesso às informações permitiria maior controle do trabalho policial da parte da Secretaria de Segurança e Defesa Social.**

“Duas coisas fragilizaram né? Uma o investimento na estrutura da policia judiciária né? Pra que nós pudéssemos fazer as investigações, concluir os inquéritos com autoria e materialidade. Então, sem estrutura você não consegue produzir...”

“A estrutura, por exemplo, uma delegacia que não tem internet. Uma delegacia que não tem um computador que preste, uma delegacia que não tem uma viatura descaracterizada, porque investigação não se faz com veículo caracterizado. Nós temos que ter uma viatura caracterizada para numa operação policial está lá, identificada. Mas para a investigação o meu carro tem que ser o carro mais chinfrim do mundo, um fusca, uma Brasília pra que eu possa adentrar nas favelas, nos bairros mais longínquos. Se eu for fazer uma investigação num bairro como a Candelária, se eu chegar lá num carrinho caindo os pedaços o pessoal vai ficar doido, tem alguma coisa errada nesse cara. Mas se eu chegar num carrinho mais ou menos, um carro descaracterizado mais ou menos um corsa, um carrinho mais fiesta, já

não me deixa tão a vista porque não traz a curiosidade das pessoas.”
“Então eu posso fazer meu trabalho investigativo tranquilo, ai eu não tenho uma filmadora, eu não tenho uma máquina fotográfica, eu não tenho gravador pra escutas, se eu quiser implantar em algum setor... Eu entro numa boca de fumo e tal...”

“Informações sobre elementos da área que eu trabalhei... Por quê? Porque eu fiz um banco de dados, meu... E eu gravei no HD externo e eu ando comigo, por isso o policial liga... O outro vem 'X, rapaz, eu to precisando de *fulano*... ' Quem é *fulano* lá em *tal bairro*? O nome desse cara... Não, o nome dele é..., Ai eu vou lá no meu banco de dados, tá aqui a foto de Sacha, tá aqui, o endereço dele... O outro é a questão de efetivo. Por exemplo, o distrito X, havia lá 120 presos, e 8 policiais. Alias, 16 policiais trabalhando...4 policiais no plantão pra custódia de presos, tá certo? Eram dois por plantão pra custódia de presos...”

“Existe uma cobrança no sentido de fazer com que a máquina funcione. Nas delegacias não tem isso não, infelizmente a polícia tá parada. Houve falta de gestão. Nas unidades onde o delegado é atuante, eu já trabalhei com delegados atuantes, a equipe trabalha super motivada. Agora eu vou lhe dizer que a estrutura é essa, tá aqui, não melhorou... não temos alojamento pra policiais nas unidades, não temos copa, não temos banheiro para as policiais mulheres. Não tem, o banheiro, o banheiro é o banheiro pra população e pros policiais... Nós lutamos, porque olhe como era em 2009 como era nossa alimentação era quentinha sim com mortadela, nós lutamos, conseguimos depois de muita luta a instituição do vale alimentação pra todo policial plantonista que hoje já tá com três meses de atraso, o governador pediu hoje prioridade pra a secretária de segurança, o pessoal tá sem alimentação. Então, assim, além dessa... Armamento, tem vários policiais que tomaram posse e não tem arma, eu sou uma, a arma que eu tenho na instituição é uma arma 6 tiros.”

“A investigação em si que era pra ser o foco da gente não vai ser privilegiada porque o que a gente entende que é privilegiar a investigação é ter efetivo e ter as condições mínimas pra ir pra rua, pra investigar, pra deixar a delegacia aberta, avaliar essa distribuição das delegacias em Natal... Nós temos, por exemplo, a quinta delegacia de polícia, ela tá responsável pelo bairro de Morro Branco, Nova Descoberta, parte de Lagoa Seca, parte de, de, é (...) Quinta DP... Parte de, Morro Branco completo, Nova Descoberta, Lagoa Seca, ai vem Lagoa Nova que é um bairro imenso, gigante, aquele que foi da arena das dunas pra uma equipe de 8 pessoas. Uma equipe de oito pessoas, num sei quantos mil habitantes pra oito pessoas. Então, o que a gente quer é o redimensionamento das delegacias distritais com a abertura delas 24h, algumas especializadas precisam estar 24h abertas.”

Do ponto de vista da gestão, **não existe qualquer sistema de gestão, monitoramento e recompensa por inquéritos concluídos.** Na falta de uma gestão

baseada numa política de resultados, com foco para os crimes mais graves, **os delegados acabam fazendo às vezes de mediadores de conflitos na comunidade**, perdendo muito tempo com tarefas e atendimentos que não são da sua competência. A distribuição de delegados e agentes nos distritos não obedece à critérios racionalizados de demanda ou mesmo tamanho da população. **As delegacias não funcionam 24h, nem mesmo as especializadas.** Muitos apontam para **critérios de classe e renda para a alocação de determinados inquéritos para delegacias especializadas**, apontadas como mais produtivas, ou com mais recursos, que as delegacias comuns. **Existe uma divisão clara entre os delegados na corporação, uma disputa entre grupos mais antigos e os recentemente contratados, que tem a ver com distribuição de recursos, posições, recursos, espaço e filosofia de trabalho. A relação entre delegados, inspetores e agentes também é apontada como marcada por disputas e baixo nível de entendimento.** Falta trabalho em equipe entre policiais e entre delegacias, o que compromete o trabalho investigativo.

“O que nós enxergamos, por exemplo, em relação à polícia civil é que existe um corporativismo, é... Que por vezes dificulta o diálogo com a polícia militar. Por exemplo, eu vou lhe citar um exemplo concreto, a SESED desenvolveu um sistema informatizado, há muitos anos, eu não diria que é o ideal, que é de ponto, mas que funciona onde ela permitiria que em havendo integração entre as polícias aqueles dados do SIOSPE que seria a entrada inicial, eles poderiam migrar para um boletim de ocorrência e migrar para um inquérito virtual né? E o que nós percebemos é literalmente um boicote né? Fizemos diversas reuniões, buscando soluções, buscando implantar isso, por quê? Porque com um, uma informatização eu teria um controle né? E o que nós percebemos é que não há muito disposição de ser controlado, de transparência né? Então, em relação a cada órgão, em relação à polícia civil, o controle da efetividade, nós temos de uma forma muito genérica né? Aqui falando, nós temos exceções, inclusive nós tivemos uma polícia civil antiga que se renovou com esse concurso após diversas lutas né? Que ainda estamos com os últimos concursados para a convocação do curso de formação que vai acontecer, possivelmente se foram empossados agora em outubro, nós temos nitidamente uma cisão entre aqueles mais antigos, lógico com exceções, e os novos.”

“Claro, a polícia federal há muitos anos atrás, ela tinha praticamente grande parte das coisas que nós fazemos hoje. Nas lutas conseguiram e hoje eles têm um serviço... De qualidade... Por que eles trabalham com narcotráfico, crimes contra a União, e a gente faz tudo, e eu... A gente não tem condições de continuar do jeito que está, com a estrutura que nós temos, pensando que briga de rinha de galo... Polícia civil ela é uma polícia especializada, ela não pode se dar mais ao luxo, isso tem que ser resolvido com a polícia comunitária, que é a polícia de aproximação, com quem chegar primeiro pra atender, é uma briga de

um vizinho. Por que 90 % do que chega na delegacia, é assistencialismo, é um bate papo, e a policia civil passa por isso, toma todo o seu tempo pra você fazer. Então eu atendia nas delegacias que eu trabalhava, eu passava meia hora ouvindo uma pessoa. Às vezes até cansativo, gente... eu mesmo disse mil vezes, eu já externei isso. Tem que acabar com isso, tem que acabar com essa história do guarda municipal ficar olhando pro prédio público, e não pode tomar uma ação ali por que a lei tá dizendo que não pode, ninguém vai perder, não se trata de perder poder não. Né? E outra coisa, até pra questão de investimento, na hora que você trabalhar: Policia civil é pra trabalhar com criminalidade organizada, roubos e assaltos, narcóticos, crimes hediondos, homicídios. Na hora que você trabalha com isso, que tem demais, né? Você vai conseguir concentrar todos os seus investimentos financeiros, viaturas pra isso. É como o Ministério Público faz numa situação muito menor. Ele escolhe um caso próprio de sua livre escolha (...) que eu não vou entrar nesse mérito, junta toda sua estrutura e me dá um resultado, faz a mídia e acabou-se.”

“Pronto, era isso. Até trinta e um de Dezembro se tem relatórios questionando essa coisa ai dos inquéritos das apurações que só apura as ocorrências da classe media, da classe alta, enfim, ai tem essas duas percepções. No nosso entender, o problema sempre é o mesmo, atinge as classes menos favorecidos, a violência vai diretamente, é praticada por ela por um, por uma reação e é sofrida por ela pela reação também de ser periférico, de ser periférico, é sofrido por ela, então há um sofrimento constante ali no meio daquele, daquela periferia ali tudo, um sofrimento constante.”

No que se refere, especificamente, aos homicídios, é reconhecido o esforço da parte da gestão na criação de uma Delegacia Especializadas de Homicídios (DEHOM), que conta com uma estrutura aproximada de 40 homens, entre agentes e delegados. No entanto, a grande demanda de trabalho para essa estrutura tem se refletido em resultados escassos. Além disso, a divisão de trabalho entre a especializada e as delegacias distritais apresenta problemas que comprometem ou atrasam muitas investigações. Apesar de existir um projeto antigo para que a atual delegacia seja transformada em divisão, aumentando o número de policiais e concentrando as investigações de homicídios numa única divisão, ainda não foi dado um sinal da parte do governo quanto à criação da estrutura.

(Quando perguntado sobre a existência de um departamento de homicídios na Polícia Civil)

“Nós temos uma delegacia de homicídios, que a gente luta hoje para transformá-la em divisão... Atualmente na delegacia de homicídios ela funciona com 11 delegados...Hoje é pra todos os crimes de homicídio a partir do seu momento consumativo, até...”

A DEHOM atende Natal, ou a investigação, que vai ao local do crime, fazer aquele levantamento preliminar, na grande Natal, e aí encaminha para a delegacia competente. E em Mossoró nós temos uma também.”

(Quando perguntado sobre o trabalho do departamento, quando ocorre um homicídio).

“Se aconteceu aqui em Natal, é competência da DEHOM de Natal, se acontecer em Parnamirim, é competência da DEHOM de Natal fazer o local do crime, levantar, mas a apuração é do distrito...Então ela faz da preliminar a finalização...Na grande Natal e assim como Mossoró quem, faz é o distrito...A gente tem m projeto da divisão, que foi estudado, hoje ela conta com 40 homens, né, a DEHOM Natal.”

(Quando perguntado sobre o efetivo da DEHOM).

“E tem um projeto que foi estudado, foi equacionado com a polícia civil, para transformar a DEHOM na divisão de homicídios, onde nós trabalhamos...Aí todos os crimes serão feitos... Qualquer parte terá competência estadual, com outros incrementos de delegacias, né? Então dentro da delegacia terão no mínimo um efetivo de 80 homens, ao que me parece são 18 delegados previsto...Pra homicídio em todo estado juntamente com a DEHOM de Mossoró que passaria a integrar uma divisão. Então a gente só vê pra uma perspectiva de melhoria dessa onda de violência de homicídios, com a criação da divisão em sua plenitude. A DEHOM é um embrião, por que não tinha como, não outra tinha alternativa por conta do efetivo, tá certo? Então deu-se ao DEHOM e deu-se uma estrutura mínima pra atender.”

(Quando perguntado sobre a capacidade de elucidação da DEHOM).

“Baixa, eu vejo que ainda não surtiu o efeito esperado...Agosto, setembro do ano passado, aproximadamente, eu não tava lá, tava na corregedoria mas era uma ... é um volume muito...uma demanda muito grande, mas como ela foi projetada para atender uma estrutura diferenciada maior, então jogaram-se as atribuições mas não deram a estrutura, tá entendendo? Aí ficou...melhorou, diminuiu o trabalho que era feito pelo distrito e possibilitou que os distritos pudessem fazer esse atendimento primário, que a gente tanto combate, mas então... ela ainda tá carente de uma melhor estruturação.”

lii.2.1 Efetivo

Quanto ao efetivo da PCRN, há um consenso no sentido de apontar para o déficit de delegados, agentes, escrivães e peritos como uma das principais causas da baixa produtividade e eficiência da atividade policial. Na PCRN, o efetivo atual é somente 30% do previsto em lei. Isso significa que pouco mais de 1500 homens fazem o trabalho que deveria ser feito por quase 5000.

Com efeito, o aumento da população potiguar na última década não foi acompanhado por uma política de recompletamento de efetivo. Assim, as delegacias distritais foram abrangendo áreas e populações cada vez maiores, comprometendo sua

eficiência. O envelhecimento dos policiais também contribuiu para o aumento do déficit na corporação.

No caso do ITEP, a situação é ainda mais precária, com 26 peritos para todo o Rio Grande do Norte, uma instituição que tem em seus quadros muitos policiais ou servidores cedidos de outros órgãos, que não são peritos por formação, mas fazem as vezes, dado o atual quadro de precariedade da instituição.

O déficit do efetivo compromete ainda mais a atividade investigativa e judiciária da PCRN quando se considera a grande quantidade de presos nas delegacias de polícia, o que demanda a presença constante de agentes armados nos prédios, em detrimento do policiamento investigativo. Esse problema será analisado com mais detalhe na seção 3.4.

Outro problema relacionado ao déficit de efetivo na PCRN tem a ver com o desvio de função de policiais que são alocados para atividades meio, isto é, funções administrativas dentro das próprias delegacias e estruturas físicas da corporação. A falta de profissionais especializados para atuar na administração, cozinha, contabilidade, sistema de informações e manutenção de equipamentos acaba fazendo com que os policiais deixem de lado parte importante do trabalho investigativo para executarem essas tarefas.

“Nós temos hoje no nosso quadro 1.605 policiais, então nossa lei estabeleceu 5.150, então nós temos 70, nós trabalhamos hoje com apenas 30 por cento do que é previsto em lei (...) Nós temos hoje 170, 180, eu possuo até esses números aqui, e mais efetivamente, a gente teria, nosso projeto... O valor total era cento, não... Trezentos e cinquenta delegados, hoje nós trabalhamos com cento e setenta. Desses 170 nós temos um percentual que já está com tempo de serviço pra se aposentar e que permanece no serviço por conta do abono que recebe (...) Eu acho que agente, mas na lei é investigador. E aí a gente tem... Desse nós não temos atividade meio, então desse efetivo que eu tenho, hoje eu tenho um terço, que é uma parte agora que vai se aposentar, e esse que está no final de carreira já não rende por N razões, por estar desmotivado, num é? Alguns, condições físicas e de saúde já não lhes permitem mais estar na atividade fim, que é a atividade que requer uma condição de saúde melhor, a gente não tem nenhum programa de qualificação, de qualidade de vida. Isso vai desmotivando cada vez mais o homem, ele não tem um programa de preparação, aposentadoria, né? A gente não tem esses programas, e aí a gente hoje conta com esse pessoal. Não temos atividade meia, porque tentamos colocar na atividade meia profissionais para atividade meia, administrador, contador, e a gente tem que contar com os nossos policiais, que nem todos têm a formação técnica pra isso, então tudo que se foi feito na polícia foi na base da boa vontade, do amadorismo. Tá melhorando, porque a gente teve um incremento de policiais que começou a se exigir nível superior, então a gente tenta otimizar...”

“O que tem-se observado é exatamente isso que nós ainda estamos em, avançando, encontrando diversos obstáculos e aqui eu não tô entrando no mérito da, da discrepância do que tá previsto no efetivo da PM, do efetivo da polícia civil, até nem do ITEP não existe nem a previsão né? Porque nós não temos nem o marco normativo, mas eu entendo que por muitos anos se colocou a segurança pública como algo que não foi priorizado né? Então acredito que de fato a gente consegue observar essa luta, é... Que vem ocorrendo nos últimos anos de valorização das instituições né?”

“O outro é a questão de efetivo. Por exemplo, o quarto distrito, eu tinha lá 120 presos, eu tinha 8 policiais. Aliás, 16 policiais trabalhando. Eu tinha 4 policiais no plantão pra custódia de presos, tá certo? Eram dois por plantão pra custódia de presos (...) Traga mais uma aguinha pro pessoal... Ai eu tinha lá... 16 policiais, eu tinha 8 só para custódia de presos. Cada dia eu tinha dois (...) Mas com esses oito eu comecei a fazer um trabalho e começamos a prender os cabeças do crime. (...) homicídios... nós começamos a prender os homicidas. Em 15 dias nós conseguimos tirar de circulação 5 homicidas, então o índice já baixou porque quando prendeu-se os cinco, os outros disseram 'vige, os homens tão trabalhando, tão tirando a gente de circulação'. Recuaram. E ai tiram-se os presos, depois de tirarem os presos, com 15 dias eu fiz esse trabalho que eu tinha 16 policiais pra fazer e quando foi com 15 dias depois me tiraram 8 policiais e me mandaram, pra pulverizar no interior, nas outras delegacias no interior, tem delegacia do interior com um delegado, um agente e um escrivão e não surte efeito nenhum, prático, não surte efeito nenhum. Tem uma delegacia aberta, registra o B.O, aquele B.O vai ser só mais um na estatística, não tem o dado mesmo da investigação porquê (...) No bairro crítico como Maria Luísa, um bairro populacional, ai vem outra coisa. Aumentou-se a população, o volume de trabalho, mas não se aumentou o efetivo, entendeu? Então se não houve aumento de efetivo e aumento populacional a tendência é ficar desgovernado, ai, afora isso, por exemplo, é a flexibilização da lei. A legislação brasileira, ela sofre diversas mutações. Agora mesmo nós já temos o código penal brasileiro que diz que o homicídio é um crime hediondo, mas criaram agora o crime contra a mulher do gênero hediondo...”

“Hoje o nosso efetivo de escrivães, por exemplo (...) é uma situação tão deprimente o escrivão, os escrivães hoje tem escrivão, a grande maioria dos que estão se aposentando, se aposentam com enfermidades adquiridas por causa do serviço cartorário que é serviço repetitivo num é? Eles têm, nós temos muitos profissionais com lesões, até uma diretora que se aposentou agora recente (...) saiu agora com uma lesão gravíssima, tem dias que ela não aguenta mexer a mão, uma senhora que trabalhou na delegacia da mulher muitos anos então o nosso efetivo...”

“Se o senhor perguntar assim 'qual é a solução do sindicato pra mudar esse quadro?' A polícia civil, a gente tem uma solução, a solução é a seguinte: abra as delegacias, aumente o efetivo né? Melhore a estrutura das unidades, abra essas unidades 24h pra população e nos dê as condições de fazer esse enfrentamento do crime porque aí vai ter resposta, porque assim, o que a gente entende hoje paliativos...

Tão criando a central de flagrantes, que é um modelo (...) pediu pra a gente ajudar a montar, participando das reuniões. Efetivamente, na prática, vai trazer qual benefício? Não, vai ser mais um elefante branco. Vai construir um local, vai tirar a foto, bota ali, central de flagrantes. A investigação em si que era pra ser o foco da gente não vai ser privilegiada porque o que a gente entende que é privilegiar a investigação é ter efetivo e ter as condições mínimas pra ir pra rua, pra investigar, pra deixar a delegacia aberta, avaliar essa distribuição das delegacias em Natal... Nós temos, por exemplo, a quinta delegacia de polícia, ela tá responsável pelo bairro de Morro Branco, Nova Descoberta, parte de Lagoa Seca, parte de, de, é... Quinta DP... Parte de, Morro Branco completo, Nova Descoberta, Lagoa Seca, aí vem Lagoa Nova que é um bairro imenso, gigante, aquele que foi da arena das dunas pra uma equipe de 8 pessoas. Uma equipe de oito pessoas, num sei quantos mil habitantes pra oito pessoas. Então, o que a gente quer é o redimensionamento das delegacias distritais com a abertura delas 24h, algumas especializadas precisam estar 24h abertas...”

“Isso inclui os delegados. Nós somos hoje pouco mais de 1500 profissionais né? Tá todos os 167 municípios...”

(Ao ser perguntado se o ideal seria por volta de 5000)

“Isso. Nós temos mais de 3000 cargos vagos, em torno de 3500 cargos vagos somados agentes, escrivães e delegados. Esse sindicado, perante o ministério da justiça, do trabalho e emprego né? O ministério de trabalho e emprego, ele representa todo o segmento não militarizado, então inclui delegados, escrivães, agentes...”

“Não houve acréscimo de nenhuma, nenhuma, delegacia de bairro. Pelo contrário, os bairros foram crescendo, a circunscrição da delegacia foi crescendo, a equipe e o efetivo foi diminuindo por quê? Porque no interior do estado, muitas promotorias do interior começaram a fazer ação civil pública pedindo polícia civil lá, que não tinha. Ai fizeram o que? Não, não aumenta o efetivo não, pulveriza. A verdade é que as delegacias de bairro foram tirando o efetivo, jogaram pro interior. Qual era a nossa esperança? Tirou os presos das delegacias, então vamo deixar as delegacias abertas 24h porque fechava a delegacia à noite com medo de resgate. Eram dois policiais à noite, com medo de resgate. Quando tirou os presos então a gente disse 'então vamo fazer o seguinte: agora vamos dobrar, pegar esse efetivo ou com diária operacional ou remanejando ou dando o administrativo, vamo deixar a população ter acesso à polícia, vamo abrir a delegacia a noite'. Porque tendo um crime à noite, a gente entende assim... Por exemplo, no bairro de Paulão, quarta dp, a delegacia do bairro estando aberta, a população vai chegar pra ela a informação de quem foi que cometeu o homicídio. É mais fácil chegar pra ela do chegar pra homicídios, a delegacia de homicídios né? Que

vai investigar vários dias depois, deixa a delegacia aberta com efetivo mínimo, mesmo que não tenha um delegado a noite, mesmo que fique o delegado do plantão respondendo pelo flagrante, mas que tenha uma equipe pra ir no local, pra ir a população com mandados e informação numa situação de um arrombamento, de um local de crime com morte, enfim...

Mas não tem, entendeu? Então essa situação dos presos foi resolvida na capital, saindo dos prédios e no interior colocando o sistema penitenciário pra dentro. Então no interior, Macau é assim, como foi dito Santa Cruz é assim e, na estrutura da delegacia, a cela fica sob a responsabilidade do sistema penitenciário. Só que quando o (...) passou, fica ali num, num, número alto, ai ele diz assim 'agora eu não recebo mais não'. A gente vai colocar aonde? Não sei. Ai fica o preso no corredor, já houve até matéria do Jornal Nacional com 7 presos ou era 8 no corredor de lá da delegacia de Macal, a mulher amamentando a criança, o sistema penitenciário que é só aquela salinha não recebe, ai a polícia não tem a quem entregar e fica aonde? No corredor..."

"Que vai investigar vários dias depois, deixa a delegacia aberta com efetivo mínimo, mesmo que não tenha um delegado a noite, mesmo que fique o delegado do plantão respondendo pelo flagrante, mas que tenha um equipe pra ir no local, pra ir a população com mandados e informação numa situação de um arrombamento, de um local de crime com morte, enfim... Mas não tem, entendeu?"

"Eu acho que agente, mas na lei é investigador. E aí a gente tem... Desses nós não temos atividade meio, então desse efetivo que eu tenho, hoje eu tenho um terço, que é uma parte agora que vai se aposentar, e esse que está no final de carreira já não rende por n razões, por estar desmotivado, num é? Alguns, condições físicas e de saúde já não lhes permitem mais estar na atividade fim, que é a atividade que requer uma condição de saúde melhor, a gente não tem nenhum programa de qualificação, de qualidade de vida. Isso vai desmotivando cada vez mais o homem, ele não tem um programa de preparação, aposentadoria, né? A gente não tem esses programas, e aí a agente hoje conta com esse pessoal. Não temos atividade meia, porque tentamos colocar na atividade meia profissionais para atividade meia, administrador, contador (...), e a gente tem que contar com os nossos policiais, que nem todos têm a formação técnica pra isso, então tudo que se foi feito na polícia foi na base da boa vontade, do amadorismo. Tá melhorando, porque a gente teve um incremento de policiais que começou a se exigir nível superior, então a gente tenta otimizar..."

iii.2.3 Carreira e remuneração policial

A visão dos entrevistados sobre a remuneração da Polícia Civil não é positiva. Os delegados entrevistados afirmam que sua remuneração, em início de carreira gira em torno de R\$ 9.000,00 mensais e que houve alguma melhora, ainda que insuficiente, nos últimos anos. Os salários de agentes e escrivães, no entanto, são motivo de insatisfação aberta para

os entrevistados, visto que, em torno de R\$ 2800,00, os salários para essas funções estariam entre os mais baixos do país.

(Perguntado sobre como estão os salários: de delegado e investigador.)
“O salário melhorou bastante ao longo dos anos...Hoje um delgado que entra hoje ganha 9 mil...(E um agente, investigador?)...Aí dá seis mil, né? Investigador 2.800..(E um escrivão?) A mesma coisa.

(Perguntado sobre uma possível melhoria salarial, em níveis nacional e estadual.)
“Agora ao longo dos... isso 2010 a gente conseguiu essa melhoria, né? 2008, 2010 e de lá pra cá nós nunca mais tivemos qualquer recomposição de perda salarial. No governo anterior conseguimos aprovar um plano, para melhoria. Na verdade não teve nem um aumento real, tivemos uma reposição de perdas referente aos cinco anos passados, e mesmo assim parcelado em 4 vezes, num é? Ou seja quando a gente terminar de implementar, prevista a primeira pra março, a segunda pra setembro, quando implementar tudo, a gente vai começar outra campanha pra recompor a perda de março pra cá, mas vai ser um alento sem sombra de dúvidas, por que fazia cinco anos que nem ao menos se buscava recomposição das perdas.”

“(...)Mesmo com toda estrutura acabada, que eu reconheço, que eu digo se eu trabalhasse mesmo com o salário bom, mas com o ambiente totalmente insalubre, destruído, depredado, eu me sentiria sem dignidade né?”

iii.2.4 Formação, qualificação e capacitação profissional

Nesta categoria, serão analisadas as representações dos operadores de segurança pública entrevistados sobre o processo de formação, qualificação e capacitação profissional dos policiais da PCRN. Nesse quesito, parece consensual que os problemas da corporação são ainda mais graves que os da PMRN. Não existe uma estrutura adequada para uma academia específica para os policiais civis. Não existe política de formação continuada, com cursos de reciclagem e atualização profissional. A investigação não é priorizada no processo de formação, e os métodos ensinados são antigos e desatualizados. Apesar de algumas melhorias nos últimos anos, muitos dos cursos que são realizados resultam de parcerias pontuais com outros estados ou órgãos internacionais. As universidades também não são apontadas como parceiras permanentes, ou seja, as suas participações ficam restritas a determinados cursos de perícia criminal em períodos específicos.

“A polícia civil é mais sucateada do que a PM... Olhe, nós não temos, olhe, nós não temos academia de polícia, a PM tem duas. Só aqui em Natal, academia dos oficiais e dos praças. (...) A gente promove aqui pelo sindicato, é... Raramente a academia de polícia consegue um curso como houve agora de investigação, boa parte dos cursos é destinada a PM, as vagas oferecidas pela academia, bota a PM pra fazer o curso de investigação, os profissionais que estão naquelas áreas, por exemplo, homicídios, nas delegacias...”

(Ao ser perguntado sobre o processo da formação policial)

“Continuado não tem.”

“Com relação... Especializadas... Não tem a prioridade pra fazer, muito pouca vaga ai termina destinando por cara, não porque é minha amiga, tá no administrativo mas é amiga do delegado, amiga do delegado geral e é escolhida assim. Não é escolhido de maneira impessoal. As escolhas são muito pessoais, por cara.”

(Ao ser perguntado sobre a formação policial no estado)

“Muito fraca, não há assim, uma política de uma academia que realmente propicia reciclagem né? Não só reciclagem em termos de curso, mas também de avaliação do desempenho, do profissional. Então, o sujeito entra no curso inicial de formação após a aprovação e faz aquele curso rápido, aquele curso básico, na verdade, e a partir dali não tem mais reciclagem, não tem mais... Então, essa formação me parece que precisaria ser sistematizada, precisa ter durante a carreira policial, precisa ter várias etapas, que você tinha obrigatoriamente que cumprir, mas hoje você não tem isso sabe? É algo muito... Talvez pela falta de estrutura financeira, não sei...”

“A situação é a seguinte: O delegado é o gestor, né? Como os oficiais são na polícia militar. Eles são os gestores e assim, nós não sentimos neles a defesa institucional. Pra você ter ideia a pauta do sindicato né? Que é pauta que legitimamente vai representar o agente, o escrivão que é hoje quem tá aqui filiado na polícia civil, mas nós nunca pedimos ao governo pauta financeiras que não olhasse pra parte estrutural. E olhe... Luta de presos em delegacias, nunca um delegado se levantou pra levantar pano pra retirada do preso, nunca se lutou pelo aumento de efetivo nem do cargo deles, eles não reconhecem que tem essa necessidade que nós sentimos que tem. Eles acham que dá pra trabalhar com essa quantidade hoje de delegado que tá por ai que é...”

(Ao ser perguntado se investigador tem que ter nível superior)

“Todos têm nível superior.”

(Quando é perguntado se ainda há alguma parcela que não tem)

“Metade do efetivo não tem, até hoje até melhorou mais, mas eles nunca tiveram nível superior, com o passar dos anos, alguns ainda fizeram faculdade após entrar, mas hoje a regra do concurso é nível superior, isso certamente por um lado, melhorou muito no sentido mais pra ajudar, tanto na atividade meio, do que a própria atividade fim. Por que a gente tem que extrair nesses aquele que tem uma formação qualificada que é nossa carência, então a gente não tem como utilizar esse pessoal muitas vezes na rua porque a gente tem que utilizar na atividade meio, por que a atividade meio tem que dar sustentação a atividade fim. Então isso tem certamente prejudicado o nosso trabalho, porque o Estado à época não olhou por essa forma, viu o impacto financeiro para trazer atividade meio, então a gente desses 1.600 temos acho que 20, que tá na atividade meio.”

(Ao ser perguntado dos cursos de formação)

“Eu digo hoje melhorou bastante, eu fui diretor da academia em 2010, até 2010 a academia de polícia, assim como a corregedoria era dois órgãos que serviam tão somente para acomodar quem não queria trabalhar, a academia não funcionava, por que não fazia cursos, ou muito raros. E a corregedoria também tem uns detalhes a gente fala já já sobre ela. Então quem não queria trabalhar... bota na academia. (???-26:40) chamada corda de caranguejo, ninguém queria sair de lá por que era uma situação muito cômoda. Funcionava num prédio abandonado lá no bairro das Quintas. Não sei se vocês conhecem, abandonado, então ninguém ia lá, não tinha assinatura, não tinha fiscalização não tinha nada, e quando eu assumi, eu disse: “- Não, a academia eu vou trazer pra perto do delegado geral”. Por que quem não é visto não é lembrado, vamos começar a tentar dentro da limitações começar a fazer cursos, e aí... Sobretudo que tava no período pré-copa então ela teve que dar necessariamente um boom na sua formação, na sua qualificação. Então a gente passou a fazer o papel de academia. Então muita gente foi qualificada, muita gente... E a partir de então, meu substituto Ricardo Sérgio, delegado geral, tava até pouco tempo aqui, fez muito curso, o atual que saiu agora recente, deu uma...”

(Ao ser perguntado se terá curso de formação)

“Estamos trabalhando pra isso, todo pessoal já está convocado por decisão judicial, o Estado convoca...”

“Nós temos ao todo 51 delegados, 80-70 escrivães e o resto agentes. São 180 aproximadamente policiais, que na verdade irá repor, mas de qualquer forma, toda ajuda que vier pra gente de efetivo, é extremamente saudável, num é? E aí a academia ela passou a estar preparada pra isso, mas nós estamos com um problema: para atender ao curso de formação, nós precisávamos de espaço. A academia é

muito pequena ela ocupa ali a própria sede da polícia, um galpão, um pequeno galpão, a gente alojou por que tava em melhores condições do que onde tava, então a polícia civil sempre foi esquecida, sempre foi abandonada, as estruturas foram todas decaindo com o tempo, e aí no final, em razão da decisão judicial e da quantidade de policiais que a gente precisa formar... Nós estamos começando um curso agora dia 26 de investigação e homicídios junto com a embaixada americana (...) investigação e homicídios, parece que de 26 a 31.”

“E aí? Vamos fazer aonde? O governo passado, secretaria de educação, secretaria de segurança, mandou a gente localizar um imóvel que atendesse a academia, por que deveria cumprir a decisão judicial. Depois de uma pesquisa encontramos uma escola (...) por que não tem mais como fazer, então a escola estava dentre várias desativadas, há muitos anos isso tá evidenciado em um processo, com um acompanhamento do ministério público, do promotor de educação, com o aval dos secretários de educação, e segurança em termos de sessão. Nenhuma escola foi desalojada, ela já estava fechada sem nada, sem funcionamento, e aí foi feito um termo de cessão, a escola tirou seu material, nos deu a chave e nós fomos pra dentro. Estamos reformando, gastamos de um pouco recurso que a gente tinha, nós gastamos na escola. Estamos gastando ainda e aí agora vem essa confusão. Que não tem onde colocar... Nós temos março pra decidir e foi um ato jurídico que foi feito pra ser lembrado, nós gastamos e tá lá, com telha, na instalação de sprinter, desmontamos o nosso estande de, estamos em processo de desmonte que é o simulador de tiro, que custa 800 mil. Vamos colocar onde, de volta? Eu não sei em que vai dar isso não, eu sei que tem que começar o curso por decisão dia 15. Quinze de março. Não sei.”

(Ao ser perguntado sobre o processo de formação continuada)

“O que eu percebi que acontece é que quando você tem informação que vai ter algum tipo de curso, alguma coisa em outro estado, outro estado parceiro, chegou convite, ou o próprio perito da área: olha, eu tô sabendo que vai ter isso, e aí... Mas não tem um plano de formação, daqui a cinco anos você tem que se qualificar nisso, por que o próximo passo é esse, você não tem uma evolução aí. Certamente tem um perito que desde que entrou nunca fez curso.”

(Quando perguntado sobre a relação com a universidade)

“Alguma coisa tem na medicina legal, e teve no passado que eles faziam, você tem, por exemplo, uma morte natural, você não tem a suspeita de nada, e não tem por que ir pro ITEP. E aí eles tiveram em algum momento esse tipo de convênio (...) hoje, mas essa relação com a universidade até onde eu sei também não há. Você não tem.”

III.2.5 Existência de presos nas delegacias.

Este ainda é considerado um dos problemas mais graves para a Polícia Civil no estado. **Apesar das frequentes reivindicações dos policiais civis, as soluções apresentadas pelo Governo do Estado, como as de criar os chamados Centros de Detenção Provisória (CDPs), que seriam administrados pelo sistema penitenciário, não resolveram a questão. Afinal, os CDPs usualmente compartilham espaço com as delegacias, o que significa, na prática, que os policiais são usados para custódia de presos.** Ademais, **o espaço limitado dos CDPs tem provocado constante transferência de presos para as próprias delegacias,** que continuam sendo utilizadas para a custódia de presos. As condições dos CDPs, por sua vez, são descritas como: **precárias, desumanas e inaceitáveis. Muitas delegacias precisam manter presos algemados nos corredores,** colocando em risco não somente os agentes, mas os cidadãos que necessitam recorrer aos serviços da PCRN.

“Muito, muito séria, que ainda é bem comum e a discussão mesmo do aumento assim da violência, que é nítida a sensação obviamente, mas assim trazer isso pras mesas, pro debate então assim, era muito comum então assim eu acho que quem mais tencionou no governo Wilma foram os policiais, foram os maiores movimentos.”

“Ainda tem, ainda tem. Ainda tem porque, por exemplo, nós conseguimos tirar os presos da custódia, da responsabilidade do agente né? Mas eles permanecem na delegacia sob a custódia do sistema penitenciário. Não sob a nossa custódia, mas utilizando o espaço físico nosso. Um caso lógico é Santa Cruz, por exemplo. Santa Cruz aqui no interior, na região do Seridó tem prédio primeiro andar. Em cima funciona a delegacia municipal e a regional e embaixo um sistema prisional, no pavimento inferior. Só que esse pavimento inferior também está sendo usado na parte superior. Eles tão usando uma parte do prédio em cima, utilizando celas. Nós já fizemos greve só pra tirar preso de delegacia porque eles não queriam investigar, então as delegacias eram entupidas, eu cheguei a tomar conta de 102 presos numa unidade, eu e um companheiro. Sozinhos, recebendo a população a noite também e... A luta era tirar os presos e aí tinha pergunta 'colocá-los aonde?' Nós não tivemos nos últimos anos, desde que construíram Alcaçuz, não teve mais a construção de mais nenhuma cadeia pública aqui em Natal, em Natal e Região metropolitana não teve. Numa greve que teve (...) em 2009, em dois mil e... Em 2009 pra 2010, foi construído um termo de acordo no judiciário, essa greve terminou numa conciliação e lá o estado se comprometeu em apresentar um organograma de construção de cadeia pública porque era, um dos pontos nossos era esse, construção de cadeia pública que não tem (...) já houve até matéria do Jornal Nacional com 7 presos ou era 8 no corredor de lá da delegacia de Macal, a mulher amamentando

a criança, o sistema penitenciário que é só aquela salinha não recebe, aí a polícia não tem a quem entregar e fica aonde? No corredor (...)

Aqui e eles criaram CDP's, que são delegacias que viraram pequenos presídios, e foi aprofundado... que mudaram o nome do local, deixou de ser delegacia pra ser CDP.”

“Pois é, continua né. Então, o que acontece? O indivíduo fica lá preso, o sistema, sei lá, se ele cometeu um crime pequeno, lá dentro é a faculdade né, que ele vai, ele vai piorar. O Cidadão eu digo, acontece comigo lá na vara, eu condeno o camarada e digo: “eu tô soltando você agora, agora é o seguinte, daqui a vinte dias você vem aqui, você vai trazer um toalha, creme dental, seus pertences pessoais, você vai receber o mandado de prisão e você vai se dirigir ao estabelecimento pra dar início ao cumprimento da pena”, ele vem, mas olhe o que acontece, eu tive resistência de um colega que é conservador, “não porque”, aí começa a colocar coisa, dificuldade. Aí o quê que acontece, esse camarada vai, porque o que eu quero evitar é que o camarada vá pra delegacia, porque pior que presídio é delegacia. Delegacia não tem banho de sol, não tem visita, ficam trinta numa cela, entendeu?! O que eu queria era que esse indivíduo que ele tá mostrando sem senso de responsabilidade, que ele vá direto pro seu regime, e não que ele fique trinta dias numa delegacia como vem acontecendo sabe, eu acho que isso aí é uma falha do judiciário.”

IV.

RELAÇÃO ENTRE AS POLÍCIAS

Para a maioria dos entrevistados, a relação entre as duas instituições é boa. A maioria dos conflitos que acontecem são pontuais, ou dizem respeito à precariedade do trabalho investigativo da PCRN, em contraposição ao exercício de atividades investigativas da parte dos batalhões da PMRN, mais bem estruturados do que as delegacias. **Ainda assim, são constantes as referências a problemas de integração e conflito de competências. Ademais, existem queixas de parte a parte sobre a ausência de procedimentos operacionais e protocolos claros de atuação.** Isto é, não existe uma definição institucional, que se reflita na prática dos policiais, no papel de cada uma dentro do ciclo de policiamento. Não raro, policiais militares desenvolvem atividades investigativas, ou não agem de maneira adequada no isolamento de cenas do crime. Da mesma forma, alguns delegados são acusados de não receberem suspeitos atuados em flagrante em horários fora do expediente. Os delegados, por sua vez, apontam que nem sempre os policiais militares procedem de maneira adequada no encaminhamento de casos de flagrante-delito. Ou seja, as parcerias são representadas como fruto de cultura corporativa, mas não de padrões institucionais estabelecidos.

“Em geral nós temos uma boa relação com a policia civil. Não é rotina, é circunstancial, algumas situações em que é comprometida essa relação, ali de contexto que, mas nada que afete a relação no geral. Os policiais, a crítica também diz muitas vezes de estremecimento dessa relação é no tratamento que o estado tem dado a relação salarial dada aos policiais civis em relação aos bombeiros e policiais militares. Isso existe uma critica, mas os policia não tem culpa, isso é culpa do governo, inclusive lidam com o mesmo período e inclusive esse policial lida com esse período com mais ênfase, e é cobrado que o governo dê esse tratamento equânime na questão salarial. Existe essa situação, mas a relação de trabalho... lógico, existem alguns atropelos, mas eu considero uma relação boa, realmente boa. É a minha avaliação, inclusive tenho muitos amigos policiais civis, inclusive a questão institucional, a relação classista, nós temos uma relação ótima, com os sindicatos da Policia civil, e o objetivo é... Aliás, e o correto deve ser isso. Somos companheiros de trabalho e a nossa, enquanto dirigente de entidade, nós temos essa preocupação, de estreitar esse laço e fazer com que nossa convivência seja a mais harmônica possível.”

“Não, a nossa relação... Polícia civil e polícia militar são coirmãs. Nós entendemos que a polícia militar faz um trabalho muito importante da parte preventiva...”

“Não... A polícia militar trabalha com a polícia civil enxugando gelo, entendeu? [...] A integração em si funciona, o que, o que não tem são protocolos. Não tem protocolo pra dizer assim... O limite que a gente tem é a Constituição, entendeu? E as nossas, a nossa lei estadual, mas não existe, criar, os protocolos não existem pra dizer assim 'olha a polícia militar vai fazer o trabalho até aqui no local de crime'. Por exemplo, a gente chega no local de crime, os policiais reclamam muito. Porque a polícia militar chega lá mexe no local de crime, enfim né... Eles não tem... Não cumprem...”

“A imprensa já tem chegado... a família já tem chegado, já tem agarrado o morto e tirado do lugar, beijado, abraçado, quer dizer... Descaracteriza.”

“De todos os trabalhos que eu fiz [...] eu fazia, fazia os levantamentos, as investigações e trabalhava na parte operacional junto com a polícia militar. Agora isso não é o delegado que traz isso, há uma disputa entre delegados e oficiais... Com relação a quem aparece na mídia...”

“Não é institucional... Construído na base... Por exemplo, [...] o chefe de investigações [...], o da furtos e roubos do mesmo jeito, não há uma, um procedimento padrão para as duas instituições trabalharem em conjunto. Por exemplo, ultimamente, as operações que o Ministério público faz, ela tá fazendo tão somente com a polícia militar, ele excluiu a polícia civil, ele excluiu a polícia civil como um todo. A parte investigativa, a, a...”

“É. As policias militares, por exemplo, elas... Cada batalhão, cada companhia, elas tem agora seus núcleos de inteligência.”

“A relação com a polícia militar aqui é excelente, é nossa co-irmã mesmo, muita vezes é irmã! Não temos graças a Deus, acho que até pela própria formatação da cidade do Estado, Estado pequeno, isso diminui muito competitividade e tal, isso ajuda bastante a essa integração. A gente não tem nenhum problema de compartilhar informações, de trabalhar em operações conjuntas, nenhum problema graças a Deus.”

“Algumas das dificuldades, mesmo institucional e outras mesmo pela condição estrutural, não tenho com atender muitas vezes aquelas operações que muitas vezes, vou discordar da forma que foi feita. [...] Definições constitucionais, e isso traz prejuízos sim, no final do resultado final. Então isso é preciso ser resolvido também. Não tenho nem dúvidas disso, se não resolver isso, vai continuar essa briga que é prejudicial pra todos. Especialmente a instituição polícia civil que é, como eu chamo, o primo pobre de todas essas instituições, e digo por que: Também, a nossa instituição, ela na verdade, ela, dentro dos órgãos de segurança, é a que carrega todo o produto final. Polícia militar hoje com pouco mais de 8 mil homens, leva suas (...) pra dentro da polícia civil, polícia rodoviária com seu efetivo leva ocorrências pra polícia civil, e aí guarda municipal, num é? Todos os órgãos de segurança, leva tudo que tem, tirando a polícia federal, das atribuições específicas, é com a polícia civil. E a polícia civil nessa estrutura, na verdade ela engessou, é desproporcional a demanda levada a estrutura da polícia civil, pra dar dar vazão ao que deveria dar.”

“Eu acho que atualmente ou ultimamente a nossa está boa, está boa. Já houve algum tempo de... constantemente alguns problemas, mas eram mais nos níveis hierárquicos inferiores.”

“Desentendimentos e tal. E na verdade, hoje devido à fragilidade do sistema é pra ter mais problema. Vou dar um exemplo: guarnição na rua da Polícia Militar, serviço estressante, fina de expediente, chega na delegacia com um caso e o delegado já está para passar o plantão, não recebe. [...] Aí já houve atrito, teve uma vez eu fui agir, agir em detrimento de um capitão que hoje é major porque quando ele percebeu o clima ele pegou o preso e levou, e o delegado: “não, não doutor, eu não lhe entreguei o preso, o preso é meu, eu vou levar pra outro órgão”. Aí gerou um clima a gente foi lá, mas apaziguamos. Tirando-se isso o relacionamento hoje é razoável.”

V.

FUNCIONAMENTO DAS CORREGEDORIAS

Há consenso entre os entrevistados que a corregedoria é uma instituição que não funciona na prática. O órgão – em seu formato integrado - foi criado como resultado da busca por financiamento federal da parte do Governo do Estado, que exigia a criação e adequação de determinadas estruturas burocráticas para o acesso aos recursos do PRONASCI, mas não possui orçamento próprio, ou estrutura adequada. **É descrito como extremamente burocratizado, corporativista e ineficiente. Funciona muito mais como comissão disciplinar do que como órgão investigativo e punitivo.** Nesse contexto, ações positivas são vistas como casos isolados, de iniciativa pessoal de funcionários engajados, mas nunca como postura institucional.

Do ponto de vista das corporações, o trabalho desenvolvido pela corregedoria da PMRN geralmente é tido como de melhor qualidade do que o da PCRN. As causas apontadas para dessa diferença tem relação com as legislações e códigos militares que gerem a PMRN, que facilitariam os processos investigativos e a aplicação de sanções legais e/ou administrativas. A situação de controle dos policiais civis é descrita como ausente, inexistente, parca ou deficiente.

“Então isso traz uma sensação de impunidade até pra aqueles casos de transgressões disciplinares absurdas, isso tornou tanto a polícia militar quanto a civil e de fato, o, o, o que nós percebíamos, e eu tive alguns contatos, algumas visitas à corregedoria geral, o que nós percebíamos é que não havia um, um, um... Os esforços eram pontuais, eram momentâneos, né? As pessoas faziam uma visita esporádica, num momento mais tranquilo, o expediente encerrava cedo, né? Com aquela velha desculpa 'estou em diligência', né? Que a gente sabe que não é. Então na verdade as corregedorias ela, a corregedoria geral, no sentido amplo, ela acabava não, não... Ela usava, a mesma coisa era de várias instituições, ela usava o excesso de demanda como justificativa para não produzir.

Eu, informalmente tenho o conhecimento, como eu informei, não, não é minha atuação e nem aqui no centro de apoio. Informalmente eu tenho o conhecimento de que a corregedoria militar ela ainda produzia um pouco mais, né? Mesmo que, obviamente o número de policiais militares é muito maior do que o número de policiais civis, mas ela ainda conseguia produzir um pouco mais, mas não havia efetividade na punição.”

“Infelizmente nós temos, é... tivemos que ingressar na justiça pra ter informações da corregedoria que não vem. Então esse CONSEPOL a gente diz que é a fábrica, é a fábrica da impunidade.

A gente chega lá 'corregedor, tá acontecendo isso, manda instaurar'. Agora, nesse momento agora, estamos sem corregedor geral, estamos com corregedor só da polícia civil mesmo que o que ela instaure contra um par dela, contra um delegado, ela instaura e quando chega no conselho já chega no conselho pra arquivar, por falta de provas...

Péssimo, a corregedoria. E se nós, olhe que nós estamos querendo que não punam os agentes, quer que puna e puna disciplinarmente pra a pessoa não repetir o erro.”

“Muita gente lá você não vê resultado... Extremamente corporativo, não tem como em alguns estados possuem, poder de investigação de crimes, o que acontece? Ela faz um trabalho só nível administrativo, como se fosse uma comissão de disciplina de uma repartição qualquer. E, manda o resultado, às vezes, quando identifica algum crime, para um novo delegado, pra fazer um novo inquérito ou seja, uma coisa que não termina.”

“Sim, em outro aspecto, eu disse primeiro a academia e depois a corregedoria. Em razão de políticas públicas do governo federal, as corregedorias, tiveram uma sugestão que se quisesse receber recursos, teria que se adequar as diretrizes nacionais. As diretrizes na época diziam que as corregedorias tinham que se estruturar de forma unificada, e assim foi feito da noite pro dia. Criaram a lei complementar, alugaram um prédio e jogaram a gente tudo junto, sem nenhum planejamento e tal. Para recebimento dos recursos que nunca foram destinados, nada pra corregedoria. Ela nem faz parte, ela não tem nem rubrica no orçamento. Ela é órgão da secretaria de segurança...”

“Funcionam lá dentro mas de forma independente, ocupando o mesmo prédio e sem nenhum suporte da secretaria.”

“Corregedor de correições. Corregedor geral é uma pessoa de fora do quadro. Por que ela é unificada e tem que ser alguém com inscrição na OAB e tal, e aí o que aconteceu? Quem foi pra lá foi por indicação política e não tinha como abraçar a causa, primeiro não conhecia a realidade das instituições, segundo não tinha trânsito.”

“Estrutura da corregedoria: o corregedor geral, o corregedor geral adjunto, tudo de boca, né? Corregedoria de disciplina da polícia civil, corregedor de disciplina da polícia militar. Aí corregedoria de correições. A polícia militar a correição dela era no quartel, que não atendia que é muito grande, então, e comissões de apuração da polícia militar e da polícia civil, então é com essa estrutura que...E o corregedor é um cara estranho. Muita gente boa, mas muita gente que

fez muito mal. Por que não tem compromisso, não quer nada, então não tinha que se preocupar, não tinha nem acesso, as nossas instituições, sobretudo a (...) ninguém entra, porque tem uma formação, tem toda uma estrutura militar, tem todo regramento, né? De estatuto militar, então... E o cara que é de fora, vai entrar no quartel da PM, pra fiscalizar conta, fiscalizar (...) não vai. Foi provado ao longo dos anos, 12 anos que funciona nessa formatação, e nesses doze anos ela só vem, assim como a polícia, se destruindo, hoje você pra você ter ideia, tá funcionando sem corregedor, ele foi exonerado.”

“Ela não existe, estruturalmente ela nunca teve nem orçamento. (Sobre a corregedoria).”

“Não, como ela funciona dentro, tá tudo parado. Então a gente tá convencendo a nossa secretária, e o ministério público tem já, tem sido um parceiro nesse aspecto. A corregedoria na formatação que teria sido posta anteriormente, não funciona. Ela tem que voltar pra dentro da sua zona. Pra você ter a questão da disciplina, hierarquia, você poder dar até o suporte a própria corregedoria, sobre controle do seu gestor maior.”

“A corregedoria não faz parte criminal. A corregedoria não faz investigação criminal.”

“Por que ela não tem estrutura, ela não foi criada. Fica o que é a corregedoria, ficam criados 5 cargos que são corregedores auxiliares. Vocês se viram, pronto. Ela não é nem dentro... Eu vim conversar mas eu não tenho nem noção. Eu cheguei pro secretário de segurança anterior, general, nós somos órgãos da secretaria, você tem que nos ajudar. Nós estamos pedindo socorro, a corregedoria que eu trabalhava, que era a corregedoria de correições, pra atender as correições de todo estado, era eu, o delegado, o escrivão um agente e um sargento da PM pra atender todo Estado. Isso sem nenhum computador, era cada um usava o seu próprio. Numa única sala menor do que essa pra fazer tudo. Desse jeito não vai funcionar. Então você tinha todo um trabalho, e como a corregedoria eu só entendo que é uma instituição é forte quando tem uma corregedoria também atuante, não na questão repressiva, propriamente dita, tem que ter, mas fiscalizador, corretiva, preventiva, de apoio. Aí se tudo isso...aí você vai pra correção. Ai do jeito que tá as instituições ficaram muito soltas, sem controle. A nossa instituição de polícia civil, não posso falar por outra, até por que da polícia militar existe um ordenamento militar que é mais seguro, então você consegue segurar mais a tropa. Mas na polícia civil, você tem tudo muito solto, completamente desestruturado. Isso com certeza também contribuiu e tem contribuído para a ineficiência da nossa instituição. Muito triste o cenário, desolador.”

VI.

INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE POLÍCIA | ITEP

Como já foi dito em várias partes deste diagnóstico, os problemas estruturais e organizacionais do Instituto Técnico-científico de Polícia (ITEP) do Rio Grande do Norte também são **apontados por muitos entrevistados como um dos grandes gargalos relacionados à atividade de investigação.**

Não há equipamentos adequados para a realização da perícia criminal. Os locais do crime não costumam ser respeitados pelos policiais antes do acionamento do Instituto.

Com um efetivo absolutamente defasado, de 26 peritos para todo o estado, muitos distritos simplesmente não podem contar com a presença de um perito. A precariedade da perícia criminal está diretamente relacionada ao predomínio do flagrante como instrumento judiciário mais utilizado no estado. Na falta de provas materiais e documentais adequadas, os delegados ficam muito dependentes do flagrante e da prova testemunhal para a conclusão das investigações.

“Aqui tá fora, e já tem um distanciamento natural por que você não trabalha junto. Então por exemplo, se você tiver um local de crime que é pra ir a policia civil como investigação e a perícia pra fazer a perícia do local. Vai ter que acionar dois lugares distintos. Os colegas sempre colocam pra gente local de crime, o mesmo problema que a gente enfrenta, a policia civil enfrenta. E muitas vezes os colegas deles não vão ao local de crime, a esmagadora maioria de vezes. E aí eles chegam lá, o colega PM que foi o primeiro a ver a situação, quando eles chegam vai “simbora”. O perito fica sozinho lá e fica meio a quem eu vou entregar essa demanda? Se nem o delegado apareceu aqui.”

(Perguntado sobre a preservação de local de crime.)

“Não, não tive, agora pelo que a gente às vezes vê, de situações até que, por exemplo (...) mas eles ainda não tão no padrão, já passou de chegar no local e um cara com um saco: ó doutor, tá aqui, o chinelo (...) tá aqui num sei o que, já recolhi tudo. E aí... mas nada que você com a qualificação dos policiais militares, você consegue reverter isso aí.”

“(...) Mossoró 9 dias por mês não tem médico, Mossoró... aí (...) parte da perícia vamos dizer assim, algumas coisas são muito gritantes, na verdade são 26 peritos criminais, peritos oficiais né? Para fazer a perícia para toda a natal e a grande natal, que fica inviável, por exemplo na balística, você tem 4 peritos, mas 2 estão com tempo para se aposentar licença premium e inclusive já deram a entrada nas licenças, mas de vez em quando eles, parece que vão lá e ajudam os colegas, só tem 2.”

“Químicos... Eles não são peritos oficiais hoje eles estão em situação precária estão lá alguns há mais de 20 anos assinando a lauda, mas definitivamente eles não são peritos.”

“Os inquéritos policiais são em sua grande maioria resumidos a notificação de flagrante né? O que a PM relata é a investigação da polícia judiciária né? Não há nenhum desdobramento, não há talvez até pela falta de um bom funcionamento do ITEP, que poderia trazer provas materiais, documentais muito melhores, mais bem estruturadas. A polícia civil ela não tem esse comprometimento, grande parte das demandas hoje, até se for feito um levantamento, nós temos um número expressivo, é, é, é de demandas decorrentes de prisões em flagrante ou de casos mais simples como a violência contra a mulher porque nessas situações a lei obriga que seja inquerito, lesão corporal trocando né, assim, falando vulgarmente, são lesões corporais que são super simples ou ameaças em sua grande maioria. Então hoje a produtividade ela se resume em números expressivos a esses tipos de ações né? Então não há uma efetividade na investigação...”

VII.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Neste tópico buscou-se analisar a partir dos relatos dos entrevistados, a situação e atuação da secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESED) do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Criada originalmente como instituição responsável por coordenar os órgãos de segurança pública e defesa social do estado, a SESED é descrita como uma instituição abandonada pelo poder público, que funciona nos fundos de um prédio, sem contar nem mesmo com linhas telefônicas adequadas.

Ineficiente em termos de cumprimento de sua missão institucional, a SESED não apresenta capacidade de estabelecer uma relação de hierarquia em relação às instituições policiais potiguares, comprometendo a eficiência e a coordenação da política pública de segurança. Parte disso decorre das disputas políticas e do corporativismo que marcam as organizações policiais no estado. Por outro lado, a ausência de uma política de priorização da segurança pública tem contribuído para a fraqueza institucional da SESED. Disputas políticas com outros órgãos do governo, que sempre se resolvem em detrimento da secretaria, também são apontadas pelos entrevistados.

“Primeiro a gente vê a estrutura dela e o apoio que é dado a ela, a secretaria de segurança... Não sei se você chegou a conhecer. É lá nos fundos de um prédio, os telefones estão cortados, e aí você já vê o tratamento que o estado dá a essa secretaria que é tão importante pra gerenciar a segurança pública, esbarra nas outras estâncias que enfraquece. [...] estava lá, mas não tinha autonomia, não era ouvido, levava as demandas, mas... era um camarada que queria, que estava envolvido, mas... Vemos a secretaria de segurança dessa forma [...] tem boa vontade, mas não tem autonomia, depender e a prioridade que é pregada não se resume na prática, então a secretaria fica fragilizada nesse sentido.”

“Falta um diálogo da secretaria com os outros setores de governo, e esse diálogo pra se chegar em um entendimento, pra que se trabalhe dentro de um cronograma, por exemplo. E não serve pra fechar portas. A secretaria tem seu trabalho prejudicado por outras instâncias de governo, e tem sido assim.”

“A secretaria passa pela falta de estrutura da própria secretaria [...] isso caminha e está aí na evidência das greves. Os policiais e bombeiros não, mas a polícia civil sim, de enfrentamento. [...] Mas isso é uma questão de enfraquecimento da própria secretaria, que não tem diálogo com os outros setores de governo. O governo é um político, e diz que dê prioridade a isso, e quando ele sai da mesa ele diz: ‘não, dê

prioridade a isso...’ a conversa já é outra e ai não existe prioridade que é pregada.”

“Mas a ação concreta eu não vejo muito a visibilidade dela não, pode existir porque a institucionalidade trabalha sem você notar, sem você notar que ela tá agindo. Agora se criou muitas guardas municipais, porque na cabeça dos municípios se criou muita secretaria de defesa social, por exemplo, Mossoró que é a segunda maior cidade do estado tem secretaria de defesa social. Que é praticamente cuidar da guarda municipal e outras atribuições municipais. Mas assim, se criou muita guarda municipal. Eu vejo muito prefeito criando guarda municipal pra criar cargo, pra criar cargo viu. Eu conheço alguns municípios que criou a guarda ai só pra botar gente do pedaço dentro da, acomodar servidores, acomodar sabe?! Enfim, eu não vejo visivelmente essa integração dos municípios com o sistema, eu não vejo. Poderá existir, eu também não tenho acesso a esses números pra saber.”

“Mas a minha avaliação, eu conheço um pouco das composições políticas da secretaria ao longo da história e na minha avaliação uma das áreas mais negligenciadas...ai é sempre tá na pauta a questão da violência e tal mas aparece como uma coisa muito pessoal né? Porque por exemplo na saúde, na educação que geralmente as coisas vão se construindo a partir de coletivos, eu acho que também tem a pressão dos movimentos, por isso que eu acho que tem uma relação também com a forma como a sociedade se posiciona em relação à violência ao próprio sistema de segurança, na minha avaliação tem o desespero, você vai se lamenta e o que parte é pra solução que vale.”

“Na verdade, é, talvez essa conjugação de fatores. A ausência de uma violência, vamos dizer, mais expressiva né? É... Tenha permitido que não se priorizasse o planejamento de segurança pública né? Tenha permitido essa, essa, esse comodismo por muitos anos de não se focar a segurança pública como algo primordial né? Sempre, é, sem nenhum demérito, mas sempre se focando na questão da saúde, da educação, mas não enxergando a segurança pública com um status de, de, de... Pasta que precisava de uma atenção específica né? Eu acredito que tenha sido exatamente isso, até porque se voltarmos no tempo aqui no estado em particular, nós temos percebido que há alguns avanços institucionais, é... [...] A própria SESED, a própria secretaria de segurança que hoje existe aqui no estado, ela não exercia essa atribuição que não é de hierarquia, superior, mas de centralização, de diálogo com os órgãos da segurança pública, não havia o que se costuma falar essa integração do sistema de segurança pública, ainda há aquele, nós ainda lutamos em alguns aspectos, mas ainda vivenciamos de pouquíssimo tempo atrás essa luta de integração entre os próprios órgãos. Então acredito que essa omissão estatal em valorização das instituições, necessidade de amadurecimento, de cobrança dos seus valores dentro do próprio estado tenha contribuído de fato para essa falta de visão de planejamento do crescimento da criminalidade que era algo previsível né?”

“Na verdade eu não diria enfraquecida porque nós iríamos pressupor que em algum momento ela esteve dominando essa situação. Eu acredito que historicamente ela não desempenhou esse papel né?(...)E aqui voltando a dizer, ela não é hierarquicamente, no sentido pejorativo, superior às demais instituições, mas ela tem esse papel agregador...”

“E não uma visão do sistema né? Que é a que eu preciso da polícia militar, para que ela atua ostensivamente, eu preciso que a polícia civil de fato faça seu papel, então, assim, o que nós percebemos, até, como eu disse [...] eu estive em diversas operações, reuniões, com secretários anteriores, é que não havia isso, havia uma priorização [...] Então eu acredito que a SESED, ela, ao longo dos anos, né? Com os nomes que transformaram né? A secretaria de segurança pública e defesa social né? Ela passou por vários... Ela funcionava sem essa, essa, como é que eu digo? Esse caráter profissional, né? Assim, esse caráter institucional que ela deveria ter.”

“Espectador. Um mero espectador do caos. A minha opinião, é um mero espectador do caos, a SESED. Porque assim [...] se a Secretaria de Segurança, eu estive em alguns estados que não temos essa oportunidade de visitar os outros estados participando de congresso, a gente vai pra outros estados a Secretaria de segurança é um órgão de grande respeito, tá entendendo? Porque é uma secretaria que cuida de um dos pilares que educação, saúde e segurança são os pilares né?”

“[...] O valor do orçamento destinado a secretaria de segurança é um absurdo, é um negócio vergonhoso o orçamento destinado à segurança. E... O que a gente tem visto é que as prioridades, o que deve ser prioridade, que eu penso na secretaria, é traçar, eu acredito que vai, vai ser é, é, feito isso depois do seu trabalho, é traçar o plano com metas, objetiva-se buscar aquelas metas. Tá entendendo? E buscar...”

“Porque a secretaria de segurança ela tem que trabalhar um plano de segurança pública de estado. E não de governo. Então eles tem trabalhado sempre o de governo, o governo diz 'olhe, eu quero que apareça'...”

“Eu acho que a questão, a questão eu acho que, continua sendo de estrutura, infraestrutura e pessoal que deteriorou, ela se deteriorou, e o sistema carcerário se deteriorou também.”

“Olhe, assim, porque a secretaria de segurança em si ela funciona quase, como um órgão burocrático [...] Aqui criou-se um gabinete de gestão integrada só no papel.”

VIII.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Aqui, os entrevistados expressam suas percepções sobre a atuação do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) no âmbito da Segurança Pública no estado. A maioria dos entrevistados aponta para progressos na atuação da instituição nos últimos anos, como a criação de duas promotorias criminais, o estabelecimento de uma central de inquéritos e uma postura positiva em termos de parceria institucional com as polícias potiguares.

Entretanto, muitos entrevistados externam preocupações no que diz respeito à gestão da instituição. O Ministério Público é apontado como não tendo metas para resolução de inquéritos, ou critérios claros para a escolha dos mesmos. Muitos entrevistados falam de certa seletividade, que obedeceria ao nível de exposição dos casos para a opinião pública. Isso teria rebatimento direto na priorização da resolução de crimes cometidos contra pessoas em melhores condições socioeconômicas. Faltaria, portanto, mais foco da instituição na questão da criminalidade e da segurança pública.

Contudo, é preciso destacar que parte desse problema decorre de questões estruturais do MPRN. A instituição não possui um sistema integrado e informatizado, em conjunto com as polícias, para a pesquisa e análise de inquéritos e ocorrências policiais. Por vezes, promotores são obrigados a recorrer a registros jornalísticos para o estudo de casos que lhes chegam da parte de testemunhas, que raramente dão conta da totalidade de crimes ocorridos no estado. Sem um sistema assim, os entrevistados não acreditam na possibilidade de uma gestão centralizada, que possibilitaria, entre outras coisas, o acompanhamento de metas para cada promotor e uma seleção mais isonômica dos casos a serem investigados.

Outro problema estrutural para a priorização de determinados tipos de crimes da parte do MPRN diz respeito à ausência de uma estrutura protetiva para os promotores envolvidos em investigações mais perigosas. A ausência dessa estrutura compromete, por exemplo, um maior envolvimento do MPRN nos inquéritos relacionados ao tráfico de drogas e à atuação de grupos de extermínio no Rio Grande do Norte.

A falta de gestão, de planejamento e do estabelecimento claro de prioridades se reflete, muitas vezes, na atuação classista de determinados promotores. Não raro influenciados por discursos conservadores de crítica aos direitos humanos que grassam nas

corporações policiais, muitos deles, em vez de interromper ou não dar importância a inquéritos e investigações de crimes de menor potencial ofensivo, como pequenos furtos e arrombamentos, priorizam sua atuação nesse sentido. O resultado é um acúmulo de processos vistos como desnecessários, além da consequente ausência de prioridades para crimes de maior potencial ofensivo como o homicídio, o crime organizado e o abuso de força policial.

No caso deste último, a ausência de foco na atuação do MPRN rebate diretamente nas representações dos entrevistados a respeito dos limites da prática da instituição no que se refere ao controle externo da atividade policial. Com somente duas promotorias criminais concentrando boa parte desses casos, a produtividade dos demais promotores nesse eixo, que é uma das obrigações constitucionais do Ministério Público, é representada como fraca. Alguns policiais entrevistados reclamam particularmente dessa ausência de controle, que estimula a corrupção dentro da corporação, e a baixa eficácia do trabalho investigativo, particularmente no âmbito da Polícia Civil.

“A atuação do MP tem sido muito relevante de auxiliar, de contribuir nas investigações, na conclusão dos fatos. A gente observa que eles escolhem os casos a serem investigados, e com isso já houve muita reclamação da população, que não interessam o MP, que envolvem pessoas com poder aquisitivo menor, eles não atuam com a mesma ênfase como a gente vê por aí. Essa é a reclamação. (...) O MP tem tido muito sucesso nessas investigações graças a essa relação e parceria com as polícias civil e militar, hoje o MP tem uma parceria forte com a PM, e isso é muito bom. Mas deveria contemplar, deveria isso ser, não uma rotina, mas que ele atuasse em outros casos, não só os casos de vitrine como a gente fala. Então a atuação do MP deve se expandir mais.”

“O MP tem sido ativo nessa área de violência... e é parceiro do movimento dos direitos humanos, ativo e parceiro com suas contradições, com suas contradições internas.”

“É, o MP tem sido a grande figura, eu acho que aqui tem sido o que tem mais provocado, o MP aqui tem, eu acho, que avançado um pouco, eu acho, numa linha de... eu não falo muito do judiciário, é como se eu tivesse separando o MP, mas eu vejo mais o MP como controle social.. (...) o MP aqui ele tem uma postura muito mais aberta de buscar alguma interação com os frágeis movimentos, com os autores mais do que o judiciário, vamos dizer *stricto sensu*, eu vejo o judiciário fechado, também...”

(Perguntado sobre como a atuação do MP, em áreas da cidadania).

“Menos, eu acho que é menos, assim, eu acho tão interessante a questão da violência, da segurança, ela realmente, de fato é secundarizado mesmo, inclusive não tem muita visibilidade do Ministério público nessa área como você vê na área da saúde, na saúde do idoso, no meio ambiente que o Ministério Público não tem muita intervenção, muita iniciativa nesse campo, aí eu to falando numa concepção de vamos dizer assim, vamos sair do 8 né? Não é ficar dentro só, que se resolve, eu vejo que eles folgam, na educação que eles folgam, estrutura, o sistema, na saúde também, mas sempre fazendo um movimento mostrando que é sempre importante ter uma articulação mais ampla que promova, que iniba, que vá nas causas, o movimento nesse sentido. O que eu acho que se num sistema de segurança, de saúde ou de educação não for nas causas, não tiver clareza do que é que realmente, como é que o demônio ta se formando né? Fica mais limitado, então eu acho que mesmo o MP, mas tem um avanço em relação ao, se a gente pegar o executivo e o judiciário eu acho que o MP desses três ele é o que mais se aproxima, mais dialoga, vamos dizer, com a sociedade já que a gente ta trabalhando com a ideia do participativo, o executivo aqui não tem tradição do diálogo, historicamente e ai eu, sempre é muito tenso, eu acho que...”

(Perguntado sobre policiais que se organizam na área para extorquir traficantes e garantem proteção, e simultaneamente, praticam extorsão.)

“Que extorquem, é. Na verdade é quase um pedágio digamos assim né? Há esse tipo de situação e há assim, uma certa, não sei, hoje você já melhora um pouco, com a nova delegacia de homicídios ai você tem uma melhorada, certo que eles tão saindo de local de crime, mas durante muito tempo não tinha, não se tinha investigação, o inquérito se resumia ao laudo cadavérico, então... Eu tenho até um caso interessante que eu venho aí tentando com Marcos desenrolar, a gente tem um depoimento de uma testemunha que foi lá no Ministério Público depois, um homicídio que ele testemunhou, identifica quem foi os autores só que as vítimas ele só sabe os apelidos, e aí devido à desorganização eu to até hoje tentando provar que essas duas pessoas morreram e não consegui ainda porque não tenho o nome nem tenho a data. Eles dizem “oh foi mais ou menos em tal mês” Já fiz de tudo pra gente tentar localizar, procurei internet, porque a própria notícia já não vira tanto notícia, antigamente quando se matava alguém aqui em Natal era manchete em tudo quanto era jornal. Não é mais notícia, então... Antigamente a gente tinha essa situação de você não ter, não ficar se quer inquérito instaurado né? Hoje você já melhora um pouco disso... Então, isso tudo, digamos, estimulou esses grupos a se sentirem praticamente, sem possibilidade de ser alcançado, então, aumentou bastante, a gente aqui conseguiu em algumas operações desarticular alguns grupos, mas assim, hoje, a coisa tá muito solta você não tem, digamos assim, um grupo só organizado, como existia, então, a gente tem essa dificuldade. Agora, em termos gerais de segurança pública eu insisto que o problema principal da gente é falta de efetividade nas investigações porque muita coisa dava pra fazer...”

“Olhe, eu acho que da parte do que falta no Ministério Público são metas específicas pra determinadas áreas, assim, hoje o promotor atua muito sozinho então acho que precisaria ter uma política, também, institucional, pra que a gente direcionasse a força de trabalho para algumas finalidades mais objetivas. Eu acho que na área de combate as drogas seria uma das metas, talvez fosse a principal hoje, mas só que a gente não tem uma estrutura de retaguarda que não tem essa condição, porque a gente... Você sabe que envolve uma série de elementos de segurança pessoal inclusive, que a gente hoje não dispõe disso, então, por isso que é importante esse trabalho articulado, que você ia conseguir produzir isso e tentar né? Conhecendo todos os casos desde o início, desde a investigação policial, desde a informação na verdade, e mapear né? No caso do tráfico, todos os grupos que estão tanto distribuindo como recebendo essa droga, você tinha um resultado mais positivo. Eu penso que só esse resultado integrado, né? Que outra situação muito complicada, que ai já é outra ponta, não sei se participa também, mas tem que ser trazido pro debate, é o sistema penitenciário, que hoje, talvez, seja o ponto mais caótico de todos, além de (...) técnico, a tragédia, o sistema penitenciário. Hoje a gente tem dificuldade até, pra você ter uma ideia, de fazer audiências, porque o preso não vem.”

“É, só pra contextualizar em termos de Ministério Público, aqui no estado nós temos duas promotorias, na verdade era até novembro de 2014 era uma única, né? E ela não existia formalmente, mas se tinha sido uma construção dos colegas que atuam na parte de investigação criminal, nas promotorias de investigação criminal, uma promotoria que centralizava esse controle externo concentrado né? Ela fazia o controle difuso de Natal e o controle sub externo concentrado. A partir de novembro, nós tivemos a criação, na verdade, a redistribuição, das investigações similares, ou seja, ação formal desse tipo de promotoria, é, estendida a uma segunda promotoria, então hoje aqui no Rio Grande do Norte, nós temos duas promotorias cíveis responsáveis pela tutela coletiva de segurança pública aqui no estado. (...) Onde se inclui também o controle externo da atividade policial. Por que é que eu fiz essa colocação? Porque o controle externo difuso feito em cada comarca por um promotor ele já é naturalmente compreendido, mas, é, é, eu enxergo isso como um amadurecimento institucional e que tem ocorrido em outros ministérios públicos, cada um tem uma particularidade, é, às vezes fica concentrado no centro de apoio que eu não consigo enxergar essa responsabilidade porque o centro de apoio não é uma instituição e é muito difícil tratar. (...) Então, hoje mesmo, nós enfrentamos uma dificuldade do Ministério Público, não diria nem só do estado, de entender o que é controle concentrado e o que é controle difuso né? Então, temos aqueles que são extremamente atuantes no controle difuso e que às vezes até cedem e extrapolam a investigação a ponto de invadir o controle concentrado né? A questão é que as demandas são imensas, né? São demandas, ainda existe muita coisa pra ser ajustada e de repente falta um planejamento, fazendo a minha culpa, um planejamento institucional de como trabalhar esse controle externo né? Nós temos, por exemplo, aqui (...) tentado várias embaixadas, trazer cursos, fazer essa conscientização, trazer o diálogo,

trazer debates, mas de fato eu acredito que o controle externo ele tenha enfraquecido em razão de outras demandas, né? O Ministério Público nos últimos anos ganhou uma produção muito grande na tutela dos direitos difusos de outras áreas, vamos dizer assim, mas nós temos amadurecido sim. Dentro, internamente nessa questão do, da tutela difusa da segurança pública né? Isso tem trazido alguns avanços, mas pela falta, de repente, de um planejamento a longo prazo ou até dessas dificuldades que nós encontramos no trato com o próprio executivo, a, a depender de muitas decisões políticas, de avanços que poderiam ser experimentados nas outras instituições, dificulta esse controle né? Como eu disse, a falta de controle de produtividade, a falta de uma corregedoria efetiva torna muito mais difícil porque o promotor vai precisar...”

“O MP aqui, ele tá fora dessas lutas há algum tempo. Nessa área de direitos humanos o MP tem um recorte grande. Não é mais aquela integração de desconstruir grupos de extermínio, mas com uma política.. (...) até tem um nível central, agora o CNP tá encaminhando, e aqui até começa a ter o centro de apoio operacional.”

“As diárias operacionais! Esse cidadão, ele está, ele está num nível de *stress* altíssimo e as respostas a qualquer frustração tendem a ser as mais agressivas possíveis. Certo?! Eu acho que é isso. (...) O Ministério Público também, uma parcela de culpa do ministério público ai está porque o ministério público não possui uma promotoria de direitos humanos, a que possuía eles diluíram, isso eu acho que foi muito prejudicial, sabe? E eu acho que identificando essas questões, tem ainda a questão da criminalidade cíclica, da reincidência porque nós temos um sistema completamente falido em que o indivíduo entra e de lá ele não sai mais sabe?! (...) Há uma central de inquéritos, mas agora ela ficou especializada. O grupo da central de inquéritos pega apenas os crimes, isso eu achei interessante, pega apenas os crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, criminalidade organizada, homicídio, latrocínio, extorsão mediante sequestro, crimes hediondos em geral, eles ficaram com esses. E os demais promotores da capital, eles lidam com todos os outros crimes, roubo, furto, estelionato, os demais. (...) Nós temos, outra coisa, nós temos, é, o foco é tão grande e tão, nós temos até, pronto até uma crítica ao Judiciário, nem mesmo o Supremo Tribuna Federal tem posições tão, tão conservadoras quanto o Judiciário do Rio grande do Norte em infrações contra o patrimônio, sabe. No Supremo Tribunal Federal nós temos visto. Isso ai, eu digo que eu vejo direto, temos visto não se entender como crime, como insignificante subtração de uma bicicleta, valores de até duzentos reais não, no Rio grande do Norte, vinte, trinta reais dão denúncia, quer dizer, então isso ai deveria também, isso ai envolve o Ministério Público, porque se tem um auto de uma pessoa em flagrante por um furto insignificante e o Ministério Público ao invés de pedir o arquivamento de plano por entender que não justa causa, mas ele diz “continue a investigação” e a polícia está ocupando o pouco instrumental que tem, o pouco, é, a sua pequena capacidade de trabalho naquele tipo de crime, pros grandes ele não vai ter.”

“O *Burnout* também atinge atores do Ministério Público e do Judiciário. (...) Porque o *burnout* ele, ele surge do lidar cotidiano, cotidianamente com aquela violência né, na seara humana, atinge todo mundo, assim como atinge um médico, atinge o enfermeiro mais atinge também o maqueiro que tá levando o cara ali, que as vezes derruba o cara e não tá nem aí, atinge o médico muitas vezes, a pessoa tá morrendo ali e ele, “ah, não sei o quê”, ele tá vendo o batimento ali, ele tá vendo que é um ser humano morrendo. Atinge também os membros do Judiciário, do Ministério Público, sabe. Com o tempo, se o cara não fizer uma reciclagem o cara perde a sensibilidade, embrutece, à prática só como prática embrutece, sabe. E esse discurso contra direitos humanos para humanos direitos, isso ele permeia todo mundo também, sabe, não é só a polícia não, também o Judiciário e o Ministério público. E há uma ligação muitas vezes, há uma ligação grande assim, até de atores. Até amigos humanos assim, o camarada é promotor, mas tem muitos amigos que são delegados e tal, policiais né, eles terminam sendo influenciados muito pelo o que está mais próximo de si. Eu acho, pra mim, era investir em Direitos humanos, porque enquanto você não sensibilizar não adianta, de fora pra dentro vai, pode até se conseguir alguma coisa, mas é, é o poder condigno. Até *Jonh Kennedy Galbraith* fala né, que há o poder condigno, compensatório e condicionado. O poder condigno é aquele somente da imposição ali, vai ter que tá sempre alguém olhando ali pra aquele promotor e aquele Juiz pra que eles não deixem passar barbaridades, mas enquanto ele não “introjetar” aquilo, no momento em que ele não tiver nenhuma fiscalização nesse sentido ele vai tá deixando passar, sendo coniventes com abusos dessa maneira.”

IX.

PODER JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário do Rio Grande do Norte é visto por parte dos entrevistados como bastante eficiente nas primeiras instâncias; porém, o índice de condenações parece reduzir-se consideravelmente quando os condenados recorrem das decisões na Justiça. Por outro lado, o mesmo Judiciário é apontado como excessivamente punitivo no que tange aos crimes de menor potencial ofensivo. Alguns entrevistados atribuem a esse fato uma má formação em Direitos Humanos da parte dos magistrados, que acabam incorporando a lógica punitiva e repressiva das corporações policiais. Também casos de corrupção são relatados, mas não aparecem como uma constante nas falas dos entrevistados.

A ausência de parcerias institucionais mais efetivas, seja com as polícias, seja com o Governo do Estado, fica evidente nas respostas dos operadores de segurança pública a respeito do tema. Boa parte deles aponta que a única parceria existente resulta no desvio de funções da Polícia Militar, ordinariamente convocada pelo Judiciário para a transferência de presos, que deveria ser atribuição do sistema penitenciário. Não parece existir, portanto, parceria interinstitucional entre os poderes Executivo e Judiciário no Rio Grande do Norte, que considere a priorização de determinados inquéritos ou um monitoramento da celeridade dos julgamentos, tendo em vista a redução da impunidade.

“Eu já vejo a parceria do judiciário no intuito de levar os policiais para servir lá no Judiciário, entendeu? Então, de atuar para que realmente diminuir a violência, eu penso que ela está devendo. Não vejo a mesma relação que se tem com o Ministério Público e a polícia, eu vejo isso prejudicado.”

“Eu não tenho muitos dados não, mas aqui teve problemas, inclusive teve problemas aqui de venda de sentença de inocentar, de intervenções do CNJ.”

“O Judiciário também não capacitado em relação à proteção dos direitos humanos, certo?! Eu vejo um discurso, infelizmente esse discurso de guerra ao crime cooptou também uma boa parcela da magistratura, sabe?! E isso aí termina fechando, fechando esse ciclo, né, assim, de criminalização das populações carentes, e de desprezo pela vida, sabe?! Eu acho que nós precisamos investir, eu acho que é um passo. Olhe, se você tem essa possibilidade de instrumentalizar, de fornecer dados, é essencial, olha, a educação para os direitos humanos é essencial, sabe. Não só a polícia, mas também ao Ministério Público e à Magistratura, sabe.”

“O Judiciário poderia melhorar a estrutura, eu acho que é mais a formação do magistrado sabe, em termos de direitos humanos, porque eu acho que o que bater lá tá sendo julgado, sabe, o que bate lá, tá sendo julgado. Eu acho que é mais a questão da formação mesmo, humana, uma capacitação humana do magistrado, que aí não tem não, porque aí os colegas tão fazendo o que nessa coisa quantitativa, nessa lógica quantitativa eles tão julgando de todo jeito, entendeu?! Tão julgando de todo jeito. Porque assim, é, dos três poderes, o Judiciário é o mais, eu não tô fazendo, não tô nem um pouco...”

“Não é nem um pouco, nem um pouco corporativista. Mas em termo de estrutura e de funcionamento, dos três poderes do Rio grande do Norte, de longe o Judiciário é o que melhor funciona, de longe. O problema do Judiciário não é criminal, é cível. As varas cíveis estão assim, assoberbadas, mas as varas criminais, o problema talvez do judiciário esteja no processo de execução, certo? Talvez no processo de execução. (...) Há uma vara de execução, (...) Pro Rio grande do Norte todo, tem dois juízes: um Juiz da execução e um Juiz das penas alternativas.”

“Primeira instância funciona bem, tribunal não. A primeira instância é onde se faz a verdadeira justiça. Bastou recorrer... Não digo que é uma unanimidade, mas melhorou bastante. De uma forma geral, é preocupante, tem formações mas tem garantias constitucionais, e tal, se não tivesse eu digo ao senhor que certamente, se não tivesse essas garantias de redutividade, de vitaliciedade, talvez hoje o cenário fosse outro. Mas fazer o que né? É a estrutura do Estado, é feita dessa forma, né? Outro fator que eu vejo também que tem contribuído muito é o próprio sistema penitenciário.”

X.

DEFENSORIA PÚBLICA

As percepções dos entrevistados sobre a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte são quase unânimes em apontar a qualidade dos profissionais que trabalham na instituição. Os defensores são descritos como jovens, produtivos, capacitados e engajados no trabalho. Sua contratação é descrita como particularmente recente, visto este Estado ter sido um dos últimos estados brasileiros a criarem uma Defensoria Pública. **Entretanto, a baixa quantidade de profissionais é um problema que compromete seriamente o funcionamento do órgão.** Tendo passado muitos anos com somente cinco defensores para todo o estado, mesmo o contingente atual de 40 defensores não é capaz de fazer frente à grande população potiguar. Isso faz com que muitas pessoas, particularmente no interior do estado, acabem recorrendo a serviços privados de advocacia, que nem sempre demonstram preocupação em atender os clientes de maneira efetiva, particularmente quando se trata de pessoas com baixa renda e nível educacional.

“Ah, extremamente precária. Extremamente precária, eu posso dizer, atestar com muita segurança [...] É... A Defensoria passa por uma séria crise, né? E aqui eu digo a mesma coisa da Procuradoria Geral do Estado que tem a ver com todas as deficiências né? Estruturais, na parte da assessoria jurídica, vamos dizer, ao estado, desse apoio jurídico ao estado, é, e a Defensoria tem enfrentado dificuldades [...] Por exemplo, posso citar a comarca que eu passei onde nós tínhamos 14 vagas, 10 promotorias e 3 defensores que respondiam pela comarca e várias outras contíguas né? Então assim, era impossível, quando havia semana de júri, semana nacional de júri, todos os três eram imediatamente destacados para atuar naquela região que lhes competia né? Então há uma deficiência de pessoal gritante na defensoria, nem entraria na questão de estrutura que é visível, mas a deficiência de pessoal ela contribui diretamente pra essa falta de assistência de direitos mínimos que não só criminais, né? [...] Que eu acho que seria o mais gritante.”

“E hoje nós temos, por exemplo, embora pudéssemos avançar ou refletir, mas nós não temos uma defensoria que dê plantão. Nós não temos uma defensoria que atenda com efetividade o assistido. No sentido de se aproximar dele, de ter uma atuação proativa. Em relação àqueles que têm direito de usufruir do serviço da defensoria. Da prestação que a defensoria, ele constitucionalmente tem assegurado e, a, a deficiência de pessoal é muito maior do que o problema estrutural. Muito maior, claro que eles precisam avançar em termos de equipamento e tudo, mas isso pra mim fica até ileso no plano. Hoje a deficiência do nosso quadro que foi muito pior, até pouco tempo atrás eram 5 pro estado todo, né?”

“Cerca de 40, né? A limitação de pessoal impede essa contribuição que a própria Defensoria poderia dar, como eu disse, não só na tutela direta da jurisdição criminal, nos casos de, de penal, jurisdicional penal, mas em outros, em outras ações que acabam resvalando na própria segurança pública naquele conceito mais amplo. Que segurança pública tem a ver com seu direito à iluminação, com seu direito a, a ter um acesso à escola, todas essas outras questões que o Ministério Público em determinadas situação tem atribuição também, mas que pontualmente é um ônus da Defensoria, né? É uma atribuição da Defensoria e isso contribui diretamente pra frustrações, pra alimentação de direitos e eu acredito que permite que essas pessoas tenham essa, essa, em razão a essas dificuldades, um acesso maior a condutas que eu diria atrativas né? Criminosas, nesse sentido assim, mais fáceis.”

“Olha, é, o Rio Grande do Norte foi um dos últimos estados a ter efetivamente uma defensoria pública, a quantidade de defensores se não me falha a memória é de 40 (quarenta) (...) Quarenta defensores, pra uma população de três milhões e duzentos mil habitantes, dá um defensor pra o que, Cada oitenta mil pessoas? (...) Então não se pode dizer que existe uma defensoria pública, com um defensor para cada oitenta mil pessoas, nós não temos uma defensoria pública. Agora os poucos defensores que temos, eu digo porque eu lido com eles né, são muito bons. São recentes, a maioria deles são bem recentes.”

“O salário tá em torno de dez mil reais se não me falha a memória, e eles tem um projeção de aumentar, mas quando começou era coisa de três mil reais, era muito pouco. Mas precisamos investir em Defensoria Pública, sabe, isso aí é fundamental sabe, pra defesa. Eu acho que a Defensoria Pública tem um papel muito importante de denunciar, porque ela que é o, ela que efetivamente chega ao pobre, sabe, com qualidade, é uma defesa com qualidade e que qualquer pessoa sem recursos pode ter, enquanto que o pobre ordinariamente, ele é defendido muitas vezes, ele tem uma defesa formal, não tem uma defesa material, principalmente no interior; nomeia aquele advogado ali, o advogado pega os autos ali, faz aquele, faz o jogo do “faz de conta”, e não tem. Então é outro problema sério da defensoria pública.”

“Muito bom, só que muito pequeno. Estrutura mínima, aquele pessoal faz milagre. O pessoal da Defensoria aqui é um pessoal extremamente competente, sabe? É um pessoal que se qualquer pessoa cometer um crime vai tá muito bem defendido por eles. Eles recorrem de tudo, é um pessoal extremamente capacitado, agora, pequeno. Tem um defensor, às vezes, pra atuar em quatro varas, cinco varas, ou seja, é uma sobrecarga de trabalho que termina comprometendo a qualidade em algum momento. Mas, assim, o pouco que tem, eu só tenho elogio.”

XI.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Aqui retomamos o tema do Sistema Penitenciário no Rio Grande do Norte. O tema já foi levantado anteriormente, quando o tema da falência ou precariedade do sistema penitenciário do estado é ressaltado como uma das causas mais claras do aumento da criminalidade violenta nos últimos anos. A crise ocorrida em Alcaçuz no mês de março de 2015 é apenas a parte visível de um problema que se arrasta há muitos anos e que é similar à situação vivida por outras unidades de federação.

No geral, as percepções sobre o sistema penitenciário é de que se trata de um sistema falido, caótico, precário e ineficiente. A relação entre presos e números de vagas disponíveis é vista como inaceitável. As cadeias são descritas como superlotadas, abarrotadas, violentas, sem condições básicas de salubridade. Os custos da manutenção do sistema são tidos como caríssimos, e mesmo os projetos de parceria público-privada (PPP's) que foram estudados pelo governo, se provaram muito caros para a gestão.

Há anos o Governo do Estado do Rio Grande do Norte não investe na construção de novas penitenciárias, o que só agravou o problema, dado o aumento do número de prisões nos últimos anos. Os três presídios existentes no Estado estão além de sua capacidade de lotação máxima, e continuam recebendo novos presos todos os dias. A penitenciária de Alcaçuz, descrita como de segurança máxima, está com lotação bem além de sua capacidade. Apesar da lei de execuções penais prever a construção de novos centros de detenção, existe, além da falta de prioridade da gestão, um claro posicionamento político dos prefeitos e da população potiguar em recusar a construção de unidades nos seus territórios. Os chamados CDPs, que grassam no interior do estado, não possuem a mínima estrutura, e geralmente são entregues aos cuidados da PCRN, como destacado na seção 3.5.

O número de agentes penitenciários é considerado baixíssimo. As condições de trabalho são péssimas, com riscos constantes de morte para os profissionais, pois a superlotação dos presídios e o déficit no efetivo. Em termos de equipamento, faltam viaturas e armamentos adequados. Salários também são descritos como péssimos. A relação com o público nos presídios também se dá de forma inadequada, com revistas humilhantes, incluindo pessoas de idade mais avançada. O fácil acesso a aparelhos celulares dentro do presídio é amplamente reconhecido pelos operadores entrevistados. O nível de controle dentro das cadeias é baixo. Não existem assistentes sociais ou psicólogos em número suficiente para os presos. A capacidade de ressocialização do Estado é praticamente nula.

Com o passar dos anos, e a chegada de um novo padrão de crime organizado para o Rio Grande do Norte, incluindo a atuação de organizações advindas de outros estados, a situação dos presídios locais tem gerado constante preocupação dos operadores de segurança, que apontam para o estabelecimento de redes criminosas semi-organizadas que ultrapassam as muralhas das cadeias, influenciando diretamente no aumento da criminalidade violenta durante a última década.

“Não, olha, aqui a gente tem assim, nós tínhamos uma penitenciária bem pequenininha que... foi transferido que era João Chaves e hoje é só um presídio feminino, é esse, o de Alcaçuz e o de Mossoró então assim, a gente não tem grande movimento de rebelião. (...) mas eu acho o seguinte: um total despreparo, atraso, falta de estrutura, eu acho muito tranquilo, pra não ter uma, na minha avaliação gestão mais, eu acho até tranquilo em termo de... A gente podia diferenciar, eu acho que isso e uma qualidade porque você vê ali o Maranhão né? Todo mundo sabe que tem uma série de questões na cidade desse tipo né? Eu acho que hoje na minha avaliação tem já ligação com as facilidades do presídio com esses, com o crime organizado acho que tanto em relação à prática, em relação ao... Eles esboçam uma inteligência já, a organização aqui do estado, pra mim conta com a facilidade e a fragilidade dos presídios, isso fora, aqui na nossa área a gente tem estágio curricular, pesquisa, a gente tem uma pesquisa sobre linguagem penitenciária com o professor nosso, fez aqui na sociologia sobre linguagem penitenciária e assim uma aproximação com a dinâmica dos presídios. Pra vocês terem uma ideia, aí vou falar aqui um pouco, puxar a brasa, eles não têm no quadro deles (...) serviço social é um trabalho importante, lida com a família toda a questão de direitos humanos, eles não tem gente no quadro da secretaria, isso mostra que eles não têm uma visão no planejamento. Não incorporam as questões sociais, a determinação da violência e muito menos a noção de quando essa pessoa cumprir a pena e durante o cumprimento da pena eles tinham uma assistente social que era emprestada de outro órgão, é uma situação bem improvisada, tô falando não da categoria, mas é um símbolo da compreensão do atraso que você vai lidar pela força só, não pela...”

“Piorou muito. [...] Porque a quantidade de presos aumentou e a estrutura continua a mesma. Então isso aí gerou, e as unidades foram ficando deterioradas né, e temos os cadeiões, o Alcaçuz que era uma penitenciária hoje em dia é um cadeião né, não existe mais, os presos ficam nos pavilhões lá. É engraçado como essa, como dizia Marx, primeiro como tragédia depois como farsa né [...] E eu cheguei lá e era um imenso cadeião quando eu entrei, eu até fiz uma poesia na época, sensibilizado com aquela situação, ainda no meu primeiro período de faculdade. E hoje em dia a gente vai ao Alcaçuz e é a mesma coisa, é um imenso cadeião, não existe mais celas em muitas áreas sabe, são os pavilhões lá, eles são jogados, eles são jogados lá. O Conselho Nacional de Justiça fez um mutirão carcerário aqui, e inclusive se você quiser eu posso lhe subsidiar com esse relatório, em que eles narram assim,

cenas dantescas, absurdas. Teve um preso que ele esquartejou e comeu parte do fígado de um outro preso, cenas assim sabe, futebol com cabeça de preso, coisa dessa, desse nível sabe. O sistema realmente assim, as unidades penitenciárias estão assim, num estado assim, deplorável, até de salubridade sabe, os Juízes que vieram aqui do CNJ eles compararam as masmorras e disseram “Olha, essas unidades não poderiam nem tá funcionando”, eu não sei como é que o Juízes de execução penal de Natal não interdita algumas coisas, entendeu. Talvez por ser conservador ele não, sabe, ele tem um pouco de reação, acho que algumas medidas drásticas precisam ser tomadas. Olha não aceita, não prende mas tem que ter a, sabe, eu acho que tem que enfrentar esse problema. Ai tá sempre remediando, ele vai, vai na mídia e reclama, mas deixa lá, continua, os direitos fundamentais são completamente violados lá, sabe. É um caos total.”

“É um carro pra todos os presídios aqui do estado, do estado não, da capital. [...] Parnamirim, Natal e Nísia Floresta, que é o presídio de Alcaçuz que é o maior presídio. Pronto, é um carro pra ir pegando esse povo de manhã cedo, a audiência que é pra ser às 9h não começa antes de 10h. E quebrou o carro, furou um pneu, não tem audiência. Coisa que há mais de 10 anos, há uns 15 anos lá em Pernambuco já tava resolvido. Um ônibus trazia lá, outra vez tava no fórum lá de Recife, é uma estrutura totalmente diferente, aqui você tem essa dificuldade né? Aí você tem presídios, os CDPs aqui, que na verdade eram delegacias, tiraram o nome e botaram...”

“Exatamente. Você tem toda uma facilidade de acesso a celular, essa coisa mais geral também né? Ainda tem aquela questão, mais pra parte dos Direitos Humanos, aquelas revistas absurdas nas mulheres. Senhoras de idade sabe? Que tá com filho ali preso e tal e se submete aquilo, é... Então assim, eu penso que esses são os pontos principais pra gente conseguir um trabalho pra reduzir isso né? Que eu sei que tem um dado social aí, educacional e habitacional também. São uma série de fatores extra segurança que fomentam isso aí né? Que aí não é pretensão nossa aqui resolver isso né? Um problema secular aí de, a gente talvez precise mais aí uns 50 anos de democracia pra poder resolver isso aí, mas pelo menos você vai enfrentar essas consequências de forma mais profissional e ignorando né?”

“Tem , mas não entra no nosso sistema. Tem a nossa secretaria a SEJUC, que eu acho que deveria desmembrar. SEJUC deveria ter uma secretaria própria de administração penitenciária, por que tem inúmeros presídios.”

“Hoje eu não sei, na época 7 mil presos. Tinha um déficit de vagas, era o dobro dessa capacidade. (Sobre a população prisional do Rio Grande do Norte).”

“Alcaçuz. (Presídio de segurança máxima).”

“Isso, e aí Alcaçuz é quem tem segurado todo a demanda de presos condenados no Estado.”

“Hoje eu não tenho esses dados mas gira em torno de 700 a 800. Mas o presídio foi construído pra 200. (Sobre a quantidade de presos em Alcaçuz).”

“Não, na capital não. Alguns municípios ainda tem foco em ter. (Sobre a situação de presos em delegacias).”

“A gente teve uma luta muito grande ao longo dos anos e graças a Deus a gente conseguiu vencer, noventa por cento dessa luta. A gente tem alguns focos de resistência.”

“Não temos carceragem.”

“Hoje um terço que é atuado em flagrante, só no plantão. Ele fica a noite e de manhã ele é entregue ao sistema penitenciário da capital.”

“CDP, na verdade eram delegacias nossas que já serviam como CDPs.”

“Como a gente tinha uma demanda muito grande de preso, então não tinha... Então se falava muito que não se constrói um presídio, desde que eu entrei... Aí eu disse... Gente, a gente não tá falando de um dia pra noite, a gente tá falando de longas datas, e aí as delegacias começaram a acumular esses presos, e não tem problema nenhum. Vocês podem ficar com a delegacia, a gente arruma uma casa e tá resolvido o problema, na pressão, conseguimos com apoio do Ministério Público (..) um agente penitenciário, pinta de novo o CDP, e tá resolvido o problema. A gente aluga uma casa e assim foi feito Candelária, foi feito... Por que o sistema penitenciário não construiu absolutamente nada ao longo desse tempo. Muito pouco. Na verdade construiu alguns pavilhões dentro de Alcaçuz, que tinha um espaço grande, embora construído numa duna. Pra ser um presídio de segurança máxima, foi construído em cima de uma duna, né? Inconcebível. E aí a gente foi lá, construiu alguns pavilhões. Tem aqui o Raimundo Nonato provisório, mas também tá sobrecarregado. E a gente teve uma dificuldade muito grande por que ninguém quer um presídio ou CDP na sua cidade. Embora a lei de execuções penais diga que cada comarca deverá ter um centro de detenção provisória. A lei de execução, infelizmente nesse país, leis não são executadas. Por que quando alguém se prontifica fazer, você encontra resistência da comunidade, da prefeitura, da comarca. E a gente também não viu governo nenhum se preocupar com sistema penitenciário. Não vai gastar milhões com um presídio, e mais milhões ainda pra mantê-lo.”

“É muito baixo. (Sobre o quadro de agentes penitenciários).”

“... Se falou na possibilidade do presídio ser da iniciativa privada, um custo muito alto, né? Altíssimo, e será que a sociedade tá disposta a bancar esse custo? O que nós, quando houve uma proposta inicial pra Alcaçuz, o que a gente gastava com todos os presídios no ano, só a PPP em Alcaçuz, gastaria dois meses. Aí você fica, vou fazer o que? Boto Alcaçuz dois meses e resolvo parte do problema, ou eu mantenho todas as unidades com o que tem? Então ficou impraticável, inviável. É uma cadeia, é um sistema que não funciona. E se isso não funciona, tá desestruturado, vai desaguar onde? Infelizmente é essa a realidade do nosso estado. Anos de sucateamento e ninguém olhava, o discurso de segurança era pra politico (...) palco de campanha. E aí você vai nadando, nadando e tem uma hora que cansa.”

“Tudo eu vivenciei no sistema penitenciário, corregedoria, e a gente vai somando experiências. E a gente vai vendo que a formatação do Estado. Eu sou pós graduado na área de gestão, direito administrativo, gestão. E a gente vai vendo que a formatação do estado é pra não funcionar, o serviço publico brasileiro na sua atual formatação é pra não funcionar.”

XII.

GUARDA MUNICIPAL

Alguns dos entrevistados tocaram no tema das guardas municipais existentes no Rio Grande do Norte. O movimento de criação de guardas é associado pela maioria dos entrevistados como tendo relação direta com as linhas de financiamento estabelecidas pela SENASP nos últimos anos. Vários municípios criaram essas instituições como forma de obter recursos do Ministério da Justiça. Contudo, nem todas elas, segundo alguns entrevistados, parecem apresentar uma estrutura adequada em termos de funcionamento, capacitação, formação e atuação profissional.

Em alguns casos, a criação de guardas municipais parece ter obedecido a critérios meramente políticos. Muitos prefeitos criaram essas estruturas como forma de garantir funções para apadrinhados políticos. Em outros, a seleção e capacitação dos guardas parece estar sendo feita na mesma linha do funcionalismo público comum. Isto é, não existe uma preocupação específica para a formação de operadores de segurança pública municipais.

A temática do que deveria vir a ser um guarda municipal, em termos de atuação e formação profissional, parece dividir os operadores de segurança pública entrevistados. Parte deles vê com preocupação certa falta de controle nesse processo, que deveria servir para formar uma corporação mais disciplinada, corresponsável pela divisão do policiamento ostensivo e comunitária com a PMRN. Por isso, muitos citam a necessidade de controle do processo de formação dessas instituições pela corporação militar. Nessas representações, o modelo de uma guarda militar armada, que auxiliasse na atividade de policiamento ostensiva, preventiva e comunitária, deveria ser um ideal a ser almejado pelos municípios.

Outra parcela dos operadores, por seu lado, expressa certa preocupação com o que identificam como processo de militarização das guardas municipais, que tem se configurado como estruturas hierárquicas rígidas e práticas autoritárias. Nesse contexto, a mesma preocupação de controle está presente, mas no sentido de coibir possíveis desvios dos agentes, que representariam um perigo ainda maior para a segurança pública do Rio Grande do Norte.

A maioria dos entrevistados, entretanto, parece ter como consensual a necessidade do estabelecimento dessas corporações. A guarda municipal é representada como força policial do município, armada, com algum nível de responsabilidade pelo policiamento ostensivo nos logradouros, praças e espaços públicos das cidades. Muitos identificam a

filosofia do policiamento comunitário como objetivo das guardas. As guardas existentes são representadas como tendo efetivo insuficiente, necessitando de viaturas e outras estruturas típicas do policiamento ostensivo. Também os cursos de capacitação são uma demanda da corporação. Parte dos entrevistados, entretanto, ressalta a falta de integração das estruturas existentes com as demais instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal do Rio Grande do Norte, o que decorre, em grande parte, da falta de clareza do seu papel institucional.

“A gente tem percebido isso e que tem aumentado gradativamente, né? E uma das questões é por que não chama a Polícia Civil? Quando chama a Polícia Civil, a Polícia Civil não nos dá o retorno imediato. Por que não vai esse retorno imediato? Algumas das dificuldades mesmo institucional e outras mesmo pela condição estrutural, não tenho com atender muitas vezes aquelas operações que muitas vezes, vou discordar da forma que foi feita. Então eles preferem chamar a Polícia Militar que não questiona. E o que é pra cumprir é pra cumprir e acabou-se, a Polícia Civil é a polícia técnica, a polícia judiciária, que tem suas brigas institucionais. Definições constitucionais, e isso traz prejuízos sim, no final do resultado final. Então isso é preciso ser resolvido também. Não tenho nem dúvidas disso, se não resolver isso, vai continuar essa briga que é prejudicial pra todos. Especialmente a instituição Polícia Civil que é, como eu chamo, o primo pobre de todas essas instituições...”

“A gente não tem condições de continuar do jeito que está (...) Por que 90% do que chega na delegacia, é assistencialismo, é um bate papo, e a polícia civil passa por isso, toma todo o seu tempo pra você fazer. Então eu atendia nas delegacias que eu trabalhava, eu passava meia hora ouvindo uma pessoa. Às vezes até cansativo, gente... eu mesmo disse mil,vezes, eu já externei isso. Tem que acabar com isso, tem que acabar com essa história do guarda municipal ficar olhando pro prédio público, e não pode tomar uma ação ali por que a lei tá dizendo que não pode, ninguém vai perder, não se trata de perder poder não.”

“Hoje, com esse poder de polícia, ela sempre foi parceira, tá se estruturando, mas ainda precisa evoluir mais né? Muito pequeno o corpo que é dedicado, mas precisa evoluir mais. Por que eles deixam tudo a cargo da Polícia Militar e da Polícia Civil, ambas, principalmente a Polícia Militar completamente desestruturada. Então com isso a guarda tá se qualificando, tá aumentando seu contingente, trazendo mais demanda, pra instituição. A gente só vai resolver isso aqui quando tiver pelo menos a metade do efetivo da Polícia Militar, que é quem traz mais ocorrência, é a Polícia Militar, então a gente precisa tá mais ou menos no mesmo patamar, por que senão a gente... E a gente ganhou um monte de atribuição, Lei Seca, mudou a sua característica, antigamente era dirigindo sobre o estado de embriaguez, hoje é dirigindo sobre a influência de álcool. Não é? E aí acabou-se, então quando você vai fazer uma operação, Lei Seca, é um tormento. Por que

todo canto tem festa, a Polícia Rodoviária faz aqui na BR, a polícia CPRF faz em outro canto. E a delegacia de plantão: Lei Maria da Penha, violência contra mulher tem assustado muito também, as delegacias não dão mais vazão.”

“Olhe, é, na minha época de 2005 existia Natal e estava começando aquela reestruturação, a criação nas cidades até porque os convênios com a SENASP eles exigiam que os municípios, pra repasse de verba, tivesse suas guardas municipais. Então muitos municípios começaram a abrir concurso. Eu fiquei um pouco preocupado porque eles estavam fazendo um concurso, alguns fazendo um concurso como um concurso para ingressar no município, um funcionário de um município (...) e uma cidade aqui próxima me perguntou e eu disse "olhe, o concurso pra guarda municipal ela se assemelha com as fases, igual pra entrar na Polícia Militar, fases de inscrição, a parte teórica, depois exame médico, exame físico, psicotécnico, a investigação do social porque o cidadão ele vai trabalhar na área de segurança, na área de segurança do município, vai ser a segurança...”

“Exatamente, então, ele vai se armar, ele vai privar alguém de liberdade, ele pode dar voz de prisão como qualquer um do povo? Eu falava isso da guarda municipal, cada um tem suas atribuições e eu sempre dizia quando estava na guarda municipal, que a tendência é que o estado brasileiro ele realmente atue da área federal da união com a Polícia Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal que tem só o nome né?”

“Não é? A Polícia Militar nos estados, Civil, e no município a guarda municipal, um braço armado não é? Do município, que vai atuar realmente mais próximo ai da sua área de atuação, os logradouros públicos, que se confunde muito né? O logradouro público, a rua, a Polícia Militar vai e a Guarda Municipal mais especificamente nos locais de maior concentração, as praças, os colégios municipais, então assim, eu vejo que é necessário, eu vejo que realmente tem que ter, tem que existir a...”

“Natal, Natal é uma estrutura muito, muito melhor do que as outras, a de Ceará-mirim, aqui próximo eles tiveram aulas com a Polícia Militar, eles tiveram capacitação...”

“Caicó não sei te dizer, aqui próximo nós temos São Gonçalo do Amarante, foi um, eu falei sobre né? Já tinha feito um concurso e vamos ver sobre quem vai entrar quem vai ta sendo treinado e depois não sabe quem é quem, tem que se preocupar com isso, a gente vê muito no sul e no sudeste até mesmo quando o cidadão tá naquele período de servir a pátria né? Tem toda aquela estrutura militar, aquele ensinamento, a capacitação e sai cooptado pelo tráfico né? Pelas drogas né? Tráfico de drogas, então eu vejo que é necessário, deveria ter maior controle, como existe no exército um controle das policias, as

guardas municipais deveriam ter esse controle das polícias militares que tivesse que ser sempre a formação que, vamos dizer assim, supervisionada pela polícia militar. Aqui no nordeste e no Rio Grande do Norte eles ainda não são tão estruturados como no sudeste, eu fui a Americana, Campinas...”

“Eles tinham 60 viaturas em Campinas, na época, todas bloqueadas e nós não temos nem aqui ainda, e é uma mega estrutura, fazendo o que não deveríamos fazer, fazendo escolta, fazendo policiamento na área rural, acompanhando, o que existe lá muito é assalto a transporte de frutas, de carga né? De frutas e hortaliças então eles faziam isso, então eu fiquei assim, abismado, e faziam policiamento de escolta de presos. O tribunal de júri, a comarca lá, o fórum do município, a solicitar, entendeu? Solicitar a guarda municipal, fazendo do próprio bolso (...) com canil, com tudo, achei de uma estrutura... Mas assim, muito naquela época, eu fui, eu to falando aqui de sete anos atrás, né? Mas mesmo assim acho que não mudou muito, muito expresso, acho que todos têm que ter o controle, as forças armadas têm que ter o controle, a Polícia Militar tem que ter o controle, as guardas municipais tem que ter o controle e deixar de ser uma questão de política e ser uma questão técnica né? Profissional, entendeu?”

“São pontuais também. Natal é... São Gonçalo do Amarante tá formando... (Ao ser questionado sobre onde tem Guarda Municipal no Rio Grande do Norte). [...] Mossoró tá bem atuante. A cidade de Guamaré que é um polo petroquímico também é atuante e no Seridó me parece que o registro é, eu ainda tô fazendo esse levantamento é, é zero quase. E parece que a prefeitura...”

“Aqui em Natal eu acho que ela tem uma atuação bastante significativa inclusive em várias áreas como ambiental, com... Não só com defesa do patrimônio público e sim trabalhando praticamente na segurança pública, estão bem engajados. É interessante, existe correntes querendo desmilitarizar as polícias militares, existe corrente querendo militarizar as guardas municipais...”

“Tem usado... (Sobre o uso de armas de fogo pela Guarda Municipal de Natal).”

“Talvez algum serviço específico não use, mas eles têm rondas motorizadas (...) e usam armas.”

“É eu tô dizendo melhorou no sentido de que vai se construir uma integração, não sei se, eu acho que vai dar resultados, vai dar resultados. A copa já começou a dar sinais de resoluções, guarda municipal no CIOSP, que é uma coisa interessantíssima e um dos atores mais importantes lá do CIOSP, que eu sempre tenho conversado

com o menino da guarda, o pessoal da guarda municipal e eles muito entusiasmados em participar do sistema integrado.”

“Mas a ação concreta eu não vejo muito a visibilidade dela não, pode existir porque a institucionalidade trabalha sem você notar, sem você notar que ela tá agindo. Agora se criou muitas guardas municipais, porque na cabeça dos municípios se criou muita secretaria de defesa social, por exemplo, Mossoró que é a segunda maior cidade do estado tem secretaria de defesa social. Que é praticamente cuidar da guarda municipal e outras atribuições municipais. Mas assim, se criou muita guarda municipal. Eu vejo muito prefeito criando guarda municipal pra criar cargo, pra criar cargo. Eu conheço alguns municípios que criou a guarda aí só pra botar gente do pedaço dentro da, acomodar servidores, acomodar sabe?! Enfim, eu não vejo visivelmente essa integração dos municípios com o sistema, eu não vejo. Poderá existir, eu também não tenho acesso a esses números pra saber...”

XIII.

NOTAS CONCLUSIVAS

Essa seção sintetiza as informações apresentadas e analisadas no diagnóstico, oferecendo um quadro atualizado dos principais problemas da área de segurança pública no Rio Grande do Norte, a partir dos dados oficiais, da percepção e opinião dos entrevistados e da visão disseminada pela imprensa. Nos últimos anos, a violência e a criminalidade se agravaram no estado sem que o sistema de segurança e justiça, incluindo o sistema penitenciário, se aparelhasse de forma adequada para enfrentar o novo contexto, o que requer medidas de reestruturação das políticas públicas nessa área. A seguir, apresenta-se os elementos que configuram esse contexto.

- Os crimes violentos letais intencionais (CVLI) aumentaram de forma significativa no Rio Grande do Norte, no período de 2011 a 2014, deixando a taxa estadual quase **cinco vezes mais alta** do que aquela considerada aceitável pela ONU.
- A mesorregião do **Leste Potiguar** é a que concentra a maior proporção de crimes violentos em todo o estado, seguida pelo Oeste Potiguar.
- A RM de Natal fechou a década passada, em 2010, com um aumento de quase 200% na taxa de CVLI e o biênio 2012-2013 apresentou-se como o mais violento da série histórica.
- No início da década (2000), as taxas de homicídios estavam dentro do padrão aceitável pela ONU, mas ao longo dos anos seguintes e **especialmente a partir de 2008** o estado apresenta uma escalada de violência que eleva as taxas para patamares muito altos.
- Além de Natal, é muito preocupante a situação em Mossoró, Extremoz, São José do Mipibu, Ceará-Mirim, Baraúna, Macaíba e São Gonçalo do Amarante.
- Juntas, as **microrregiões de Natal, Mossoró e Macaíba reuniram cerca de 84% de todas as ocorrências de CVLI do Estado entre 2011 e 2014.**
- A maior parte das vítimas de CVLI é do sexo masculino, tem entre 18 e 30 anos, é solteira, residente no próprio estado e morre em decorrência do uso de arma de fogo.
- Diferentemente de outros estados, no Rio Grande do Norte o uso de armas de fogo aumentou no período estudado, **mesmo na vigência do Estatuto do**

Desarmamento, o que sugere que o estoque de armas disponíveis do Rio Grande do Norte não diminuiu no período posterior ao Estatuto do Desarmamento.

- Além dos CVLI, cresceu também o número de crimes contra o patrimônio e os delitos cometidos por crianças e adolescentes.
- Houve uma **grande redução no número de boletins de ocorrência remetidos à Justiça e de mandados de prisão cumpridos**. A elevação nos mandados de prisão, porém, não apresenta correspondência com o número de adultos presos, que caiu, contrastando vivamente com a elevação nas taxas de criminalidade observadas no período.
- O número de adolescentes apreendidos por atos infracionais cresceu quase 150%, assim como mais que duplicou número de crianças e adolescentes apreendidas por ordem judicial, o que aponta para um maior controle sobre esse grupo populacional do que sobre infratores adultos.
- Houve aumento no volume de recursos despendido com Segurança Pública. A despesa per capita teve uma elevação de 63,2% entre 2007 e 2013. Mas a participação destas despesas no total das despesas realizadas pelo estado manteve-se no mesmo patamar de 2007 (7,7%). O aumento do gasto com Segurança Pública não teve impacto na redução dos indicadores de crime e de violência, **o que revela tanto a concentração de gastos com remuneração de pessoal quanto a baixa qualidade do gasto com Segurança Pública**.
- Os efetivos das polícias estão abaixo da média regional (Nordeste) e as remunerações só são mais altas do que as da Paraíba, considerando os dados obtidos.
- Apenas 10,3% dos municípios do Rio Grande do Norte possuíam estruturas próprias de segurança pública, o que corresponde a apenas 17 de um total de 167, sendo a proporção mais baixa do Nordeste.
- A letalidade policial está entre as mais baixas do Nordeste, o que não significa que não seja um problema.
- O estado tem uma das menores taxas de encarceramento do país, mas há concomitância entre as baixas taxas de encarceramento e o crescimento das taxas de homicídio nos últimos anos, alertando para a possibilidade de existência de fragilidades nos processos de investigação criminal e execução penal. Note-se que as taxas de encarceramento são baixas se fizermos comparações com outros estados. Contudo, a situação do sistema prisional é repleta de problemas há anos, o que pode ser evidenciado pelas recentes rebeliões.

- A **proporção de presos nas custódias das polícias é alta** assim como é alta a proporção dos encarcerados que estavam em situação provisória.
- Em 2013, havia um *déficit* de **aproximadamente 3000 vagas** no sistema penitenciário.
- A maior parte dos presos está no sistema pelos **Crimes contra o patrimônio, Tráfico de entorpecentes e Crimes Violentos Letais Intencionais**, nessa ordem.
- O perfil dos presos repete as características identificadas nas vítimas de CVLI: homens jovens e negros.
- A população jovem encarcerada cresceu de forma significativa nesse período, passando a representar mais de um terço de toda a população carcerária do estado. A população negra encarcerada também cresceu: em 2013 representava 71,3% do total de apenados do estado, mas a grande variação se deu entre os pardos, que registraram um crescimento de quase 20% no período.
- As estatísticas criminais no Rio Grande do Norte ainda não estão apresentando cobertura e qualidade suficientes para orientarem o trabalho de gestão na Segurança Pública.
- As organizações policiais e a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte não construíram, nos últimos anos, procedimentos de gestão estruturadores, capazes de lidar com a complexidade do problema do crime e da violência no estado.

Percepção dos operadores do sistema e da imprensa

- O cenário de violência, criminalidade e insegurança do Rio Grande do Norte é relativamente recente. Nas últimas décadas, o grande crescimento populacional do estado não foi acompanhado pelo incremento qualitativo necessário nas instituições de controle social. A consolidação do mercado ilegal de drogas, potencializada com a chegada do *crack*, juntamente com o estabelecimento de outras modalidades criminosas, tais como assassinatos vinculados a grupos de extermínio, assaltos a banco e sequestros, trouxeram mudanças que contribuíram para a elevação dos índices de violência. A interiorização da criminalidade, antes concentrada em Natal e na sua Região Metropolitana, também aparece como um problema sério para os operadores de segurança pública.

- Contudo, uma das principais causas do aumento da criminalidade no Rio Grande do Norte é a ausência de política pública de segurança no estado do Rio Grande do Norte. **As administrações estaduais nos últimos 25 anos foram descritas como ineficazes, na construção de políticas públicas de segurança efetivas. A segurança pública nunca foi vista como prioridade no estado, inexistindo a percepção de segurança pública como política pública de gestão integrada.** A situação precária da SESED é apontada como maior indicador desse problema. A instituição se localiza num prédio sem estrutura, onde falta até mesmo telefone. Não possui respaldo político para exercer seu papel de coordenação das corporações policiais, e muitas vezes sofre interferência direta no seu trabalho de outras secretarias ou de políticos ligados ao governo.
- É dito de forma reiterada que os **investimentos na área de segurança são baixos**, especialmente para a área de **prevenção e não há integração entre os diferentes órgãos de segurança**. O papel da **Secretaria de Segurança e de Defesa Social** na articulação entre os diversos setores que atuam no combate à violência **não vem sendo realizado de maneira satisfatória nos últimos anos**.
- As instituições policiais do estado se encontram com diversos problemas de ordem estrutural. Ao longo do tempo, as instituições de segurança se fragilizaram e perderam capacidade de enfrentar as mudanças identificadas no contexto da criminalidade. **A Polícia Militar apresenta Regimento Internos defasado e condições de trabalho descritas como “precárias” e perdeu poder ostensivo. A Polícia Civil, em situação semelhante, não vem cumprindo o seu papel investigativo.**
- O policiamento ostensivo e preventivo, de responsabilidade da PMRN, é descrito como ineficiente, e baseado em práticas meramente reativas, voltado apenas para o atendimento de ocorrências. O policiamento em viaturas é destacado em detrimento do policiamento a pé, o que contribuiria para a sensação de insegurança da população. Não existe policiamento comunitário. A corporação sofre com um deficit sério de efetivo. Falta uma política de recompletamento, que considere a grande quantidade de policiais que se aposenta ano a ano, bem como os afastamentos decorrentes de problemas físicos e psicológicos por excesso de trabalho. A “política de progressão” no interior da corporação estaria repleta de problemas. O desvio de função, com muitos policiais deslocados para serviços administrativos e burocráticos, contribuiria para o atual deficit de policiamento ostensivo. Os salários são apontados como baixos, principalmente para o grosso da tropa e haveria, segundo alguns entrevistados, disparidades salariais entre as polícias estaduais.

Falta uma política de cargos e carreiras, que recompense os policiais por produtividade e tempo de serviço. A prática de pagamento das chamadas “diárias operacionais”, que procura remediar os baixos salários, provoca aumento exacerbado da jornada de trabalho na corporação, com consequências sérias para a qualidade de vida dos policiais. Também não há política de formação continuada, nem preocupação com redução da letalidade e da violência policial, segundo parte dos entrevistados.

- O policiamento investigativo e judiciário, de responsabilidade da PCRN, apresenta deficiências ainda mais sérias. Não existe estrutura adequada para as investigações nas delegacias; faltam viaturas descaracterizadas, equipamentos de filmagem e fotografia, sistemas de gestão informatizados, computadores etc. As delegacias são descritas como prédios públicos precários, onde faltam até mesmo banheiros para os policiais e para o público. A atividade investigativa é “dividida” com a PMRN, que parece possuir maior estrutura para sua execução dentro dos batalhões. Não há sistema informatizado de acompanhamento de inquéritos, nem metas territorializadas, ou recompensas para os policiais mais produtivos. Alguns entrevistados apontam disputas crônicas entre grupos de delegados e entre os policiais mais jovens e os mais antigos na PCRN. O *déficit* do efetivo é enorme; a corporação conta com 30% do previsto em lei para seu pleno funcionamento. As delegacias abrangem áreas territoriais e populações muito maiores do que sua capacidade. Os salários dos agentes e escrivães são considerados inadequados. No ITEP, a situação é ainda mais precária, com 26 integrantes da polícia técnico-científica, e que estão realmente capacitados para a função para todo o Rio Grande do Norte. Segundo todos os entrevistados, essas deficiências são ainda mais graves no âmbito dessa polícia, e da atividade policial investigativa acarretam grande número de inquéritos concluídos por meio de flagrantes. Uma queixa recorrente é que não há política adequada de formação para investigação policial.
- A relação entre as polícias não é tida como problemática. No entanto, a falta de uma definição institucional quanto a protocolos de atuação parece provocar alguns problemas cotidianos. Para alguns, a Polícia Militar, estaria cada vez mais exercendo o papel investigativo que deveria ser da Polícia Civil.
- O Ministério Público sofre com problemas de gestão, planejamento e priorização. Não há metas, nem parcerias claras com o Governo do Estado no sentido de estabelecer prioridades. O controle social da atividade policial apresenta limites inerentes devido a uma atuação difusa. O Poder Judiciário desenvolve poucas

parcerias com o Governo do Estado, exercendo seu papel sem integração sistêmica com os demais atores, apresentando, segundo muitos entrevistados, práticas desatualizadas. A Defensoria Pública, apesar de eficiente, sofre com deficit de pessoal, contando com somente 50 defensores para todo o estado.

- Finalmente, as guardas municipais, apesar de estarem presentes em um número maior de municípios nos últimos anos, apresentam pouca clareza quanto ao seu papel institucional na política pública de segurança. São pensadas como instituições auxiliares do policiamento ostensivo e comunitário, mas não apresentam uma padronização clara na estrutura e nas práticas cotidianas. Muitas sofrem com problema de falta de efetivo e equipamentos adequados de trabalho.
- A corregedoria é apontada como instituição burocrática e ineficiente, sem capacidade ou respaldo para exercer controle e repressão das más práticas policiais. É descrita como uma “fábrica da impunidade”, além de se revelar extremamente corporativista. Não há fiscalização do trabalho policial nem cobrança de rendimento de maneira sistematizada para os atores que compõem o quadro da segurança pública. As ações consideradas como positivas são vistas como práticas isoladas e não fruto de uma cultura institucional. Estruturalmente, pode-se considerar que a corregedoria da Polícia Civil não existe, uma vez que não tem orçamento.
- A solução encontrada para o problema dos presos nas custódias das polícias, ao passá-las para o sistema penitenciário, foi ineficaz, pois transformou as delegacias em pequenos presídios, sem produzir qualquer efeito estrutural. As condições dos CDPs foram descritas como “precárias e inaceitáveis”, e “há uma série de violações aos direitos humanos nessas localidades”.
- A Fundac permanece um problema, que alcançou melhoras nos últimos meses, mas ainda assim carece de investimentos continuados para garantir a realização de medidas socioeducativas, tanto em meio fechado, quanto em meio aberto.
- O sistema penitenciário enfrenta muitos problemas, desde a superlotação das unidades, péssimas condições das instalações, quase inexistência de mecanismos de gestão e baixa qualificação dos agentes penitenciários. A entrada de celulares e as revistas abusivas em dias de visita também são comuns nos presídios do estado.
- Não há serviço de assistência social no sistema penitenciário, o que dificulta a instalação de processos de ressocialização, que são praticamente inexistentes.

- Reconhece-se a existência de policiais que se envolveram com a criminalidade de forma mais sistemática. Contudo, parte dos entrevistados não acredita na existência de estruturas organizadas dentro das corporações voltadas para práticas de extermínio, enquanto outros entrevistados percebem a permanência de práticas relativamente estruturadas de vinculação com grupos de extermínio dentro das organizações policiais.
- As precárias condições de trabalho dos defensores públicos, reconhecidamente comprometidos com o seu trabalho, segundo a quase totalidade dos entrevistados, sobrecarregam a atuação da Defensoria.

XIV.

APÊNDICE ANALÍTICO: Análise das formas como a mídia representa o crime, a violência e a segurança pública no Rio Grande do Norte.

A SEGURANÇA PÚBLICA NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE

Assim como a sessão anterior, apresenta-se aqui uma análise qualitativa de notícias de jornal, utilizando-se da análise de conteúdo como método para criação de categorias capazes de sintetizar e identificar o material. Serviram de corpus para esta análise dois veículos de imprensa do Estado do Rio Grande do Norte, de circulação impressa e acesso online: o “Jornal de Hoje” e o “Tribuna do Norte”. A coleta foi realizada em janeiro de 2015, a partir de palavras chaves como “crime”, “polícia”, “violência”; resultando numa amostra de 200 reportagens referentes ao ano de 2014.

As categorias não apriorísticas estabelecidas foram: publicidade da violência ‘cotidiana’, gestão pública na área de segurança, apreensões, operações especiais, estatísticas criminais desfavoráveis, déficit estrutural e de efetivo policial, crimes associados a áreas turísticas e de lazer, sistema prisional, percepção de insegurança generalizada, insatisfação da população e da sociedade civil, insatisfação da classe policial e notícias positivas.

1 | Publicidade da violência “cotidiana”- ocorrências

A presente categoria relata ocorrências cotidianas de caráter violento no estado do Rio Grande do Norte. A frequência dessas reportagens é significativa nos dois jornais, referindo-se a casos de furto, roubo, homicídio e latrocínio. As reportagens normalmente incluem informações como o local do ocorrido, o horário e número de vítimas - fatais e não fatais. As notícias, normalmente, fazem referência a casos similares que aconteceram em momentos anteriores, despertando uma percepção de recorrência dos fatos na população potiguar. Os recortes jornalísticos a seguir representam as categorias:

Roubo e Furto:

Mais um restaurante em Natal é assaltado e comandante da PM aconselha vigilância privada. "Infelizmente, nós não temos como colocar um policial em cada esquina", disse coronel Araújo Silva.

“Jantar em restaurantes de Capim Macio, na Zona Sul de Natal, está virando uma situação perigosa. Apenas esta semana, três estabelecimentos foram assaltados no bairro. O último caso aconteceu na noite dessa quinta-feira (10)”

Postado dia 12/07/2014. por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/outro-restaurante-e-assaltado-e-comandante-da-pm-aconselha-vigilancia-privada/>

Ladrões fazem quatro vítimas, duas fatais, em roubo de carro.

“O roubo de dois veículos acabou provocando a morte de um pai e um filho de oito anos de oito anos em São José do Mipibu e o ferimento grave em outra criança, em Parnamirim. A polícia ainda não trabalha com a hipótese de um crime estar relacionado ao outro .”

Publicação: 2014-02-27 por Tribuna do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ladros-fazem-quatro-vitimas-duas-fatais-em-roubo-de-carro/275426>

Natal registra 635 assaltos em ônibus.

“Nem todos os casos de assaltos levam ao registro de Boletim de Ocorrência nas delegacias de Polícia Civil, mas o número de assaltos, nos últimos dez meses deste ano já chega a 635 (até terça, dia 21), segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores do Transportes Rodoviários do Rio Grande do Norte (Sintro-RN). O caso de assalto mais recente ocorreu na noite da terça-feira (21), com o arrastão que envolveu pelo menos 40 passageiros da linha 73, que faz o percurso entre o conjunto Santarém, na Zona Norte e Ponta Negra, Zona Sul da cidade.”

Publicação: 2014-10-23 por Tribuna do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-registra-635-assaltos-em-automobus/296534>

Violência com mortes:

Em final de semana sangrento, Mossoró registra sete assassinatos em dois dias. A violência na cidade de Mossoró vem crescendo de forma assustadora

“Final de semana em Mossoró há muito tempo vem sendo sinônimo de violência e muitas mortes, mas parece que esse último conseguiu se superar, foram nada menos que sete mortes em dois dias, todos causados por disparos de armas de fogo. É a violência mais uma vez tomando conta do Estado do Rio Grande do Norte.”

Postado dia 12/05/2014 por: Portal JH.

Link: <http://jornaldehoje.com.br/em-final-de-semana-sangrento-mossoro-registra-sete-assassinatos-em-dois-dias/>

Itep registra 19 homicídios durante fim de semana no RN.

“Policiais do Rio Grande do Norte registraram 19 homicídios durante este fim de semana, entre a madrugada da sexta-feira passada (15) e a madrugada desta segunda-feira (17). Dos assassinatos apontados, pelo menos metade deles ocorreram na capital potiguar e os demais espalhados pelo Estado, se concentrando em municípios da Grande Natal e na região Oeste.”

Publicação: 2014-02-17 por Tribuna do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/itep-registra-19-homicidios-durante-fim-de-semana-no-rn/274613>

Parnamirim viveu madrugada de execução de usuários de drogas.

Vítimas foram mortas em um intervalo de 10 horas.

“A Polícia Militar registrou dois assassinatos em um intervalo de 10 horas na cidade de Parnamirim, região Metropolitana de Natal. O último ocorreu na manhã desta quarta-feira (21), no bairro Boa Esperança. Nos dois casos, segundo a polícia, as vítimas foram mortas a tiros por criminosos não identificados e possuíam histórico de envolvimento com drogas.”

Postado dia 21/05/2014 às 9h40 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/parnamirim-viveu-madrugada-de-execucao-de-usuarios-de-drogas/>

Tal como mostraram os recortes das reportagens, pode-se perceber que a insegurança e violência no Estado do Rio Grande do Norte são apontadas como um dado em processo de avassalador crescimento. Todas as ocorrências reportadas apontam o porte de arma de fogo como instrumento de coerção para assaltos e roubos e também como os objetos utilizados nos assassinatos. A ocorrência de latrocínio também é encontrada nas notícias, mostrando, dessa forma, que a violência perpassa pelo roubo/assalto e mortes. Vale salientar que questões como o uso de segurança privada é um caminho de proteção sugerida por setores da própria polícia do estado, quando sugere que a população busque a vigilância privada. Essa sugestão foi noticiada pelo Jornal de Hoje, e sugerida pelo coronel Araújo Silva, que disse: "Infelizmente, nós não temos como colocar um policial em cada esquina". Os bares e restaurantes manifestam-se como um espaço onde a incidência de roubo e furto é intensa, bem como os ônibus e transportes públicos que são alvos de arrastões, acontecimentos estes nos quais o registro de BO nem sempre acontece. É o que pode ser visto na matéria do jornal Tribuna do Norte a qual mostra que “Nem todos os casos de assaltos levam ao registro de Boletim de Ocorrência nas delegacias de Polícia Civil, mas o número de assaltos, nos últimos dez meses deste ano já chega a 635 (até terça, dia 21); segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Rio Grande do Norte (Sintro-RN)”. Só de acordo com os números expostos nessa matéria pode-se dizer que há aproximadamente 1,73 assaltos por dia nos ônibus que circulam pela região metropolitana de RN.

Com relação especificamente à notificação de morte as notícias mostram que a arma de fogo é o objeto mais utilizado nas execuções e o horário de maior incidência e notificação das mortes acontecem nas madrugadas e também nos finais de semana. Essas ocorrências acontecem na Capital e região metropolitana e podem-se encontrar atos relacionados ao uso de drogas. Podem-se localizar essas referências nas chamadas das notícias reportadas, como por exemplo: Notícia do Portal JH “Em final de semana sangrento, Mossoró registra sete assassinatos em dois dias. A violência na cidade de Mossoró vem crescendo de forma assustadora”. Notícia reportada pelo jornal Tribuna do Norte: “Parnamirim viveu madrugada de execução de usuários de drogas. Vítimas foram mortas em um intervalo de 10 horas”. Reportagem do Portal JH: “Itep registra 19 homicídios durante fim de semana no RN”. Esses dados revelam que a violência e as mortes no estado estão em processo de avanço exponencial e se mostram um problema, tanto para a sociedade civil organizada quanto para o poder público.

2 | Gestão pública na área de segurança

Essa categoria faz referência a ações da gestão do poder público do Rio Grande do Norte no ano de 2014, mobilizando a população em alguns casos. As reportagens versam sobre questões como a administração de recursos, as possíveis propostas na área de segurança e também as ações que ocorreram ou estão em andamento. Nesta categoria foram considerados órgãos da gestão pública: as secretarias, de nível estadual e municipal e as polícias que compõe a estrutura da segurança pública. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

RN é o 2º estado que mais jogou fora verba federal destinada à segurança. Estado deixou de utilizar mais de R\$ 12 milhões em verba para o segmento.

“Enquanto a insegurança no Rio Grande do Norte afeta diariamente cada vez mais potiguares, o estado é apontado pelo Ministério da Justiça como o segundo do país que mais devolveu verba federal destinada à segurança pública nos últimos três anos à União. Foram R\$ 12,08 milhões que retornaram do RN para os cofres do Planalto, segundo os números da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).”

Postado dia 13/01/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/rn-e-o-2o-que-mais-jogou-fora-verba-federal-destinada-seguranca/>

Delegados debatem Segurança Pública com candidatos ao Governo do RN. Encontro com os candidatos terá início às 10 horas.

“Na próxima quarta-feira (27), a Associação dos Delegados da Polícia Civil do Rio Grande do Norte (Adepol/RN) promoverá o Encontro de Delegados com os candidatos ao Governo do Estado. Na ocasião, os candidatos deverão apresentar suas propostas para a Segurança Pública, em especial para a Polícia Civil do RN, e discuti-las junto aos profissionais da área.”

Postado dia 25/08/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/delegados-debatem-seguranca-publica-com-candidatos-ao-governo-rn/>

Itep recorrerá à Força Nacional para ter mais médicos legistas.

“O Instituto Técnico e Científico de Polícia (Itep) vai pedir o suporte da Força Nacional para suprir a carência de médicos legistas, que são responsáveis pela emissão de laudos cadavéricos na instituição. De um quadro de dez profissionais, dois estão afastados por licença médica e, em consequência, o órgão não está conseguindo fechar as escalas de plantões para os três últimos dias do mês, a exemplo do que ocorreu nesse fim de semana. (...) A carência de profissionais no Itep decorre, principalmente, da aposentadoria e mortes de servidores.”

Publicação: 2014-04-01 por Tribuna do Norte.

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/itep-recorrera-a-forca-nacional-para-ter-mais-medicos-legistas/278088>

Homicídios têm aumento de 102% no RN.

“Os números de crimes violentos letais no Rio Grande do Norte tiveram um aumento de 102,4%, entre os anos de 2012 e 2013 (...) Paralelamente a este aumento no número de crimes violentos, houve a diminuição nos investimentos em segurança pública nesse período: em 2012 foram investidos aproximadamente R\$ 831 milhões; já em 2013 esse valor caiu para cerca de R\$ 707 milhões, sendo uma variação de 14,87%, para menos.”

Publicação: 2014-11-12 por Tribuna do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/homica-dios-ta-m-aumento-de-102-no-rn/298320>

Segurança é tema de reunião da SMS com moradores de Mãe Luíza. Dentre os encaminhamentos da reunião estão a abertura de uma Ação Pública além do tratamento do tema dentro das escolas dos bairros, dentre outros.

“O secretário municipal de Saúde, Cipriano Vasconcelos, se reuniu na tarde da última quinta feira (27), no Centro Paroquial do bairro Mãe Luíza, com usuários e servidores da Unidade Básica de Saúde de Aparecida para mobilizar a comunidade e discutir o que pode ser feito para minimizar a insegurança sofrida naquela Unidade. “Através dessa ação intersetorial a Secretaria Municipal de Saúde está tomando as providências para minimizar a falta de segurança nessa Unidade de Saúde desenvolvendo junto com a comunidade ações locais a serem desenvolvidas”, explicou Márcia.”

Postado dia 31/03/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/seguranca-e-tema-de-reuniao-da-sms-com-moradores-de-mae-luiza/>

Todas as matérias são referentes ao ano 2014, portanto, essa avaliação se direciona para o ano supracitado. De acordo com as reportagens, a violência aumentou significativamente no estado do Rio Grande do Norte. É o que pode ser visto na reportagem do Tribuna do Norte: “Os números de crimes violentos letais no Rio Grande do Norte tiveram um aumento de 102,4%, entre os anos de 2012 e 2013 (...) Paralelamente a este aumento no número de crimes violentos, houve a diminuição nos investimentos em segurança pública nesse período: em 2012 foram investidos aproximadamente R\$ 831 milhões; já em 2013 esse valor caiu para cerca de R\$ 707 milhões, sendo uma variação de 14,87%, para menos.” Enquanto a violência no estado está em crescimento, a diminuição de investimento em segurança pública diminuiu 14,87%; outro dado importante é a notificação do desvio de verba destinada à segurança, segundo o Portal JH. “Enquanto a insegurança no Rio Grande do Norte afeta diariamente cada vez mais potiguares, o estado é apontado pelo Ministério da Justiça como o segundo do país que mais devolveu verba federal destinada à segurança pública nos últimos três anos à União. Foram R\$ 12,08 milhões que retornaram do RN para os cofres do Planalto, segundo os números da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).” Ora, se a verba é desviada de seu trajeto e não chega ao seu destino, o fim ao qual se propunha o investimento não acontece, muito pelo contrário, se a ideia é gerar mais segurança para a população potiguar o que acontece é o aumento da violência e da insegurança, e a reportagem coloca esses fatores como paralelos um ao outro.

Ainda com relação à insegurança, o Portal JH mostra que “Através dessa ação intersetorial a Secretaria Municipal de Saúde está tomando as providências para minimizar a falta de segurança nessa Unidade de Saúde desenvolvendo junto com a comunidade ações locais a serem desenvolvidas”. A falta de policiamento e segurança naquele local leva à SMS a entrar em parceria com moradores da comunidade para juntos desenvolverem mecanismos de segurança, essa medida foi tomada pela falta de policiamento no Loca e pela constante violência gerada na unidade de “Mãe Luzia”.

Em época de eleição estadual, os delegados do Estado se reúnem com candidatos ao governo do estado do RN para apresentar propostas para a diminuição da violência, mostrando, dessa forma, que a questão da segurança pública é uma demanda colocada em pauta para quem quer que assuma o governo do Estado no ano de 2015.

O quadro defasado do efetivo de policiais e médicos legistas é um dado importante colocado pelo jornal Tribuna do Norte quando mostra que o “Itep recorrerá à Força Nacional para ter mais médicos legistas (...) A carência de profissionais no Itep decorre, principalmente, da aposentadoria e mortes de servidores.”. A necessidade de um quadro

maior e renovado de médicos legistas para dar conta da demanda produzida no Estado, se evidencia nessa matéria.

Nessa categoria, questões como o aumento da violência e criminalidade no estado do Rio grande do Norte, a defasagem no efetivo policial, o pouco investimento e desvio da verba de segurança pública se mostraram fortes indicadores de que a questão da segurança no estado precisa sim de uma atenção especial.

3 | Apreensões

A presente categoria busca identificar reportagens que noticiam a apreensão de drogas e outros materiais irregulares no estado do Rio Grande Norte, a partir da atuação da polícia. Estas ações foram possibilitadas a partir de parcerias entre polícias, operações especiais e em alguns casos, denúncias anônimas. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Polícia Militar apreende traficante com 70 kg de maconha no Pajuçara. Droga seria transportada de táxi para a cidade de Assu.

“Policiais Militares lotados no 4º Batalhão apreenderam, na noite desta terça-feira (18), 70 quilos de maconha prensada armazenada em tabletes escondidos em uma mala, na zona Norte de Natal. A droga estava em uma casa no bairro Pajuçara e seria transportada para a cidade de Assu em um táxi. De acordo com o sargento Euclides, uma denúncia anônima levou a de equipe de policiais até ao local.”

Postado dia 19/03/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/policia-militar-apreende-70-kg-de-maconha-pajucara/>

Agentes penitenciários apreendem facas, celulares e drogas no presídio da ZN. Revista foi realizada nesta quinta-feira e faz parte de trabalho de prevenção

“Os agentes penitenciários do Presídio Raimundo Nonato Fernandes, na zona Norte de Natal, realizaram uma grande revista naquela unidade, nesta quinta-feira (22). Eles apreenderam celulares, facas artesanais e drogas. A revista foi feita em conjunto com o Grupo de Operações Especiais do Sistema Penitenciário.”

Postado dia 23/05/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/agentes-penitenciarios-apreendem-facas-celulares-e-drogas-no-presidio-da-zn/>

Polícia Civil realiza apreensão de 250kg de maconha em João Câmara. O traficante era procurado pela Polícia há cerca de 2 anos

“Uma operação conjunta da Polícia Civil do Rio Grande do Norte – através da Divisão Especial de Investigação e de Combate ao Crime Organizado (Deicor), do Núcleo de Inteligência da Polícia Civil (NIP) e da Delegacia Regional de João Câmara – com a

Polícia Civil de Pernambuco – através do Departamento de Homicídios e de Proteção a pessoa (DHPP) – resultou na prisão do traficante Augusto Marques de Oliveira, nesta sexta-feira (16), na zona rural do município de João Câmara/RN. Com ele foram encontrados mais de 250 quilos de droga.”

Postado dia 18/05/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/policia-civil-realiza-apreensao-de-250kg-de-maconha-em-joao-camara/>

Mega operação apreende mais de uma tonelada de material explosivo no Rio Grande do Norte. Operação Brasil Integrado contou com a participação de órgãos da segurança estadual e federal

“Os recentes casos de explosões a terminais bancários que ocorreram no Rio Grande do Norte, “antecipou” a realização da “Operação Brasil Integrado” no Estado, que contou com a participação de órgãos de segurança Estadual e Federal, e aconteceu durante 72 horas (entre os dias 2 e 4 de setembro), principalmente no Interior, nas cidades que fazem divisa do RN com outros estados. O objetivo foi enfrentar, articuladamente, os mais diversos tipos de crime que vêm acontecendo. O número que mais chamou atenção foi a quantidade de explosivos apreendidos. Durante os três dias, 1223 kg de materiais explosivos foram apreendidos no RN.”

Postado dia 05/09/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/mega-operacao-apreende-mais-de-uma-tonelada-de-material-explosivo-rn/>

Na maioria das notícias utilizadas nessa categoria (três notícias de quatro), encontra-se a apreensão de drogas como assunto principal da matéria. Dessas três, duas são referentes ao tráfico de drogas propriamente dito. A primeira que se pode mencionar denota que com a ajuda de uma denúncia anônima “Policiais Militares lotados no 4º Batalhão apreenderam, na noite desta terça-feira (18), 70 quilos de maconha prensada armazenada em tabletes escondidos em uma mala, na zona Norte de Natal.” Portal JH. E ainda de acordo com o mesmo jornal, “Uma operação conjunta da Polícia Civil do Rio Grande do Norte – através da Divisão Especial de Investigação e de Combate ao Crime Organizado (DEICOR), do Núcleo de Inteligência da Polícia Civil (NIP) e da Delegacia Regional de João Câmara – com a Polícia Civil de Pernambuco – através do Departamento de Homicídios e de Proteção a pessoa (DHPP) – resultou na prisão do traficante Augusto Marques de Oliveira, nesta sexta-feira (16), na zona rural do município de João Câmara/RN. Com ele foram encontrados mais de 250 quilos de droga.”. As reportagens acima citadas mostram como é a atuação da polícia com relação à apreensão, ou seja, a polícia pode usar meios de investigação em conjunto com outras polícias e departamentos; e também pode contar com o apoio de denúncias anônimas para a efetuar o esquema de apreensão.

Encontra-se ainda nos recortes jornalísticos apresentados uma matéria sobre uma operação de revista realizada no presídio Raimundo Nonato Fernandes, na zona Norte de Natal, efetuada em conjunto com o Grupo de Operações Especiais do Sistema Penitenciário,

em que telefones celular, facas artesanais e drogas foram apreendidas. Mostrando mais uma vez que a atuação da polícia em casos de apreensão pode acontecer em parceria com outras instituições e departamentos da rede de segurança, mostrando que, nesses casos, a polícia não trabalha sozinha, conta com outros atores para compor a articulação de apreensão.

A quarta matéria utilizada nessa categoria diz respeito à apreensão de mais uma tonelada de explosivos (1223 Kg). Fazendo parte da “Operação Brasil Integrado” essa intervenção contou com a participação de órgãos da segurança estadual e federal e aconteceu principalmente em cidades do interior do estado e que fazem divisa com outros estados. Esta operação fez parte do esquema para desarticular o crime de roubo de caixa eletrônico e terminais bancários por meio de materiais explosivos. Essa matéria continua mostrando a articulação que há da polícia do Estado do Rio Grande do Norte com outras policiais e departamentos na elaboração e atuação de operações de apreensão.

4 | Operações Especiais

Esta categoria identifica ações conjuntas entre polícias do Rio Grande do Norte, além de iniciativas executadas por delegacias específicas, em busca de mobilizar esforços para obter êxito na solução de circunstâncias de caráter especial, incluindo táticas estratégicas. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Denarc joga oito traficantes que atuavam em Natal e Interior para dentro das celas. Quadrilha distribuía drogas em Natal e nas cidades do interior do RN

“A Polícia Civil do Rio Grande do Norte, através da Delegacia Especializada de Narcóticos (Denarc) deflagrou na manhã de hoje a Operação Rescaldo, que realizou cinco mandados de busca e apreensão em residências nos municípios de Natal, João Câmara e Itaipú. Foram presas oito pessoas que integravam uma quadrilha especializada em comercializar e distribuir drogas na capital e no interior do estado. Todas estão envolvidas com a quadrilha presa na Operação Terra Quente, deflagrada pela Polícia Civil no dia 30 de outubro de 2012.”

Postado dia 20/02/2014 por: Portal JH.

Link: <http://jornaldehoje.com.br/operacao-da-denarc-joga-oito-trafficante-para-dentro-das-celas/>

Preso integrantes de quadrilha especializada em golpes no comércio. Segundo as investigações, os acusados são apontados como integrantes de um grupo criminoso de golpistas.

“A equipe de policiais civis da Delegacia Especializada em Falsificações e Defraudações (DEFD) de Mossoró deflagrou a “Operação 06 de Janeiro”, com o objetivo de cumprir 03 mandados de Prisão Preventiva e 02 mandados de Busca e Apreensão, expedidos pelo Juiz da 4ª Vara Criminal desta Comarca. Na ação, foram presos Gutemberg Alfredo da Silva, 40 anos, Francisco Robson Fernandes, 34 anos, e

Alison de Souza Bezerra, 23 anos, acusados de praticarem golpes no comércio de Mossoró-RN.”

Postado dia 03/01/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/preso-integrantes-de-quadrilha-especializada-em-golpes-comercio/>

Polícia Militar prende chefes de quadrilha de tráfico de drogas em Pipa. Os quatro presos foram autuados por tráfico de drogas e formação de quadrilha.

“Uma operação realizada nesta quinta-feira (31) e que contou com policiais militares de Tibau do Sul e Goianinha, terminou com a prisão de sete pessoas e apreensão de uma menor de idade, todos suspeitos de tráfico de drogas na praia de Pipa, litoral Sul do Rio Grande do Norte. Além disso, com o grupo também foram encontrados dois revólveres, munições, três pés de maconha plantados em vasilhas plásticas e drogas preparadas para consumo.”

Postado dia 01/08/2014 por: Portal JH.

Link: <http://jornaldehoje.com.br/policia-militar-prende-chefes-de-quadrilha-de-trafico-de-drogas-em-pipa/>

Rocam e BPChoque apreendem 150 quilos de maconha em Parnamirim. Droga foi encontrada na mala de um corolla após perseguição policial.

“Policiais das Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (Rocam) e do Batalhão de Operações de Choque (BPChoque) apreenderam, neste sábado (15), cerca de 150 kg de maconha armazenados em aproximadamente 110 tabletes. A droga estava escondida na mala de um veículo tipo Corolla, com placas de Santa Cruz do Capibaribe (PE). De acordo com o soldado Irlés Gomes, lotado na Rocam, o carro foi alvo de uma perseguição policial minutos antes de ser encontrado em uma casa, na rua Onório Martiniano da Silva, bairro Santa Tereza, em Parnamirim.”

Publicado em 16/03/2014 por JH

Link: <http://portalbo.com/materia/Rocam-e-BPChoque-apreendem-150-quilos-de-maconha-em-Parnamirim>

As informações obtidas através dos recortes apresentados indicam que esquemas de operações estratégicas e especiais são realizados pelas polícias do RN para, principalmente, desarticular o tráfico naquela região. Diversos segmentos das polícias civis e militares agem em conjunto para elaborar um esquema tático, como foi o caso em que “Polícia Militar de Tibau do Sul e Goianinha que em uma operação conjunta prende chefes de quadrilha de tráfico de drogas em Pipa. Os quatro presos foram autuados por tráfico de drogas e formação de quadrilha./ Polícia Civil do Rio Grande do Norte, através da Delegacia Especializada de Narcóticos (Denarc) realizou cinco mandados de busca e apreensão em residências nos municípios de Natal, João Câmara e Itaipú. Portal JH”.

Também é possível encontrar nessa categoria uma operação em conjunto da Rocam e BPChoque que apreenderam 150 quilos de maconha em Parnamirim. A droga foi encontrada na mala de um corolla após perseguição policial, a operação não teve um

esquema tático prévio, mas contou com dois segmentos policiais para a elaboração da apreensão. Fonte: Portal JH.

Outra operação especial encontrada diz respeito à “Operação 06 de Janeiro”, deflagrada pela equipe de policiais civis da Delegacia Especializada em Falsificações e Defraudações (DEFD) de Mossoró e foi dirigida á prisão e apreensão de golpistas do comércio de Mossoró.

Nessa categoria é possível identificar que as operações especiais deflagradas pela polícia dizem respeito, primordialmente, às operações de apreensão de drogas, desarticulação do tráfico e prisão de traficantes e de golpistas. De acordo com o que foi colocado nas matérias apresentadas, pode-se concluir que as operações especiais podem ser articuladas em conjunto com outros segmentos policiais.

5 | Estatísticas criminais desfavoráveis

Esta categoria apresenta a existência recorrente de estatísticas criminais publicadas pelos jornais. No entanto, estes dados estatísticos apontam resultados desfavoráveis no que diz respeito a melhoria da segurança pública no estado do Rio Grande do Norte. Crescimento do número de homicídios, crimes violentos, além de posição em *rankings* nacionais são temáticas presentes nas reportagens veiculadas. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Crescimento dos homicídios no RN é o maior do Brasil em 10 anos. Estado apresenta crescimento de 272,4% de 2002 a 2012.

“O crescimento da violência no Rio Grande do Norte foi mais uma vez constatado por estudos estatísticos. De acordo com o Mapa da Violência 2014 – Os jovens do Brasil, o Estado registrou o maior crescimento no número de homicídios, em dez 10 anos no Brasil, de 2002 a 2012. O aumento nos casos de assassinatos é de 272,4%”.

Postado dia 28/05/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/crescimento-dos-homicidios-no-rn-e-o-maior-do-brasil-em-10-anos/>

Crimes violentos este ano já superam o total de 2013.

“Faltando um mês e meio para o fim de 2014, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesed) registrou 1.556 mortes naquilo que chamam de crimes violentos letais intencionais, CVLIs, já superando os dados totais de 2013.”

Publicação: 2014-11-19 por Tribuna do Norte.

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/crimes-violentos-este-ano-ja-superam-o-total-de-2013/298856>

IBGE atesta: RN já é o sétimo do Brasil em mortes violentas de homens. Segundo dados do IBGE, em 2012 foi contabilizado o assassinato de 1.826 vítimas

“O Rio Grande do Norte é o sétimo estado do país com o maior número de mortes violentas entre homens na faixa dos 15 aos 24 anos de idade, conforme a pesquisa “Estatísticas do Registro Civil 2012”, divulgada recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados revelam que, dos 1.826 óbitos ocorridos contra pessoas do sexo masculino em 2012, 74,6% foram contra jovens nesta faixa etária. Outro dado de destaque revelado pela pesquisa foi o percentual de crimes registrados na Região Metropolitana de Natal, que representou 46,54% de todos os crimes, ou 962 casos. E, mais uma vez, os homens foram as principais vítimas, sendo 90,44% execuções masculinas.”

Postado dia 23/12/2013 por: Portal JH.

Link: <http://jornaldehoje.com.br/rn-ja-e-o-setimo-brasil-em-mortes-violentas-de-homens/>

Homicídios têm aumento de 102% no RN

“Os números de crimes violentos letais no Rio Grande do Norte tiveram um aumento de 102,4%, entre os anos de 2012 e 2013, segundo o 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, que foi disponibilizado ontem, terça-feira (11), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Paralelamente a este aumento no número de crimes violentos, houve a diminuição nos investimentos em segurança pública nesse período: em 2012 foram investidos aproximadamente R\$ 831 milhões; já em 2013 esse valor caiu para cerca de R\$ 707 milhões, sendo uma variação de 14,87%, para menos.”

Publicação: 2014-11-12 por Tribuna do Norte.

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/homica-dios-ta-m-aumento-de-102-no-rn/298320>

Mais de 163 meninas foram estupradas no RN em 2013 nos registros da Polícia Civil

“Em 54% dos casos, os crimes foram cometidos em casa por pessoas da própria família da vítima. Nessa quinta-feira, O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), divulgou o resultado de uma pesquisa que fez o balanço nacional dos casos de estupro. Segundo os dados, 70% dos cerca de 527 mil casos registrados todos os anos no Brasil acontecem com crianças e adolescentes. No Rio Grande do Norte, os estupro contra menores de idade passaram dos 160.

De acordo com o delegado Reginaldo Pereira, titular da Delegacia Especializada de Atendimento ao Adolescente (DCA), no ano de 2013 mais de 163 crianças ou adolescentes foram vítimas de estupro. Em sua maioria os abusos foram causados por pessoas da própria família.”

Postado dia 28/03/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/mais-de-163-meninas-foram-estupradas-rn-em-2013-nos-registros-da-policia-civil/>

Assassinatos já atingem 11,9% de crescimento no Rio Grande do Norte em 2014. Até o final da noite desta sexta-feira (19), 1279 mortes foram registradas em todas as regiões do RN.

“Apesar da quantidade de homicídios no Rio Grande do Norte ter diminuído nos últimos dois meses, o número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) aumentou consideravelmente no Estado em 2014 comparado com o mesmo período do ano passado. Crime por execução representa a maior parte dos casos. A violência no RN segue com números assustadores. De acordo com dados apresentados por Ivênio Hermes, especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública e pesquisador nas áreas de Criminologia, Direitos Humanos, Direito e Ensino Policial, até o final da noite desta sexta-feira (19), 1279 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) foram registrados em todo o Estado, uma média de 4,86 por dia. No mesmo período do ano passado esse número era de 1143, o que significa um aumento de 11,9%. O mês de maior incidência foi julho, exatamente o período da Copa do Mundo em Natal, com 168 CVLIs.”

Postado dia 20/09/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/assassinatos-aumentam-119-rio-grande-norte-em-2014/>

De acordo com os trechos de reportagens citados acima, observa-se aumento constante da criminalidade noticiada através de pesquisas estatísticas que colocam o Rio Grande do Norte como um estado preocupante quanto à segurança pública. Na matéria feita pela Tribuna do Norte, o autor afirma que “Os números de crimes violentos letais no Rio Grande do Norte tiveram um aumento de 102,4%, entre os anos de 2012 e 2013 [...]” entendendo crimes violentos e letais como homicídios, esse também posto no Portal JH com o maior crescimento em dez anos “[...] o Estado registrou o maior crescimento no número de homicídios, em dez 10 anos no Brasil, de 2002 a 2012. O aumento nos casos de assassinatos é de 272,4%.” A Tribuna do Norte ressalta que esse fato vem acompanhado de uma diminuição de investimentos entre os dois anos comparados (2012 e 2013) “houve a diminuição nos investimentos em segurança pública nesse período: [...], sendo uma variação de 14,87%, para menos”.

O estado passa a ter atenções voltadas para a segurança pública, pois já está no ranking dos dez estados onde há mais homicídios como relatado pela pesquisa do IBGE publicada no Portal JH “O Rio Grande do Norte é o sétimo estado do país com o maior número de mortes violentas entre homens na faixa dos 15 aos 24 anos de idade[...]” Não só o estado cresce nas estatísticas como também sua capital, “o percentual de crimes registrados na Região Metropolitana de Natal, que representou 46,54% de todos os crimes, ou 962 casos.”

6 | Déficit estrutural e de efetivo policial

A frequência de reportagem acerca de problemas relacionados à ausência de recursos físicos e estruturais, ao sucateamento de equipamentos específicos à função policial, à falta de estrutura das delegacias, às condições de trabalho da polícia, além da situação das penitenciárias do Estado, tornou esta categoria bastante relevante para a análise. Outro aspecto retratado nas reportagens é o baixo número de efetivo presente nas ruas, comprometendo o bom desempenho do sistema de segurança no Estado. Os jornais apresentam discurso crítico a respeito das presentes condições. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Enquanto crimes aumentam, efetivo da polícia diminui.

“Há um outro dado preocupante para a população do Rio Grande do Norte. O combate à violência no Estado perdeu força nos últimos anos e vive uma dicotomia preocupante. Enquanto o número de homicídios aumentam, o efetivo da Polícia Militar encolheu 10% no último triênio. Desde 2010, mais de mil homens deixaram a corporação. Por outro lado, a população potiguar cresceu 6,5% no mesmo período. Proporcionalmente, tínhamos um policial responsável por 313 habitantes. Agora, essa proporção subiu para 1 PM/372 habitantes.”

Postado em 2014-05-28 por Tribuna do Norte.

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/enquanto-crimes-aumentam-efetivo-da-policia-diminui/283061>

Associação denuncia: 80% das viaturas do RN estão sem documentação

“Entre algumas irregularidades apresentadas pela Associação estão as péssimas condições das viaturas, principalmente da Polícia Militar. De acordo com Eliabe Marques, 80% da frota está sem documentação regularizada, há ausência de extintores, atraso nos pagamentos do seguro DPVAT, além das péssimas condições dos pneus dos veículos. “Ontem uma das viaturas da polícia militar capotou na BR101 próximo a Goianinha, provavelmente pela péssima condição dos pneus”, afirmou.”

Postado dia 14/01/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/associacao-denuncia-80-das-viaturas-rn-estao-sem-documentacao/>

Violência sem controle.

“As polícias Militar e Civil, responsáveis pela identificação e investigação do crime, respectivamente, enfrentam a mesma deficiência: o baixo efetivo nas ruas. Do efetivo de 9.683 PM's que existem hoje na corporação, 15% está cedido a outros órgãos, dos quais cerca de 800 estão distribuídos na Região Metropolitana de Natal. O ciclo da criminalidade no estado é retroalimentada pela deficiência no sistema prisional. Os presídios lotados já não são novidade, mas continuam a chocar. Segundo a Secretaria do Estado de Cidadania e Justiça Social (Sejuc), o Rio Grande do Norte possui 6.700 presos. Os apenados se acotovelam nas 4.200 vagas que estão distribuídas pelas 35 unidades prisionais do estado – entre as quais estão centros de detenção provisória, cadeias públicas e presídios.”

Publicação: 2014-03-16 por Tribuna do Norte.

Link:<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/violencia-sem-controle/276778>

ÉPOCA estampa o alerta no país: RN é candidato a se tornar próximo Maranhão. Revista de circulação nacional faz ampla matéria sobre situação caótica das penitenciárias do Estado

“A edição da revista Época deste final de semana traz como um dos seus destaques a reportagem “O próximo Maranhão?”. A matéria de quatro páginas e com direito a destaque na capa, faz uma comparação entre Alcaçuz, o maior presídio do Rio Grande do Norte, com o de Pedrinhas, em São Luís (MA). E vai além, dizendo que o RN pode vir a se transformar no novo caos do sistema carcerário brasileiro. A matéria relembra a visita do ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) ao Rio Grande do Norte no ano passado, quando veio fazer uma inspeção em Alcaçuz, em abril. “É muito desumano”, disse o ministro no período, quando presenciou “urina escorrendo pelas paredes, forte cheiro de fezes e celas e corredores escuros e sem ventilação”, diz a revista. Um novo relatório do CNJ, obtido pela Época, referente a uma vistoria feita em dezembro, acrescenta novos dados sobre o problema”.

Postado dia 18/01/2014 às 14h31 por: Portal JH.

Link: <http://jornaldehoje.com.br/epoca-estampa-o-alerta-rn-e-candidato-se-tornar-o-proximo-maranhao/>

Com munição limitada, policiais do RN fogem dos bandidos. Mais uma reportagem no SBT, em rede nacional, mostra o descabro na Segurança Pública da gestão Rosalba Ciarlini.

“Além da falta de munição, os policiais convivem com armas sucateadas. No 4º distrito policial, a única é da época da Segunda Guerra Mundial. Já na Delegacia de Pipa, a única arma é um rifle contendo 10 balas. Situação que põe em risco a vida dos agentes, uma vez que não existe treinamento para o manuseio desses tipos de armamentos e que servem para “fazer presença” segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do RN (Sinpol), Djair Oliveira. O SBT Brasil denunciou na noite de ontem, a situação em que os policiais civis do Rio Grande do Norte trabalham. Sucateamento de armamentos, a falta de munição e de coletes à prova de balas, foram alguns dos casos registrados pela emissora. Enquanto delegados da Polícia Civil do estado são flagrados utilizando viaturas para fins particulares, a falta de estrutura das delegacias e as condições de trabalho da polícia foram colocadas em questionamento, em rede nacional.”

Postado dia 23/01/2014 por: Portal JH.

Link:<http://jornaldehoje.com.br/com-municacao-limitada-policiais-rn-fogem-dos-bandidos/>

Associação dos Cabos e Soldados da PM denuncia "falência" da segurança. Diretoria da ACS realiza visita em várias unidades da Polícia Militar.

“Foram encontradas várias deficiências, onde podemos destacar: a) A unidade, que é responsável pelo município da Grande Natal, tem apenas uma viatura da Corporação para atender as ocorrências, a qual inclusive se encontra com a manutenção bastante comprometida; (...) Diante da FALÊNCIA do Estado em não disponibilizar viaturas para aquela unidade, a Prefeitura Municipal forneceu 03 carros locados e sem giroflex e sirene para a realização do policiamento na cidade; (...) as munições do pelotão estão limitadas e os policiais estão tendo que fazer verdadeiros malabarismos para realizarem o policiamento municipais.”

Publicada em 15/02/2014 por Portal JH

Link:<http://portalbo.com/materia/Associacao-dos-Cabos-e-Soldados-da-PM-denuncia-falencia-da-seguranca>

A referência ao efetivo policial atual no Rio Grande do Norte é problemática, dada a percepção de diminuição no número de policiais *vis a vis* o crescimento da população e da criminalidade, como exposto na Tribuna do Norte “Enquanto o número de homicídios aumenta, o efetivo da Polícia Militar encolheu 10% no último triênio. [...] Por outro lado, a população potiguar cresceu 6,5% no mesmo período.” De novo nesse veículo (Tribuna do Norte), em outra reportagem acrescenta a Polícia civil ao problema da quantidade de policiais na rua, como dito “As polícias Militar e Civil, responsáveis pela identificação e investigação do crime, respectivamente, enfrentam a mesma deficiência: o baixo efetivo nas ruas”.

Além da dificuldade com a quantidade de policiais nas ruas, há também o sucateamento dos seus materiais de trabalho. É frequente a denúncia de irregularidade com seus instrumentos nas reportagens, o Portal JH coloca que, quanto às viaturas, “[...] 80% da frota está sem documentação regularizada, há ausência de extintores, atraso nos pagamentos do seguro DPVAT, além das péssimas condições dos pneus dos veículos.” Já relacionado aos armamentos utilizados, o mesmo (Portal JH), em outra matéria, coloca que “Além da falta de munição, os policiais convivem com armas sucateadas. [...] No 4º distrito policial, a única é da época da Segunda Guerra Mundial. Já na Delegacia de Pipa, a única arma é um rifle contendo 10 balas.” Ressalta-se, nessa matéria a exposição feita pela emissora SBT Brasil em rede nacional sobre os problemas envolvidos na segurança pública potiguar.

Outra falha estrutural criticada pelas reportagens se refere ao sistema carcerário no Rio Grande do Norte sendo comparado com o Maranhão, como dito no Portal JH se referindo a uma matéria publicada na revista *Época* com essa temática “E vai além, dizendo que o RN pode vir a se transformar no novo caos do sistema carcerário brasileiro” Esse

problema é posto também pela Tribuna do Norte “Os presídios lotados já não são novidade, mas continuam a chocar. Segundo a Secretaria do Estado de Cidadania e Justiça Social (SEJUC), o Rio Grande do Norte possui 6.700 presos. Os apenados se acotovelam nas 4.200 vagas [...]”.

7 | Crimes associados a áreas turísticas e de lazer

A presente categoria aborda as reportagens que incluem acontecimentos como assaltos e outros crimes em locais turísticos e de lazer no Rio Grande do Norte. Foi definida de acordo com a representativa gama de matérias que informam tais fatos. O alerta está na importância da atividade para o estado, de maneira que alguns crimes resultam na redução da procura pelo destino, afetando a economia que em torno dos equipamentos turísticos e de lazer como restaurantes, parques, lojas e a orla. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Principal ponto turístico de Natal, acredite, tem assalto todo santo dia.

“(...) praia de Ponta Negra, Zona Sul da cidade, que tem o Morro do Careca como maior atrativo. Porém, nem mesmo o principal cartão postal da capital potiguar escapa da violência no Rio Grande do Norte. Assaltos, furtos, ameaças e os mais diversos tipos de ações criminosas acontecem praticamente todos os dias na orla da praia, principalmente nas proximidades do Morro do Careca, onde as escadarias que foram construídas para facilitar o acesso das pessoas estão sendo utilizadas como rota de fuga dos meliantes. “Eles (bandidos) ficam nas escadarias só esperando o melhor momento para atacar. Todos os dias acontecem assaltos aqui. Não tem erro. Dois ou três assaltos por dia. Eles assaltam em todos os horários, mas principalmente no final da tarde e início da noite. Eles roubam e fogem pelas escadarias. Ali somem e não tem o que fazer”, destacou um comerciante que trabalha na praia e que não quis se identificar.”

Postado dia 03/05/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/principal-ponto-turistico-de-natal-acredite-tem-assalto-todo-santo-dia/>

Nesta semana foram quatro arrastões

“Os ‘arrastões’ têm sido corriqueiros. Entre os dias oito e 14 deste mês foram contabilizados sete arrastões, dos quais pelo menos cinco foram na Zona Sul. Nesta semana, foram pelo menos quatro. Na quarta-feira passada, um homem armado e de capacete assaltou uma pizzaria na avenida Nascimento de Castro, por volta das 22h30. O jornalista Danilo Sá estava na única mesa ocupada do bar, com oito pessoas. Ele conta que o assaltante estava nervoso e agiu de forma rápida. (...) A avenida Xavier da Silveira, em Nova Descoberta, concentra relevante número de estabelecimentos comerciais e as reclamações sobre casos de assaltos são frequentes. Na segunda passada uma pastelaria foi alvo da ação de bandidos, onde chegou a ocorrer troca de tiros, mas ninguém ficou ferido. “

Publicação: 2014-07-26 por Tribuna do Norte

Link: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/nesta-semana-foram-quatro-arrastoes/288818>

Bandidos se passam por pescadores em Ponta Negra e assaltam 16 turistas do RJ e SP. Vítimas foram surpreendidas quando participavam de passeio de barco.

“Um grupo de 16 turistas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro foi alvo de um arrastão, na praia de Ponta Negra, litoral sul do Estado, na tarde desta quinta-feira (31). De acordo com a polícia, as vítimas participavam de um passeio de barco e quando pararam em uma pequena ilha de pedras acabaram surpreendidas por quatro criminosos armados.”

Postado dia 01/08/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/grupo-com-16-turistas-de-sp-e-rj-e-assaltado-na-praia-de-ponta-negra/>

Turismo vai reforçar segurança.

“A onda de assaltos que gerou insegurança para o trade turístico levou a classe empresarial decidir pela instalação de câmaras de seguranças em áreas externas de bares e restaurantes, a fim de monitorar e transmitir imagens de vias públicas para o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp). A parceria foi acertada na tarde de ontem, em reunião com o secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Eliéser Girão Monteiro Filho. Para isso, está sendo discutida a parte técnica e um termo de cooperação, inclusive para a assinatura de convênios entre o governo e o setor empresarial.”

Publicação: 2014-08-21 por Tribuna do Norte

Link: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/turismo-vai-reforcar-seguranca/290996>

A partir da análise das reportagens expostas acima, observa-se que a falha na segurança pública do estado influi diretamente no turismo. Por ser uma importante atividade econômica, a dificuldade em combater a criminalidade é refletida na economia do Rio Grande do Norte, pois há violência em áreas turísticas, como é demonstrado no Portal JH “Assaltos, furtos, ameaças e os mais diversos tipos de ações criminosas acontecem praticamente todos os dias na orla da praia, principalmente nas proximidades do Morro do Careca, onde as escadarias que foram construídas para facilitar o acesso das pessoas estão sendo utilizadas como rota de fuga dos meliantes.” Esse mesmo veículo (Portal JH) ressalta, em outra matéria, o perigo de bandidos se passarem por prestadores de serviço para o turista como foi o caso de um grupo que se passou por pescador “De acordo com a polícia, as vítimas participavam de um passeio de barco e quando pararam em uma pequena ilha de pedras acabaram surpreendidas por quatro criminosos armados”.

Já que a segurança pública não está conseguindo evitar tais crimes, houve uma iniciativa de parceria privada, como demonstra a Tribuna do Norte “A parceria foi acertada na tarde de ontem, em reunião com o secretário de Segurança Pública e Defesa Social

[...]Para isso, está sendo discutida a parte técnica e um termo de cooperação, inclusive para a assinatura de convênios entre o governo e o setor empresarial”.

8 | Sistema prisional

A categoria acima faz referência às reportagens que informam acerca da situação atual do sistema prisional do estado do Rio Grande do Norte, informando sobre as estruturas e dinâmicas dos presídios no estado e das dificuldades de organização e trabalho, por exemplo, dos agentes penitenciários. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Agentes penitenciários apreendem facas, celulares e drogas no presídio da ZN.

“Os agentes penitenciários do Presídio Raimundo Nonato Fernandes, na zona Norte de Natal, realizaram uma grande revista naquela unidade, nesta quinta-feira (22). Eles apreenderam celulares, facas artesanais e drogas. A revista foi feita em conjunto com o Grupo de Operações Especiais do Sistema Penitenciário.”

Postado dia 23/05/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/agentes-penitenciarios-apreendem-facas-celulares-e-drogas-no-presidio-da-zn/>

Tropa de Choque é chamada para permitir entrada de detentos em presídio. Agentes penitenciários estão em greve desde o dia 10 deste mês e têm tentando impedir a transferência de presos.

“A Tropa de Choque da Polícia Militar foi chamada para negociar com agentes penitenciários em greve a entrada de cerca de cem presos no Centro de Detenção Provisória (CDP), no Belém, zona leste de São Paulo, nesta quinta-feira. Só depois da chegada do Choque, os grevistas permitiram a entrada dos presos.”

Postado dia 20/03/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/tropa-de-choque-e-chamada-para-permitir-entrada-de-detentos-em-presidio/>

Detentos prometem caos no sistema prisional, se diretor não deixar pavilhão em Alcaçuz.

“Depois de passarem mais de 24 horas sem aceitar as refeições que foram servidas pelos agentes penitenciários, nesta terça-feira (2) os detentos de um dos seis presídios do Rio Grande do Norte que estão fazendo greve de fome divulgaram uma carta com reivindicações para que a manifestação acabe, caso contrário ameaçam que um verdadeiro “caos” pode ser instalado no sistema prisional do Estado.”

Postado dia 02/09/2014 às 14h06 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/detentos-prometem-caos-se-diretor-nao-deixar-pavilhao-em-alcacuz/>

Agentes do Presídio de Parnamirim encontram buraco em pavilhão.

“Agentes penitenciários do Presídio Estadual de Parnamirim encontraram, neste sábado (8), um túnel já construído entre mesas de alvenaria do refeitório do pavilhão 2. De acordo com o diretor da unidade, Robson Gomes, os presos planejavam fugir na madrugada deste domingo (9) e seria uma fuga em massa.”

Publicada em 09/03/2014

Link:<http://portalbo.com/materia/Agentes-do-Presidio-de-Parnamirim-encontram-buraco-em-pavilhao>

O sistema prisional é visto como problema em todo Brasil, mas percebe-se a gravidade da situação atual no Rio Grande do Norte a partir das reportagens citadas acima. Tanto os presos como os agentes penitenciários protestam quanto a algo, os primeiros em uma carta com reivindicações prometendo o caos, se não cumpridas, como mostra o Portal JH “uma carta com reivindicações para que a manifestação acabe, caso contrário ameaçam que um verdadeiro ‘caos’ pode ser instalado no sistema prisional do Estado.” Onde houve também greve de fome “os detentos de um dos seis presídios do Rio Grande do Norte que estão fazendo greve de fome[...]” Já os segundos, fizeram uma greve contra a entrada presos no Centro de Detenção Provisória (CDP), como posto pelo Portal JH “Só depois da chegada do Choque, os grevistas permitiram a entrada dos presos.”

Além dessas dificuldades, há também as ocorrentes em outros presídios pelo país como apreensão de objetos com os presos, como colocado pelo Portal JH “Eles apreenderam celulares, facas artesanais e drogas.” E também tentativa de fuga através de um túnel, como noticiado pelo Portal BO “De acordo com o diretor da unidade, Robson Gomes, os presos planejavam fugir na madrugada deste domingo (9) e seria uma fuga em massa”.

9 | Percepção de insegurança generalizada

Esta categoria aborda, de maneira generalizada, a percepção de insegurança por parte da população do estado do Rio Grande do Norte. As reportagens versam sobre situações em que os sentimentos de medo do risco potencial dos cidadãos são captados pelos seus depoimentos ou ações. Para a análise, a categoria pode contribuir para a compreensão de alguns aspectos da dinâmica de segurança no estado, da relação entre a comunidade e os poderes públicos no que diz respeito à sensação de insegurança. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Caic de Cidade Satélite perde quase metade dos alunos por causa da insegurança. A escola pede socorro! Alguém precisa coibir os furtos e assaltos constantes, como também o tráfico de drogas no local.

“Não é por acaso que a Escola Municipal Professor Otto de Brito Guerra, ainda conhecida como CAIC de Cidade Satélite, tem a fama de insegura no bairro. No Domingo de Páscoa, a escola e o Centro de Educação Municipal de Educação Infantil (CMEI) Claudete Costa Maciel foram assaltados. Localizados na Rua Serra da Jurema, os prédios das instituições de ensino são vizinhos. Foi levado um computador da sala da secretaria de cada escola. De acordo com a diretora da escola Professor Otto de Brito Guerra, Maria Gorett Medeiros Souza, os bandidos renderam os porteiros das duas instituições, que não usam armas. Depois, os criminosos pegaram os celulares dos porteiros e finalmente levaram os computadores das secretarias. “Chegaram a perguntar por que essas outras salas tinham grade e ele disse que era porque tinha documentos da escola”, narrou a diretora. Tudo isso durante a manhã do domingo passado.”

Publicação: 24-04-2014; por Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/caic-de-cidade-satelite-perde-quase-metade-dos-alunos-por-causa-da-inseguranca/>

Sem ter mais o que fazer para reduzir a violência, Girão pede socorro ao povo do RN. Secretário de Segurança Pública do RN admite, pela 1ª vez, que já fez tudo que podia contra o crime.

“Se durante a Copa do Mundo, a população de Natal era unânime em afirmar que a segurança tinha melhorado, agora, ela mesma clama por alguma medida enérgica que diminua o índice de criminalidade na capital potiguar no “pós Mundial”. Assaltos, arrastões, homicídios e várias outras ocorrências são registradas diariamente em escala crescente. Ao admitir o momento complicado em que a cidade vive, o titular da Secretaria Estadual de Segurança e Defesa Social (Sesed), Eliéser Girão, pede ajuda da sociedade potiguar para combater a bandidagem.”

Publicação: 26-07-2014; Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/sem-ter-mais-o-que-fazer-para-frear-violencia-girao-pede-socorro-ao-povo/>

Supermercados da capital potiguar irão fechar às 22 horas devido à insegurança. A decisão foi tomada após assembleia realizada pela Assurn. Assaltos e outras ocorrências foram o motivo da decisão.

“As pessoas que costumavam fazer compras nos supermercados já no final da noite, seja por tentarem evitar o fluxo de pessoas ou por não terem tempo em outros horários, terão que mudar de rotina. A partir da próxima segunda-feira (14), todos os supermercados do Estado funcionarão, no máximo, até as 22h.

A decisão foi tomada depois de uma longa assembleia realizada nesta semana pela Associação dos Supermercados do Rio Grande do Norte (Assurn). “Nós sempre estamos fazendo reuniões para discutir ações visando melhorar os nossos serviços. Como ponto mais importante, passamos a discutir sobre a situação da segurança e identificamos que poderíamos tornar a vida de clientes e dos próprios colaboradores mais seguras acabando com esse horário até a meia noite que alguns supermercados adotavam”, afirmou Eugênio Medeiros, diretor da Assurn.”

Publicação: 11-07-2014 Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/supermercados-da-capital-potiguar-irao-fechar-22-horas-devido-inseguranca/>

População relata a rotina em áreas de violência

“O vandalismo tomou conta. É droga, roubos.. as autoridades não dão jeito mais”, desabafa Juberlita Miguel, 54, desempregada. Ela está desacreditada. Moradora de Nossa Senhora da Apresentação, Zona Norte de Natal, como segurança ela se apega a fé e evita transitar em localidades mais “perigosas”, onde notícias de crimes violentos são frequentes.”

Publicação: 2014-02-02 por Tribuna do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/populacao-relata-a-rotina-em-areas-de-violencia/273413>

As matérias jornalísticas apresentadas acima dizem respeito a situações em que o sentimento de insegurança da população do Rio Grande do Norte é evidente. As reportagens buscam demonstrar que o risco potencial assusta aos residentes, mas também aos comerciantes e profissionais de educação.

Em declaração, o secretário de segurança pública do estado pediu ajuda à população. Tal fato é significativo, visto que reflete a grave situação de insegurança do Rio Grande do Norte. Como publicado no Portal JH, a população potiguar “clama por alguma medida enérgica que diminua o índice de criminalidade na capital [...] Assaltos, arrastões, homicídios e várias outras ocorrências são registradas diariamente em escala crescente.”

Além disso, em outra reportagem do Portal JH, a insegurança é relatada em escolas municipais, as quais perdem alunos devido à violência. Como informado na matéria, “Após a manifestação, a Secretaria Municipal de Educação (SME) atendeu parcialmente o pleito dos docentes. Conforme a direção da escola, três seguranças armados protegem a instituição durante a manhã e a tarde. Mas o turno noturno permanece desguarnecido. Os professores só chegaram a esse ponto porque pessoas estranhas à escola circulavam livremente dentro da instituição, inclusive usando drogas e ameaçando os estudantes. A diretora acredita que a localização da escola, numa área praticamente sem vizinhos, é um dos fatores que a torna mais vulnerável.”. Nesse ponto, a perda dos alunos foi maior no turno da noite o qual permanece sem segurança.

Pontos comerciais como supermercados também são vítimas da crescente insegurança. Por tal motivo, a Associação dos Supermercados do Rio Grande do Norte, em assembleia, decidiu reduzir o horário de funcionamento e, como afirmou o diretor da associação na reportagem do Portal JH, “Como ponto mais importante, passamos a discutir sobre a situação da segurança e identificamos que poderíamos tornar a vida de clientes e dos próprios colaboradores mais seguras acabando com esse horário até a meia noite que alguns supermercados adotavam”.

Em reportagem da Tribuna do Norte, uma moradora potiguar relatou sua insegurança, informando que “as autoridades não são mais jeito”. Tal relato é significativo,

pois informa que parte da população se encontra desacreditada nas ações do poder público no que se refere à segurança pública. Desse modo, para a análise, a categoria possibilita maior aproximação a algumas narrativas que podem ajudar na compreensão e aperfeiçoamento de políticas que busquem reduzir a insegurança no estado.

10 | Insatisfação da população e sociedade civil

A categoria acima faz referência às reportagens em que a insatisfação da população é relatada. Nos dois jornais utilizados para o levantamento dos dados, foram recorrentes os relatos de reclamações e problemas em relação à segurança pública do estado potiguar. Além disso, algumas reportagens informam cobranças, por parte da sociedade civil, no combate à violência no Rio Grande do Norte. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Descrédito leva vítimas a não prestar queixas.

“O segundo problema nacional e, segundo ele, líder de reclamações no RN, é o descrédito da população. “As pessoas não acham que aquele tempo e a investigação darão resultados”, avalia. Hermes acrescenta ainda que a presença de bandidos e policiais em um ambiente incômodo, além da demora do atendimento, são outros fatores reclamados com frequência.”

Publicação: 2014-08-20; por Tribuna do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/descredito-leva-vitimas-a-nao-prestar-queixas/290894>

Segurança é uma das principais reclamações.

“Apesar dos números oficiais revelarem a diminuição desse tipo de crime (assalto a ônibus) em Natal, os relatos das ações, e o medo estão por toda parte. No ano passado, o Sintro registrou 1.165 assaltos a ônibus e opcionais da capital potiguar. Para este ano, a meta é reduzir em pelo menos 50% os casos, após a identificação dos pontos mais críticos onde os casos ocorrem. Todos os anos é a mesma situação. Os assaltos aos transportes coletivos no Rio Grande do Norte são constantes e acontecem praticamente todos os dias. Porém, este ano a situação foi ainda pior. O Jornal de Hoje entrou em contato com o presidente do sindicato da categoria, Nastagnan Batista, que classificou 2014 como “um dos piores anos da história”.

Publicação: 2014-02-02 por Tribuna do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/seguranca-e-uma-das-principais-reclamacoes/273381>

2014 foi um ano violento para usuários e trabalhadores do transporte coletivo, diz Sindicato. Motoristas realizaram protesto e chegaram a parar os ônibus este ano.

“O motivo é simples. Além dos assaltos constantes, que até o final de março já somavam cerca de 760, os trabalhadores sofreram ainda mais nas mãos dos bandidos. “Nós tivemos companheiros nossos mortos, esfaqueados e baleado. Foi

um ano realmente terrível para nós. A insegurança foi imensa, tanto para os trabalhadores quanto para os próprios passageiros.”

Publicação: 20-12-2014 por Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/ano-foi-violento-para-transportes-coletivos-diz-sindicato/>

Entidades cobram ações para conter violência no RN.

“A governadora Rosalba Ciarlini garantiu aos integrantes do movimento “Basta de Violência no RN”, formado por 30 entidades sociais, empresariais e religiosas, que parte das nove reivindicações constantes em documento entregue na manhã desta quarta-feira, 9, será atendida. Ao receber a comissão, Rosalba afirmou que não pode atender todas as reivindicações de imediato, mas que o governo trabalha para reforçar o policiamento nas ruas; convocar agentes penitenciários e policiais militares aprovados em concurso; e abrir concurso público para o Corpo de Bombeiros.”

Publicação: 2014-04-11por Tribuna do Norte.

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/entidades-cobram-acoes-para-conter-violencia-no-rn/278926>

Moradores cobram mais segurança no conjunto Pitimbú em Cidade Satélite. Moradores se queixam da "transferência" da 2ª companhia do 5º Batalhão da PM, ao lado da Amocisa, para o bairro de Pirangi.

“Pessoas assaltadas diariamente na porta de casa, arrombamentos, furto de veículos, homicídios recorrentes e pouco efetivo de militares responsáveis por fazer a segurança do bairro. Essa é a realidade de quem mora no Conjunto Cidade Satélite, zona sul de Natal. A insegurança que ronda a região cresceu nos últimos anos e culminou em uma audiência sobre segurança pública, organizada pela Associação de Moradores da região (Amocisa) juntamente com as autoridades estaduais e locais do setor, além de 250 pessoas residentes, na noite de ontem.”

Publicação: 21-02-2014 por Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/moradores-cobram-mais-seguranca-conjunto-pitimbu-em-cidade-satelite/>

As reportagens citadas acima fazem referência à categoria em que a insatisfação da população é relatada. Foram recorrentes os relatos de reclamações e cobranças dos cidadãos potiguares no que se refere à segurança pública do estado. Problemas como assaltos, roubos, arrombamentos são recorrentes, mas, como mostra a reportagem da Tribuna do Norte, “O segundo problema nacional e [...] líder de reclamações no RN, é o descrédito da população. ‘As pessoas não acham que aquele tempo e a investigação darão resultados’ [...] ainda que a presença de bandidos e policiais em um ambiente incômodo, além da demora do atendimento, são outros fatores reclamados com frequência.”

Tal informação é importante para pensar as relações entre a sociedade e os serviços públicos de segurança pública: como as denúncias, e o seu encaminhamento; pois, sabendo que o boletim de ocorrência (B.O) é instrumento necessário para o poder público direcionar

e dimensionar as forças policiais a serem empregadas, visando conter a criminalidade, estrategicamente e cientificamente, é fundamental considerar quais são os fatores que levam as vítimas a não prestar queixa. Como, por exemplo, o despreparo do policial no atendimento ao cidadão que vai à delegacia necessita ser repensado, a fim de auxiliar nas ações de segurança.

A reportagem da Tribuna do Norte informa acerca dos constantes assaltos ocorridos nos transportes públicos da capital potiguar: “Apesar dos números oficiais revelarem a diminuição desse tipo de crime em Natal, os relatos das ações, e o medo estão por toda parte. No ano passado, o SINTRO registrou 1.165 assaltos a ônibus e opcionais da capital potiguar. Para este ano, a meta é reduzir em pelo menos 50% os casos, após a identificação dos pontos mais críticos onde os casos ocorrem.”. Todavia, o problema da insatisfação em relação à segurança é presente em outras áreas do estado para além de Natal. Como mostra a reportagem do Portal JH, “Pessoas assaltadas diariamente na porta de casa, arrombamentos, furto de veículos, homicídios recorrentes, e pouco efetivo de militares responsáveis por fazer a segurança do bairro. Essa é a realidade de quem mora no Conjunto Cidade Satélite, zona sul de Natal.” A insegurança na região cresceu nos últimos anos o que tem feito a associação de moradores se mobilizar para cobrar das autoridades reforço no combate à violência na área.

Alguns recortes da reportagem da Tribuna do Norte referem-se ao movimento “Basta de violência no RN”, o qual conta com a participação de diversas organizações da sociedade civil e de instituições públicas a fim de cobrar políticas públicas em relação à segurança. O movimento conta, por exemplo, com o apoio dos policiais militares que reivindicam um Plano de Carreira dos praças e da Ordem dos Advogados do Brasil. “Ao receber a comissão, Rosalba afirmou que não pode atender todas as reivindicações de imediato, mas que o governo trabalha para reforçar o policiamento nas ruas; convocar agentes penitenciários e policiais militares aprovados em concurso; e abrir concurso público para o Corpo de Bombeiros”, como informa a reportagem. Nesse sentido, percebe-se que o momento de violência intensa do estado do Rio Grande do Norte reforça as reclamações e cobranças por ações eficazes no combate ao problema por parte do poder público.

11 | Insatisfação da classe policial

A presente categorização refere-se a problemas e reclamações relatados por parte da classe policial, seja civil ou militar. As reportagens possibilitam informar quais obstáculos os profissionais consideram relevantes de serem abordados, além de situações – como paralisações - que podem caracterizar o grau de insatisfação da classe no que diz respeito às condições de trabalho e aos investimentos que vem sendo feito na área para a resolução das dificuldades existentes. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Sinpol/RN denuncia estado de caos na Polícia Civil; Viaturas paradas por falta de manutenção dificultam ainda mais trabalho investigativo.

“Além da falta de efetivo nas delegacias do Rio Grande do Norte, impedindo o andamento de investigações e estimulando a impunidade, a Polícia Civil potiguar sofre com outros graves problemas. Um deles é a falta de zelo por parte das autoridades com a estrutura de trabalho, como por exemplo, as viaturas.”

Publicação: 19-03-2014 por Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/sinpolrn-denuncia-estado-de-caos-na-policia-civil-veja-o-video/>

Pesquisa confirma: condições de trabalho da PM leva a “síndrome do esgotamento”.

Trabalho realizado por estudantes de Fisioterapia indica que o problema pode estar atingindo policiais do RN

“Salários baixos, falta de estrutura adequada e o estresse normal da profissão. A atual situação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte é um ambiente ideal para o desenvolvimento de uma síndrome desconhecida para a maioria, mas que pode influenciar diretamente na qualidade do serviço prestado pelos policiais do Estado. Ainda estamos na fase final para lançar o resultado da pesquisa que fizemos. Mas o que posso adiantar é que a maioria dos policiais que entrevistamos está na fase inicial de desenvolvimento da Síndrome de Burnout”. A afirmação é da estudante Júlia Braz, do 9º período do curso de Fisioterapia da UNI-RN, que juntamente com a colega de turma, Julyana Kelly, escolheu “A Análise de Risco do Desenvolvimento da Síndrome de Burnout em Policiais de Natal” como tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).”

Publicação: 21-05-2014 por Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/pesquisa-confirma-condicoes-de-trabalho-da-pm-leva-a-sindrome-do-esgotamento/>

Delegacias de Plantão são fechadas e corpos deixam de ser recolhidos. Suspensão total dos serviços do ITEP e Polícia Civil teve início na tarde desta quarta-feira.

“Os policiais civis decidiram fechar também as delegacias de plantão na zona Sul e Norte de Natal, no final da tarde e noite desta quarta-feira (26). A categoria promove uma paralisação de 48 horas e decidiu endurecer o movimento. Além disso, os

servidores do ITEP votaram pela suspensão de todas as atividades, inclusive, remoção de corpos em via pública.”

Publicação: 26-03-2014 por Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/delegacias-de-plantao-sao-fechadas-e-corpos-deixam-de-ser-recolhidos-durante-paralisacao/>

Policiais militares do RN trabalham de chinelos por falta de coturnos. Denúncia é da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar.

“A situação atual da segurança no Rio Grande do Norte provocou uma situação, no mínimo, inusitada. Por falta de coturnos, equipamento básico para os policiais, PMs que trabalham em presídios estão tendo que prestar serviço de chinelo. Isso é o que afirma a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do RN (ACS-RN). É uma situação que mostra bem o descaso do Governo com a segurança do nosso Estado. Retrata um pouco da falência do RN. O coturno é um equipamento básico para um policial. Porém, como os equipamentos que chegam não é o suficiente para todos os policiais, temos que priorizar os que estão nas ruas. Há mais de três anos que os policiais que trabalham em presídios não recebem equipamentos”, denunciou o soldado Roberto Campos, presidente da ACS-RN.”

Publicação: 22-03-2014 por Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/policiais-militares-rn-trabalham-de-chinelos-por-falta-de-coturnos/>

Os recortes jornalísticos acima se referem a problemas e reclamações por parte dos policiais, tanto civis quanto militares. Informando obstáculos e dificuldades de atuação, os relatos caracterizam o grau de insatisfação da classe.

A reportagem do Portal JH informa acerca da difícil situação de trabalho da Polícia Civil do Rio Grande do Norte: “Além da falta de efetivo nas delegacias do Rio Grande do Norte, impedindo o andamento de investigações e estimulando a impunidade, a Polícia Civil potiguar sofre com outros graves problemas. Um deles é a falta de zelo por parte das autoridades com a estrutura de trabalho, como por exemplo, as viaturas.”. As precárias condições de atuação levaram os policiais a realização de paralisação, como também relata o Portal JH: “Os policiais civis decidiram fechar também as delegacias de plantão na zona Sul e Norte de Natal, no final da tarde e noite desta quarta-feira (26). [...] Além disso, os servidores do ITEP votaram pela suspensão de todas as atividades, inclusive, remoção de corpos em via pública. [...] Os policiais e servidores estarão nos prédios orientando que os colegas não pratiquem nenhum tipo de atividade, como registros de boletins de ocorrências ou flagrantes.”.

A falta de estrutura básica para o trabalho é preocupante. Em reportagem do Portal JH, parte do problema é relatada: “A situação atual da segurança no Rio Grande do Norte provocou uma situação, no mínimo, inusitada. Por falta de coturnos, equipamento básico para os policiais, PMs que trabalham em presídios estão tendo que prestar serviço de

chinelo. Isso é o que afirma a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do RN (ACS-RN).” Na mesma reportagem, um soldado colocou sua opinião: “É uma situação que mostra bem o descaso do Governo com a segurança do nosso Estado. Retrata um pouco da falência do RN. O coturno é um equipamento básico para um policial. Porém, como os equipamentos que chegam não é o suficiente para todos os policiais, temos que priorizar os que estão nas ruas. Há mais de três anos que os policiais que trabalham em presídios não recebem equipamentos”.

“Salários baixos, falta de estrutura adequada e o estresse normal da profissão. A atual situação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte é um ambiente ideal para o desenvolvimento de uma síndrome desconhecida para a maioria, mas que pode influenciar diretamente na qualidade do serviço prestado pelos policiais do Estado” é parte de outra reportagem do Portal JH. A síndrome se desenvolve exclusivamente em profissões nas quais os trabalhadores precisam lidar diretamente com a população, situação que acontece com as atividades policiais. Tal fato revela que as condições de trabalho da classe policial são preocupantes, visto que interfere também na saúde dos profissionais o que pode agravar problemas na área da segurança pública do estado. Desse modo, a categoria acima representada pode aproximar as queixas da classe policial do poder público a fim de atentar para a necessidade de mais investimentos na área para a superação dos obstáculos existentes.

12 | Notícias positivas

A categoria presente busca abordar, a partir das reportagens dos dois jornais utilizados, as notícias positivas em relação à segurança pública do estado do Rio Grande do Norte. Para a análise, tal abordagem pode contribuir para o aprimoramento e a possível consolidação de ações que venham a auxiliar nas políticas de combate à violência no estado. Algumas reportagens, por exemplo, informam sobre campanhas realizadas no estado que tiveram boa repercussão, além de registros de operações policiais que possibilitaram alguns resultados positivos. Os recortes jornalísticos a seguir representam a categoria:

Secretaria de Segurança Pública divulga índices de redução da violência. Em três dias, a Operação Brasil Integrado, realizada no RN, apreendeu mais 50 armas.

“Dados estatísticos oficiais da Secretaria Estadual da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN) revelam que nos últimos 45 dias houve redução no número de homicídios registrados oficialmente no Rio Grande do Norte. No comparativo entre os meses de agosto e julho deste ano, houve redução de 26,4% entre eles (163 em julho contra 125 em agosto). E quando comparados os primeiros 15 dias de

setembro com o mês anterior, percebe-se uma queda ainda mais acentuada: 41 registros até o momento. Ou seja, mesmo que esse número venha a dobrar, ainda assim tudo indica que teremos um mês menos violento neste aspecto. E a redução no número de mortes está diretamente ao número de armas de fogo retiradas de circulação. De junho a agosto foram apreendidas 159 destas armas (36/jun, 56/jul e 67/ago), somente pela Polícia Militar. E em apenas três dias, a Operação Brasil Integrado, realizada em todo o Estado, conseguiu apreender mais 50 armas.”

Postado dia 16/09/2014 por: Portal JH

Link: <http://jornaldehoje.com.br/secretaria-de-seguranca-publica-divulga-indices-de-reducao-da-violencia%e2%80%8f/>

Imagens têm ajudado a evitar crimes.

“Mesmo dependendo de uma quantidade maior de viaturas, major Macedo explicou que as câmeras do CioSP são importantes no combate à violência na capital do Estado. “Conseguimos prender alguns elementos e evitar que crimes aconteçam”, avisou. Como exemplo, ele citou uma abordagem policial realizada na praia do Meio a um grupo de bandidos que tentava realizar furtos. Um dos bandidos guardava a arma utilizada na ação – uma faca – quando foi observado pelas câmeras de vigilância. “Acompanhamos toda a ação e acionamos os policiais que efetuaram a prisão”, disse. Além de combater a criminalidade, o sistema de videomonitoramento está sendo eficiente na abordagem de pessoas que tentam cometer suicídio. Em apenas um ponto da cidade, foram 150 abordagens bem sucedidas desde que o sistema entrou em funcionamento, há mais de um ano. “Apenas uma única vida que foi salva, já paga todo o investimento que foi feito”, comentou.”

Publicação: 2014-08-26 por Tribuna do Norte

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/imagens-tem-ajudado-a-evitar-crimes/291405>

A reportagem do Portal JH relata a diminuição de homicídios, informando que tal fato está relacionado com a maior apreensão de armas de fogo: “Dados estatísticos oficiais da Secretaria Estadual da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED/RN) revelam que nos últimos 45 dias houve redução no número de homicídios registrados oficialmente no Rio Grande do Norte. No comparativo entre os meses de agosto e julho deste ano, houve redução de 26,4% entre eles. [...] E a redução no número de mortes está diretamente ligada ao número de armas de fogo retiradas de circulação. De junho a agosto foram apreendidas 159 destas armas, somente pela Polícia Militar. E em apenas três dias, a Operação Brasil Integrado, realizada em todo o Estado, conseguiu apreender mais 50 armas.”. Já a notícia da Tribuna do Norte informa a importância do sistema de vídeo-monitoramento no combate à violência na capital do estado potiguar, resultando na prisão de alguns atores de crimes e também na prevenção de que outras situações venham a ocorrer.

Nas reportagens dos dois jornais analisados, a presença de notícias com teor positivo não foi recorrente. Todavia, a categoria presente torna-se importante para a possível compreensão de como os jornais veiculam as informações acerca da segurança

pública e para pensar possibilidades de atuação e aperfeiçoamento de políticas para que os dados positivos passem a ser mais constantes.

A partir das categorias criadas e dos recortes jornalísticos que as representam, percebe-se a importância da temática da violência e da segurança pública nos jornais em circulação no Estado do Rio Grande do Norte no ano de 2014. A presença recorrente deste tipo de notícia se apresenta por um viés frequentemente negativo, já que os veículos de comunicação constroem a informação “apoiada” em termos que conferem certo caráter de repetição e constância aos casos relatados, como “mais uma vez”, “mais um”, “continua”, “situação caótica”, principalmente ao veicular ocorrências sobre CVLI’s (Crimes Violentos Letais Intencionais). Vocalizam, portanto, em maior quantidade os aspectos negativos do tema.

Este tipo de análise é de fundamental importância para compreender em que perspectiva a informação está sendo construída, resultando no condicionamento da percepção da imagem da violência na sociedade potiguar, a partir do que está neste tipo de mídia. Portanto, o resultado desta análise possibilita ações futuras que busquem a melhoria das condições relatadas no noticiário, modificando a percepção da população, afinal, o tema da segurança pública já possui grande espaço nos cadernos cotidianos dos jornais analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HERMES, I. E Dionísio, M. *Do Homicímetro ao CVLímetro. A Plataforma Multifonte e a contribuição social nas políticas públicas de segurança*, Natal, Clube dos Autores, 2014.

HERMES, I. (org.) 2013. *Metadados e Análises da Violência Letal Intencional no Rio Grande do Norte*, Natal, Clube dos Autores, 2014.

LIMA, R.S.; RATTON, J.L.; AZEVEDO, R.G. *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*, São Paulo, Ed. Contexto, 2014.

RATTON, J.L. & BARROS, M. *Polícia, Democracia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007.